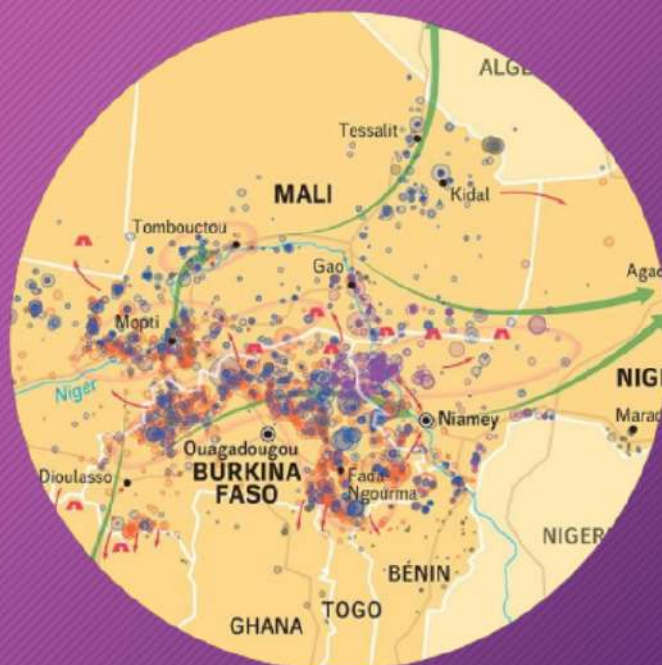


# *Boletim GeoÁfrica*

**Vol. 4. Número 13  
Jul- Dez 2025**



## **Dossiê Temático Conflitualidades na África subsaariana: atores, escalas, dinâmicas espaciais**



13



## **SOBRE A REVISTA**

O *Boletim GeoÁfrica* é uma publicação trimestral, em formato digital, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e ligada ao Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África Subsaariana (GeoÁfrica). O *Boletim* publica contribuições científicas (de todas as áreas do conhecimento) em português, inglês, francês e espanhol revisadas por pares e agrupadas em dossiês temáticos, assim como entrevistas com especialistas, divulgação de teses e dissertações recentemente defendidas, e resenhas de livros recém-publicados. Abre, também, a possibilidade de publicação de textos de cunho mais jornalístico, assim como comentários livres sobre imagens, exposição de fotografias artísticas, receitas culinárias, escritos literários, desenhos e ilustrações, resenhas e recursos musicais e audiovisuais. As contribuições almejam todas divulgar conhecimento e notícias sobre realidades contemporâneas da África subsaariana.



### **Contato**

GeoÁfrica/Programa de Pós-Graduação em Geografia - Sala I 28  
Instituto de Geociências  
Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Av. Athos da Silveira Ramos nº274  
Cidade Universitária, Ilha do Fundão  
CEP 21941-916



### **Editor Chefe**

Frédéric Monié – UFRJ - Brasil

### **Comissão editorial**

Antonio Gomes de Jesus Neto – USP – Brasil  
Felipe Aguiar – UEL, Brasil  
Hagira Naide Gelo Machute – UPM – Moçambique  
José Júlio Júnior Guambe – UPM – Moçambique  
Luana Alves Lessa – UFRJ – Brasil  
Mussá Abdul Remane – UPM – Moçambique  
Nelson Cortes Pacheco Junior – UNICAMP – Brasil

### **Conselho Consultivo**

**Alice Freia** (Universidade Rovuma, Moçambique)

**Albino Eusebio** (Universidade Licungo, Beira, Moçambique)

**Aziz Abdul Sodoré** (Université Joseph Ki-Zerbo, Ouagadougou, Burkina Fasso)

**Catia Antonia da Silva** (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

**Colin Darch** (University of Cape Town, South Africa)

**Damião Ginga** (Academia Diplomática Venâncio de Moura, Luanda, Angola)

**Elmer Agostinho C. de Matos** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)

**Gilberto Oliveira** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

**Gustavo Sobrinho Dgedge** (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)

**Inês Macamo Raimundo** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)

**Joaquim Miranda Maloa** (Universidade Rovuma, Moçambique)

**José Julião da Silva** (Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique)

**João Lima** (Universidade Licungo, Moçambique)

**Lamine Savané** (Université de Ségou, Mali)

**Liazzat Bonate** (University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad and Tobago)

**Mônica Arroyo** (Universidade de São Paulo, Brasil)

**Mônica Lima** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

**Nazir Can** (Universitat Autònoma de Barcelona / Serra Hünter Programme)

**Raimundo Mulhaise** (Universidade de Licungo, Moçambique)

**Ringo Benjamim Victor** (Universidade Púnguê, Tete, Moçambique)

**Rogers Hansine** (Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, Moçambique)

**Rosemberg Ferracini** (Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba)

**Rui Jacinto** (Universidade de Coimbra, Portugal)

**Stéphanie Lima** (Université Toulouse Jean Jaurès, France)

**Tatiana Reis** (Universidade Estadual do Maranhão, Brasil)

**Vanito Viriato Marcelino Frei** (Universidade Rovuma, Moçambique)

**Vivian Santos da Silva** (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

### **Comitê Científico Júnior**

**Gabriel dos Santos Oliveira** (Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP)

**Gustavo Moreira** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Maíra Ludwig** (Universidade Federal do Rio de Janeiro)



**Volume 4, Número 13, jul. – dez. 2025**

**Capa desta edição**  
Frédéric Monié

**Organizador do Dossiê Temático**  
Frédéric Monié

**Equipe técnica / Diagramação**  
Antonio Gomes de Jesus Neto; Frédéric Monié; Gabriel dos Santos Oliveira;  
Nelson Cortes Pacheco Junior

Boletim GeoÁfrica/Programa de Pós-graduação em Geografia,  
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil –  
Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África  
Subsaariana - Vol.4, nº13 (2025)  
Disponível online: <https://revistas.ufrj.br/index.php/bg>  
Semestral. ISSN: 2764-5851  
Palavras-chave. 1. África subsaariana; 2. Conflitos armados; 3.  
Conflitos territoriais; 4. Geopolítica africana; 5. Sahel 6. Moçambique



**Boletim GeoÁfrica**  
**Volume 4, Número 13, jul. – dez. de 2025**

**SUMÁRIO**



*Editorial. Dinâmicas atuais da conflitualidade armada na África subsaariana*  
Frédéric Monié

**Dossiê temático**  
**Conflitualidades na África subsaariana: atores, escalas, dinâmicas  
espaciais**

**ENTREVISTAS**

*Dynamiques récentes de la conflictualité armée au Sahel central. Entretien avec Mamoudou  
Gazibo*  
Mamoudou Gazibo & Frédéric Monié

*Dinâmicas recentes da conflitualidade armada no Sahel central. Entrevista com Mamoudou  
Gazibo*  
Mamoudou Gazibo & Frédéric Monié

**ARTIGOS**

*Sahel: vulnerabilidade ambiental e a dinâmica das disputas territoriais e conflitos  
sociopolíticos*  
Vivian dos Santos Silva

*O fim da intervenção liberal e a transformação geopolítica no Sahel central*  
Augusto Gabriel Colório

*A atuação do conselho de segurança da ONU no conflito da República Democrática do Congo: desafios e perspectivas*

Alfa Oumar Diallo, Cristóvão Baltazar Siteo, Siradio Hélio Santos Diallo

*Exploração do gás natural em Moçambique como factor de conflito armado: um olhar sobre a Província de Cabo Delgado*

Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse; Rodrigues Simão Rafael

*A integração socioeconómica dos deslocados internos do terrorismo do norte de Moçambique no centro de acolhimento de Malica*

Edinilson Mário Moises e Joaquim Miranda Maloa

*Mineração, deslocamentos compulsorios e conflitos em Moçambique: algumas diferenças e proximidades históricas*

Albino Eusebio

## **ÁFRICA NA PÓS**

*Entrevista com a Doutora Hagira Machute Gelo*

## **VARIA**

*Urbanização, economia global e inovação na África Subsaariana: que dinâmicas?*

Luiz Adriano Guevane

*A relação entre a aprendizagem centrada no aluno e o desempenho académico em Moçambique*

Antonio Florindo Daniel Almoço; Arrumaina Rui Militão; Adelina Ricardo Alson

*Caracterização geotécnica das fracturas dos maciços rochosos na mineradora PROMAC LDA, Distrito de Nhamatanda/Sofala (Moçambique)*

Gerson Constantino Alexandre Mavulule; Ernesto Domingos Victorino

## **EXPRESSÕES CULTURAIS**

*O papel do cinema em África em contextos de pós-independências*

Wagner F. Guimarães



**Boletim GeoÁfrica**  
**Volume 4, Número 13, jul. – dez. de 2025**

***EDITORIAL: DINÂMICAS ATUAIS DA CONFLITUALIDADE NA ÁFRICA  
SUBSAARIANA***



*Por Frédéric Monié*

1

*Frédéric Monié*

Departamento de Geografia e Programa de  
Pós-Graduação em Geografia (PPGG),  
Universidade Federal do Rio de Janeiro  
Coordenador GeoÁfrica  
orcid.org/0000-0002-8738-3301  
Contato. fredericmonie@igeo.ufrj.br

Como citar

MONIÉ, Frédéric. Editorial. Dinâmicas atuais  
da conflitualidade na África subsaariana.  
**Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p.1-9, jul-  
dez. 2025



## **EDITORIAL: DINÂMICAS ATUAIS DA CONFLITUALIDADE NA ÁFRICA SUBSAARIANA**

O décimo terceiro número do **Boletim GeoÁfrica** reúne contribuições em diferentes formatos — artigos científicos, entrevistas e ensaios — organizadas nas seções *Dossiê Temático*, *Áfricas na Pós*, *Varia* e *Expressões Culturais*. Nesta edição, o comitê editorial considerou pertinente dedicar o dossiê às novas formas de conflitualidade na África Subsaariana. Apesar da diversidade de causas, manifestações e consequências, bem como das singularidades temporais, espaciais e operacionais e das distintas motivações dos beligerantes, tais conflitos apresentam também inúmeras convergências.

Durante a segunda metade do século XX, os conflitos armados eram pautados por reivindicações relativamente precisas — como as guerras de libertação nacional, os movimentos secessionistas e as guerras civis — e envolviam um número limitado de atores: poderes coloniais, Estados africanos e movimentos de libertação ou guerrilhas que contestavam o poder constituído. Do ponto de vista operacional, tratava-se de confrontos voltados à conquista e ao controle de territórios, tendo como objetivo último a tomada do poder político (Gazibo, 2010; Guambe; Monié, 2023). Na década de 1990, entretanto, verificou-se um declínio dos conflitos armados convencionais e, paralelamente, a emergência de formas de conflitualidades caracterizadas por elevado grau de complexidade. Esses novos cenários passaram a envolver uma multiplicidade de beligerantes, entre os quais se destacam grupos fundamentalistas islâmicos (na Somália, na África Ocidental e em Moçambique), milícias comunitárias (no Sahel central e na Nigéria), organizações híbridas que combinam práticas terroristas com atividades criminosas, além de movimentos armados apoiados ou tutelados por Estados estrangeiros (Sudão ou República Democrática do Congo). O conflito não se estrutura necessariamente em torno de reivindicações ou objetivos políticos claramente definidos. Diferentemente das guerras convencionais, a lógica que orienta os atores em confronto não está vinculada a uma agenda explícita de conquista de poder, mas frequentemente se manifesta em dinâmicas fragmentadas, fluidas e de difícil categorização (Monié, 2025). As conflitualidades armadas atuais apresentam baixo nível de territorialização. A extrema fluidez das dinâmicas temporais e espaciais configura um cenário bélico sem linha de



frente, sem controle territorial efetivo por parte do Estado e no qual os insurgentes são frequentemente movidos por sentimentos de humilhação em relação ao governo, à forças estrangeiras e a uma ordem mundial que perpetua elites nacionais no poder (Monié; Guambe, 2023; Tshiyembe, 2014). A economia de guerra, nesse contexto, baseia-se na captura de rendas que estimulam os movimentos armados a privilegiarem áreas fronteiriças, garantindo recursos financeiros significativos. A regionalização dos conflitos evidencia, portanto, uma transformação nas escalas de ação dos beligerantes (Diallo, 2008; Gorée Institute, 2012; Gnanguênon, 2013). Se, durante a segunda metade do século XX, os movimentos armados priorizavam a conquista da capital e/ou das chamadas áreas úteis do território nacional, os grupos armados contemporâneos concentram-se no controle das redes de circulação de bens e pessoas situadas nas periferias desses mesmos territórios.

Quadro 1: Apresentação sintética das principais situações de conflitualidades na África subsaariana

Conflito	Período	País/região	Forças beligerantes (principais)
<b>Violência política e conflitos na RDC</b>	Anos 1960 -presente	Leste do Congo	Estado congolês; ADF; CODECO; FDLR; Milícias Mai-Mai; diversas milícias
<b>Jihadismo e insurgências no Sahel Central</b>	2012–presente	Mali, Burkina Faso, Níger	Estados (Mali, Burkina Faso, Níger), <i>JNIM</i> , <i>ISGS</i> , <i>ISWAP</i> , milícias locais
<b>Insurgência jihadista no Nordeste da Nigéria (Boko Haram / ISWAP)</b>	2009–presente	Nigéria (Nordeste), fronteiras com Níger, Chade, Camarões	Governo nigeriano; <i>Boko Haram</i> ; <i>ISWAP</i>
<b>Guerra Civil do Sudão (SAF vs RSF)</b>	2023–presente	Sudão	Sudanese Armed Forces (SAF); Rapid Support Forces (RSF)
<b>Insurgência e atentados de al-Shabaab na Somália</b>	2006–presente	Somália (Hirshabelle, Mogadishu etc.)	Somália (Mogadíscio, Hirshabelle, Jubalândia)
<b>Insurgência jihadista em Cabo Delgado, Moçambique</b>	2017–presente	Cabo Delgado (Moçambique)	Governo moçambicano; <i>Estado Islâmico de Moçambique (ISM)</i> e grupos salafistas

Fontes: diversas. Elaboração: Frédéric Monié



As novas formas de conflitualidade incidem sobretudo sobre as populações civis, evidenciando que, desde 1989, mais da metade das mortes em conflitos armados ocorreu no continente africano. Paralelamente, os fluxos de deslocados internos e refugiados intensificaram-se, alimentando novos focos de instabilidade geopolítica. Sem perspectivas concretas de resolução, tais conflitos tendem a enraizar-se nos espaços e nas sociedades da região, perpetuando dinâmicas de violência e fragilidade estrutural.

## Referências

- DIALLO, M. **Systèmes de conflits en Afrique de l’Ouest**. Introduction à une problématique des systèmes de conflits, dans la perspective d’une politique régionale préventive. Conakry: Atelier de la CEDEAO sur les systèmes de conflits et l’évaluation des risques en Afrique de l’Ouest, 2008.
- GNANGUËNON, A. **The perpetuation of a system of conflicts in Darfur: caught between local violence and regional disorder**. UNISCI, Discussion Papers, n. 3, 2013. Disponível em: <https://www.unisci.es/the-perpetuation-of-a-system-of-conflicts-in-darfur-caught-between-local-violence-and-regional-disorder>.
- MONIÉ, F.; GUAMBE, J. África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central. AZEVEDO, D. A. de; NOGUEIRA, R. **Geografia política: base conceitual e diversidade temática**. Brasília: Calendria, 2023. p. 368-395. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46995>
- MONIÉ, F. Sistemas de crises e de conflitos no Sahel central: uma análise multidimensional e multiescalar. **Revista Debates**, v. 19, n. 2, 2025, p. 56-76. <https://doi.org/10.22456/1982-5269.148589>
- GORÉE INSTITUTE. **Systèmes de conflits et enjeux sécuritaires en Afrique de l’Ouest**. Dacar: Gorée Institute, 2012. Disponível em: <https://goreeinstitut.org/systeme-de-conflits-et-enjeux-securitaires-en-afrique-de-l-ouest-presentation/>
- TSHIYEMBE, Mwayila. **O Estado pós-colonial**. Factor de insegurança em África. Luanda: Edições Mulemba; Ramada: Edições Pedagogo LDA, 2014.



Abrindo nosso dossiê temático, a entrevista com o Professor Mamoudou Gazibo, realizada em novembro de 2025, oferece uma análise aprofundada e atualizada sobre a transformação dos conflitos armados no Sahel Central. O pesquisador nigerino propõe uma periodização tripartida para a compreensão da violência armada na África Subsaariana. O primeiro período (1960–1990), insere-se no contexto da Guerra Fria e caracteriza-se por conflitos relativamente “organizados”, regulados por potências externas por meio de guerras por procuração (*proxy wars*), como exemplificado pelo caso angolano. Tratava-se, em geral, de disputas ideológicas com atores,



alianças e patrocinadores claramente identificáveis. O segundo período (anos 1990) no pós-Guerra Fria, marca a emergência das chamadas “guerras civis moleculares” (Libéria, Serra Leoa). Esses conflitos distinguem-se pela privatização da violência, pela ausência de uma ideologia coerente e pela extrema brutalidade dirigida contra populações civis. Por fim, o período pós-2011 apresenta um modelo híbrido e de difícil categorização, no qual se combinam insurgência religiosa e dinâmicas típicas do crime organizado, como o tráfico de drogas, armas e pessoas. Segundo o autor, a instabilidade contemporânea no Sahel resulta de uma convergência de fatores estruturais e conjunturais. O Professor Gazibo assevera que a queda do regime de Muammar Gaddafi, em 2011, que provocou a proliferação de armamentos e a circulação de combatentes experientes por toda a região. Por seu lado, a intensificação da desertificação, que comprometeu modos de vida de populações nômades, tornou terras improdutivas e forçou migrações para centros urbanos incapazes de absorver esse contingente populacional. Tal processo contribuiu para o colapso de laços sociais tradicionais. Um ponto central da entrevista reside na transformação da governança da segurança regional após os recentes golpes de Estado. Gazibo destaca a falência do G5 Sahel e da CEDEAO, ineficazes ou omissos diante da disseminação da violência armada. Em contraste, a Aliança dos Estados do Sahel (AES), formada por Mali, Burkina Faso e Níger, emerge como uma tentativa de aprofundar a cooperação, fundamentada na afirmação da soberania nacional e no afastamento estratégico da França. Contudo, o pesquisador alerta para o risco associado à retirada ocidental, uma vez que a perda de capacidades de inteligência estratégica pode fragilizar os exércitos locais. No que se refere às estratégias do Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (GSIM/Al-Qaeda), o autor identifica uma intensificação das operações no Mali, marcada por cercos a centros urbanos e por sistemas de tributação paralelos, com o objetivo de desestabilizar o regime e produzir um efeito cascata em Burkina Faso e no Níger. Ainda assim, Mamoudou Gazibo considera improvável a queda das capitais nacionais, argumentando que os exércitos da AES são atualmente mais bem equipados e articulados do que em 2012. A seguir, o debate sobre a relação entre meio ambiente e conflito é aprofundado no artigo de Vivian dos Santos Silva, intitulado “*Sahel: vulnerabilidade ambiental e a dinâmica das disputas territoriais e conflitos sociopolíticos*”. A autora estabelece uma relação entre a fragilidade ecológica e a instabilidade política, demonstrando que a desertificação e a insegurança hídrica não constituem meros fenômenos naturais, mas atuam como vetores de descontrole territorial em “áreas cinzentas” de governança. Essa vulnerabilidade estrutural é agravada pelo colapso de modelos de intervenção



externa, como argumenta Augusto Gabriel Colório em *“O fim da intervenção liberal e a transformação geopolítica no Sahel Central”*. O autor diagnostica a falência da chamada “paz liberal”, sustentando que a militarização dependente promovida por potências ocidentais não foi capaz de garantir segurança duradoura. Nesse sentido, a emergência da Aliança dos Estados do Sahel (AES) configura-se como uma tentativa de reafirmação da autonomia estratégica regional frente ao legado neocolonial. A atuação das instituições multilaterais é submetida a uma análise crítica no trabalho de Alfa Oumar Diallo, Cristóvão Baltazar Siteo e Siradio Hélio Santos Diallo, intitulado *“A atuação do Conselho de Segurança da ONU no conflito da República Democrática do Congo: desafios e perspectivas”*. Para além dos entraves operacionais das missões de paz, os autores introduzem uma dimensão analítica fundamental ao discutir o racismo institucional, questionando se a negligência ou o formato das intervenções na RDC refletem hierarquias raciais persistentes na estrutura decisória do Conselho de Segurança das Nações Unidas. Moçambique constitui o foco de uma tríade de análises que articulam exploração de recursos naturais e violência armada. No artigo *“Exploração do gás natural em Moçambique como fator de conflito armado: um olhar sobre a Província de Cabo Delgado”*, Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse e Rodrigues Simão Rafael exploram a lógica da chamada “maldição dos recursos”, evidenciando como a promessa de desenvolvimento associada ao gás natural liquefeito na Bacia do Rovuma resultou em exclusão social, insurgência armada e mais de um milhão de deslocados internos. A dimensão humana dessa crise é aprofundada por Edinilson Mário Moisés e Joaquim Miranda Maloa em *“A integração socioeconómica dos deslocados internos do terrorismo do norte de Moçambique no centro de acolhimento de Malica”*. O estudo demonstra que a autonomia dessas populações permanece severamente limitada pela ausência de acesso à terra e pela dependência prolongada de ajuda humanitária, evidenciando a necessidade de políticas públicas estruturantes que ultrapassem o assistencialismo emergencial. Por fim, Albino Eusébio, em *“Mineração, deslocamentos compulsórios e conflitos em Moçambique: algumas diferenças e proximidades históricas”*, oferece uma perspectiva histórica de longa duração. Ao comparar os megaprojetos contemporâneos com os aldeamentos do período colonial, o autor identifica a persistência de uma “governamentalidade colonial”, caracterizada pelo autoritarismo e pela negligência sistemática em relação aos modos de vida locais. O pesquisador moçambicano destaca a relevância de conflitos territoriais que, em escala local, ilustram o acirramento entre atores que reivindicam seu direito ao uso do território. Finalmente, essas contribuições evidenciam que a construção da paz na África



Subsaariana não se limita à cessação dos confrontos armados, mas pressupõe o enfrentamento das injustiças históricas estruturais, o fortalecimento da soberania estatal e regional diante de modelos comprovadamente ineficazes, bem como a implementação de uma gestão ambiental orientada pela preservação da vida, pela reprodução social e pelo bem-estar coletivo, em oposição à lógica predatória da exploração intensiva de recursos naturais.



Abrindo a *Sessão Varia*, o artigo *Urbanização, economia global e inovação na África Subsaariana: que dinâmicas?* assinado por Luiz Adriano Guevane analisa as relações entre urbanização, globalização e inovação na África Subsaariana, partindo do pressuposto de que o crescimento da população urbana tende a superar o da população rural nas próximas décadas. Argumenta-se que, no contexto da globalização, a intensificação da urbanização reforça a atratividade dos espaços urbanos, criando um ciclo de retroalimentação que potencializa dinâmicas de inovação e reorganização econômica. Entretanto, o estudo destaca que as economias da África Subsaariana ocupam uma posição periférica na chamada “nova economia” global, o que condiciona a emergência de formas de inovação adaptadas a essa condição estrutural. Embora a intensificação da urbanização represente uma oportunidade para a melhoria das condições de vida e das dinâmicas socioespaciais urbanas, tais benefícios não se materializam de forma generalizada, sobretudo devido à limitada capacidade de internacionalização da produção e à fragilidade dos sistemas econômicos locais. Nesse sentido, a atração exercida pelas cidades no “jogo” da globalização contribui simultaneamente para a expansão urbana e para a reprodução de desigualdades socioespaciais, expressas na coexistência de polos urbanos altamente integrados e espaços fragmentados e marginalizados. O artigo conclui que a urbanização na África Subsaariana constitui um processo ambivalente: ao mesmo tempo em que oferece potencial para inovação e desenvolvimento, tende a perpetuar assimetrias estruturais no interior das cidades e entre elas, exigindo abordagens sistêmicas e integradas para sua gestão. No artigo *A relação entre a aprendizagem centrada no aluno e o desempenho acadêmico em Moçambique*, Antonio Florindo Daniel Almoço, Arrumaina Rui Militão e Adelina Ricardo Alson analisam a aplicação da abordagem centrada no aluno no sistema educacional moçambicano, com ênfase na gestão curricular, diferenciação e avaliação. Com base em pesquisa bibliográfica, destacam os avanços



introduzidos pela descentralização curricular e pela autonomia escolar, bem como os principais desafios associados à escassez de recursos, à formação docente e às condições de ensino. O texto conclui que, apesar do enquadramento normativo favorável, a efetivação da aprendizagem centrada no aluno depende de investimentos estruturais, capacitação contínua dos professores e transformações nas práticas pedagógicas. Concluindo a sessão *Varia* o texto *Caracterização geotécnica das fracturas dos maciços rochosos na mineradora PROMAC LDA, Distrito de Nhamatanda/Sofala (Moçambique)* caracteriza geotecnicamente os carbonatitos da Mineradora Promac Lda., identificando famílias de fraturas que influenciam o desmonte. Foram analisados abertura, preenchimento, espaçamento e orientação das fraturas, e o software Stereonet 11 permitiu definir o número de famílias. As fraturas afetam a perfuração e a distribuição de explosivos, servindo também como pontos de propagação para fraturas induzidas. Observou-se intrusão de basalto e apenas uma fratura preenchida por stop, com areia avermelhada pouco compacta. O stop 1 possui uma família de fraturas moderadamente espaçadas; o stop 2 apresenta duas famílias, também moderadamente espaçadas. As aberturas variam de moderadas a largas, favorecendo a percolação de fluidos.



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Hagira Naide Gelo Machute, pesquisadora convidada neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada “*Governança da Água e o Equilíbrio de Poder na Gestão de Águas Transfronteiriças: o caso da Bacia do Rio Incomáti na África Austral*”.



A sessão *Expressões Culturais* apresenta um ensaio assinado por Wagner F. Guimarães intitulado *O papel do cinema em África em contextos de pós-independências* aborda a colonialidade e suas heranças no contexto pós-colonial africano, destacando o papel do cinema como ferramenta política e cultural na descolonização das mentes. O texto mostra como o cinema africano se



consolidou como instrumento político, cultural e pedagógico no processo de descolonização, enfrentando tanto as heranças coloniais quanto as pressões internacionais, com destaque para o caso angolano

Boa leitura!!!

## DOSSIER THÉMATIQUE

# CONFLICTUALITÉS EN AFRIQUE SUBSAHARIENNE : ACTEURS, ÉCHELLES, DYNAMIQUES SPATIALES

### Entretien



## *Dynamiques récentes de la conflictualité armée au Sahel central. Entretien avec Mamoudou Gazibo*

*Par Mamoudou Gazibo & Frédéric Monié*

#### *Mamoudou Gazibo*

Professor titular de Ciências Políticas;  
Université de Montréal, Québec, Canada,  
Contact: mamoudou.gazibo@umontreal.ca

#### *Frédéric Monié*

Professeur du Programa de Pós-Graduação em  
Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio  
de Janeiro; Coordinateur du GeoÁfrica; Editeur  
du Boletim GeoÁfrica

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/794911137775985>

orcid.org/0000-0002-8738-3301

Contact: fredericmonie@igeo.ufrj.br

**Biographie:** Mamoudou Gazibo (Doctorat, Université Montesquieu-Bordeaux IV, 1998) est professeur titulaire au Département de science politique de l'Université de Montréal où il a été recruté en 2001. Il a dirigé le comité de rédaction de la Constitution du Niger en 2010 et présidé entre 2014 et 2016, la section 44 de l'Association américaine de science politique (APSA). Ses travaux portent sur l'État, la démocratisation, les réformes institutionnelles, la coopération sino-africaine et la problématique de l'émergence africaine. Il a publié seul, en collaboration ou comme directeur une quinzaine de livres chez des éditeurs du Canada, des États-Unis, de France et de Grande Bretagne. Il a en outre publié environ 80 articles et chapitres sur les questions mentionnées ci-dessus. En matière de formation de la relève, il a dirigé plus de 120 étudiants de maîtrise et une vingtaine d'étudiants ont soutenu leur doctorat sous sa supervision. Enfin, il a obtenu de nombreuses subventions de recherches et coordonne le Pôle de recherche sur l'Afrique et le monde émergent (PRAME).



#### Como citar

GAZIBO, M; MONIÉ, F. Dynamiques récentes de la conflictualité armée au Sahel central. Entretien avec Mamoudou Gazibo. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p 10-17, jul-dez. 2025



## Entretien avec Mamoudou Gazibo<sup>1</sup>

**Boletim GeoÁfrica.** *Monsieur le Professeur Mamoudou Gazibo, nous vous remercions chaleureusement d'avoir accepté de répondre à quelques questions sur les dynamiques de la conflictualité armée en Afrique subsaharienne, et au Sahel en particulier. Pourriez-vous, pour commencer, nous éclairer sur les principales caractéristiques qui distinguent les conflictualités contemporaines au Sahel central des conflits armés des années 1980 et 1990 en Afrique subsaharienne, par exemple au Libéria, en Sierra Leone ou au Rwanda ?*

**Mamoudou Gazibo:** Les dynamiques de conflictualité actuelles sont très différentes de celles du passé. Dans les années 1990, on disait déjà cela par rapport aux conflits antérieurs. Pendant la période qui a suivi la vague d'indépendances, soit de 1960 à 1990 environ, les conflits étaient largement liés, d'une part, aux séquelles des processus de décolonisation et, d'autre part, à la guerre froide et à la logique de division du monde en deux blocs antagoniques. Lorsqu'ils n'opposaient pas des États, les conflits étaient le fait d'acteurs organisés et soutenus par des parrains régionaux ou internationaux qui externalisaient ainsi leurs conflits par le biais de proxys. En ce sens, ces conflits étaient « organisés » et relativement contrôlés, car leur prolongation et leur résolution pouvaient se négocier au niveau international entre puissances tutélaires. Le cas de la guerre civile en Angola impliquant divers acteurs locaux (UNITA, MPLA, FNLA) et parrains internationaux (Cuba et l'URSS du côté du MPLA, et les États-Unis et l'Afrique du Sud du côté des autres) en est un exemple.

À la fin de la guerre froide, en 1990, cette logique de régulation a disparu pour laisser la place à ce que Zaki Laïdi a appelé « un monde privé de sens », contrairement au monde de la guerre froide structuré par les idéologies libérales et marxistes. Dans un tel environnement, on a assisté à l'émergence de nouveaux types de conflits qui ont connu leur paroxysme au Libéria et en Sierra Leone. Ce sont des « guerres civiles moléculaires », pour reprendre Hans Magnus Enzensberger, qui voulait caractériser par cette expression des guerres sans idéologie particulière, privatisées et généralement d'une barbarie sans nom. On a vu ainsi des femmes violées, des enfants massacrés et enrôlés de force dans des groupes armés, et des hommes mutilés, notamment au Libéria et en Sierra Leone.

---

<sup>1</sup> L'entretien a été réalisé par courriel et en français. Les réponses ont été reçues le 02 décembre 2025



Ce qui se passe au Sahel central actuellement, et qui a commencé au Mali après la chute du colonel Kadhafi en Libye en 2011, est nouveau et difficile à caractériser. Cette conflictualité mêle en effet des groupes prétendant être porteurs de sens à d'autres versés dans la criminalité ou encore dans les trafics de drogue. Il n'y a d'ailleurs pas forcément de frontière étanche entre ces groupes, qui partagent parfois les mêmes fournisseurs d'armes et ensanglantent les mêmes régions. On a ainsi vu, en 2012, les rebelles touaregs maliens supposés se battre pour l'indépendance de l'Azawad faire front avec des groupes islamistes voulant installer un califat transfrontalier, et ce, sur fond d'enlèvements d'étrangers contre rançon et de sécurisation des routes de la cocaïne.

**Boletim GeoÁfrica.** *En quoi la précarité des services publics essentiels (santé, éducation, sécurité) et l'incapacité des États du Sahel central à contrôler frontières et territoires alimentent-elles la conflictualité actuelle ?*

**Mamoudou Gazibo:** Les causes de la conflictualité dans le Sahel central sont nombreuses. Certes, l'effondrement du régime libyen, sous l'effet combiné d'une insurrection populaire et de l'intervention de la France, de la Grande-Bretagne et des États-Unis, a servi de catalyseur en favorisant la disponibilité et le trafic des armes dans la région. Cependant, elle a aussi des sources internes structurelles et d'autres liées à la gouvernance. Ces pays, en particulier le Niger et le Mali, sont les deux États les plus vastes d'Afrique de l'Ouest, chacun ayant une superficie deux fois supérieure à celle de la France. Partageant avec le Burkina des caractéristiques climatiques, socio-démographiques et économiques comparables, ils sont classés parmi les pays les plus pauvres du monde.

Même avec de la volonté politique et une bonne gestion, le défi auquel leurs gouvernants ont toujours fait face est colossal. Tout est prioritaire dans ces pays : la santé, l'éducation, les infrastructures ou l'agriculture non industrielle, dont dépend la majorité de la population et qui est sujette aux aléas de la nature, en particulier dans cette période de changements climatiques. Ces dernières années, divers chocs comme la désertification ont changé les modes de vie, détruisant la vie nomade dans beaucoup de zones, rendant des terres infertiles et provoquant un exode des campagnes vers des villes qui ne sont prêtes à les absorber ni du point de vue des infrastructures, ni des emplois.



À ces facteurs structurels s'ajoutent la mauvaise gouvernance, une démocratie dévoyée marquée par des crises électorales et politiques et des coups d'État, situation qui empêche la mise en œuvre de projets de société de long terme. Dans un tel contexte, l'État se recroqueville sur les élites et les villes, notamment la capitale, laissant se développer dans l'arrière-pays des logiques locales qui prennent souvent des allures conflictuelles. Les accusations que l'on entend sur le rôle de la communauté peule dans la montée des groupes armés, notamment au Mali et au Burkina, tiennent à cette fragilisation du lien social, aux changements dans les modes de vie imposés par les changements climatiques et à l'incapacité des États à apporter des solutions.

**Boletim GeoÁfrica.** *Peut-on considérer que les coups d'État successifs dans le Sahel central (Mali, Burkina Faso, Niger et, d'une certaine manière, au Tchad) ont fragilisé l'architecture sécuritaire régionale ?*

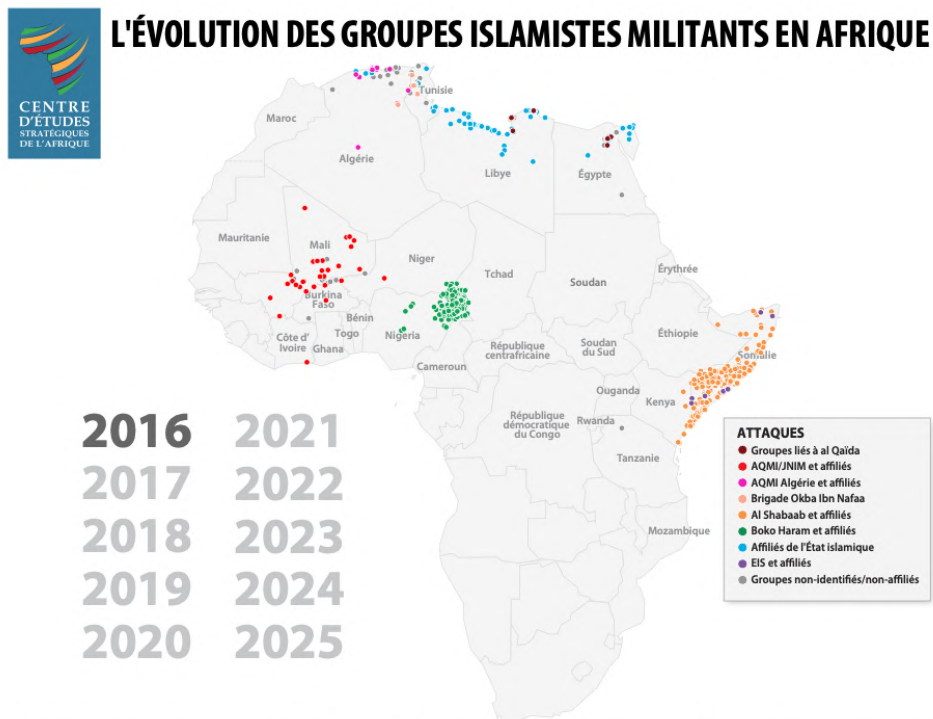
**Mamoudou Gazibo:** Il est peut-être encore trop tôt pour répondre à cette question, d'autant que peu d'informations sur la situation du terrain sont communiquées au public. Cependant, il faut distinguer deux dynamiques lorsqu'on parle d'architecture sécuritaire régionale et de son affaiblissement éventuel.

D'abord, il y a la coopération entre les États. Aujourd'hui, quoi que l'on pense de l'alliance des États du Sahel, il est clair qu'elle va plus loin en termes de coopération sécuritaire que les alliances antérieures, tel le G5 Sahel, qui n'a jamais fonctionné. On peut dire la même chose de la Communauté économique des États de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO), qui n'a simplement rien engagé comme effort régional de sécurité malgré la contagion de pays comme la Côte d'Ivoire, le Togo et le Bénin. De ce point de vue, il y a un progrès indéniable en termes d'appui réciproque, de partage d'informations et d'un début de mutualisation des moyens entre les trois pays.

Ensuite, avec les coups d'État dans ces pays, on a vu aussi la fin de la présence occidentale — notamment française — au Burkina, au Mali et au Niger. Derrière cette rupture se trouve une volonté d'affirmer la souveraineté de ces pays dans le domaine de la défense, ce qui est a priori une aspiration et un devoir légitimes pour tout État. Il reste à voir, dans le long terme, si cette présence décriée amoindrit ou non les capacités des armées locales, notamment en termes de renseignements, appui que la France et les États-Unis en particulier disaient apporter. Pour le moment, on a observé ces deux dernières années une intensification des actions des groupes armés

et une augmentation de la létalité dans les trois pays, malgré les discours sécuritaires et les réels efforts d'investissement dans les capacités militaires. Est-ce le dernier baroud d'honneur, comme le prétendent les régimes, ou la preuve que ces derniers perdent du terrain ? Il faut attendre l'épreuve des faits pour tirer des conclusions.

Figura 1. L'Évolution des groupes islamistes militants en Afrique



**Note:** Compilé par le Centre d'études stratégiques de l'Afrique, chaque carte montre des événements violents impliquant les groupes indiqués au cours d'une année se terminant le 30 juin. Les membres de groupes indiqués ne les sont qu'à des fins d'information et ne doivent pas être considérés comme des désignations officielles. En raison de la nature fluide de certains groupes, leur membres sont susceptibles de changer.  
**Sources:** Projet de données sur la localisation et les événements des conflits armés (ACLED) ; Centre pour la démocratie et les droits de l'homme ; Institut Hiraal ; HumAngle ; International Crisis Group ; Institut d'études de sécurité ; MENASTREAM ; Washington Institute ; et les Nations Unies.

Source: <https://africacenter.org/fr/spotlight/fr-2025-mig-10-ans/>

**Boletim GeoÁfrica.** Depuis le mois de juillet de l'année 2025, le Groupe de Soutien de l'Islam et des Musulmans (GSIM), « filiale » d'Al-Qaïda au Sahel, semble développer une nouvelle stratégie au Mali. Pensez-vous que les tactiques actuelles du groupe (expansion des espaces d'opérations, encerclement de villes, prélèvement systématique de taxes sur les routes, imposition de règles de la charia, désorganisation des réseaux d'approvisionnement de Bamako...) traduisent une stratégie de conquête du pouvoir politique dans ce pays ? Peut-on envisager un effet domino à l'échelle régionale ?

**Mamoudou Gazibo:** En effet, on constate depuis quelques mois une intensification des actions des groupes armés et l'extension des théâtres d'opération au Mali en particulier. Elle semble aller de pair avec une diminution des attaques au Niger et au Burkina Faso. Une hypothèse que l'on



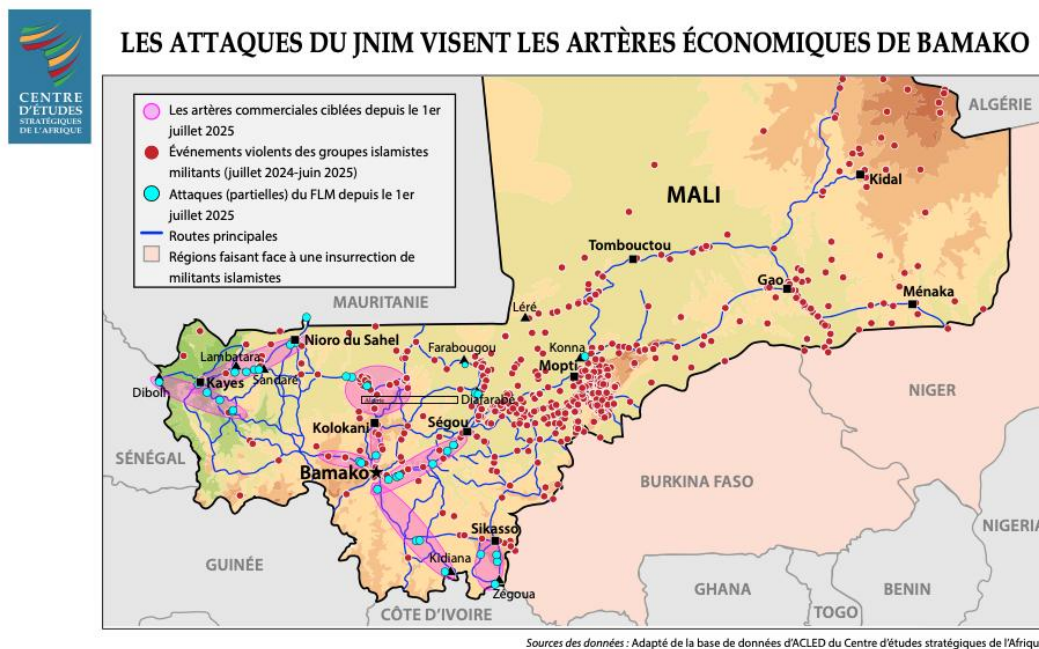
peut avancer est que ces groupes ont décidé de concentrer leurs efforts sur le Mali en espérant le faire tomber et créer ainsi un effet domino. Il est clair que si le Mali tombait entre leurs mains, les autres pays seraient en danger imminent, notamment parce que le Mali est probablement le mieux armé aujourd'hui des trois et que ces armes seraient retournées contre le Burkina et le Niger.

Ce scénario est cependant peu probable, car non seulement ces groupes ne semblent pas avoir la capacité militaire ni les ressources humaines pour prendre la capitale et administrer le pays, mais encore, le Niger et le Burkina sont conscients de la menace et interviendraient certainement pour l'empêcher.

Une autre hypothèse est que l'objectif des groupes armés est de retourner la population contre le régime et de précipiter son effondrement. Là aussi, on a vu récemment les efforts conjugués du Niger et du Burkina pour desserrer le blocus de Bamako en y convoyant du carburant. On est donc loin de la situation de 2012, quand les groupes armés n'avaient échoué à prendre la capitale Bamako qu'en raison de l'intervention française pour les arrêter. L'armée malienne est bien mieux équipée et aguerrie aujourd'hui, quoi qu'on en pense.



Figura 2. Les attaques du Jnim Visent Artères économiques de Bamako



Source: <https://africacenter.org/fr/spotlight/attaques-jnim-ouest-mali-sahel/>

### Quelques publications de Mamoudou Gazibo.... (ordre chronologique)

PROVINI, Olivier; GAZIBO, Mamoudou. Comment les régimes politiques déterminent-ils les politiques publiques? Réflexions comparées à partir des expériences du continent africain. In: DARBON, Dominique et al. (Org.). **Faire de l'analyse des politiques publiques en Afrique: résultats, enjeux et perspectives**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2023. (No prelo).

MOUNOUNI, Charles; GAZIBO, Mamoudou. Sociologie de l'État et de la constitution en Afrique. In: KAMTO, Maurice; MATRINGUE, Jean (Org.). **Traité de droit constitutionnel africain**. Paris: LGDJ, coleção Droits africains, 2023.

GAZIBO, Mamoudou; LEMA, Abdou Rahim. From Non-interference to Adaptive Pragmatism. China's Security Policy in Africa. **African Studies Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 1-20, 2022.

GAZIBO, Mamoudou. Learning from Each Other: The Belt and Road Initiative and Africa's infrastructure program. **Brazilian Journal of African Studies**, v. 7, n. 13, p. 11-32, 2022.

FARGION, Valeria; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Revisiting EU-Africa Relations in a Changing World**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. 304 p.

GAZIBO, Mamoudou. Is Democracy Declining in Africa and What Role for China? In: FARGION, Valeria; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Revisiting EU-Africa Relations in a Changing World**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. p. 252-267.



GAZIBO, Mamoudou. Electoral Administration. In: LYNCH, Gabrielle; VONDOEPP, Peter (Org.). **Routledge Handbook of Democratization in Africa**. London/New York: Routledge, 2020. p. 174-187.

SADOUNI, Samadia; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Migrations et gouvernance en Afrique et ailleurs**. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2020. 210 p.

GAZIBO, Mamoudou. Democracy and the Question of its Feasibility in Africa. In: CHEESEMAN, Nic (Org.). **The Oxford Encyclopedia of African Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

GAZIBO, Mamoudou. Les méthodes de la comparaison. In: DELOYE, Yves; DE WAELE, Jean-Michel (Org.). **Politique Comparée**. Bruxelles: Éditions Bruylant, 2018. p. 17-52.

GAZIBO, Mamoudou; MOUNOUNI, Charles (Org.). **Repenser la légitimité de l'État africain à l'ère de la gouvernance partagée**. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2017. 210 p.

NDULO, Muna; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Growing Democracy in Africa: Elections, Accountable Governance and Political Economy**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2016. 350 p.

GAZIBO, Mamoudou; JENSON, Jane. **La politique comparée: fondements, enjeux et approches théoriques**. 2. ed. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2015. 312 p.

BACH, Daniel C.; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Neopatrimonialism Africa and Beyond**. London: Routledge, 2012. 260 p.

BACH, Daniel C.; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **L'État néopatrimonial: genèse et trajectoires contemporaines**. Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, 2011. 392 p.



## DOSSIÊ TEMÁTICO

### CONFLITUALIDADES NA ÁFRICA SUBSAARIANA: ATORES, ESCALAS, DINÂMICAS ESPACIAIS

#### Entrevista



#### Dinâmicas recentes da conflitualidade armada no Sahel central. Entrevista com Mamoudou Gazibo

*Por Mamoudou Gazibo & Frédéric Monié*

*Mamoudou Gazibo*

Professor titular de Ciências Políticas;  
Universidade de Montreal, Quebec, Canadá,  
Contato: mamoudou.gazibo@umontreal.ca

*Frédéric Monié*

Professor do Programa de Pós-Graduação em  
Geografia (PPGG), Universidade Federal do Rio  
de Janeiro; Coordenador da GeoÁfrica; Editora  
do Boletim GeoÁfrica

Ripras: <http://lattes.cnpq.br/7949111377775985>

orcid.org/0000-0002-8738-3301

Contato: fredericmonie@igeo.ufrj.br

**Biografia:** Mamoudou Gazibo (Ph.D.,  
Université Montesquieu-Bordeaux IV, 1998) é  
professor titular no Departamento de Ciência  
Política da Université de Montréal, onde foi  
recrutado em 2001. Ele presidiu o comitê de  
redação da Constituição do Níger em 2010 e  
presidiu a Seção 44 da Associação Americana de  
Ciência Política (APSA) entre 2014 e 2016. Seu  
trabalho foca no Estado, democratização,  
reformas institucionais, cooperação China-  
África e na questão do surgimento africano. Ele  
publicou sozinho, em colaboração ou como  
editor, cerca de quinze livros com editoras no  
Canadá, Estados Unidos, França e Grã-Bretanha.  
Além disso, publicou cerca de 80 artigos e  
capítulos sobre os temas mencionados acima. Em  
termos de formação da próxima geração, ele  
supervisionou mais de 120 estudantes de  
mestrado e cerca de vinte estudantes defenderam  
seus doutorados sob sua supervisão. Por fim, ele  
obteve diversas bolsas de pesquisa e coordena o  
Pôle de recherche sur l'Afrique et o mundo  
emergente (PRAME).



Como citar

GAZIBO, M; MONIÉ, F. Dinâmicas recentes de  
conflito armado no Sahel Central. Entrevista  
com Mamoudou Gazibo. **Boletim GeoÁfrica**, v.  
4, n. 13, p. 18-24, jul.-dez. 2025



## Entrevista com Mamoudou Gazibo<sup>1</sup>

**Boletim GeoÁfrica.** *Professor Mamoudou Gazibo, agradecemos sinceramente por aceitar compartilhar seus conhecimentos sobre a dinâmica dos conflitos armados na África Subsaariana, especialmente no Sahel. Para iniciarmos nossa conversa, poderia nos explicar quais são as principais características que diferenciam os conflitos atuais no Sahel central daqueles ocorridos nas décadas de 1980 e 1990 em países como Libéria, Serra Leoa e Ruanda?*

**Mamoudou Gazibo:** A dinâmica dos conflitos atuais difere significativamente das do passado. Já nos anos 1990, observava-se uma mudança em relação aos conflitos anteriores. No período que se seguiu à onda de independências, aproximadamente entre 1960 e 1990, os conflitos estavam fortemente associados às consequências da descolonização, à Guerra Fria e à divisão do mundo em dois blocos antagônicos. Quando não envolviam diretamente Estados, eram conduzidos por atores organizados, frequentemente apoiados por patrocinadores regionais ou internacionais, que externalizavam seus interesses por meio de grupos intermediários. Dessa forma, tratava-se de conflitos “organizados” e relativamente controlados, cuja duração e resolução podiam ser negociadas em nível internacional entre as potências envolvidas. Um exemplo emblemático é a guerra civil em Angola, que contou com diversos atores locais (UNITA, MPLA, FNLA) e o apoio de patrocinadores internacionais (Cuba e URSS ao lado do MPLA, Estados Unidos e África do Sul ao lado dos demais).

No final da Guerra Fria, em 1990, essa lógica de regulação desapareceu para dar lugar ao que Zaki Laïdi chamou de “um mundo privado de significado”, ao contrário do mundo da Guerra Fria estruturado por ideologias liberais e marxistas. Nesse ambiente, novos tipos de conflito surgiram, culminando na Libéria e na Serra Leoa. Essas são “guerras civis moleculares”, para usar Hans Magnus Enzensberger, que queria caracterizar por essa expressão guerras sem ideologia específica, privatizadas e geralmente de barbárie indescritível. Mulheres foram estupradas, crianças massacradas e recrutadas à força para grupos armados, e homens mutilados, especialmente na Libéria e Serra Leoa.

O que está acontecendo no Sahel central agora, e que começou no Mali após a queda do coronel Gaddafi na Líbia em 2011, é novo e difícil de caracterizar. Esse conflito mistura grupos que afirmam ser portadores de significado com outros versados em crime ou tráfico de drogas.

---

<sup>1</sup> A entrevista foi realizada por e-mail e em francês. As respostas foram recebidas em 02 de dezembro de 2025 e traduzidas por Frédéric Monié



Não há necessariamente uma fronteira à prova de água entre esses grupos, que às vezes compartilham os mesmos fornecedores de armas e as mesmas regiões sangrentas. Em 2012, por exemplo, rebeldes tuaregues malienses que deveriam lutar pela independência de Azawad enfrentaram grupos islamistas que queriam estabelecer um califado transfronteiriço, em meio a sequestros de estrangeiros para resgate e à segurança das rotas de cocaína.

**Boletim GeoÁfrica.** *Como a precariedade dos serviços públicos essenciais (saúde, educação, segurança) e a incapacidade dos estados do Sahel central de controlar fronteiras e territórios alimentam o conflito atual?*

**Mamoudou Gazibo :** As causas do conflito no Sahel central são numerosas. Certamente, o colapso do regime líbio, sob o efeito combinado de uma insurreição popular e da intervenção da França, Grã-Bretanha e Estados Unidos, serviu como catalisador ao promover a disponibilidade e o tráfico de armas na região. No entanto, também possui fontes internas estruturais e outras fontes relacionadas à governança. Esses países, especialmente Níger e Mali, são os dois maiores estados da África Ocidental, cada um com uma área duas vezes maior que a França. Compartilhando características climáticas, sociodemográficas e econômicas comparáveis a Burkina Faso, eles estão entre os países mais pobres do mundo.

Mesmo com vontade política e boa gestão, o desafio que seus governantes sempre enfrentaram é colossal. Tudo é prioridade nesses países: saúde, educação, infraestrutura ou agricultura não industrial, da qual depende a maioria da população e que está sujeita às variações da natureza, especialmente neste período de mudanças climáticas. Nos últimos anos, vários choques, como a desertificação, mudaram estilos de vida, destruindo a vida nômade em muitas áreas, tornando a terra infértil e causando um êxodo do interior para cidades que não estão prontas para absorvê-las em termos de infraestrutura ou emprego.

Além desses fatores estruturais, há uma má governança, uma democracia equivocada marcada por crises eleitorais e políticas e golpes de Estado, uma situação que impede a implementação de projetos sociais de longo prazo. Nesse contexto, o Estado se acovardava sobre as elites e as cidades, especialmente a capital, permitindo que lógicas locais se desenvolvessem no interior, que frequentemente assumiam aparências conflituosas. As acusações que ouvimos sobre o papel da comunidade Fulani na ascensão dos grupos armados, especialmente no Mali e em



Burkina Faso, estão ligadas a esse enfraquecimento dos laços sociais, mudanças nos estilos de vida impostas pelas mudanças climáticas e à incapacidade dos Estados de oferecer soluções.

**Boletim GeoÁfrica.** *Podemos considerar que os sucessivos golpes de Estado no Sahel central (Mali, Burkina Faso, Níger e, até certo ponto, Chade) enfraqueceram a arquitetura regional de segurança?*

**Mamoudou Gazibo:** Pode ser cedo demais para responder a essa pergunta, especialmente porque poucas informações sobre a situação no terreno são comunicadas ao público. No entanto, duas dinâmicas devem ser distintas ao falar da arquitetura regional de segurança e seu possível enfraquecimento do país.

Primeiro, há cooperação entre os Estados. Hoje, independentemente do que se pense da aliança dos Estados do Sahel, está claro que ela vai mais longe em termos de cooperação em segurança do que alianças anteriores, como o G5 Sahel, que nunca funcionou. O mesmo pode ser dito da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que simplesmente não se comprometeu com nenhum esforço regional de segurança, apesar do contágio de países como Costa do Marfim, Togo e Benin. Sob esse ponto de vista, houve progressos inegáveis em termos de apoio recíproco, compartilhamento de informações e início da união de recursos entre os três países.

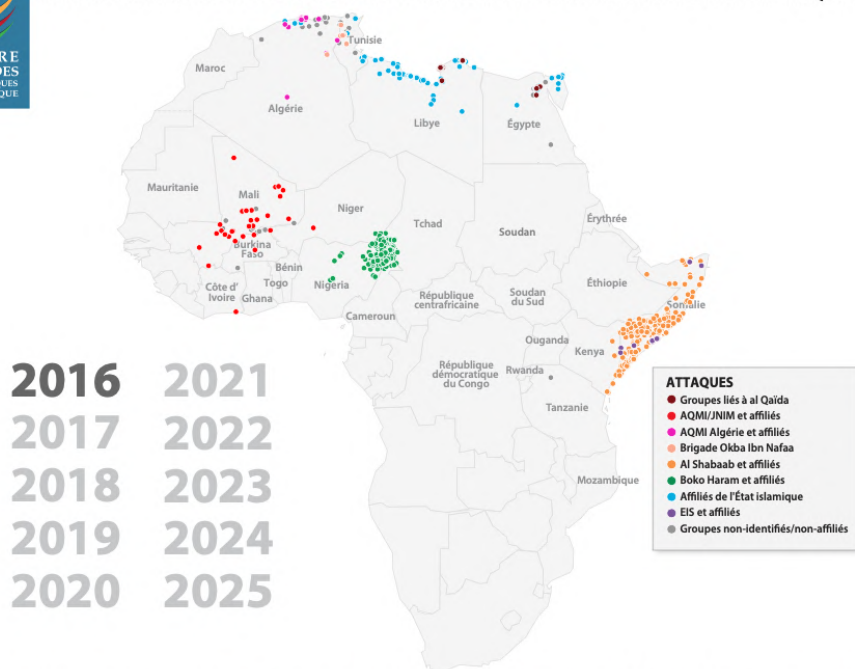
Depois, com os golpes de Estado nesses países, também vimos o fim da presença ocidental — especialmente francesa — em Burkina Faso, Mali e Níger. Por trás dessa ruptura está o desejo de afirmar a soberania desses países no campo da defesa, que é a priori uma aspiração e dever legítimos para qualquer Estado. Resta saber, a longo prazo, se essa presença condenada diminuirá as capacidades dos exércitos locais, especialmente em termos de inteligência, apoio que França e Estados Unidos, em particular, afirmaram estar fornecendo. Por enquanto, nos últimos dois anos, houve uma intensificação das ações dos grupos armados e um aumento da letalidade nos três países, apesar da retórica de segurança e dos esforços reais para investir em capacidades militares. Será que essa é a última resistência, como os regimes afirmam, ou a prova de que estão perdendo terreno? Devemos esperar pelo teste dos fatos para tirar conclusões.



Cartograma 1. Evolução dos grupos islamistas militantes na África



## L'ÉVOLUTION DES GROUPES ISLAMISTES MILITANTS EN AFRIQUE



**Note:** Compilé par le Centre d'études stratégiques de l'Afrique, chaque carte montre des événements violents impliquant les groupes indiqués au cours d'une année se terminant le 30 juin. Les membres de groupes indiqués ne les sont qu'à des fins d'information et ne doivent pas être considérés comme des désignations officielles. En raison de la nature fluide de certains groupes, leur membres sont susceptibles de changer.  
**Sources:** Projet de données sur la localisation et les événements des conflits armés (ACLED); Centre pour la démocratie et les droits de l'homme; Institut Hiraal; HumAngle; International Crisis Group; Institut d'études de sécurité; MENASTREAM; Washington Institute; et les Nations Unies.

Fonte: <https://africacenter.org/fr/spotlight/fr-2025-mig-10-ans/>

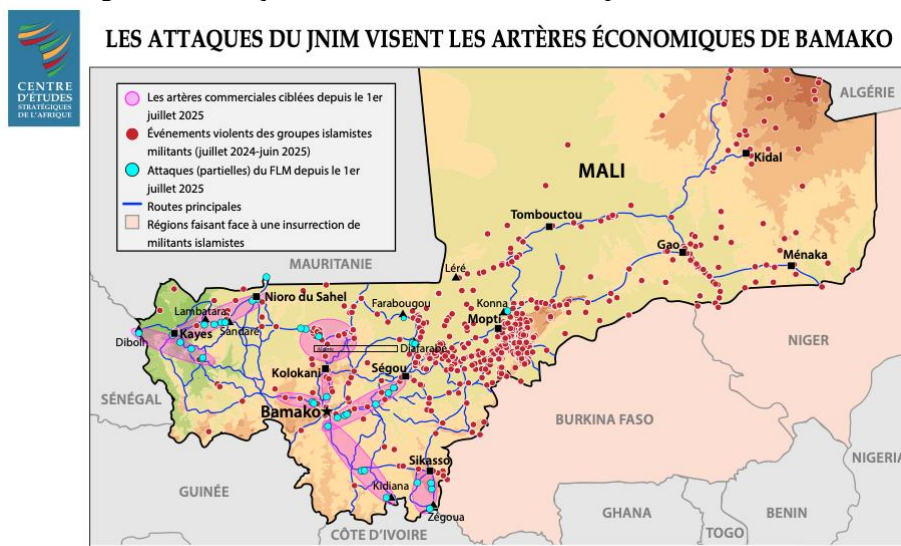
**Boletim GeoÁfrica.** Desde julho de 2025, o Grupo de Apoio ao Islã e aos Muçulmanos (GSIM), um "afiliado" da Al-Qaeda no Sahel, parece estar desenvolvendo uma nova estratégia no Mali. Você acha que as táticas atuais do grupo (expansão das áreas de operação, cerco de cidades, cobrança sistemática de impostos nas estradas, imposição de regras da Sharia, desorganização das redes de suprimentos de Bamako, etc.) refletem uma estratégia de conquista do poder político neste país? Podemos imaginar um efeito dominó em escala regional?

**Mamoudou Gazibo:** De fato, nos últimos meses, vimos uma intensificação das ações dos grupos armados e a extensão dos teatros de operações no Mali, em particular. Parece estar acompanhada por uma diminuição dos ataques no Níger e em Burkina Faso. Uma hipótese que pode ser proposta é que esses grupos decidiram concentrar seus esforços no Mali na esperança de derrubá-lo e, assim, criar um efeito dominó. Está claro que, se o Mali caísse em suas mãos, os outros países estariam em perigo iminente, especialmente porque o Mali provavelmente é o melhor armado dos três hoje e essas armas seriam voltadas contra Burkina Faso e Níger.

Esse cenário é improvável, porém, porque esses grupos não parecem ter capacidade militar ou recursos humanos para tomar a capital e administrar o país, como Níger e Burkina Faso estão cientes da ameaça e certamente interviriam para preveni-la.

Outra hipótese é que o objetivo dos grupos armados é virar a população contra o regime e acelerar seu colapso. Aqui também, vimos recentemente os esforços conjuntos de Níger e Burkina Faso para afrouxar o bloqueio de Bamako transportando combustível para lá. Isso é muito diferente da situação de 2012, quando grupos armados só não conseguiram tomar a capital Bamako devido à intervenção francesa para detê-los. O exército maliano está muito mais bem equipado e experiente hoje, seja qual for a opinião

Cartograma 2. Ataques do JNIM as vias de transporte de Bamako (Mali)



Fonte: <https://africacenter.org/fr/spotlight/attaques-jnim-ouest-mali-sahel/>



### Algumas publicações de Mamoudou Gazibo.... (ordem cronológica)

PROVINI, Olivier; GAZIBO, Mamoudou. Comment les régimes politiques déterminent-ils les politiques publiques? Réflexions comparées à partir des expériences du continent africain. In: DARBON, Dominique et al. (Org.). **Faire de l'analyse des politiques publiques en Afrique: résultats, enjeux et perspectives**. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2023. (No prelo).

MOUNOUNI, Charles; GAZIBO, Mamoudou. Sociologie de l'État et de la constitution en Afrique. In: KAMTO, Maurice; MATRINGUE, Jean (Org.). **Traité de droit constitutionnel africain**. Paris: LGDJ, coleção Droits africains, 2023.

GAZIBO, Mamoudou; LEMA, Abdou Rahim. From Non-interference to Adaptative Pragmatism. China's Security Policy in Africa. **African Studies Quarterly**, v. 21, n. 3, p. 1-20, 2022.

GAZIBO, Mamoudou. Learning from Each Other: The Belt and Road Initiative and Africa's infrastructure program. **Brazilian Journal of African Studies**, v. 7, n. 13, p. 11-32, 2022.

FARGION, Valeria; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Revisiting EU-Africa Relations in a Changing World**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. 304 p.

GAZIBO, Mamoudou. Is Democracy Declining in Africa and What Role for China? In: FARGION, Valeria; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Revisiting EU-Africa Relations in a Changing World**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 2021. p. 252-267.

GAZIBO, Mamoudou. Electoral Administration. In: LYNCH, Gabrielle; VONDOEPP, Peter (Org.). **Routledge Handbook of Democratization in Africa**. London/New York: Routledge, 2020. p. 174-187.

SADOUNI, Samadia; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Migrations et gouvernance en Afrique et ailleurs**. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2020. 210 p.

GAZIBO, Mamoudou. Democracy and the Question of its Feasibility in Africa. In: CHEESEMAN, Nic (Org.). **The Oxford Encyclopedia of African Politics**. Oxford: Oxford University Press, 2019.

GAZIBO, Mamoudou. Les méthodes de la comparaison. In: DELOYE, Yves; DE WAELE, Jean-Michel (Org.). **Politique Comparée**. Bruxelles: Éditions Bruylant, 2018. p. 17-52.

GAZIBO, Mamoudou; MOUNOUNI, Charles (Org.). **Repenser la légitimité de l'État africain à l'ère de la gouvernance partagée**. Montréal: Presses de l'Université du Québec, 2017. 210 p.

NDULO, Muna; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Growing Democracy in Africa: Elections, Accountable Governance and Political Economy**. Newcastle upon Tyne: Cambridge Scholars Publishing, 2016. 350 p.

GAZIBO, Mamoudou; JENSON, Jane. **La politique comparée: fondements, enjeux et approches théoriques**. 2. ed. Montréal: Presses de l'Université de Montréal, 2015. 312 p.

BACH, Daniel C.; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **Neopatrimonialism Africa and Beyond**. London: Routledge, 2012. 260 p.

BACH, Daniel C.; GAZIBO, Mamoudou (Org.). **L'État néopatrimonial: genèse et trajectoires contemporaines**. Ottawa: Presses de l'Université d'Ottawa, 2011. 392 p.

ARTIGO



**A REGIÃO DO SAHEL E SUA VULNERABILIDADE AMBIENTAL:  
DISPUTAS TERRITORIAIS E CONFLITOS SOCIOPOLÍTICOS**

*THE SAHEL REGION AND ITS ENVIRONMENTAL VULNERABILITY:  
TERRITORIAL DISPUTES AND SOCIO-POLITICAL CONFLICTS*

*LA REGIÓN DEL SAHEL Y SU VULNERABILIDAD AMBIENTAL: DISPUTAS  
TERRITORIALES Y CONFLICTOS SOCIOPOLÍTICOS*

*Por Vivian Santos da Silva*

25

*Vivian Santos da Silva*  
Geógrafa, Doutora pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisa Espaços e Sociedades na África subsaariana – GeoÁfrica  
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4160-4145>  
E-mail: [vsgeoufrj@gmail.com](mailto:vsgeoufrj@gmail.com)

Submetido: 12/09/2025  
Aceite: 14/11/2025

Como citar  
SILVA, Vivian Santos da. A região do Sahel e sua vulnerabilidade ambiental: disputas territoriais e conflitos sociopolíticos. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 25-43, jul.-dez. 2025



## RESUMO

O presente artigo almeja analisar a relação sistêmica entre a vulnerabilidade ambiental do Sahel africano, seu contexto de subdesenvolvimento e instabilidade político-econômica, e a presença de crises de insegurança alimentar e hídrica, que, associadas a outras variáveis geográficas (fronteiras fluídas, países encravados etc.), criam um ambiente propenso a novos desequilíbrios regionais. Atualmente, o Sahel é reconhecido como uma área cinzenta, com inúmeros focos de conflitos, que abrangem diversas motivações e múltiplas escalas. Esse contexto de nebulosidade geopolítica está intimamente associado aos impactos ecológicos da maior restrição hídrica na região. Nas últimas décadas, mudanças demográficas, urbanização e intensificação das secas são fatores que, assim como as mudanças climáticas (em nível global), resultaram no processo de desertificação. É necessário entender como esse fenômeno, com potencial para drásticas alterações socioambientais, por sua vez, contribui para o cenário de descontrol territorial, conflitos por recursos, crise ecológica, humanitária e de refugiados.

**Palavras-chave:** Sahel; Desertificação; Conflitos; Insegurança alimentar; Insegurança hídrica.

## ABSTRACT

This article aims to analyze the systemic relationship between the environmental vulnerability of the African Sahel, its context of underdevelopment and political-economic instability and the presence of food and water insecurity crises, which associated with other geographical variables (fluid borders, landlocked countries etc.) created an environment tolerant of new regional ecosystems. Currently, the Sahel is recognized as a gray area, with multiple outbreaks of conflicts, which cover different motivations and multiple scales. This context of geopolitical cloudiness is closely associated with the ecological impacts of the greatest water restriction in the region. In recent decades, demographic changes, urbanization and the intensification of droughts are factors that, as well as climate change (global level), have resulted in the process of desertification. It is necessary to understand how this phenomenon, with the potential for drastic socio-environmental changes, in turn, contributes to the scenario of lack of territorial control, conflicts over resources, ecological, humanitarian and refugee crises.

**Keywords:** Sahel; Desertification; Conflicts; Food insecurity; Water insecurity.

## RESUMEN

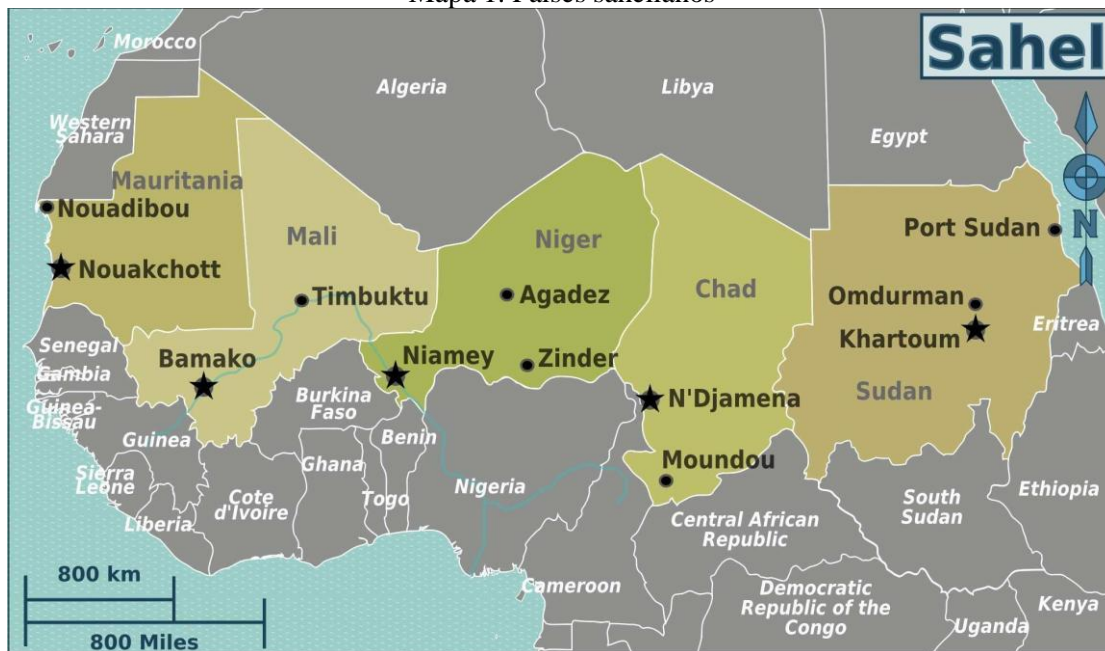
Este artículo tiene como objetivo analizar la relación sistémica entre la vulnerabilidad ambiental del Sahel africano, su contexto de subdesarrollo e inestabilidad político-económica y la presencia de crisis de inseguridad alimentaria e hídrica, que se asocia a otras variables geográficas (fronteras fluidas, países sin litoral, etc.) crean un entorno propenso a nuevos desequilibrios regionales. Actualmente, el Sahel es reconocido como una zona gris, con numerosos estallidos de conflictos, que abarcan distintas motivaciones y múltiples escalas. Este contexto de nebulosidad geopolítica está íntimamente asociado a los impactos ecológicos de la mayor restricción hídrica en la región. En las últimas décadas, los cambios demográficos, la urbanización y la intensificación de las sequías, son factores que, al igual que el cambio climático (a nivel global), dieron como resultado el proceso de desertificación. Es necesario comprender cómo este fenómeno, con el potencial de cambios socioambientales drásticos, a su vez, contribuye al escenario de descontrol territorial, conflictos por los recursos, crisis ecológica, humanitaria y de refugiados.

**Palabras clave:** Sahel; desertificación; Conflictos; inseguridad alimentaria; Inseguridad del agua.

## INTRODUÇÃO

O Sahel, palavra que significa “costa” ou “fronteira” em árabe, abarca latitudinalmente o continente africano de leste a oeste, abrangendo dez países: Senegal, Mauritânia, Mali, Burkina Faso, Níger, Nigéria, Chade, Sudão do Sul, Sudão do Norte e Eritreia. As dinâmicas territoriais e de circulação desses países são bastante específicas, em especial nos casos de Mali, Chade e Níger, que são países encravados. A singularidade regional saheliana é um fator central para a constituição social, cultural, econômica e política de cada uma dessas nações.

Mapa 1. Países sahelianos



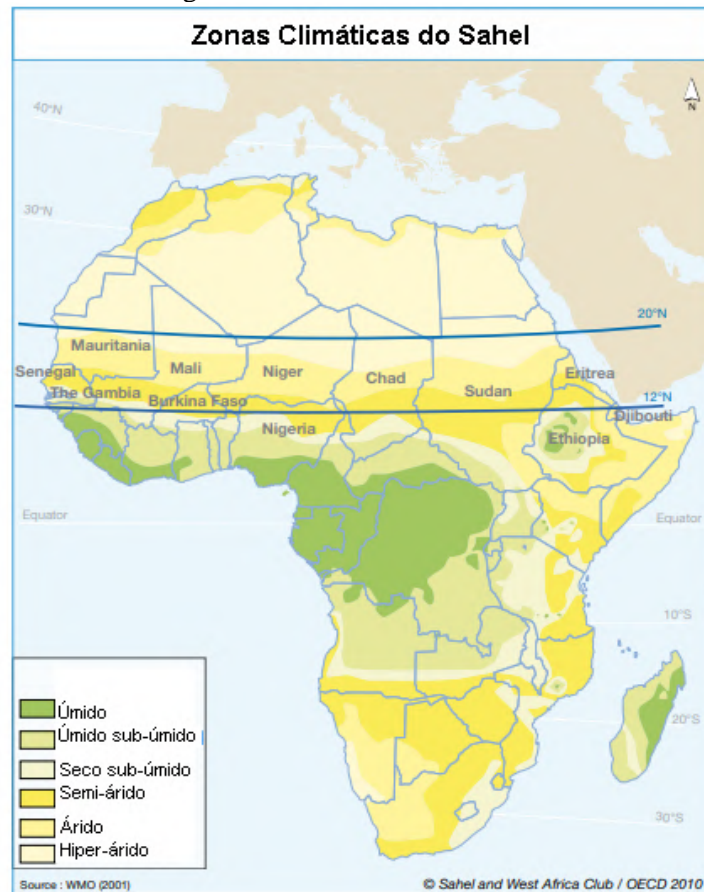
Fonte: Oliveira (2019), Disponível em: <<https://www.jornaltornado.pt/e-ainda-o-sahel-e-os-interesses-da-franca-e-da-europa/>>

As fronteiras no Saara e no Sahel resultam de um processo histórico relativamente recente, marcado pela divisão territorial de uma faixa fronteiriça de quase 5.500 km de extensão, estabelecida sobretudo durante a partilha colonial da África, desconsiderando dinâmicas sociais, culturais e ambientais pré-existentes. Por essa razão, tais fronteiras nunca conseguiram, de fato, impedir, controlar ou gerir plenamente a mobilidade humana e o comércio clandestino.

A aridez climática constitui um elemento central na organização do espaço regional da África Ocidental. O gradiente de precipitação, que varia entre 200 e 300 mm anuais, apresenta um padrão zonal que deu origem a uma área de transição ecoclimática e biogeográfica entre o deserto árido do Saara e as savanas semiáridas do Sudão (Danjibo, 2013:18). A região

fitogeográfica é dominada por vegetação de estepes, conformando um ambiente considerado ainda hostil à ocupação humana.

Cartograma 1. Zonas Climáticas do Sahel



Fonte: OECD (2010). Adaptação própria (2020).

Considerando o quadro geofísico regional, fortemente influenciado pelos baixos índices de precipitação e pela limitada disponibilidade de recursos hídricos, a faixa de transição saheliana configura-se também como um espaço historicamente marcado por tensões entre pastores nômades e agricultores sedentários. Em especial nos períodos de seca, esses grupos passam a competir de forma mais intensa por recursos hídricos escassos. Já as estações chuvosas, ao proporcionarem maior oferta de água e maior fertilidade do solo, tendem a reduzir significativamente esses conflitos.

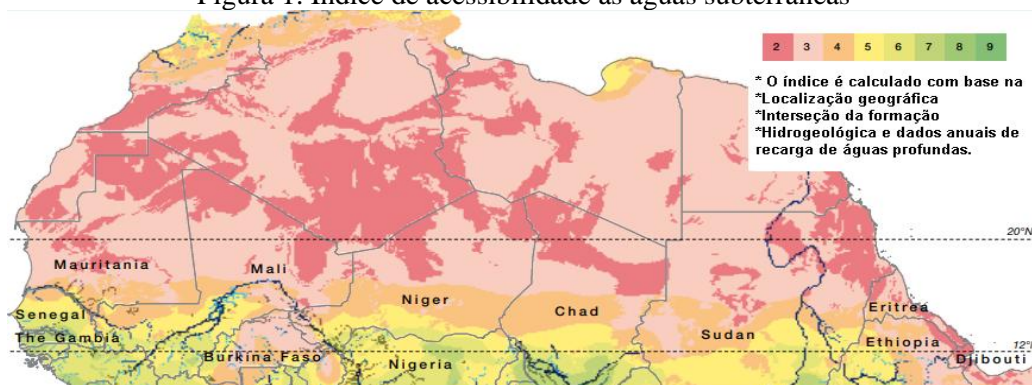
## O SAHEL E A ESCASSEZ DE RECURSOS HÍDRICOS

Ao longo da história, os reinos sahelianos, especialmente Gana e Mali, construíram sua prosperidade a partir do comércio transaariano. Durante séculos, a transumância constituiu um elemento socioespacial fundamental, tanto por garantir a sobrevivência das populações locais,



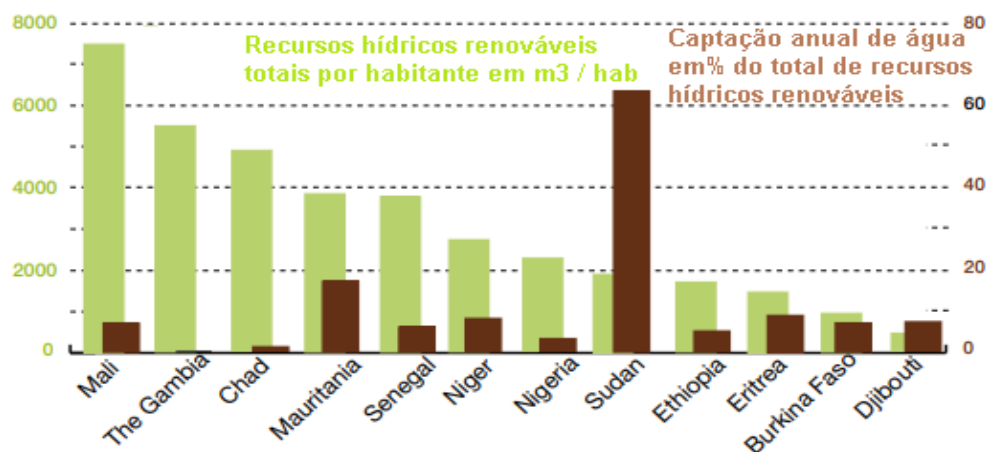
mediante o acesso a recursos básicos, sobretudo a água, quanto por assegurar a continuidade da atividade pastoril. Além disso, esse movimento sazonal era essencial para a circulação e distribuição de mercadorias na região. Grupos de comerciantes e transportadores, em particular os tuaregues, percorriam longas distâncias para escoar seus produtos, permanecendo por extensos períodos afastados de suas áreas de origem. Na atualidade, as rotas históricas de transumância e comércio, hoje comprimidas pelas fronteiras nacionais impostas pela colonização, passaram a ser utilizadas por redes de tráfico e contrabando que cruzam ilegalmente esses limites territoriais. Esse processo contribui para que o Sahel seja frequentemente caracterizado como uma região de difícil controle, marcada por intensas ondas de violência e pela incapacidade dos Estados em conter fluxos transfronteiriços ilícitos, como drogas, armas e pessoas (Silva, 2023). Em países como Mali, Burkina Faso e Níger, as tensões entre pecuaristas e agricultores sedentários tornaram-se progressivamente mais agudas, impulsionadas pela crescente competição por terra e água em um contexto de mudanças climáticas. Como evidenciam o mapa e o gráfico apresentados a seguir, a acessibilidade às águas subterrâneas no Sahel tem se reduzido de forma significativa, sendo mais crítica justamente nas áreas mais vulneráveis a secas crônicas (Silva, 2023; Monié, 2022).

Figura 1. Índice de acessibilidade às águas subterrâneas



Fonte: Sources: OECD/SWAC, 2009. Adaptação própria, 2019.

Gráfico 1. Recursos Hídricos Renováveis totais e retirada anual por habitante



Fonte: FAO, 2005. Adaptação própria, 2019.

O sistema sociocultural saheliano é moldado por uma relação singular entre sociedade e ambiente, marcada por transformações contínuas. A disputa por recursos naturais sempre intensificou conflitos entre Estados, populações locais e diferentes grupos sociais (Galito, 2013). A combinação entre rápido crescimento populacional, baixa incorporação de tecnologias agrícolas e práticas de sobrepastoreio tem contribuído para a degradação progressiva dos solos no Sahel (Ayatunde *et al.*, 2000; Mortimore; Turner, 2005; Tschakert, 2007).

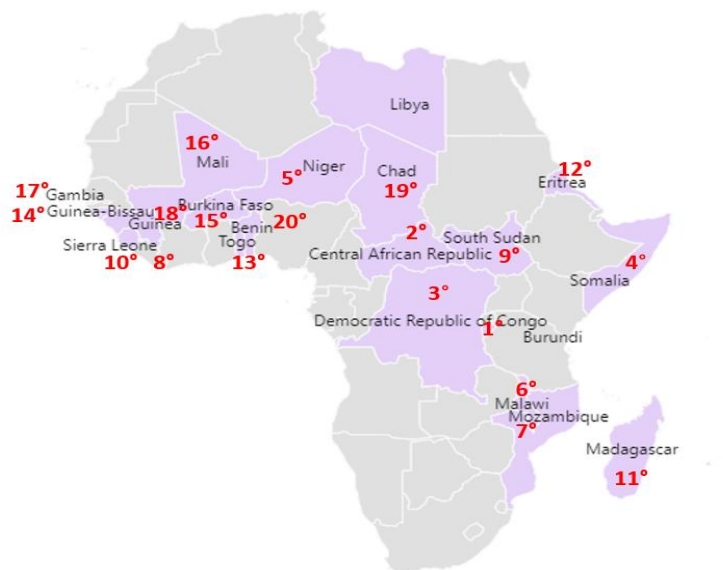
A urbanização acelerada, fenômeno que já gera inúmeros desafios em diversas partes do mundo, seja pela ausência de planejamento socioespacial, seja pela incapacidade da infraestrutura urbana de acompanhar o ritmo de expansão, assume contornos ainda mais preocupantes no Sahel. Em uma região historicamente instável, a crescente concentração populacional tende a agravar desequilíbrios físicos e políticos, sobretudo diante da maior



pressão sobre recursos escassos, como água e terras férteis (Monié, 2023). Embora a África permaneça, atualmente, o continente menos urbanizado do Mundo, a transição urbana é evidente. Segundo a base de dados digital de *Africapolis*, o número de aglomerações urbanas passou de 152 em 1950 para cerca 3500 (estimativa) em 2024. Hoje, vilas e cidades já concentram aproximadamente a metade da população regional. Ainda assim, países como o Níger, onde apenas 18% da população vive em áreas urbanas, figuram entre os menos urbanizados do mundo.

As projeções demográficas da Organização das Nações Unidas (ONU) indicam que a população mundial poderá alcançar 9,687 bilhões de pessoas em 2050. Para a África Subsaariana, estima-se que a população, que era de aproximadamente 1,152 bilhão em 2022, chegue a cerca de 2,094 bilhões em 2050. Dados de 2024 da United Nations Economic Commission for Africa (UNECA) apontam que a população africana já ultrapassou 1,5 bilhão de habitantes. Esses números reforçam o papel central que o continente desempenhará no crescimento demográfico global nas próximas décadas, sendo responsável por parcela significativa da expansão populacional prevista até meados do século. Esse crescimento populacional impõe desafios ambientais, econômicos e sociais de grande magnitude. Em contextos marcados por insegurança alimentar e competição por recursos básicos, a expansão demográfica tende a intensificar crises sistêmicas já existentes. Em 2022 cerca de 445 milhões de africanos viviam com menos de 1,90 dólar por dia, aproximadamente 34% da população total. O Banco Mundial estima que a pandemia de Covid-19 tenha acrescentado outros 30 milhões de pessoas à condição de extrema pobreza (BM, 2019). Na África Subsaariana, diversos países do Sahel permanecem entre as economias mais vulneráveis do mundo. Segundo o mais recente Relatório de Desenvolvimento Humano do PNUD (2024), Níger, Chade, Burkina Faso e Mali apresentam alguns dos menores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do planeta. *Rankings* baseados no PIB per capita ajustado pelo poder de compra (PPC) também colocam o Níger entre os países mais pobres da África, acompanhado de Burkina Faso, Mali e Chade, que figuram repetidamente entre os menos desenvolvidos do continente.

Cartograma 2. Os 20 países mais pobres da África em 2022



Fonte: <https://www.mappr.co/thematic-maps/africa-poorest-countries/>. Adaptação: Autora, 2022.

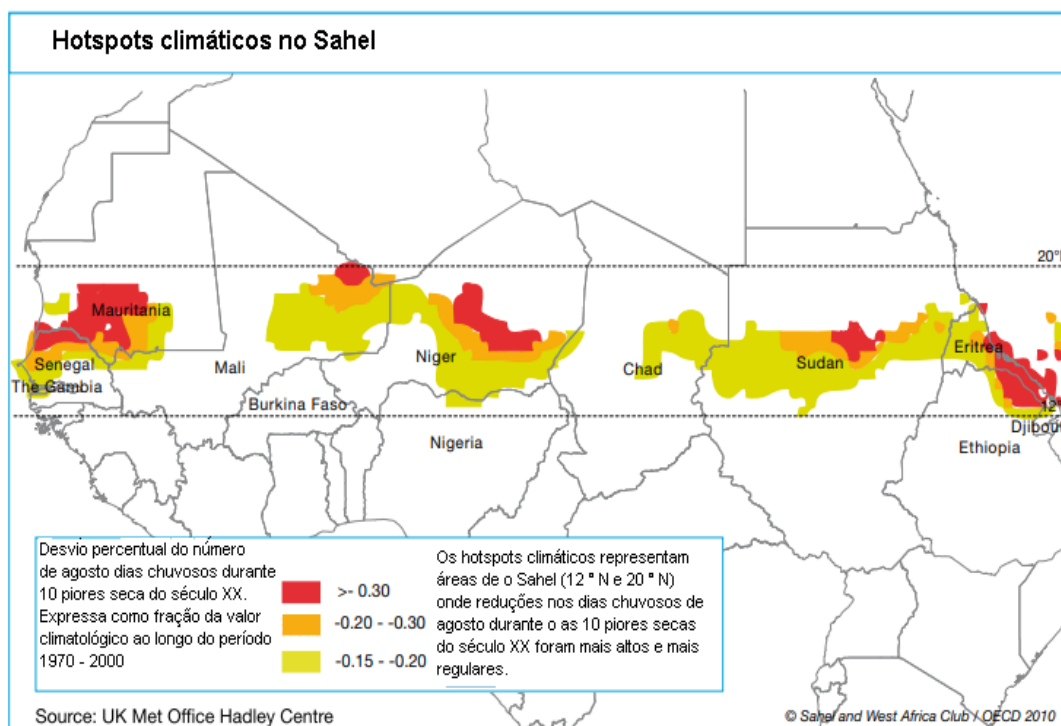
## CRISES HÍDRICAS E O AUMENTO DAS TENSÕES E CONFLITOS NO SAHEL

Conforme mencionado anteriormente, o Sahel é uma região de clima semiárido, marcada por elevada vulnerabilidade ambiental. Para Gallopin (2006), a vulnerabilidade corresponde à suscetibilidade de um sistema a sofrer danos potenciais ou transformações quando exposto a perturbações ou pressões ambientais. Trata-se, portanto, não de uma medida de dano efetivo, mas da capacidade de um ambiente ser afetado negativamente sob determinadas condições. Regiões semiáridas, como o Sahel, apresentam níveis particularmente altos de vulnerabilidade: as precipitações são escassas, irregulares e imprevisíveis; as amplitudes térmicas são intensas e constantes; e os solos tendem a ser pobres em matéria orgânica, água, fauna e flora, esta última adaptada a condições extremas, como resistência à seca, tolerância à salinidade e resiliência ao calor (UNCCD, 2012). Solos degradados e de baixa fertilidade representam cerca de 34% das terras disponíveis na região, contribuindo significativamente para a insegurança alimentar, sobretudo entre pequenos agricultores (UNCCD, 2014).

O Sahel tem enfrentado longos períodos de seca, como entre 1968 e 1974, acompanhados de fome e pobreza generalizadas. Segundo a UNMULTIMEDIA (2016), a quantidade de água disponível por habitante diminuiu 40% nas últimas duas décadas. O crescimento populacional, somado ao prolongamento dos períodos de estiagem, tem

intensificado o processo de desertificação, caracterizado pelo avanço do deserto do Saara sobre as terras sahelianas. De acordo com a OCDE (2014), existem três áreas particularmente sensíveis à desertificação, onde as secas crônicas foram mais severas e duradouras: a primeira situa-se na porção mais ocidental da região, entre Senegal e Mauritânia; a segunda estende-se entre Mali e Níger; e a terceira abrange o leste da Etiópia e o Sudão. Das dez piores secas registradas no mundo desde 1970, cinco ocorreram simultaneamente no Sahel oriental e ocidental, desencadeando uma crise ecológica sem precedentes (OCDE, 2014)

Ilustração 1. Áreas mais susceptíveis a desertificação no Sahel



Fonte: OECD, 2010. Adaptação própria, 2019.

A crise ecológica pode ser entendida como um fenômeno que articula processos econômicos, sociais e naturais, ou induzidos, afetando o equilíbrio do solo, da vegetação e dos recursos hídricos, bem como a qualidade de vida das populações que habitam áreas vulneráveis às condições edáficas e/ou climáticas (Ferreira, 1994; Monié, 2022). Segundo a ONU (1994), a desertificação corresponde à “degradação da terra nas regiões áridas, semiáridas e subúmidas secas, resultante de vários fatores, entre eles as variações climáticas e as atividades humanas” (ONU, 1994, p. 4). Essa definição aproxima-se da abordagem pioneira de Aubreville (1949), que analisou áreas da África tropical degradadas pela exploração intensiva dos recursos naturais e pela falta de compreensão de que, em ambientes semiáridos, a degradação ambiental



constitui um processo destrutivo e, muitas vezes, irreversível. O autor, assim, vinculou diretamente a desertificação à ação antrópica. Sampaio *et al.* (2005), por sua vez, destacam a complexidade inerente à análise da desertificação, observando que:

“(...) dos fatores que originam a desertificação, sabe-se que são múltiplos, complexos, entrelaçados, com inúmeros mecanismos de retroalimentação, tornando sua análise extremamente difícil”. A maior dificuldade é que a maioria deles está presente em todas as áreas sujeitas à desertificação. (...) E eles variam no espaço e no tempo. Os fatores extrapolam o âmbito agrícola e estendem-se para atividades econômicas e sociais, por vezes, originando-se em áreas muito distantes daquelas onde a desertificação está ocorrendo. (SAMPAIO *et al.*, 2005, p. 61-62).

Essa definição é particularmente pertinente a esta análise, pois entendemos que, de forma sistêmica, a desertificação no Sahel integra um mecanismo complexo e interdependente de crises. O fenômeno ultrapassa os fatores ambientais que tornam uma área suscetível à degradação, alcançando dimensões econômicas e sociais (Guambe, Monié, 2023). A noção de um sistema retroalimentado se sustenta no fato de que pobreza e insegurança alimentar podem ser simultaneamente causas e consequências da desertificação (PAN-BRASIL, 2004). Matallo (2001) enfatiza que o processo de desertificação exige a análise de múltiplos componentes: a) degradação dos solos; b) degradação da vegetação; c) degradação dos recursos hídricos; e d) redução da qualidade de vida da população. Esses elementos envolvem quatro grandes áreas do conhecimento, física, biológica, hídrica e socioeconômica (Matallo, 2001, p. 24). Embora o termo “desertificação” derive de “deserto”, Saadi (2000) alerta que não devem ser confundidos: o deserto refere-se a um tipo climático, enquanto a desertificação corresponde a um desequilíbrio ambiental. Nesse sentido, o Sahel se destaca como uma região onde a chuva é escassa e irregular; em ambientes áridos, a baixa disponibilidade hídrica é esperada, mas sua persistência prolongada desencadeia catástrofes humanitárias e intensifica disputas por água. No livro *Resource Wars – The New Landscape of Global Conflict* (2002), Klare analisa a relação intrínseca entre conflitos territoriais e escassez hídrica em diversas regiões do mundo. O autor destaca que disputas por água acompanham a história humana há séculos. Ramonet (2002) acrescenta que a escassez de recursos hídricos tende a acirrar tensões sociais e econômicas capazes de evoluir para conflitos armados. Assim, a limitação de recursos essenciais intensifica disputas por acesso e controle territorial, uma vez que a localização desses recursos se torna ponto estratégico para múltiplos atores.

No Sahel, os conflitos territoriais envolvem Estados, grupos populacionais (nômades, comunidades étnicas, refugiados) e até organizações terroristas ou redes criminosas, que frequentemente disputam recursos escassos. Segundo Hare *et al.* (1992), a seca de 1973 atingiu



um ápice que provocou a morte de pessoas e animais, além de gerar um grande fluxo de refugiados. Eventos dessa natureza, ao restringirem ainda mais um recurso já escasso, tornam-se novos gatilhos para conflitos entre grupos populacionais. A seca deixou um rastro de destruição que afetou a sociedade, o meio ambiente e a economia, agravando sobretudo a insegurança alimentar, fator que contribuiu diretamente para o aumento da instabilidade geopolítica regional.

Embora conflitos não sejam exclusividade do Sahel, a pobreza sistêmica que afeta parte significativa de sua população amplifica seus impactos e dificulta soluções duradouras. De acordo com o relatório mais recente da Food and Agriculture Organization (FAO) e de outras agências da ONU, cerca de 733 milhões de pessoas enfrentaram fome em 2023, o equivalente a 1 em cada 11 pessoas no mundo, e 1 em cada 5 na África. O *Global Report on Food Crises* (GRFC) de 2025 indica que mais de 295 milhões de pessoas em 53 países sofreram níveis agudos de insegurança alimentar em 2024, o maior número já registrado.

Diante desse cenário, populações vivendo em condições extremamente precarizadas enfrentam desafios quase intransponíveis em meio a crises políticas e conflitos territoriais. No Sahel, a migração forçada torna-se uma das poucas alternativas de sobrevivência. Contudo, essa saída não resolve os conflitos de origem e ainda gera novas tensões territoriais, além de pressionar países vizinhos que se tornam destino dos fluxos de refugiados. Esses dados recentes evidenciam a gravidade da insegurança alimentar global, especialmente em regiões vulneráveis onde conflitos, crises econômicas, desastres ambientais e deslocamentos forçados comprometem profundamente o acesso a alimentos. O documento *World at War* (ACNUR, 2015) descreve a chamada “crise de refugiados” como uma situação alarmante, que impõe novos desafios aos direitos humanos e aos sistemas socioeconômicos e ambientais dos países receptores. Esses Estados enfrentam pressões demográficas adicionais que podem gerar desequilíbrios locais. No contexto da desertificação no Sahel, um dos desequilíbrios mais evidentes é o fluxo descontrolado de deslocados e refugiados, decorrente de conflitos e crises humanitárias e ecológicas. Se, mesmo em países desenvolvidos, a gestão de refugiados já provoca tensões econômicas, sociais, políticas, culturais e espaciais, o impacto é ainda mais profundo em países pobres ou instáveis, onde a chegada de novos deslocados pressiona sistemas que já operam no limite. Nessas regiões, a escassez de recursos, a fragilidade institucional e a insuficiência de infraestrutura dificultam a oferta de abrigo, alimentação, segurança e inclusão social. Assim, os fluxos de refugiados não apenas revelam desigualdades históricas, mas também intensificam tensões territoriais e vulnerabilidades preexistentes, como



ocorre de forma recorrente no Sahel e em outras zonas de conflito do continente africano (Guambe, Monié, 2023). Oferecer abrigo a um grande número de pessoas exige espaço físico, planejamento e investimentos substanciais. Em países subdesenvolvidos, onde o espaço físico é apenas um dos inúmeros desafios, essas dificuldades se ampliam de forma exponencial. Nesse contexto, o continente africano concentra hoje o maior volume de refugiados e deslocados do mundo.

### **A INSTABILIDADE GEOPOLÍTICA E ECONÔMICA DO SAHEL E SUA INCAPACIDADE DE RESPOSTA À CRISE ECOLÓGICA**

Ao observar a situação dos países do Sahel pouco após o início do conflito no Mali, em 2012, as projeções de segurança alimentar para o primeiro trimestre já eram extremamente preocupantes. Os dados indicavam que Burkina Faso e Mali poderiam enfrentar uma deterioração ainda maior, sobretudo devido à baixa produção de pastagens, que comprometeria diretamente a subsistência das populações pastorais. Essa tendência pode ser visualizada na tabela a seguir.



Tabela 1. Indicadores socioeconômicos e populacionais — países do Sahel central

Indicador	Burkina Faso	Mali	Níger	Chade
<b>População total (≈)</b>	~24,2 milhões (2025)	~25,5 milhões (2025)	~28,0 milhões (2025)	~17–18 milhões (estimativa, 2024)
<b>Densidade (hab/km<sup>2</sup>)</b>	~86 (2024)	Dados específicos não disponíveis (estimado <20)	Dados específicos não disponíveis (alto crescimento populacional)	Dados específicos não disponíveis
<b>População urbana (%)</b>	~28% (2024)	~47% (2024)	~17% (2024)	Dados específicos não disponíveis
<b>População rural (%)</b>	~72% (estimado)	~53% (estimado)	~83% (estimado)	Dados específicos não disponíveis
<b>PIB (US\$ correntes)</b>	~23,1 bilhões (2024)	~26,6 bilhões (2024)	~19,5–19,7 bilhões (2024)	~20,6 bilhões (2024)
<b>Agricultura no PIB (%)</b>	~23% (2024)	Dados específicos não disponíveis	~40% (aproximado)	Dados específicos não disponíveis

Fontes: World Bank / Banco Mundial, PopulationTODAY e estimativas recentes de 2024–2025 (2024–2025).

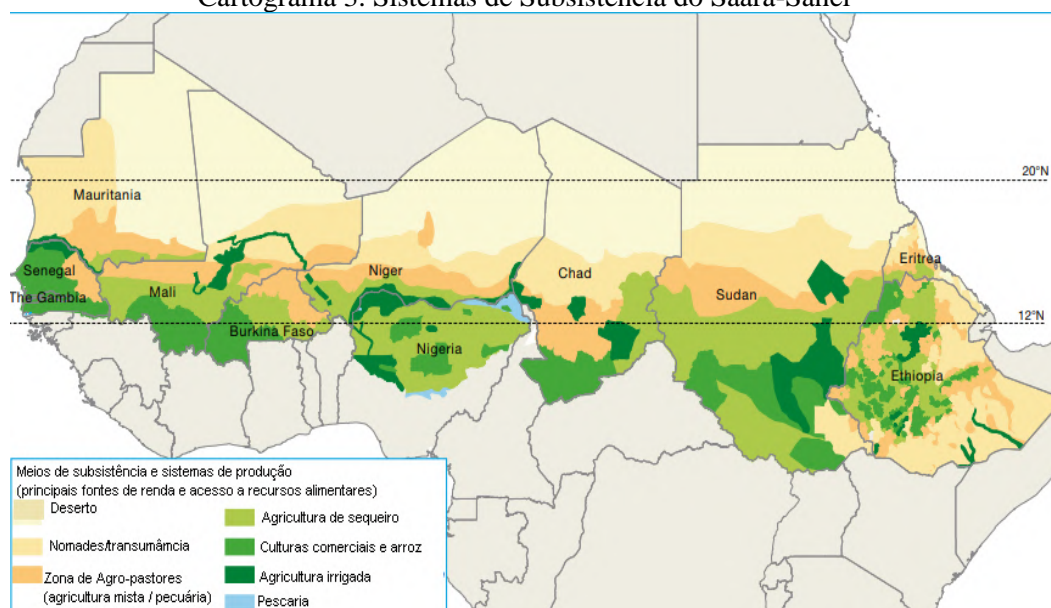
Para Sampaio (2005, p.103):

“...as consequências ambientais da degradação do solo são bastante graves por si próprias, mas seu aspecto mais danoso é na redução da capacidade de produção das terras, principalmente, quando esta redução é irreversível”.

A desigualdade social ajuda a explicar por que os impactos da desertificação se manifestam de maneira distinta entre diferentes grupos. A ausência de investimentos inviabiliza a produção agrícola em condições climáticas tão adversas, enquanto a concentração de terras férteis intensifica a expansão das áreas em processo de degradação. Diante disso, muitos agricultores e pecuaristas acabam recorrendo a terras já fragilizadas e exauridas como única alternativa para garantir sua subsistência. A gravidade da situação no Sahel, no início da década de 1970, motivou um expressivo aumento dos fluxos de ajuda internacional, estimulou iniciativas de cooperação voltadas ao combate à desertificação e levou à convocação de uma

conferência internacional destinada à elaboração de um plano de ação (Hare *et al.*, 1992:14). Nesse cenário, os pastores figuram entre os grupos mais afetados, pois suas comunidades foram severamente atingidas pelas secas. A escassez de forragem e água provocou a migração precoce de seus rebanhos para outras regiões, tanto dentro de seus próprios países quanto em territórios vizinhos. Essa mobilidade forçada agrava conflitos relacionados ao uso da terra e da água, que se desdobram em disputas por acesso, controle e direitos de passagem.

Cartograma 3. Sistemas de Subsistência do Saara-Sahel



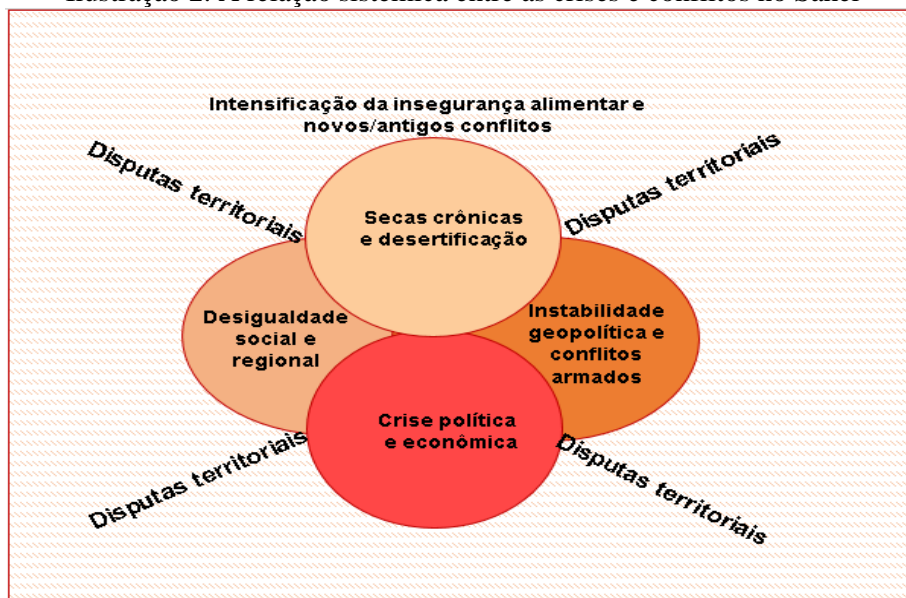
Fonte: Sahel and West Africa Club / OECD, 2010 e CILSS; FAO; FEWSNET; SWAC/OECD.  
Adaptação própria, 2019.

A expansão das terras agrícolas, embora concebida como estratégia para reduzir a insegurança alimentar, acabou intensificando as disputas por terras e recursos naturais (Monié, 2023). Antes da consolidação dos Estados nacionais, a convivência entre pastores e agricultores era relativamente pacífica. A relação entre nômades e sedentários baseava-se em interações de subsistência entre os principais grupos pastoris, como Fulbes e Tuaregues, e os agricultores sedentários, organizados em uma divisão espacial que separava o norte pastoril do sul agrícola. Os Fulbes tradicionalmente criam gado, cabras e ovelhas em países como Senegal, Mali, Níger, Chade e Camarões, enquanto os Tuaregues se dedicam sobretudo à criação de camelos, cabras e ovelhas nas áreas sahelianas. Contudo, a redução das áreas destinadas à pecuária, provocada pelo avanço das terras de cultivo, deteriorou profundamente essa coexistência. Hoje, os

confrontos entre esses grupos tornaram-se cada vez mais frequentes (Moritz, 2010), como resultado direto da crescente pressão sobre recursos já escassos.

No Mali, esse processo alimentou o ressentimento tuaregue em relação ao governo central e às populações do sul, especialmente as de Bamaco. Lecocq (2010) observa que as rebeliões malinesas foram diretamente influenciadas pelas secas severas das décadas de 1970 e 1980, que devastaram tanto as atividades nômades quanto as agrícolas no norte do país. Essa articulação entre pressões ambientais, perda de meios de vida e instabilidade política revela um panorama sistêmico no qual crises climáticas, disputas territoriais e conflitos armados se retroalimentam continuamente — dinâmica representada no esquema imagético apresentado a seguir.

Ilustração 2. A relação sistêmica entre as crises e conflitos no Sahel



Fonte: Elaboração própria, 2019.

Moritz (2010) observa que as medidas adotadas para prevenir conflitos entre agricultores e pecuaristas têm sido ineficazes, sobretudo porque ignoram que as políticas públicas historicamente favoreceram os agricultores, deixando de enfrentar de forma adequada as ameaças à subsistência das atividades pastorilistas em um contexto de secas prolongadas. No Sahel, durante a estação seca, deslocar o gado para áreas agrícolas torna-se, muitas vezes, a única alternativa para garantir a sobrevivência dos animais, ainda que isso implique a destruição de plantações. Além disso, o contato crescente entre terras agrícolas e pastagens resulta da expansão agrícola, que demanda áreas cada vez maiores devido à baixa produtividade, não havendo evidências de aumento significativo no número de animais nas



comunidades locais. Mortimore e Adams (2001) destacam que as secas ocorridas entre 1972 e 1974 desencadearam uma crise multidimensional no Sahel, marcada pela interação de cinco fatores: a própria seca, a insuficiência na oferta de alimentos, o manejo inadequado da pecuária, a degradação ambiental e as limitações das atividades familiares de subsistência. Esses elementos se reforçam mutuamente, aprofundando a desertificação e agravando a escassez de alimentos, a desnutrição e o subdesenvolvimento regional. Os países situados no núcleo do Sahel, Burkina Faso, Mali, Níger e Mauritânia, ilustram de forma clara essa dinâmica. A combinação entre secas recorrentes, processos acelerados de desertificação e elevada vulnerabilidade socioeconômica faz com que esses territórios vivenciem, de maneira intensa, a sobreposição entre estresses ambientais, insegurança alimentar e disputas territoriais, configurando um cenário persistente e complexo de fragilidade estrutural.

## CONCLUSÃO

As crises de insegurança alimentar e hídrica no Sahel são frequentemente interpretadas de forma simplista, como se decorressem exclusivamente de fenômenos climáticos. No entanto, uma análise mais profunda revela que tais crises só podem ser compreendidas quando articuladas a fatores estruturais, políticos, econômicos e sociais que historicamente moldam a vulnerabilidade desses países. O clima é um elemento central, mas não atua isoladamente: ele interage com desigualdades persistentes, fragilidades institucionais, má gestão territorial e sistemas produtivos incapazes de responder à crescente pressão sobre os recursos. Os conflitos armados agravam ainda mais esse quadro, ao gerar perdas ecológicas e desorganizar profundamente o tecido social. A desertificação, simultaneamente causa e consequência dessas tensões, compromete a capacidade das comunidades de manter seus modos de vida, provocando rupturas familiares, abandono de terras produtivas e crescente dependência de ajuda humanitária. Os campos destinados aos deslocados, muitas vezes comparáveis a espaços de confinamento, evidenciam a dimensão humana e social dessas crises, marcadas pela perda de autonomia e pela limitação da liberdade.

Os movimentos populacionais também pressionam os ecossistemas que recebem refugiados e migrantes internos. Em regiões ecologicamente frágeis, o aumento da densidade demográfica intensifica a demanda por água, lenha, alimentos e terras cultiváveis, aprofundando a degradação ambiental e os ciclos de escassez. Assim, o impacto não se encerra na rota do deslocamento: ele se dissemina, multiplicando vulnerabilidades. Nesse contexto, a intensificação dos conflitos territoriais entre agricultores e pastores decorre diretamente da



escassez de terras e recursos. Como observa Blench (1996), a urbanização eleva a demanda por alimentos e carne, estimulando a expansão das áreas agrícolas e dos rebanhos. Contudo, as pastagens sahelianas são extremamente sensíveis à pressão de pastejo, tornando inevitáveis os efeitos ambientais e sociais dessa competição. Os conflitos, portanto, não emergem apenas da hostilidade entre grupos, mas da erosão lenta e contínua das condições que sustentam seus modos de vida. A insegurança alimentar crônica, nesse cenário, está intrinsecamente ligada às desigualdades econômicas, às exclusões étnicas, às violações de direitos humanos, às disputas políticas e à má distribuição de terras. Trata-se de um fenômeno sistêmico, no qual cada dimensão reforça as demais, perpetuando um ciclo de fragilidade.

Diante desse quadro, qualquer tentativa de enfrentar ou mitigar as crises humanitárias, hídricas e territoriais do Sahel deve evitar análises reducionistas. A região enfrenta um conjunto de problemas profundamente entrelaçados, que se retroalimentam e não podem ser compreendidos de forma isolada. Combater a desertificação, por exemplo, exige reconhecer sua relação direta com o subdesenvolvimento, a instabilidade política, as desigualdades sociais e a pobreza estrutural. Da mesma forma, compreender as dinâmicas políticas e sociais requer considerar o papel dos desastres ambientais e da escassez de recursos. O Sahel não vive apenas uma crise climática, nem apenas uma crise econômica, política ou territorial: vive a combinação explosiva de todas elas. A desertificação intensifica vulnerabilidades preexistentes e, simultaneamente, é intensificada por elas, configurando um ciclo complexo que desafia soluções simplistas. Somente uma abordagem integrada, capaz de reconhecer a interdependência entre ambiente, sociedade, economia e política, pode oferecer caminhos concretos para construir estabilidade e resiliência em uma das regiões mais frágeis do mundo.

## REFERÊNCIAS

AYANTUNDE, A.; WILLIAMS, T O.; UDO, H; FERNÁNDEZ-RIVERA, S; HIERNAUX, P; VAN KEULEN, H. Herders' perception, practice, and problems of night grazing in the Sahel. **Human Ecology**, v. 28, n. 1, p. 109-130, 2000.

AUBRÉVILLE, A. **Climats: forêts et désertification de l'Afrique tropicale**. Paris: Société d'Éditions Géographiques, Maritimes et Coloniales, 1949.

BLENCH, R. **Resource conflict in semi-arid Africa: an essay with an annotated bibliography**. ODI Working Paper. London: Overseas Development Institute, 1998.

PAN-BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Programa de Ação Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca**. Brasília, DF: MMA, 2004.

DANJIBO, N. The Aftermath of the Arab Spring and Its Implication for Peace and Development in the Sahel and Sub-Saharan Africa. **Strategic Review for Southern Africa**, v. 35, n. 2, p. 16-34, 2013.



FERREIRA, N. J. *et al.* **A desertificação no Nordeste do Brasil: diagnóstico e perspectiva.** Teresina: Núcleo de Desertificação da UFPI, 1994.

GALLOPIN, G. Linkages between vulnerability, resilience, and adaptive capacity. **Global Environmental Change**, v. 16, p. 293–303, 2006.

HARE, F. K.; WARREN, A.; MAIZELS, J. K.; KATES, R. W.; JOHNSON, D. L.; HARING, K.; JOHNSON-GARDUÑO, M. A. **Desertificação: causas e consequências.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1992.

LECOCQ, B. **Disputed Desert: Decolonization, Competing Nationalisms and Tuareg Rebellions in Northern Mali.** Leiden: Brill, 2010.

LUNARDON, J. **Conflitos armados contemporâneos na África Negra e suas causas ambientais.** Trabalho de Conclusão de Curso (Relações Internacionais). Porto Alegre: UFRGS, 2010.

KLARE, M. **Resource Wars: The New Landscape of Global Conflict.** New York: Owl Books/Henry Holt and Company, 2002.

MATALLO, H Jr. **Indicadores de Desertificação: histórico e perspectivas.** Brasília: UNESCO, 2001.

MONIÉ, F. A África subsaariana diante das mudanças climáticas: perspectivas e desafios. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 1, p. 6–15, jan.–mar. 2022.

MONIÉ, F. Riscos e vulnerabilidades na África subsaariana. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 8, p. 1–8, out.–dez. 2023.

MONIÉ, F.; GUAMBE, J. África: Os Conflitos na África Subsaariana: Territórios, Redes e Escalas da Conflitualidade no Sahel Central. AZEVEDO, D. A. de; NOGUEIRA, R. **Geografia política: base conceitual e diversidade temática.** Brasília: Calendria, 2023. p. 368-395. Disponível em: <http://repositorio2.unb.br/jspui/handle/10482/46995>

MORITZ, M. Understanding Herder-Farmer Conflicts in West Africa: Outline of a Processual Approach. **Human Organization**, v. 69, n. 2, p. 138–148, 2010.

MORTIMORE, Michael; ADAMS, William. Farmer adaptation, change and “crisis” in the Sahel. **Global Environmental Change**, v. 11, n. 1, p. 49–57, 2001.

RAMONET, I. **Guerras do Século XXI.** Porto: Campo das Letras, 2002.

SAADI, A. Os Sertões que viram Deserto. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Ciência do Solo**, v. 25, n. 1, p. 10–17, 2000.

SAMPAIO, E V. S. B.; ARAÚJO, M do S D. Desertificação no Nordeste do Brasil. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIA DO SOLO**, 30., Recife. Anais... Recife: 2005.

SILVA, V. **A Questão Tuaregue no Norte do Mali e a Formação do Sistema de Crises e Conflitos do Sahel (África Ocidental).** Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023

TSCHAKERT, P. Views from the vulnerable: Understanding climatic and other stressors in the Sahel. **Global Environmental Change**, v. 17, p. 381–396, 2007.



ARTIGO



**O FIM DA INTERVENÇÃO LIBERAL E A TRANSFORMAÇÃO  
GEPOLÍTICA NO SAHEL CENTRAL**

***THE END OF LIBERAL INTERVENTION AND GEOPOLITICAL  
TRANSFORMATION IN THE CENTRAL SAHEL***

***LA FIN DE L'INTERVENTION LIBERALE ET LA RECONFIGURATION  
GEPOLITIQUE DU SAHEL CENTRAL***

*Por Augusto Gabriel Colório*

*Augusto Gabriel Colório*  
Mestrando em Geopolítica e Prospectiva pelo  
Instituto de Relações Internacionais e  
Estratégia (IRIS, França), Mestre em Conflito e  
Segurança Internacional pela Universidade de  
Kent (Reino Unido)  
E-mail: augustocolorio@hotmail.com.

Submetido: 14/10/2025  
Aceite: 14/12/2025

Como citar  
COLÓRIO, Augusto Gabriel. O fim da  
intervenção liberal e a transformação  
geopolítica no Sahel Central. **Boletim  
GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 43-64, jul.-dez. 2025.

## RESUMO

Este artigo analisa a falência do modelo de intervenção liberal no Sahel Central e suas implicações geopolíticas. Fundamentado nos estudos críticos de segurança, argumenta-se que a paz liberal se mostrou incapaz de responder às dinâmicas complexas da região, marcada por fragilidade estatal, dependências históricas e heranças neocoloniais. Longe de promover estabilidade, o modelo liberal contribuiu para a consolidação de uma militarização dependente, particularmente em relação à França e aos Estados Unidos, e para a ampliação da crise de segurança. O colapso desse paradigma tornou-se evidente entre 2020 e 2023, com a ascensão de regimes militares em Mali, Burkina Faso e Níger e a formação da Confederação dos Estados do Sahel, iniciativas que expressam uma tentativa de reconstruir a soberania e afirmar uma autonomia estratégica regional. O estudo apoia-se em uma abordagem qualitativa, ancorada nos estudos críticos de segurança, e utiliza pesquisa bibliográfica e documental como principais técnicas de análise. Conclui-se que o caso do Sahel valida as críticas teóricas à paz liberal como instrumento de gestão das periferias globais, marcando um ponto de inflexão na legitimidade das normas e instituições que sustentaram o liberalismo internacional no pós-Guerra Fria. **Palavras-chave:** Sahel. Paz Liberal. Geopolítica.

## ABSTRACT

This article analyzes the failure of the liberal intervention model in the Central Sahel and its geopolitical implications. Grounded in critical security studies, it argues that liberal peace has proven incapable of addressing the region's complex dynamics, marked by state fragility, structural dependency, and neocolonial legacies. Rather than promoting stability, the liberal model contributed to the consolidation of a dependent militarization, particularly toward France and the United States, and to the deepening of the security crisis. The collapse of this paradigm became evident between 2020 and 2023, with the rise of military regimes in Mali, Burkina Faso, and Niger, and the creation of the Confederation of Sahel States — initiatives that express an attempt to rebuild sovereignty and assert regional strategic autonomy. The study adopts a qualitative approach, anchored in critical security theory, and relies on bibliographic and documentary research as its main analytical tools. It concludes that the Sahel case confirms theoretical critiques of liberal peace as an instrument for managing the global periphery, marking a turning point in the legitimacy of the norms and institutions that sustained international liberalism in the post-Cold War era.

**Key-words:** Sahel. Liberal Peace. Geopolitics

## RESUMEN

Cet article analyse l'échec du modèle d'intervention libéral au Sahel central et ses implications géopolitiques. S'appuyant sur les études critiques de sécurité, il soutient que la paix libérale s'est révélée incapable de répondre aux dynamiques complexes de la région, marquée par la fragilité étatique et les héritages néocoloniaux. Loin de favoriser la stabilité, le modèle libéral a contribué à une militarisation dépendante, notamment envers la France et les États-Unis, tout en accentuant la crise sécuritaire. L'effondrement de ce paradigme s'est manifesté entre 2020 et 2023, avec l'ascension de régimes militaires au Mali, au Burkina Faso et au Niger, ainsi que la création de la Confédération des États du Sahel — initiatives exprimant une volonté de reconstruire la souveraineté et l'autonomie stratégique régionale. L'étude adopte une approche qualitative, ancrée dans la théorie critique de la sécurité, et s'appuie sur une recherche bibliographique et documentaire. Le cas du Sahel confirme ainsi les critiques théoriques de la paix libérale en tant qu'instrument de gestion des périphéries globales, marquant un tournant dans la légitimité des normes et institutions qui ont soutenu le libéralisme international après la guerre froide.

**Mots-Clés :** Sahel. Paix Libérale. Géopolitique.



## INTRODUÇÃO

Desde as independências na década de 1960, os países do Sahel Central — Mali, Burkina Faso e Níger — permaneceram sob forte influência euro-estadunidense, especialmente da França. A crise da Líbia em 2011, contudo, inaugurou uma nova etapa de presença estrangeira na região, ao colocar o Sahel Central no centro da agenda internacional de segurança em razão da expansão do jihadismo. A França assumiu o protagonismo com a Operação Serval (2013) e, posteriormente, com a Barkhane (2014–2022). Paralelamente, a Organização das Nações Unidas estabeleceu a Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização no Mali (2013–2023), enquanto a União Europeia implementou as missões Missão de Treinamento da União Europeia no Mali e Missão da União Europeia para a Capacitação no Sahel, e os Estados Unidos mantiveram bases de drones e inteligência no Níger. Ancorada em um modelo de paz liberal, essa arquitetura de intervenção externa combinava objetivos de estabilização, reconstrução institucional e promoção democrática, articulando segurança e desenvolvimento sob um enquadramento normativo ocidental (Bagayoko, 2024).

Entretanto, ao longo da década seguinte, esse modelo revelou seus limites, uma vez que o Sahel se aprofundou em uma onda de violência e instabilidade política, marcada pela persistência dos grupos armados e pelo agravamento da crise humanitária. A incapacidade das potências estrangeiras de conter a deterioração da segurança, somada à percepção de ingerência externa e continuidade neocolonial, alimentou um crescente sentimento de frustração social e de rejeição à presença estrangeira. Como observa Gassama (2024), o “sentimento antifrancês” não constitui um fenômeno recente, mas uma postura política enraizada na crítica ao legado colonial e às ingerências pós-independência. Esse contexto de deslegitimação do modelo liberal criou as condições para o rompimento de um padrão nas relações internacionais dos Estados do Sahel. Entre 2021 e 2023, Mali, Burkina Faso e Níger vivenciaram golpes militares liderados, respectivamente, por Assimi Goïta, Ibrahim Traoré e Abdourahamane Tchiani. Em seus discursos, as juntas militares reivindicaram a necessidade de reconstruir o Estado, restaurar a soberania e redefinir alianças externas, denunciando a subordinação das agendas nacionais às prioridades estratégicas ocidentais. Essa inflexão deu origem a uma nova narrativa de poder, que se consolidou com a criação da Confederação dos Estados do Sahel (CES) em 2024, expressando uma tentativa de reorganizar regionalmente a defesa, o desenvolvimento e a soberania. Longe de simples rupturas institucionais, esses movimentos apresentaram-se como respostas políticas ao fracasso da intervenção liberal.

O fenômeno dos golpes recentes insere-se em uma longa trajetória de instabilidade política no continente. Como destaca o estudo do Instituto Tricontinental (2025), entre 1950 e 2022 a África concentrou 214 das 486 tentativas de golpes de Estado registradas no mundo. No entanto, se muitos desses golpes na África estiveram frequentemente associados a disputas internas pelo poder e à influência direta das ex-metrópoles, as juntas militares do Sahel Central ascenderam com discursos panafricanistas e soberanistas. Esse repertório político, em grande parte marginalizado desde o fim do bloco soviético, ressurge agora como fundamento de uma nova legitimidade, ao reivindicar o Estado como instrumento de emancipação nacional e não como obstáculo à democratização. As lideranças militares da região propõem, assim, uma reconstrução soberanista das capacidades políticas, econômicas e securitárias, articulada à rejeição das tutelas externa (Simura, 2024). O ciclo iniciado em 2020, portanto, nos parece que não deve ser interpretado como um simples retorno ao autoritarismo, mas como uma inflexão na narrativa política panafricanista e na própria lógica de intervenção internacional, marcando o declínio do paradigma liberal no Sahel.

Tendo como pano de fundo esse cenário, o presente artigo tem por objetivo compreender o fim da intervenção liberal no Sahel Central e suas implicações geopolíticas, a partir de uma abordagem qualitativa ancorada nos estudos críticos de segurança e sustentada por pesquisa bibliográfica e documental. Argumenta-se que o declínio do paradigma da paz liberal na região reflete tanto os limites estruturais das intervenções ocidentais quanto as ambições internas dos Estados sahelianos de construir uma autonomia estratégica e redefinir suas alianças em direção a novos parceiros. Para tanto, o artigo se estrutura em três partes. Na primeira, discutimos o conceito de paz liberal e seus paradigmas, destacando as principais críticas formuladas pela literatura crítica de segurança internacional. Em seguida, analisamos a presença estrangeira no Sahel Central a partir da crise de segurança inaugurada em 2013. Por fim, examinamos as bases políticas e estruturais que conduziram ao enfraquecimento desse modelo e à retirada das forças estrangeiras entre 2022 e 2023.

## **A PAZ LIBERAL E SEUS CRITICOS NO PÓS-GUERRA FRIA**

O fim da Guerra Fria foi acompanhado pelo triunfo das expectativas liberal-democráticas, expressas na crença de que a expansão da democracia representativa e da economia de mercado inauguraria uma era de paz e cooperação global. O chamado “fim da história”, proposto por Fukuyama (1992), sintetizava esse otimismo, ao prever o estabelecimento de uma nova ordem mundial fundada na convergência liberal. Nesse contexto,

emergiu a hegemonia norte-americana, sustentada por um ideário de “paz liberal” que associava estabilidade política à liberalização econômica, ao Estado de direito e à cooperação multilateral. No continente africano, o colapso da União Soviética implicou uma perda de relevância estratégica na geopolítica global, encerrando décadas em que o continente fora campo de disputa entre os blocos. A retração do interesse internacional e a imposição de reformas políticas e econômicas liberais coincidiram com o surgimento de novas formas de conflitualidade, caracterizadas por guerras civis, deslocamentos populacionais, criminalidade transnacional, genocídios, como em Ruanda em 1994, colapsos estatais, como na Somália e na Libéria, e crises humanitárias e sanitárias, como a epidemia de HIV. Parte da intensificação desses conflitos internos esteve relacionada às tentativas de “democratização” induzidas externamente, nas quais os Estados africanos foram levados a adotar modelos institucionais liberais sem a devida mediação de seus contextos históricos e socioculturais. Como observa Visentini et al (2020), a imposição de novas formas de governança pública baseadas no Estado liberal ocidental expôs contradições étnicas, políticas e culturais latentes, contribuindo para o agravamento da violência política. Esse período ficou conhecido como o do “afropessimismo”, quando o continente passou a ser retratado como um espaço condenado à instabilidade, à pobreza e à violência crônica (Wapmuk; Akinkwotu, 2018).

Diante das transformações geopolíticas do pós-Guerra Fria, as estratégias internacionais mostraram-se incapazes de lidar com as crises estruturais dos Estados situados na periferia do sistema internacional. No caso africano, a Organização das Nações Unidas (ONU), que durante a Guerra Fria atuava sobretudo na mediação de disputas interestatais e fronteiriças, viu-se diante da complexidade dos conflitos internos de natureza multidimensional — marcados por fragmentação social, colapso institucional e economias de guerra — sem dispor dos instrumentos políticos e operacionais necessários para mediá-los. Nesse cenário, consolidaram-se as novas bases de intervenção internacional, voltadas a conter crises intraestatais por meio de políticas de estabilização, reconstrução institucional e promoção da governança democrática. Surge, assim, o paradigma da paz liberal, apresentado como uma resposta ocidental às guerras civis e às crises de governabilidade do pós-Guerra Fria.

Essa abordagem tem origem no pensamento liberal das relações internacionais, particularmente na tradição kantiana segundo a qual o fortalecimento das democracias e a expansão do comércio entre os povos constituiriam as condições para uma paz duradoura. Em sua vertente contemporânea, a paz liberal passou a defender que a construção da paz dependeria do desenvolvimento simultâneo de instituições políticas democráticas, economias de mercado



abertas e Estados de direito, considerados pilares de uma ordem internacional estável e previsível (Doyle 1997, Paris 2004). Como apontam o *An Agenda for Peace* (ONU, 1992) e o relatório *Governance and Development* (World Bank, 1992), a década de 1990 marcou a incorporação explícita da relação entre segurança, desenvolvimento e governança democrática nas agendas multilaterais. A partir desse momento, as intervenções internacionais adquiriram um cunho abertamente liberal, estruturando-se em torno de estratégias de *state-building*, *nation-building* e reformas de governança. Bellamy e Williams (2010) destacam que esse novo arranjo rompeu com o modelo anterior de operações de paz, baseado na soberania estatal e na neutralidade características da Guerra Fria, ao incorporar objetivos políticos explícitos de transformação institucional. No novo contexto, as intervenções liberais passaram a se materializar por meio de programas e instrumentos práticos como as iniciativas de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), Reforma do Setor de Segurança (SSR), reformas judiciais e eleitorais, e mecanismos de fortalecimento da governança pública (Bellamy; Williams, 2010). Na prática, essa orientação encontrou terreno fértil na década de 1990 em cenários como os Balcãs, o Afeganistão, Timor-Leste e Serra Leoa, considerados laboratórios da paz liberal.

No entanto, o modelo de paz liberal e suas práticas têm sido examinado de maneira diferente por autores do campo dos estudos críticos de segurança internacional. O núcleo dessas críticas reside na subordinação das vontades políticas locais às agendas externas, bem como na reprodução das hierarquias políticas e econômicas globais sob o discurso da cooperação e da assistência internacional. Para autores como Duffield (2001), Pugh (2004) e Richmond (2006), a paz liberal, quando imposta de fora, constitui um mecanismo de controle e reprodução de desigualdades globais e não um projeto de emancipação. O léxico com os conceitos de cooperação, reconstrução e ajuda humanitária mascaram, assim, uma prática política de dominação e dependência, por meio da qual as potências ocidentais mantêm capacidade de interferência nos rumos políticos e institucionais dos Estados periféricos. Para Duffield (2001), por exemplo, o fim da Guerra Fria permitiu que a paz liberal se consolidasse como um modelo de governança global que articula uma fusão entre segurança e desenvolvimento. Para o autor, a lógica dessa estratégia não seria apenas conter a violência por meio da gestão de conflitos e estabilização, mas administrar as populações e os territórios do Sul global, considerados zonas de risco ou de instabilidade sistêmica. A lógica das iniciativas de cooperação no Sul Global passa, assim, a desempenhar uma função de controle à distância e de integração seletiva dessas sociedades à ordem internacional liberal.

Richmond (2006), por sua vez, enfatiza como as estratégias da paz liberal reproduzem uma visão ocidental de ordem e progresso, fundamentada em concepções liberais de democracia, economia e direitos humanos. Contudo, na prática, tais intervenções tendem a impor o que o autor denomina de “paz negativa”, isto é, a cessação da violência direta entre grupos armados sem, entretanto, superar as estruturas profundas de exclusão, desigualdade e dominação que alimentam a violência. Para Richmond, essa abordagem ignora as dinâmicas locais de agência e resistência, transformando o processo de paz em um projeto de engenharia institucional orientado por valores e práticas exógenas. De modo convergente, Pugh (2004) destaca a dimensão econômica da paz liberal, argumentando que sua racionalidade é moldada por uma lógica neoliberal, na qual a assistência internacional e a reconstrução pós-conflito são condicionadas à implementação de reformas de mercado e programas de ajuste fiscal. Assim, nos contextos de estabilização, o investimento social e o desenvolvimento humano tendem a ser substituídos pela gestão financeira da crise, priorizando o equilíbrio macroeconômico e a integração aos fluxos globais de capital. Essa economia política da segurança, para o autor, reforça a dependência estrutural dos países periféricos em relação às instituições financeiras internacionais e às potências doadoras. No campo militar, esse processo manifesta-se na forma de uma militarização dependente, em que as limitações tecnológicas e produtivas dos países do Sul global os levam a depender de importações de armamentos e da assistência técnica proveniente do Norte. Como argumentam Wulf (1979) e Saint-Pierre e Silva (2021), a militarização dependente impõe um paradoxo estrutural: quanto mais os Estados recorrem a agentes externos para sua defesa e segurança, mais se aprofundam os laços de dependência, perpetuando a hierarquia internacional e restringindo sua autonomia estratégica e política.

De maneira geral, embora a narrativa da paz liberal se apresente como um projeto universal de reconstrução política e institucional orientado por valores democráticos, de mercado e de direitos humanos. Sua prática, longe de promover uma paz emancipatória, funciona como mecanismo de governança internacional, voltado à gestão das crises na periferia e à reprodução das hierarquias e dependências estruturais do sistema mundial. Essa conceitualização é essencial para compreendermos o caso do Sahel Central, onde o discurso da “estabilização” e do “combate ao terrorismo” se traduziu, na prática, em novas formas de tutela externa, dependência securitária e contestação política. Antes de avançarmos para essa análise, é necessário examinar como se configurou a presença estrangeira na região, especialmente após a derrubada do regime líbio em 2011, evento que marcou o início de uma nova fase de instabilidade e reconfiguração das dinâmicas de segurança no Sahel.



## A INTERVENÇÃO INTERNACIONAL NO SAHEL CENTRAL (2013–2023): O SAHEL COMO EXPERIMENTO DA PAZ LIBERAL

A partir da conceitualização da paz liberal como instrumento de governança global, podemos compreender que a intervenção internacional no Sahel Central representou uma tradução prática desse paradigma. Sob o discurso da estabilização e do combate ao terrorismo, as potências ocidentais implementaram um conjunto de operações civis e militares que visavam simultaneamente conter a expansão jihadista e reconfigurar a arquitetura política e institucional dos Estados da região.

Marcada por dinâmicas históricas de violência e resistência, o Sahel Central foi profundamente afetado pelas rebeliões sociais, conhecidas por Primavera Árabe, que abalaram os regimes autoritários do Norte da África e do Oriente Médio e transformaram a arquitetura de segurança regional desde 2010. A consequente desestruturação do Estado líbio após a intervenção do eixo euro-estadunidense em 2011, com base na responsabilidade de proteger, criou as condições favoráveis à proliferação de grupos armados que passaram a disputar influência política e militar em vastas zonas fronteiriças da região. Nesse contexto, destacou-se a quarta rebelião tuaregue no norte do Mali (2012)<sup>1</sup>, retomando antigas reivindicações de autonomia já expressas desde as independências dos anos 1960 (Bandeira, 2017). Paralelamente, grupos salafistas-jihadistas se fortaleceram, explorando tanto as fragilidades estatais quanto a porosidade das fronteiras para expandir suas atividades, em especial na região de Liptako-Gourma. Essa expansão foi sustentada por redes ilícitas de tráfico de armas, migrantes e combatentes, contribuindo para aprofundar a instabilidade regional (UNODC, 2024). Como resultado, o Sahel tornou-se epicentro de uma das mais graves crises humanitárias contemporâneas, marcada por confrontos entre movimentos separatistas, grupos jihadistas e forças estatais, agravados por deslocamentos massivos de populações, insegurança alimentar e os efeitos das mudanças climáticas (Bandeira, 2017).

Incapazes de conter a degradação da situação securitária, os governos da região recorreram ao apoio externo de países do eixo euro-estadunidense, em um processo que Corten (2023) denomina de intervenção por convite. Em 11 de janeiro de 2013, o governo francês anunciou o início da Operação Serval, apresentada como resposta à ofensiva de grupos armados

---

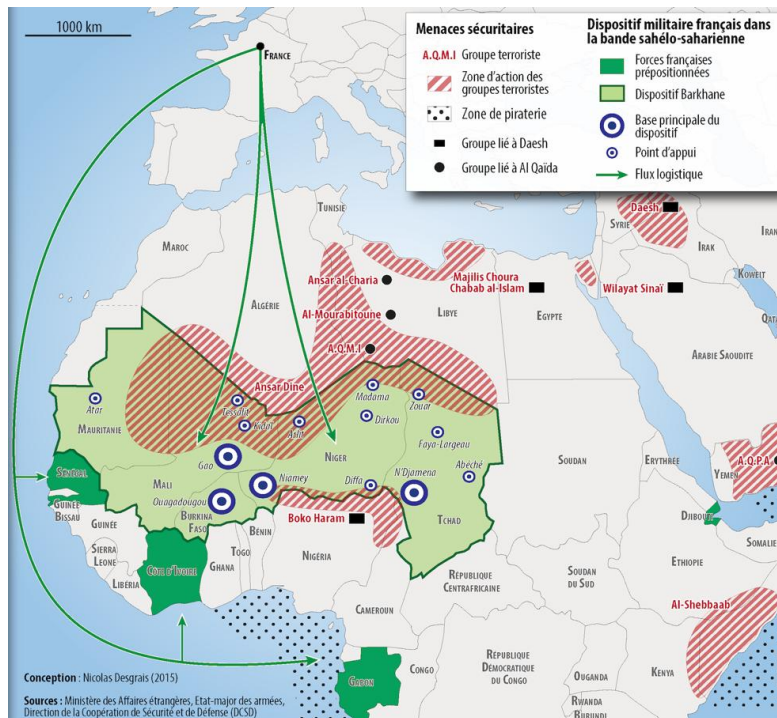
<sup>1</sup> Os tuaregues são um povo berbere nômade que habita principalmente as regiões desérticas do Saara central e do Sahel, distribuindo-se entre Mali, Níger, Argélia, Líbia e Burkina Faso. No período pós-colonial, muitos grupos tuaregues se viram marginalizados pelos Estados nacionais, o que alimentou uma série de rebeliões registradas em 1963, 1990, 2006 em defesa da autonomia territorial, especialmente no norte do Mali e do Níger.



no norte do Mali em direção à capital, Bamako. Paris mobilizou suas forças armadas com apoio logístico dos Estados Unidos e de aliados europeus, em uma operação planejada inicialmente para ser de curta duração. Após cerca de um ano, as tropas francesas retomaram o controle das principais cidades do norte do Mali — Gao, Kidal e Timbuktu — enfraquecendo as forças islâmicas e independentistas do Movimento Nacional de Libertação do Azawad (MNLA) (France 24, 2014). A região do Azawad, que cobre cerca de 60% do território malinês, é estratégica para a soberania do país, entretanto, apesar do sucesso militar inicial, os conflitos interétnicos, as rivalidades entre grupos armados e a fragilidade do Estado mantiveram-se como fatores estruturais de instabilidade (Ollivier, 2022). Diante desses impasses, a França redefiniu sua postura e regionalizou sua presença militar por meio da Operação Barkhane (2014–2022), como pode ser visto na figura abaixo. Essa nova missão, mais ampla e de longa duração, tinha como objetivo declarado combater o terrorismo em toda a faixa saheliana e apoiar as forças de segurança locais na consolidação territorial dos Estados. A Operação Barkhane institucionalizou uma presença securitária permanente, articulada com missões da ONU (MINUSMA) e da União Europeia (EUTM Mali, EUCAP Sahel), configurando o que Duffield (2001) descreveria como um complexo de governança híbrida, no qual a ajuda militar e humanitária se confundem como instrumentos de gestão política da periferia global.



Figura 1. Regionalização da presença militar francesa no Sahel diante do jihadismo



Fonte: Cassini; Desgrais, 2015.

Com o estabelecimento da Operação Barkhane, o número de tropas estacionadas na região foi significativamente ampliado e o quartel-general transferido para N'Djamena no Chade, consolidando o país como centro logístico das operações francesas. Paris expandiu e institucionalizou sua presença para outros quatro países: Burkina Faso, Chade, Mauritânia e Níger – reforçando antigos acordos bilaterais de defesa estabelecidos no período pós-colonial. Esses tratados foram atualizados para permitir o estacionamento permanente de tropas francesas em bases locais com o consentimento formal dos governos nacionais, o que, na prática, garantiu à França amplo acesso estratégico e livre uso das instalações militares (Lejeal, 2024). A partir dessa rede de cooperação, os cinco países envolvidos criaram o G5 do Sahel (2014), um quadro institucional voltado ao fortalecimento da coordenação regional em matéria de segurança e desenvolvimento em parceria com a França, a União Europeia e a ONU. Em 2017, essa parceria culminou na criação da Força Conjunta do G5 Sahel (FC-G5S) concebida para atuar conjuntamente com a Operação Barkhane em operações de combate ao terrorismo e de vigilância fronteiriça. Na prática, a FC-G5S dependia amplamente de financiamento e apoio técnico internacionais, o que reforçava a assimetria de capacidades entre os países da região e seus parceiros externos (Sandness, 2022).



Embora com uma presença mais discreta, os Estados Unidos também desempenharam um papel crescente na arquitetura de segurança do Sahel Central. Desde o início dos anos 2000, com a Guerra ao Terror declarada por Washington, a região passou a ocupar uma posição estratégica no enfrentamento ao terrorismo internacional. A criação da Iniciativa Transaariana de Contraterrorismo (TSCTI) em 2005 e, posteriormente, do Comando dos Estados Unidos para a África (AFRICOM) em 2008, consolidaram o engajamento norte-americano na região, especialmente por meio de apoio logístico, tecnológico e de inteligência a operações antiterroristas no continente (Visentini et al., 2020). E, segundo Keenan (2013), essa estratégia também serviu para reconfigurar a presença militar norte-americana na África sob a retórica do combate ao terrorismo, ao mesmo tempo em que buscava controlar áreas de interesse geoestratégico e recursos energéticos, como o petróleo e o urânio. Desde 2018, Washington estabeleceu diversas instalações militares no Mali, Níger e Burkina Faso, sendo a Base Aérea 201 de Agadez (Níger) o principal centro de operações de drones e coleta de informações do AFRICOM no Sahel (Bandeira, 2017). Essa infraestrutura ampliou de forma significativa a capacidade de vigilância aérea e monitoramento regional, consolidando o Sahel como um espaço de projeção estratégica das potências do eixo euro-estadunidense.

Paralelamente, em abril de 2013 por meio da Resolução 2100 do Conselho de Segurança da ONU, estabeleceu-se a *United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali* (MINUSMA), o principal instrumento multilateral da agenda de intervenção liberal no Sahel. Com mais de 15 mil integrantes entre militares, policiais e civis, a MINUSMA representou uma das mais complexas e custosas operações da ONU no continente africano. Seu mandato abrangia desde a proteção de civis e monitoramento do cessar-fogo até o apoio ao processo político e à reconstrução institucional do Mali (ONU, 2025). Na prática, porém, a missão expressou as ambiguidades do modelo de paz liberal: enquanto visava reconstruir o Estado e promover eleições, operava num contexto de guerra ativa, sem cessar-fogo efetivo, e em cooperação estreita com as forças francesas. Assim, a presença da ONU acabou reforçando o caráter securitário da intervenção, priorizando a estabilização militar em detrimento de soluções políticas inclusivas (NUPI, 2021).

Em conjunto, a atuação da França, da ONU, da União Europeia e dos Estados Unidos ilustra a consolidação de uma ordem securitária liberal no Sahel Central, ao mesmo tempo em que configura a região como um território laboratorial das políticas globais de segurança liberal. Trata-se de uma vasta teia de operações interconectadas, cuja complexidade compromete, em muitos casos, sua própria operacionalidade. A presença estrangeira,



justificada em nome da estabilização e da reconstrução institucional, acabou por reproduzir dinâmicas de dependência política, econômica e militar — processo que será analisado na secção seguinte. A persistência da insegurança, os abusos de direitos humanos e o agravamento das condições socioeconômicas, contudo, alimentaram um crescente sentimento de rejeição popular e favoreceram o surgimento de novas alianças regionais. É nesse contexto que se deve compreender o declínio da intervenção liberal e a emergência de uma nova geopolítica de contestação no Sahel, marcada pelo afastamento das potências ocidentais e pela busca de parcerias alternativas.

### **DO ESGOTAMENTO DA PAZ LIBERAL A RECONFIGURAÇÃO GEOPOLÍTICA NO SAHEL CENTRAL**

A partir de 2020, a região do Sahel Central passou por uma reconfiguração política profunda, marcada pela erosão do modelo liberal de estabilização e pela ascensão de narrativas soberanistas e anticoloniais. O esgotamento das estratégias internacionais de segurança, associadas à França, à ONU e à União Europeia, somado à persistência da violência e ao agravamento das condições socioeconômicas, provocou uma crise de legitimidade das intervenções externas e das elites locais que as apoiavam. Nesse contexto, as sucessivas rupturas institucionais no Mali (2020–2021), Burkina Faso (2022) e Níger (2023) expressaram não apenas a contestação das populações à ineficácia das políticas de estabilização, mas também uma rejeição simbólica do modelo de paz liberal. Sob o discurso de recuperação da soberania e autonomia nacional, esses novos regimes militares reorientaram a política externa dos seus países, rompendo com antigas parcerias ocidentais e aproximando-se de novos atores, como a Rússia, a Turquia e a China. Essa transição assinala o início de uma nova configuração geopolítica no Sahel, na qual as dinâmicas de poder e os discursos sobre segurança, legitimidade e desenvolvimento contestam os modelos impostos desde o período colonial.

Os países do Sahel Central — Mali, Burkina Faso (antigo Alto Volta) e Níger — integravam a África Ocidental Francesa (AOF), colônia estabelecida por Paris no contexto da Partilha da África, no final do século XIX. Naquele momento, esses territórios foram submetidos a um regime de exploração econômica e controle político centralizado em Dakar (Senegal), e que atendia prioritariamente aos interesses da metrópole. A extração de matérias-primas, o uso de trabalho forçado e a imposição de novas fronteiras moldaram estruturas de dependência que persistiriam mesmo após as independências na década de 1960. A descolonização formal, no entanto, não significou uma ruptura efetiva com o sistema de

dominação anterior. Como apontam Borrel et al. (2021), o vínculo entre a França e suas ex-colônias evoluiu para um modelo de “*Françafrique*”, definido como uma aliança assimétrica entre elites francesas e africanas, que garantiu à França a manutenção de sua influência política, econômica e militar no continente. Para os autores, esse sistema neocolonial baseou-se na troca de apoio político e segurança de regime por acesso privilegiado a recursos estratégicos e contratos econômicos, consolidando uma rede de dependência mútua profundamente desigual. No caso do Sahel, essa relação se expressou pela presença militar francesa contínua, pelos acordos bilaterais de defesa e pela intervenção recorrente em crises políticas (Charbonneau, 2025).

O legado colonial, portanto, condicionou as dinâmicas de soberania e autonomia estatal da região, perpetuando a influência francesa e alimentando tensões internas em torno do significado de independência e autodeterminação. No entanto, como destaca Charbonneau (2024), a persistência da França como gendarme da África francófona deve ser compreendida também a partir da lógica da governança global, na qual esse espaço é construído e reconhecido como um domínio legítimo de intervenção de Paris. Desde o período colonial, passando pela Guerra Fria e culminando na chamada Guerra Global ao Terror, a França tem assumido o papel de potência tutelar e garantidora da segurança no espaço francófono, incluindo o Sahel. Para o autor, a permanência da França como *gendarme de l’Afrique* está enraizada em estruturas internacionais que naturalizam seu papel de guardião da segurança africana, legitimando uma forma contemporânea de imperialismo liberal, disfarçada sob o discurso da cooperação e do combate ao terrorismo (Charbonneau, 2024). É nesse pano de fundo histórico que se deve compreender a atual contestação à presença estrangeira, cuja retórica de libertação e soberania nacional se ancora na rejeição desse sistema de dependência herdado da era colonial.

No contexto mais recente, a dimensão securitária foi central para o aprofundamento da presença estrangeira no Sahel, reforçando as relações de dependência militar entre os países sahelianos e as potências extrarregionais – em especial a ex-metrópole francesa. Como observa Sandnes (2024), a cooperação em defesa estruturada sob liderança externa tende a estrangular a capacidade decisória local, pois os Estados hospedeiros ficam subordinados às prioridades estratégicas das potências devido à sua superioridade tecnológica, logística e financeira. Essa assimetria se manifesta tanto na definição das regras de engajamento quanto na formulação das políticas de segurança, resultando em uma erosão da soberania prática dos governos locais. A dependência abrange desde os treinamentos e doutrinas militares, até o uso de sistemas de comunicação, armamentos avançados e apoio aéreo, o que mantém os exércitos nacionais

estruturalmente vulneráveis a pressões políticas e diplomáticas externas (Sandnes, 2024). No caso do Mali, essa condição tornou-se particularmente visível. Para Bagayoko (2024) existia um descompasso entre os objetivos estratégicos do governo maliano e os de seus parceiros internacionais: enquanto as autoridades de Bamako buscavam priorizar a unidade nacional e a soberania territorial, combatendo tanto grupos jihadistas quanto movimentos separatistas tuaregues no Norte, Paris tendia a tolerar ou instrumentalizar alguns desses grupos em nome da luta antiterrorista. Essa diferença de percepção e de prioridades securitárias alimentou ressentimentos nas elites militares locais, os quais se intensificaram antes mesmo do golpe de 2020.

Além da ampliação da dependência militar e securitária, e apesar dos esforços internacionais e da forte presença de forças estrangeiras, a crise de insegurança manteve-se como elemento estrutural no Sahel. Esse impasse tornou-se um dos principais motores do discurso soberanista adotado pelos novos governos militares, que canalizaram as frustrações populares diante do fracasso das estratégias de estabilização (Bagayoko, 2024). Embora algumas operações tenham obtido êxitos pontuais, como a neutralização de lideranças jihadistas, entre elas Adnan Abu Walid al-Sahraoui, do Estado Islâmico no Grande Saara (ISGS), e Abdelmalek Droukel, da Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQIM), a ameaça extremista continuou a se expandir. De acordo com o Global Terrorism Index (Institute For Economics & Peace, 2023), o Sahel tornou-se o epicentro mundial do terrorismo, concentrando 43% das mortes por atentados em 2022, com Burkina Faso e Mali entre os países mais afetados. O grupo Jama'at Nusrat al-Islam wal-Muslimin (JNIM), criado em 2017 a partir da fusão de facções insurgentes, foi o principal vetor dessa expansão (Moreno-Cosgrove, 2022). A intensificação dos ataques produziu uma grave crise humanitária, com mais de 23.500 civis mortos e 1,4 milhão de deslocados internos até 2022. A persistência da violência, mesmo em meio à presença militar estrangeira, reforçou a percepção de que as missões lideradas pela França fracassaram em garantir segurança e desenvolvimento, abrindo espaço para um rearranjo político e geopolítico na região (Moreno-Cosgrove, 2022).

Além do combate ao jihadismo, a presença estrangeira no Sahel também se expandiu sob o combate ao crime transnacional e, de forma velada, ao controle das migrações, integrando a região à agenda de segurança do eixo euro-atlântico. Após a queda de Kadafi em 2011, o Sahel Central tornou-se um importante corredor do tráfico de drogas, de armas e de pessoas, com impacto direto sobre a Europa. Segundo relatório do UNODC (2022), por exemplo, o trânsito de cocaína proveniente da América do Sul em direção ao mercado europeu triplicou



na África Ocidental entre 2019 e 2022. Entretanto, como observam Idahosa et al. (2023), o enfrentamento a essas redes foi estruturado sob uma lógica militarizada voltada à contenção dos efeitos para o Norte Global, e não à resolução das causas locais de insegurança. Essa ênfase na repressão da oferta nos países de trânsito, em detrimento da demanda nos países consumidores, reforçou a dependência securitária e manteve a região subordinada às prioridades das potências externas. De forma semelhante, a securitização das migrações inseriu o Sahel em uma política de contenção territorial a serviço da União Europeia. Como afirmou Josep Borrell, “a fronteira da Europa não está no Mediterrâneo, mas ao sul do Sahel” (Rémy, 2020). Essa estratégia, criticada por Fakhry (2023) e Gkliati e Kilpatrick (2022), transferiu para os governos sahelianos a função de “barreira de contenção migratória”, frequentemente em detrimento das populações locais. Assim, políticas concebidas fora da região contribuíram para agravar a crise social e securitária, revelando que, sob o pretexto de estabilização, o objetivo era controlar fluxos humanos e criminais em nome da segurança europeia.

A expansão da securitização dos assuntos do Sahel somou-se à crescente contestação das práticas operacionais das forças de segurança dos governos locais, frequentemente realizadas em cooperação com os contingentes estrangeiros presentes na região. Um episódio marcante ocorreu em janeiro de 2021, quando um relatório das Nações Unidas confirmou que um ataque aéreo francês, conduzido em coordenação com o governo do Mali, havia atingido uma cerimônia de casamento no vilarejo de Bounty, resultando na morte de 19 civis (ONU, 2021). Em outro incidente, em novembro do mesmo ano, soldados franceses abriram fogo contra manifestantes na cidade de Téra, no Níger, matando duas pessoas e ferindo dezoito (Balima; Irish, 2021). De acordo com a Human Rights Watch, a violência praticada por forças estatais, aliada à leniência das tropas estrangeiras, contribuiu para ampliar o ressentimento popular e facilitar o recrutamento por grupos armados. Esses atores insurgentes exploraram o ódio à presença estrangeira e a desconfiança em relação às autoridades locais para atrair novos combatentes que em sua maioria eram jovens marginalizados, privados de redes familiares e formas tradicionais de proteção social (Nsaibia, 2020).

A crise de segurança e legitimidade refletiu-se rapidamente na opinião pública e na sociedade civil organizada. No Mali, uma pesquisa realizada pelo Instituto Friedrich Ebert (2021) indicava que a maioria da população estava profundamente insatisfeita com a presença militar estrangeira. O descontentamento foi explorado pelos líderes militares que, tendo participado diretamente das operações antiterroristas, canalizaram o descontentamento popular e se apresentaram como representantes autênticos da soberania nacional. Desde a tomada do



poder, os líderes Goïta, Traoré e Tchiani passaram a defender um projeto soberanista, pautado no afastamento das antigas potências coloniais e na reconstrução autônoma do Estado. Em 2022, o governo francês anunciou a retirada de suas tropas do Mali, encerrando quase uma década da Operação Barkhane. No início de 2023, Burkina Faso solicitou oficialmente a retirada das forças francesas e revogou o acordo de defesa que permitia a presença de cerca de 400 soldados no país. Poucos meses depois, a França também foi obrigada a deixar o Níger, após o golpe de Estado e a suspensão dos acordos bilaterais de cooperação militar. No mesmo ano, o Conselho de Segurança da ONU decidiu pelo encerramento da MINUSMA, com retirada completa até janeiro de 2024, pondo fim a uma das mais longas missões de paz das Nações Unidas. Logo, após a retirada da ONU, os Estados Unidos anunciaram a saída de suas tropas do Níger, após a revogação dos acordos bilaterais de defesa pelo governo local. Essas decisões, marcam o desmantelamento da arquitetura internacional de segurança construída desde 2013.

As juntas militares, ao mesmo tempo em que se apresentaram como defensoras da soberania nacional, dialogaram com amplos setores da população, cujas frustrações se manifestaram em protestos de rua e mobilizações nas redes sociais. Segundo o Crisis Group (2023), esse apoio popular reflete a reapropriação de um discurso soberanista e anticolonial, baseado na crítica à dependência estrutural das potências estrangeiras e à subordinação das elites locais aos interesses externos. Assim, o colapso do modelo liberal abriu espaço para um novo projeto político e geopolítico no Sahel, articulado em torno da promessa de autonomia, dignidade e autodeterminação. Em 16 de setembro de 2023, os três governos anunciaram a criação da Aliança dos Estados do Sahel (AES), um pacto de defesa mútua voltado à proteção contra agressões externas e rebeliões armadas. No ano seguinte, em 2024, a aliança foi ampliada com o anúncio da Confederação dos Estados do Sahel (CES), iniciativa que busca consolidar a soberania nacional e promover o desenvolvimento integrado. Da mesma maneira, os novos governos intensificaram a aproximação com Rússia e China, sinalizando uma mudança histórica nas alianças internacionais da região, sobretudo nas áreas de segurança e defesa. Essa cooperação tem sido justificada pela ênfase comum no princípio da soberania como eixo da política externa e pela busca de diversificação estratégica das parcerias no Sahel Central. Não se trata de atores inteiramente novos, mas de potências que ampliaram recentemente sua atuação ao articular o legado das lutas africanas por independência nacional no século XX com a contestação de uma ordem mundial multipolar emergente.

Essas iniciativas regionais marcam uma reorientação estratégica profunda, sustentada por um amplo apoio popular e por um discurso de emancipação frente às antigas potências ocidentais. Ao romper com a tradicional cooperação euro-estadunidense, os governos sahelianos afirmam buscar uma autonomia estratégica regional, na tentativa de substituir a dependência externa por mecanismos próprios de segurança e desenvolvimento. Segundo seus líderes, a presença prolongada de forças estrangeiras e a subordinação a agendas internacionais de combate ao terrorismo resultaram em perda de soberania e limitação da capacidade decisória dos Estados locais, reproduzindo a lógica de militarização dependente. A formação de uma nova dinâmica nas relações internacionais do Sahel, portanto, simboliza não apenas uma tentativa de reorganização institucional, mas também uma ruptura discursiva e política com o modelo liberal de paz, inaugurando uma nova fase de redefinição das relações de poder no Sahel, em que a estabilidade é concebida não mais como produto da tutela internacional, mas como expressão de uma soberania reconquistada.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O modelo de paz liberal, estruturado em torno da crença na democratização, no livre mercado e na intervenção humanitária como caminhos universais para a estabilidade, mostrou-se incapaz de responder às complexas dinâmicas do Sahel Central. Longe de promover segurança e desenvolvimento, a situação securitária deteriorou-se, enquanto as divergências políticas internas se intensificaram em um contexto já marcado por resistências anticoloniais. A falência dessas iniciativas abriu espaço para novas formas de contestação e de reconfiguração do poder, e as rupturas políticas ocorridas entre 2020 e 2023 expressam o esgotamento dessa lógica. A ascensão de regimes militares em Mali, Burkina Faso e Níger, bem como a criação da Aliança e, posteriormente, da Confederação dos Estados do Sahel, refletem o esforço de reconstruir a soberania a partir de uma perspectiva interna e regional. Essa transição simboliza a substituição gradual da tutela liberal ocidental por uma busca de autonomia estratégica, ainda que permeada por incertezas e por novas assimetrias nas relações com outros atores globais, como a Rússia e a China.

Do ponto de vista teórico, o caso do Sahel corrobora as críticas formuladas pelos estudos críticos de segurança, autores como Duffield (2001), Pugh (2004) e Richmond (2006), ao demonstrar que a paz liberal opera menos como um projeto emancipatório e mais como um instrumento de poder voltado à gestão das periferias do sistema internacional. No contexto saheliano, essa “paz securitária” consolidou uma militarização permanente, mascarada pelo



discurso da estabilização e da assistência. Assim, o declínio da intervenção liberal deve ser interpretado como um ponto de inflexão na competição interestatal contemporânea. Longe de representar uma simples redistribuição de alianças, ele indica uma transformação mais profunda na legitimidade das normas e instituições que sustentaram o liberalismo global no pós-Guerra Fria.

Cabe destacar que o aumento da presença de atores extrarregionais, como Rússia e China, acende um alerta para o risco de substituição de uma dependência por outra. O grande desafio que se impõe aos governantes sahelianos é utilizar a competição entre os eixos sino-russo e euro-estadunidense de modo estratégico, transformando-a em oportunidade para o fortalecimento das capacidades nacionais e a construção de autonomia efetiva. Por outro lado, a persistente fragilidade securitária continua sendo o principal obstáculo à consolidação desse projeto. Episódios recentes como o bloqueio imposto pelo grupo armado JNIM à Bamako, em outubro de 2025, evidenciam a vulnerabilidade dos governos locais e o risco de erosão de sua legitimidade. A ausência de resultados tangíveis no curto prazo pode aprofundar a dependência de potências externas na área de defesa, como demonstra o emprego do grupo Wagner na região, configurando um novo ponto de estrangulamento da soberania e da autonomia estatal.

Mais do que interpretar as transformações no Sahel com otimismo excessivo, é necessário reconhecer as contradições e ambiguidades que atravessam esses processos de autonomia estratégica. As mutações da conjuntura internacional, como as mudanças no primeiro ano do segundo mandato de Donald Trump, introduzem novas incertezas. A reorientação da política externa norte-americana, centrada na competição sino-estadunidense e no controle de matérias-primas críticas, tende a reforçar a disputa por recursos no continente africano. O recente acordo de paz entre Ruanda e a República Democrática do Congo, que garantiu aos Estados Unidos acesso privilegiado a minerais estratégicos, ilustra a intensificação dessa corrida. Nesse contexto, o Sahel corre o risco de se tornar novamente um espaço de competição geoeconômica, onde a busca por soberania se confronta com as forças estruturais da dependência global.

## REFERÊNCIAS

ACLED, Conflict in the Sahel. Disponível em: <https://acleddata.com/region/conflict-sahel>. Acesso em 08 nov. 2025.

BAGAYOKO, N.. La Politique de stabilisation prônée par la France au Sahel et ses conséquences », in Afrique : um Sentiment antifrancês? **Revue Internationale et Stratégique**, Armand Colin, Paris, 2024, p.121-130.



- BALIMA, B., IRISH J., At least two killed, 18 wounded as French convoy faces new protests in Niger. **Reuters**. 2021, <https://www.reuters.com/world/europe/french-convoy-faces-new-protests>. Acesso em: 15 de ago. 2025.
- BANDEIRA L. A. M. **A Segunda Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BELLAMY, A J.; WILLIAMS, P D. **Understanding peacekeeping**. 2. ed. Cambridge: Polity Press, 2010.
- BORREL T, et al, **L'Empire qui ne veut pas mourir** - Une histoire de la Franceafrique. Paris: Seuil, 2021, p.23-43, epub.
- CASSINI, N; DESGRAIS, N. **L'opération Barkhane**, un impératif de puissance pour la France, 2015, Disponível em: <https://www.diploweb.com/L-operation-Barkhane-un-imperatif.html>. Acesso em 08 nov. 2025.
- CHARBONNEAU, B. The durability of the Gendarme de l'Afrique: from empire to fighting terrorism. In: CHAFER, Tony; MAJUMDAR, Margaret A. (ed.). **Routledge Handbook of Francophone Africa**. Abingdon: Routledge, 2024. p. 57–70. DOI: 10.4324/9781351142168-5.
- CORTEN O.; KRITSIOTIS D.; FOX, GH. Intervention by Invitation: The Expanding Role of the UN Security Council. In: **Armed Intervention and Consent**. Max Planck Trialogues. Cambridge University Press; 2023:101-178.
- DOYLE, M W. **Ways of war and peace**: Realism, liberalism, and socialism. New York: W. W. Norton, 1997.
- DUFFIELD, M. **Global governance and the new wars**: the merging of development and security. London: Zed Books, 2001.
- FAKHRY, A. More than borders: effects of EU interventions on migration in the Sahel, Institute for Security Studies, **West Africa Report 43**, 2023, Disponível em: <https://issafrica.org/research/west-africa-report/more-than-borders-effects-of-eu-interventions-on-migration-in-the-sahel>. Acesso em 08 nov. 2025.
- FAKHRY, Y. **The Externalization of EU Borders and Its Impact on West African Societies**. Brussels: EuroMed Rights, 2023. Disponível em: <https://euromedrights.org>. Acesso em: 8 nov. 2025.
- FRANCE 24, France in Mali: **A year of hunting jihadists in West Africa**, 2014, Disponível em: <https://www.france24.com/en/20140111-france-mali-military-intervention-operation-serval-anniversary-timeline>. Acesso em 08 nov. 2025.
- FUKUYAMA, F. **O fim da história e o último homem**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- GASSAMA, El H. S. Pressentiments, sentiments et ressentiments antifrçais : itinéraire d'un passé qui ne passe pas. **Revue Internationale et Stratégique**, Paris, 2024, p.97-104.
- GKLIATI, M.; KILPATRICK, C. Frontex and the Securitization of Migration in Africa. **European Journal of Migration and Law**, v. 24, n. 3, p. 245–267, 2022.
- IDAHOSA, O.; AKINSANYA, F.; MOHAMED, I. Transnational Crime and Security in the Central Sahel: Militarization, Dependency and the EU's Externalization Agenda. **Journal of African Security Studies**, v. 15, n. 2, p. 101–120, 2023.
- INSTITUTE FOR ECONOMICS & PEACE. **Global Terrorism Index 2023**: Measuring the Impact of Terrorism, Sydney, March 2023, Disponível em: <https://www.economicsandpeace.org/wp-content/uploads/2023/12/GTI-2023>. Acesso em 08 nov. 2025.

INSTITUTO FRIEDRICH EBERT, **Que pensent les Malien(ne)s ?**, FES, June 2021, p. 51-59. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/mali/10100/2021-12.pdf>. Acesso em 08 nov. 2025.

INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL, O Sahel em busca da soberania, **Dossiê** n. 91, 2025. Disponível em: <https://thetricontinental.org/dossier-sahel-alliance-sovereignty/>. Acessado em: 17 ago. 2025.

INTERNATIONAL CRISIS GROUP. Le tournant souverainiste au Mali: ajuster la trajectoire. **Rapport Afrique de Crisis Group** N°315, 3 décembre 2024, Disponível em: <https://www.crisisgroup.org/sites/default/files/2024-12>. Acesso em 08 nov. 2025.

KEENAN, J. **The Dying Sahara: US Imperialism and Terror in Africa**. London :Macmillan, 2013.

LEJEAL F. La Françafrique et ses ramifications contemporaines : une influence en desherence», **Revue Internationale et Stratégique**, Paris, 2024, p113-119.

MORENO-COSGROVE, N. France's unattainable counterterrorism mission in the Sahel, **Elcano Royal Institute** 2022. Disponível: <https://www.realinstitutoelcano.org/en/commentaries/frances-unattainable-counterterrorism-mission>. Acesso em: 16 ago. 2025.

NORWEGIAN INSTITUTE OF INTERNATIONAL AFFAIRS (NUPI). *MINUSMA's 2021 mandate renewal in uncertain times*. Oslo: **NUPI**, 2021. Disponível em: [https://www.nupi.no/content/pdf\\_preview/28363/file/EPON-MINUSMA-II-Report.pdf](https://www.nupi.no/content/pdf_preview/28363/file/EPON-MINUSMA-II-Report.pdf). Acesso em: 08 nov. 2025.

OLLIVIER B. Dix ans après la déclaration d'indépendance de l'Azawad, la gouvernance des anciens rebelles dans le nord du Mali, **Le Rubicon**, 2022, Disponível em: <https://lerubicon.org/dix-ans-apres-la-declaration-dindependance-de-lazawad-la-gouvernance-des-anciens-rebelles-dans-le-nord-du-mali/>. Acesso em 08 nov. 2025.

PARIS, R. **At war's end: Building peace after civil conflict**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

PUGH, M. Peacekeeping and critical theory, **International Peacekeeping**, 2024, v.11, n.1, p. 39-58, Disponível em: <https://doi.org/10.1080/1353331042000228445>. Acesso em: 08 nov. 2025.

RÉMY, J-P. Josep Borrell : La frontière de l'Europe n'est pas en Méditerranée, mais au sud du Sahel. **Le Monde**, 2020. Disponível em: [https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020/02/28/tout-le-monde-parle-de-la-chine-en-afrique-mais-la-presence-europeenne-y-est-beaucoup-plus-importante\\_6031214\\_3212.html](https://www.lemonde.fr/afrique/article/2020/02/28/tout-le-monde-parle-de-la-chine-en-afrique-mais-la-presence-europeenne-y-est-beaucoup-plus-importante_6031214_3212.html). Acesso em: 08 nov. 2025.

RICHMOND, O P. The problem of peace: understanding the 'liberal peace'. **Conflict, Security & Development**, London, v. 6, n. 3, p. 291-314, 2006. DOI: 10.1080/14678800600933480.

SAINT-PIERRE H.; SILVA D. L, Dependency theory in peace and defense studies, **Conjuntura Internacional**, 2021, v.18 n.3, p.31 - 39.

SANDNES M. The effect of asymmetric interdependence on the outcomes of military cooperation in the Sahel. **Cooperation and Conflict**, v.59, n.3, 405-424, 2024, <https://doi.org/10.1177/00108367231184717>.

SANDNES, M. The relationship between the G5 Sahel Joint Force and external actors: a discursive interpretation. Canadian Journal of African Studies. **Revue canadienne des études africaines**, v. 57, n. 1, p. 71-90, 2023. DOI: 10.1080/00083968.2022.2058572.

SIMURA B. West Africa's post 2020 coups and decoloniality. **Cogent Social Sciences**, 2024, v. 10, n. 1, <https://doi.org/10.1080/23311886.2024.2409296>.



UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC), **Impact of Transnational Organized Crime on Stability and Development in the Sahel**, 2024. Disponível em: [https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta\\_sahel](https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/tocta_sahel). Acesso em 08 nov. 2025.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). **World Drug Report 2022**. Vienna: United Nations, 2022. Disponível em: <https://www.unodc.org/unodc/data-and-analysis/world-drug-report-2022.html>. Acesso em: 8 nov. 2025.

UNITED NATIONS, “**UN investigation concludes French military airstrike killed Mali civilians**”, 2021, disponível em: <https://news.un.org/en/story/2021/03/1088722>. Acesso em 08 nov. 2025.

UNITED NATIONS. **An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping**. Nova York: United Nations, 1992. Disponível em: <https://digitallibrary.un.org/record/145749?v=pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

UNITED NATIONS. **MINUSMA**. United Nations Multidimensional Integrated Stabilization Mission in Mali.: United Nations, 2025. Disponível em: <https://minusma.unmissions.org/en/history>. Acesso em: 08 nov. 2025.

VISENTINI, P. F, *et al.* **História da África e dos Africanos**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2020.

WAPMUK, S. AKINKWOTU, O. The Dynamics of Africa In World Affairs: From Afro- Pessimism To Afro-Optimism?. **Brazilian Journal of African Studies**, , v. 2, n. 4, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbea/article/view/75450>. Acesso em: 11 out. 2025.

WORLD BANK. **Governance and Development: Report No. Sec M91-820**. Washington, D.C.: World Bank, 1992. Disponível em: <https://documents.worldbank.org/curated/en/711471468765285964/pdf/multi0page.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.

WULF, H. Dependent Militarism in the Periphery and Possible Alternative Concepts. In: NEUMAN, S.; HARKAVY, R. (eds.). **Arms Transfers in the Modern World**. New York: Praeger, 1979.



ARTIGO



**A ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU NO  
CONFLITO DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO:  
DESAFIOS E PERSPECTIVAS**

***THE UN SECURITY COUNCIL'S ROLE IN THE CONFLICT IN THE DEMOCRATIC  
REPUBLIC OF THE CONGO: CHALLENGES AND PERSPECTIVES***

***LE RÔLE DU CONSEIL DE SÉCURITÉ DE L'ONU DANS LE CONFLIT EN  
RÉPUBLIQUE DÉMOCRATIQUE DU CONGO: DÉFIS ET PERSPECTIVES***

*Por Alfa Oumar Diallo, Cristovão Baltazar Siteo & Siradio Hélio Santos Diallo*

65

*Alfa Oumar Diallo*

Professor e pesquisador da Faculdade de  
Direito e Relações Internacionais (FADIR)  
da Universidade Federal da Grande  
Dourados (UFGD).

Orcid: 0000-0002-7257-878X.

E-mail: [alfadiallo@ufgd.edu.br](mailto:alfadiallo@ufgd.edu.br)

*Cristovão Baltazar Siteo*

Estudante do Bacharelado Interdisciplinar  
em Humanidades, na Universidade da  
Integração Internacional da Lusofonia  
Afro-brasileira (UNILAB).

*Siradio Hélio Santos Diallo*

Estudante de Relações Internacionais na  
Universidade da Integração Internacional  
da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).

Submetido: 20/10/2025

Aceite: 15/11/2025

Como citar

DIALLO, Alfa Oumar; SITEO, Cristovão  
Baltazar; DIALLO, Siradio Hélio Santos. A  
atuação do Conselho de Segurança da ONU  
no conflito da República Democrática do  
Congo: desafios e perspectivas. Boletim  
GeoÁfrica, v. 4, n. 13, p. 65-85, jul.-dez.  
2025.



## **RESUMO**

O Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas desempenha um papel crucial na manutenção da paz e segurança internacional, incluindo em situações de conflito como o que ocorre na República Democrática do Congo. Neste artigo, analisaremos a atuação do Conselho de Segurança da ONU em relação ao caso do Congo, abordando os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e as perspectivas para o futuro da região. Outrossim, as nossas lentes, trarão um debate quanto ao racismo institucional, tendo em vista o envolvimento do Conselho de Segurança da ONU.

**Palavras-chave:** Conselho de Segurança; ONU; Congo; Conflito; Paz e Segurança Internacional.

## **ABSTRACT**

The United Nations Security Council plays a crucial role in maintaining international peace and security, including in conflict situations such as the one in the Democratic Republic of the Congo. In this article, we will analyze the UN Security Council's actions in the Congo, addressing the challenges faced, the strategies adopted, and the prospects for the region's future. Furthermore, our lens will focus on institutional racism, considering the UN Security Council's involvement.

**Keywords:** Security Council. UN. Congo. Conflict. International Peace and Security.

## **RÉSUMÉ**

Le Conseil de sécurité des Nations Unies joue un rôle crucial dans le maintien de la paix et de la sécurité internationale, notamment dans les situations de conflit comme celle en République démocratique du Congo. Dans cet article, nous analyserons l'action du Conseil de sécurité des Nations Unies au Congo, en abordant les défis rencontrés, les stratégies adoptées et les perspectives d'avenir de la région. De plus, nous nous pencherons sur le racisme institutionnel, compte tenu de l'implication du Conseil de sécurité des Nations Unies.

**Mots-clés:** Conseil de sécurité. ONU. Congo. Conflit. Paix et sécurité internationale.



## INTRODUÇÃO

A República Democrática do Congo, ou RD Congo, frequentemente abreviada como RDC, é um país africano que ainda hoje enfrenta profundas consequências da colonização belga e dos conflitos que eclodiram após a independência (Munanga, 2007). Como adverte o professor Kabengele Munanga (2007), ao utilizarmos o termo “Congo”, é fundamental distinguir a República Democrática do Congo (RDC), também chamada de Zaire, Congo-Kinshasa ou Congo-Léopoldville, da República do Congo, conhecida como Congo-Brazzaville. Ambos os países recebem o nome do rio Congo, que os separa, e remetem à história da região, já que o antigo Reino do Congo abrangia áreas do norte de Angola, da atual RDC e da República do Congo. Ao longo de sua trajetória colonial e pós-colonial, o país recebeu diferentes denominações. Entre 1885 e 1908, sob domínio privado do rei Leopoldo II, foi chamado de Estado Independente do Congo; de 1908 a 1960, passou a ser o Congo Belga. Como explica José Flávio Saraiva (2015), após conquistar sua independência em 30 de junho de 1960, o país adotou o nome República do Congo ou Congo-Léopoldville, diferenciando-se do Congo-Brazzaville, então colônia francesa.

Mapa 1. Mapa locacional da República Democrática do Congo (RDC)



Fonte: <<https://www.infoescola.com/wp-content/uploads/2012/04/mapa-republica-democratica-do-congo.jpg>>



A RDC é um vasto território da África Central, rico em recursos naturais e o segundo maior país do continente em extensão territorial. Faz fronteira com a República do Congo, República Centro-Africana, Sudão, Uganda, Ruanda, Burundi, Tanzânia, Zâmbia e Angola. Kinshasa, sua capital, é também a cidade mais populosa (Munanga, 2007; Da Silva, 2012). Demograficamente, é o quarto país mais populoso da África, com cerca de 84 milhões de habitantes. Grande parte da população se concentra na região dos Grandes Lagos, na capital e nas zonas rurais, onde vivem aproximadamente 65% dos congolese. Culturalmente, a RDC é marcada por grande diversidade, com mais de 200 grupos sociais. O francês é a língua oficial, mas o Lingala é amplamente falado, seguido por Kikongo, Tshiluba e Swahili (ou Kingwana). No campo religioso, cerca de 50% da população é católica (com forte sincretismo), 20% protestante, 10% imbangusta, 10% muçulmana e 10% adepta de religiões africanas tradicionais (Da Silva, 2012).

A RDC é, sem dúvida, um dos países mais ricos em recursos naturais do mundo. Como afirma Munanga (2007, p. 77), “o subsolo congolês chegou a ser chamado de escândalo geológico” devido à abundância de minérios. No entanto, essa riqueza contrasta com graves problemas sociais: “exacerbação da pobreza, acúmulo de refugiados, altas taxas de mortalidade e um nível sem precedentes de violência sexual e proliferação do HIV” (Da Silva, 2012, p. 21). Entre seus principais recursos naturais estão: florestas, ouro, diamantes, cobalto, urânio, cobre, petróleo, água, coltan e cassiterita (Munanga, 2007; Da Silva, 2012). Apesar dessa abundância, o país enfrenta profunda instabilidade política, econômica e sociocultural, além de sérios desafios de desenvolvimento e segurança humana (Da Silva, 2012). Como consequência, “a riqueza alimenta não apenas a economia de enclave, ligada exclusivamente ao setor externo, mas também a manutenção de um ciclo de guerras que vêm assolando toda a região dos Grandes Lagos da África Central” (Da Silva, 2012, p. 20-21).

A presença de mais de 200 grupos étnicos intensifica disputas por território, poder político e controle dos recursos naturais (Cleide & Do Canto, 2022). Assim, a situação humanitária na RDC é extremamente complexa, marcada por conflitos internos e regionais. Paralelamente, o país recebe fluxos significativos de refugiados provenientes do Sudão do Sul, Burundi e República Centro-Africana (ACNUR, 2020). E a crise humanitária na RDC se agrava diante das dificuldades de acesso à saúde pública, ao abastecimento de água e ao saneamento básico — serviços essenciais para a prevenção



de doenças. Atualmente, algumas regiões do país são classificadas pela ONU como emergência de nível 3, o grau mais elevado, o que evidencia a necessidade urgente de ampliar a assistência e garantir serviços vitais à população (ACNUR, 2020).

Em decorrência dos conflitos, a população tem sido forçada a abandonar seus locais de origem e seus modos de vida, devido à violência sistemática contra civis em todo o território. Entre 2017 e 2019, a RDC registrou milhares de deslocados rumo a Angola e Zâmbia, além de cerca de 5,01 milhões de deslocados internos e 524 mil refugiados provenientes de países como Sudão do Sul, Burundi e República Centro-Africana (ACNUR, 2020). Diante desse cenário de guerras recorrentes, organizações internacionais e agências da ONU, como o ACNUR, têm se mobilizado para prestar assistência humanitária. Paralelamente, o Conselho de Segurança estabeleceu sucessivas missões de paz: a ONUC (Operação das Nações Unidas no Congo, Resolução 143/1960), a MONUC (Missão da ONU na RDC, Resolução 1279/1999) e, posteriormente, a MONUSCO (Missão de Estabilização da ONU na RDC, Resolução 1925/2010). Essas missões atuam no apoio aos deslocados, no combate a grupos rebeldes, na contenção da violência civil e sexual, na promoção dos direitos humanos e na estabilização das instituições estatais.

O conflito na RDC envolve múltiplos atores e fatores, o que torna sua dinâmica particularmente complexa. Uma análise holística é indispensável, sobretudo considerando o papel do Conselho de Segurança da ONU. A persistência do conflito suscita questionamentos sobre uma possível inércia desse órgão internacional, hipótese que levou alguns autores a sugerirem a existência de racismo institucional como elemento explicativo. Para esses estudiosos, conflitos fora do continente africano têm recebido respostas mais rápidas e eficazes da comunidade internacional, resultando em soluções parciais ou totais, enquanto a RDC permanece em prolongada instabilidade.

Para compreender esse cenário, este estudo mobiliza teorias das Relações Internacionais que ampliam a análise dos conflitos armados. Destaca-se a teoria da securitização, que permite problematizar a construção discursiva da ameaça, e o construtivismo, que oferece ferramentas para examinar a dimensão social e identitária dos conflitos. O presente artigo tem como objetivo analisar as ações empreendidas pelo Conselho de Segurança da ONU na tentativa de solucionar o prolongado conflito na RDC. Busca-se, ainda, discutir os desafios enfrentados, as estratégias adotadas e as perspectivas



para o futuro da região, considerando de forma central os possíveis efeitos do racismo institucional sobre a atuação do Conselho. Trata-se de uma pesquisa qualitativa que adota a metodologia de estudo de caso com análise de processo. Conforme Yin (2015), o estudo de caso permite uma investigação empírica aprofundada de fenômenos contemporâneos complexos em seu contexto real, sendo especialmente adequado para compreender processos causais em situações nas quais as fronteiras entre fenômeno e contexto são pouco nítidas. O trabalho segue uma abordagem predominantemente indutiva, partindo de observações específicas para construir compreensões teóricas mais amplas sobre o fenômeno analisado. Como afirmam Creswell & Creswell (2018), o raciocínio indutivo em pesquisas qualitativas possibilita o desenvolvimento de padrões, categorias e temas emergentes a partir dos dados coletados, em vez de testar hipóteses prévias. A metodologia inclui, ainda, uma revisão bibliográfica baseada em fontes primárias e secundárias, como livros, artigos científicos, relatórios institucionais de organizações internacionais, documentos oficiais e materiais produzidos por ONGs.

O marco teórico deste estudo organiza-se em torno de três eixos conceituais fundamentais, que fornecem as lentes analíticas necessárias para compreender um conflito que perdura há mais de trinta anos e que resultou em um genocídio ainda não reconhecido oficialmente. O primeiro eixo refere-se à resolução de conflitos. A superação de conflitos armados envolve diversas teorias das Relações Internacionais, entre as quais se destaca o construtivismo, que enfatiza o diálogo, a diplomacia e a construção social das percepções de ameaça. Como argumenta Zartman (1994), a resolução de conflitos pressupõe envolvimento efetivo, compromisso político e cooperação orientada para o fim da violência e a construção de uma paz duradoura. Para isso, é imprescindível compreender as causas estruturais da guerra. O segundo eixo fundamenta-se na Teoria do Genocídio Processual, de Gregory Stanton (1998), que entende o genocídio não como um evento pontual, mas como um processo dinâmico que se desenvolve em estágios previsíveis. Essa abordagem é essencial para analisar como diferentes variáveis, políticas, sociais, econômicas e identitárias, podem desencadear simultaneamente vários desses estágios. O terceiro eixo aborda o racismo institucional, entendido como a discriminação racial enraizada em políticas, legislações e práticas institucionais, produzindo desigualdades sistemáticas entre grupos sociais. A presença de racismo institucional em organizações internacionais evidencia seu caráter estrutural e persistente. Pesquisadoras



como Jurema Werneck (2012) têm aprofundado esse debate. A questão central que se coloca é se esse tipo de racismo influenciou, e em que medida, as ações destinadas à resolução do conflito na RDC.

A estrutura do trabalho organiza-se em quatro seções. A primeira examina a atuação do Conselho de Segurança da ONU no conflito congolês. A segunda discute os desafios operacionais e estruturais enfrentados pelas missões internacionais. A terceira analisa o racismo institucional no contexto da resposta internacional ao conflito. Por fim, a quarta seção apresenta um debate sobre as perspectivas de paz e segurança para a região.

### **A ATUAÇÃO DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU NO CONFLITO DA RDC**

No âmbito do sistema internacional, o Conselho de Segurança (CSNU) figura como a instância máxima responsável por zelar pela paz e segurança coletivas. De acordo com a Carta das Nações Unidas (2015):

O Conselho de Segurança é o principal responsável pela manutenção da paz e da segurança internacionais. É composto por 15 membros, e cada membro tem direito a um voto. De acordo com a Carta das Nações Unidas, todos os Estados-Membros são obrigados a cumprir as decisões do Conselho. O Conselho de Segurança lidera a determinação da existência de uma ameaça à paz ou de um ato de agressão. Convoca as partes em litígio a resolvê-lo por meios pacíficos e recomenda métodos de ajuste ou termos de solução. Em alguns casos, o Conselho de Segurança pode recorrer à imposição de sanções ou mesmo autorizar o uso da força para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais.

A participação da ONU na RDC tem ocorrido principalmente por meio da implementação de missões de paz destinadas a auxiliar na estabilização da região em períodos de crises políticas, militares e humanitárias. Desde a independência do país, em 1960, a ONU mantém vigilância constante, sobretudo diante da atuação de diversas milícias e da exploração de recursos naturais por países ocidentais nesse território africano. A primeira intervenção do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) na RDC ocorreu com a criação da ONUC (Operação das Nações Unidas no Congo), aprovada pela Resolução 143, de 1960.

Alguns dias após a República Democrática do Congo se tornar independente ante a tutela da Bélgica, em junho de 1960, houve um período de crise e conturbação política. O país se defrontou com conflitos anticoloniais e intertribais, com uma guerra civil separatista, localizada em Katanga, e com outras intervenções externas esporádicas, como a invasão de tropas belgas ou de mercenários (Andrade et al, 2019, p.19).



A principal motivação para o envio da ONU foi a retirada imediata das tropas belgas e a garantia da segurança territorial do novo Estado. Anos mais tarde, o país vivenciou dois grandes conflitos armados: a Primeira Guerra do Congo (1996–1997) e a Segunda Guerra do Congo (1998–2003). Diante da escalada da violência, o Conselho de Segurança autorizou a criação da Missão das Nações Unidas na RDC (MONUC). Como explica Mayra Marcolino (2018, p. 85):

Como resposta ao conflito e às violações dos direitos humanos recorrentes, a ONU desenvolveu em o programa de manutenção da paz, a MONUC. Estabelecido em agosto de 1999 através da Resolução 1258, como uma pequena força de observação para monitorar o acordo que estabeleceu o cessar-fogo da 2ª Guerra do Congo, o Acordo de Lusaka.

A missão tinha como objetivos centrais garantir o cumprimento do cessar-fogo e proteger os civis afetados pelo conflito. Com o avanço de suas atribuições e a necessidade de maior presença internacional, a MONUC foi fortalecida e consolidada como missão de estabilização. Em 2010, por meio da Resolução 1925, a ONU redefiniu seu mandato, transformando-a na MONUSCO, com foco na proteção da população civil, na reforma das forças de segurança e no apoio ao processo político do país.

## **DESAFIOS OPERACIONAIS E ESTRUTURAIS DA ATUAÇÃO ONU NA RDC**

Ao analisar a crise que assola a RDC, percebe-se que a atuação da ONU enfrenta não apenas adversidades logísticas e técnicas, mas também um conjunto complexo de obstáculos operacionais e estruturais que limita o avanço efetivo das missões de paz. Tais dificuldades constituem raízes profundas da instabilidade, afetando diretamente a eficácia da intervenção internacional. Para compreender plenamente esse cenário, é necessário recorrer, ainda que de forma sintética, a algumas teorias das Relações Internacionais que ajudam a iluminar as dinâmicas do conflito em questão.

### **Teorias das Relações internacionais: securitização, construtivismo, genocídio processual**

A teoria da securitização, formulada pela Escola de Copenhague, fundamenta-se na noção de ameaça existencial, segundo a qual determinados fenômenos ou grupos sociais passam a ser discursivamente enquadrados como riscos à sobrevivência do Estado ou à coesão nacional. Nesse processo, atores políticos e estatais recorrem a uma retórica de urgência e perigo, buscando mobilizar a população para consentir com a adoção de medidas excepcionais (Buzan *et al.*, 1998). Conforme Buzan, Wæver e de Wilde (1998),



a securitização consiste na transformação de um tema em ameaça existencial por meio de um ato de fala, no qual o agente securitizador procura persuadir a audiência de que a questão em pauta exige respostas extraordinárias. Assim, a retórica política e a formulação de instrumentos legislativos desempenham papel central na criação e difusão da percepção de insegurança. Contudo, para que o processo seja efetivo, não basta a enunciação do discurso: é indispensável que a audiência, neste caso, a opinião pública, aceite essa construção discursiva, reconhecendo a ameaça e legitimando a adoção de medidas excepcionais.

É igualmente importante destacar a conexão entre a Escola de Copenhague e o Construtivismo. Como afirma Nicholas Onuf (1998), a securitização é uma construção social: o agente securitizador, por meio do discurso e das relações sociais, apresenta determinado assunto como tema de segurança e, por meio de estratégias linguísticas, busca obter da audiência a aceitação dessa interpretação. Para além da vertente da securitização, o construtivismo oferece uma abordagem que ultrapassa os limites tradicionais da segurança ao questionar fronteiras concebidas como estruturas fixas e pré-determinadas. Trata-se de romper com a ideia de muros e barreiras rígidas que separam populações e delimitam territórios. A terceira geração de construtivistas enfatiza que os recursos materiais só adquirem significado para a ação humana dentro de uma estrutura de conhecimento partilhado; as ideias, portanto, não se restringem a estados psicológicos individuais, mas constituem fenômenos sociais coletivos. Assim, fronteiras não devem ser entendidas apenas como linhas geográficas, mas como espaços permeados por práticas culturais, interações sociais e vínculos transnacionais que transcendem barreiras físicas. Ao articular a relação entre agência e estrutura, o construtivismo revela-se uma lente teórica capaz de captar a complexidade dos fluxos migratórios e o papel dos Estados em sua gestão.

Por fim, é necessário trazer à discussão a teoria do genocídio processual, de Gregory Stanton (1998), especialmente porque o conflito analisado nos coloca diante de um genocídio pela amplitude e sistematicidade da violência armada. Essa teoria concebe o genocídio não como um evento isolado, mas como um processo dinâmico, composto por estágios previsíveis que podem ocorrer simultaneamente e influenciar-se mutuamente. Compreender o genocídio como fenômeno multifacetado e não linear



permite analisar de forma mais precisa a escalada da violência e os mecanismos que a sustentam.

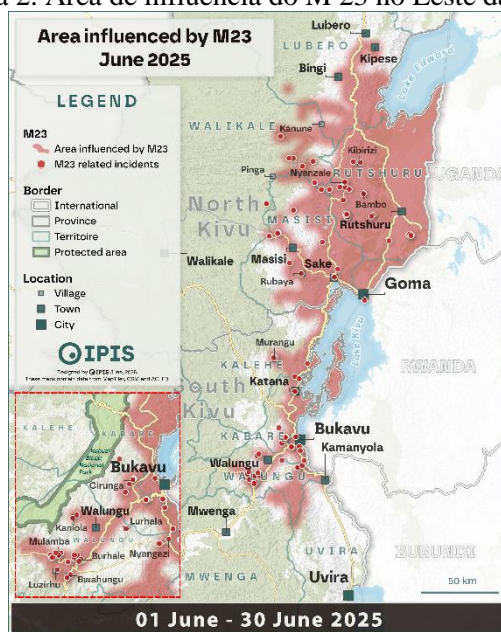
### **Desafios operacionais**

Quanto ao plano operacional, uma das primeiras dificuldades que abala a ONU é a extensão territorial da RDC, um país que tem o tamanho da Europa Ocidental, o que torna difícil uma vigilância efetiva, mesmo com a presença de mais de 16 mil capacetes azuis mobilizados. Conforme aponta o Secretário-geral da ONU, António Guterres, o relatório S/2024/251, publicado em março de 2024, a MONUSCO enfrenta sérias limitações logísticas enquanto lida com mais de 7 milhões de deslocados internos e com picos de violências em regiões como Ituri e Kivu do Norte (UNSC, 2024).

O conflito na RDC envolve diversos grupos armados nacionais e internacionais, entre os quais se destaca o M23. É importante salientar que esse grupo se beneficia da cumplicidade de alguns países estrangeiros, especialmente Ruanda, o que torna o cenário ainda mais complexo. O M23, composto majoritariamente por membros da etnia tutsi, possui capacidade militar comparável à de um exército convencional. Em 2023, diante da escalada da violência, o governo congolês legalizou milícias internas com o objetivo de reforçar o combate ao M23. O relatório mencionado anteriormente indica que, entre dezembro de 2023 e março de 2024, houve um aumento alarmante nos ataques armados, que atingiram civis, hospitais, comboios humanitários e escolas. Em Goma, por exemplo, as forças do M23 ampliaram seu controle territorial mesmo sob vigilância das tropas da ONU, evidenciando que a presença da missão não foi suficiente para garantir proteção efetiva. Segundo a Representante Especial Bintou Keita, em pronunciamento ao Conselho de Segurança (ONU NEWS, 2024), a MONUSCO opera em meio a uma das crises humanitárias mais negligenciadas do mundo, com 7,3 milhões de deslocados, mais de 122 mil casos de violência sexual registrados em 2023 e apenas 26% do financiamento humanitário necessário disponível.



Mapa 2. Área de influência do M23 no Leste da RDC



Fonte: <<https://ipisresearch.be/publication/m23s-territorial-advances-in-june-a-long-path-to-peace-renewed-efforts-to-resolve-the-m23-conflict-in-eastern-congo/>>

Essas dificuldades operacionais não são recentes. Stearns (2022) recorda que a MONUC, precursora da MONUSCO, já enfrentava desafios semelhantes. Autesserre (2014) observa que os obstáculos da ONU não são apenas materiais, mas também simbólicos, marcados por uma profunda desconexão entre os discursos das instituições internacionais e as realidades locais — um verdadeiro abismo entre o que se promete e o que se realiza. Muya (2025), pesquisador congolês, reforça essas críticas ao demonstrar que a atuação da ONU é fragilizada por conflitos híbridos, desinformação e exploração de recursos naturais. Syamkumar (2024) acrescenta que a presença de mais de 120 grupos armados compromete a segurança e inviabiliza qualquer planejamento sustentável da missão. Além disso, a MONUSCO enfrenta restrições operacionais impostas pelo próprio governo congolês, como denuncia Bintou Keita (ONU, 2024). Sem liberdade plena de circulação em áreas controladas por milícias, os capacetes azuis frequentemente se tornam meros espectadores de tragédias em curso. De acordo com análise da *The New Humanitarian* (2024), após mais de duas décadas de conflito e bilhões de dólares investidos, a missão não conseguiu estabilizar o leste do país, revelando o esgotamento do modelo tradicional de *peacekeeping*<sup>1</sup>.

<sup>1</sup><https://www.thenewhumanitarian.org/analysis/2024/07/09/changing-face-peacekeeping-whats-gone-wrong-un> consultado em 07/12/2025



## Desafios Estruturais

Diante da magnitude dos desafios operacionais no conflito da RDC, os desafios estruturais revelam-se ainda mais profundos e complexos. A ONU, ao intervir na crise congoleza, insere-se em um ambiente institucional marcado por imoralidade sistêmica, fragmentação estatal e impunidade persistente. “Nossa prioridade é proteger civis”, afirma o general brasileiro Ulisses Mesquita Gomes, nomeado pela ONU para comandar tropas na RDC<sup>2</sup>. Sua declaração evidencia um dilema que se intensifica à medida que o Estado congolês se desfaz de suas funções básicas, transferindo, na prática, parcelas de sua soberania às forças internacionais.

Nyuykonge (2024) argumenta que a missão representa um paradoxo: trata-se de uma das operações mais caras e longas da história da ONU, mas permanece incapaz de interromper os ciclos de violência ou estabelecer uma paz duradoura. De modo semelhante, Aning & Bah (2013) sustentam que a arquitetura de paz das Nações Unidas ignora as realidades endógenas, preferindo soluções padronizadas e descoladas do contexto local. Nzongola-Ntalaja (2002) acrescenta que a ONU frequentemente reforça estruturas de dominação ao negligenciar as demandas populares e os saberes locais. Francis (2010) observa que a “paz liberal”<sup>3</sup> promovida pela ONU tende a fracassar quando aplicada de forma mecânica em contextos africanos. Achille Mbembe (2011), em *Necropolítica*, aprofunda essa crítica ao demonstrar que o poder internacional, em contextos coloniais tardios, decide quem vive e quem morre. Missões como a da ONU operam sob uma lógica de tutela, na qual os africanos são tratados como incapazes de governar a si mesmos, narrativa ainda presente em círculos diplomáticos e tecnocráticos. Grovogui (2006) reforça essa perspectiva ao afirmar que o próprio multilateralismo funciona com base em hierarquias coloniais mascaradas de neutralidade institucional. Paralelamente, a população congoleza demonstra profunda desconfiança nas instituições locais, alimentando um ciclo vicioso de insegurança. Segundo levantamento do Afrobarómetro (2021), 72% dos congolezes afirmaram temer mais as forças de segurança

<sup>2</sup><https://www.cnnbrasil.com.br/politica/prioridade-e-protoger-civis-diz-general-que-chefiara-missao-na-rd-congo/> consultado em 05/12/2025.

<sup>3</sup>A paz liberal é um conceito das Relações Internacionais que defende a difusão de democracias liberais, com livre comércio e instituições multilaterais, culminando com um mundo mais pacífico, em que direitos, liberdade e cooperação são valorizadas, tornando a guerra uma exceção.



do próprio Estado do que os grupos rebeldes. Esse dado evidencia a falência da autoridade estatal, que a presença internacional tampouco consegue restaurar. Stearns (2022) observa que a dinâmica de poder no país é dominada por elites locais e interesses transnacionais que se beneficiam da instabilidade. Enquanto os conflitos no Congo continuarem lucrativos, qualquer tentativa de pacificação será sabotada internamente.

## **RACISMO INSTITUCIONAL E O CONFLITO NA RDC**

A guerra na RDC configura-se como um dos conflitos mais devastadores do século XXI, marcado por inúmeras violações de direitos humanos, pela exploração sistemática de recursos naturais e pela atuação frequentemente ineficaz da comunidade internacional. As organizações internacionais, em especial a ONU e o Conselho de Segurança, têm desempenhado um papel controverso na tentativa de resolver o conflito nessa região estratégica. Sua atuação tem sido alvo de críticas recorrentes, entre elas a denúncia de práticas de racismo institucional.

O racismo institucional manifesta-se quando instituições produzem ou perpetuam desigualdades entre grupos racializados por meio de suas políticas, normas, práticas administrativas e decisões. De acordo com Jurema Werneck, trata-se de um mecanismo estrutural que opera de forma silenciosa, naturalizada e persistente, moldando oportunidades, acessos e formas de tratamento diferenciadas entre populações racialmente marcadas. Segunda a autora:

“[...] o racismo institucional, também denominado racismo sistêmico, como mecanismo estrutural que garante a exclusão seletiva dos grupos racialmente subordinados- negr@s, indígenas, cigan@s, para citar a realidade latino-americana e brasileira da diáspora africana – atuando como alavanca importante de exclusão diferenciada de diferentes sujeit@s nestes grupos. Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior” (Werneck 2012, p.17)

No âmbito das relações internacionais, o racismo institucional, ou sistêmico, ocorre por exemplo, com a pouca presença de países africanos em posições de liderança (um fator histórico colonial), na forma como a dor de diferentes povos é avaliada de acordo com sua proveniência geográfica e nas intervenções seletivas do Conselho de Segurança da ONU. Como argumenta Zeynep Gülşah Çapan (2018, p.1):



O eurocentrismo não diz respeito apenas a escrever a história das Relações Internacionais utilizando apenas exemplos da história europeia, mas também a designar, explícita e implicitamente, a Europa como a origem e o criador de todos os desenvolvimentos que são considerados centrais para o desenvolvimento das relações internacionais. [...] abordar o eurocentrismo como um sistema de conhecimento significa analisar como a Europa é escrita como a originadora de todos os desenvolvimentos (democracia, soberania, direitos humanos) e como essa narrativa estrutura as hierarquias temporais e espaciais através das quais entendemos o desenvolvimento do internacional.

Çapan argumenta que a forma como o continente africano é representado nos fóruns internacionais está ancorada em uma narrativa que justifica intervenções externas e naturaliza a instabilidade política e social da região. Na maior parte das vezes, essa narrativa opera sem o devido reconhecimento da responsabilidade histórica das antigas potências coloniais e das próprias organizações internacionais na origem e perpetuação de diversas crises no continente. A crise na RDC, frequentemente denominada “Primeira Guerra Mundial Africana” (1996–1997), recebeu esse nome devido ao envolvimento simultâneo de múltiplos atores (estatais e não estatais, internos e externos) mobilizados sob o argumento de promover a paz e proteger a população congoleza. A ONU estabeleceu uma missão no país, inicialmente chamada MONUC, posteriormente transformada em MONUSCO. Apesar da longa permanência dessa operação, tanto a população local quanto pesquisadores de diferentes áreas questionam se a missão foi, de fato, capaz de cumprir seus objetivos de maneira eficaz.

Mbembe (2011), ao desenvolver o conceito de necropolítica, evidencia como o poder global exerce controle sobre populações africanas por meio de práticas violentas que desconsideram a vida negra. Nesse sentido, torna-se evidente que as vozes do povo congolês são sistematicamente silenciadas nas estratégias e operações da ONU, revelando a presença de racismo sistêmico ou institucional. Esse fenômeno se manifesta, entre outros aspectos, na desvalorização constante dos conhecimentos locais em favor de uma epistemologia ocidental, branca e eurocentrada. Um dos exemplos mais contundentes desse racismo institucional é o tratamento desigual dado às vítimas do conflito na RDC em comparação com populações afetadas por guerras em outras regiões do mundo, especialmente no Ocidente. Embora o conflito congolês tenha provocado um dos maiores números de mortes desde a Segunda Guerra Mundial, a mobilização da comunidade internacional tem sido notavelmente inferior à observada em crises no Oriente Médio ou na Europa. Como afirma Mahmood Mamdani (2009):



há uma tendência histórica de tratar as crises no continente africano como tragédias de grupos “tribais”, sem considerar suas devidas causas estruturais e políticas.

Outrossim, destaca-se relatos de abusos cometidos por integrantes das forças da paz da ONU, os capacetes azuis, entre os quais exploração sexual e tráfico de pessoas. Essas informações durante anos foram silenciadas ou ignoradas, reforçando um pensamento colonial, racista e de abandono para as vítimas desse crime. De acordo com Carolina Paiva (2017, p.59):

Os muitos casos de má conduta sexual por civis e militares – que foram amplamente divulgados pela mídia - evidenciaram a ineficiência da missão em vigiar e punir seus integrantes, assim como a necessidade de implementação de medidas para o combate ao abuso e à exploração sexual.

É importante salientar que a ausência de lideranças africanas em cargos de direção nas missões de paz e em outras estruturas internacionais aprofunda os mecanismos de exclusão presentes nesses espaços. Mbembe (2018) descreve esse fenômeno como parte de uma “economia global da superioridade racial”, perceptível no funcionamento do sistema internacional e, de forma ainda mais evidente, nas organizações multilaterais — especialmente no Conselho de Segurança. Superar o racismo institucional nas organizações internacionais exige a construção de uma nova arquitetura de poder, mais coesa, inclusiva e descolonizada nos processos decisórios. Isso implica incorporar vozes africanas, valorizar conhecimentos locais e reconhecer a legitimidade das epistemologias produzidas no continente. O relatório *Construção de uma paz resiliente: Trajetórias estratégicas para Reforçar a Arquitetura de Consolidação da Paz da ONU na África* (ONU, 2024) reforça essa necessidade. Em discurso ao Conselho de Segurança, Guterres destacou o papel central da África na definição das prioridades globais de consolidação da paz, reconhecendo tanto os avanços quanto as lacunas críticas nos esforços para alcançar uma paz sustentável. Além disso, é imprescindível que as organizações internacionais assumam responsabilidade pelos crimes cometidos por seus representantes e estabeleçam protocolos eficazes para prevenir práticas que comprometem a resolução de conflitos, como ocorre na RDC. A descolonização do sistema internacional começa pelo reconhecimento das desigualdades raciais estruturais que o sustentam.

A comparação entre a situação da RDC e a resposta internacional a outros conflitos, como o da Ucrânia, evidencia o entrelaçamento entre racismo institucional e a atuação da comunidade internacional, incluindo a própria ONU. A análise das práticas do



Conselho de Segurança revela a adoção de medidas e relações marcadas por desigualdade e preconceito em relação às populações africanas e afrodiáspóricas, reforçando padrões históricos de dominação e subordinação entre o Ocidente branco e o continente africano. Interromper esse ciclo exige transformar a estrutura, o *modus operandi* e o *status quo* do sistema internacional. É fundamental ouvir e respeitar as vozes africanas, permitindo que o continente avance segundo seus próprios caminhos e prioridades, rompendo com a herança sangrenta do colonialismo que ainda permeia as relações globais.

### **PERSPECTIVAS PARA A PAZ E A SEGURANÇA NA REGIÃO**

A temática da paz e da segurança na região permanece profundamente desafiadora, embora existam possibilidades concretas de avanço rumo à pacificação da RDC. Para que a estabilidade se torne efetiva, é indispensável o comprometimento articulado de atores locais e internacionais. No caso congolês, a reconciliação nacional, acompanhada de uma transição democrática sólida e de um projeto de desenvolvimento sustentável, constitui condição essencial para romper os ciclos de violência. Como discutido ao longo do trabalho, a comunidade internacional tem buscado responder à crise por meio de missões e resoluções da Organização das Nações Unidas, com o objetivo de criar mecanismos capazes de enfrentar e mitigar as causas estruturais do conflito. Nesse sentido, destaca-se a Resolução 2717 (ONU, 2023), que reforça a necessidade de fortalecer a proteção de civis, apoiar reformas institucionais e promover condições para uma paz duradoura na RDC. De acordo com a Resolução 2717 (ONU, 2023).

O texto abrangente estabelece como prioridades estratégicas da MONUSCO contribuir para a proteção de civis e apoiar a estabilização e o fortalecimento das instituições estatais e as principais reformas de governança e segurança. Ele define as tarefas em ordem de prioridade, incluindo a proteção de civis sob ameaça de violência física por todas as medidas necessárias e a dissuasão e a realização de operações ofensivas direcionadas contra grupos armados, seja unilateralmente ou em conjunto com as forças de segurança congoleesas. Solicita-se à MONUSCO que trabalhe com o Governo e os trabalhadores humanitários para identificar ameaças a civis e implementar planos conjuntos de prevenção e resposta.

Sob uma perspectiva regionalista, a cooperação com a União Africana (UA), a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e a Conferência Internacional sobre a Região dos Grandes Lagos (CIRGL) tem se mostrado fundamental para qualquer avanço rumo à estabilidade na RDC. Como observa Luís Castelo, “no Ocidente começou a ganhar força a ideia de que deveriam ser os africanos a resolverem



os conflitos que surgissem no seu continente. Do exterior, apenas poderiam contar com o apoio logístico e financeiro” (CASTELO, 2002, p. 2).

A participação efetiva dessas organizações regionais contribui para que as iniciativas de paz sejam mais coerentes com as dinâmicas locais e mais bem adaptadas às especificidades da região afetada. Entre os pilares para a consolidação da paz e da segurança na RDC destaca-se a retirada gradual das missões humanitárias e militares internacionais. A Resolução 2717 (ONU, 2023) estabelece que essa retirada deve ocorrer de forma progressiva e não violenta, respeitando o tecido social, as necessidades da população e as condições de segurança no terreno:

A redução começará no final de 2023, em meio ao ciclo eleitoral. A Força será retirada de Kivu do Sul até o final de abril de 2024, e a implementação do mandato será limitada às províncias a partir de maio de 2024. O limite de efetivo autorizado será de 13.500 militares, 660 observadores militares e oficiais de estado-maior, 591 policiais e 1.410 efetivos de unidades policiais formadas até 30 de junho de 2024, reduzido para 11.500 militares, 600 observadores militares e oficiais de estado-maior, 443 policiais e 1.270 efetivos de unidades policiais formadas a partir de 1º de julho de 2024.

A retirada da MONUSCO da região gera apreensão, sobretudo diante do risco de a RDC enfrentar um vazio de segurança, especialmente em áreas onde grupos armados como o M23 e as Forças Democráticas Aliadas (ADF) exercem forte domínio. Para evitar o agravamento da crise humanitária ou a reativação de conflitos, analistas internacionais defendem que a retirada seja lenta, gradual e cuidadosamente planejada, de modo a permitir que o país desenvolva mecanismos eficazes de monitoramento, fortaleça e treine suas forças armadas e amplie o apoio social à população. Compreende-se, portanto, que há inúmeros esforços voltados ao fortalecimento do processo de transição, com o objetivo de conter a violência e promover a paz. Observa-se, inclusive, que já estão em curso debates iniciais sobre a criação de tribunais híbridos e sobre a implementação de processos de reparação para as vítimas do conflito, ainda que tais iniciativas enfrentem obstáculos políticos e institucionais significativos. Por fim, destaca-se que a resolução duradoura do conflito depende de uma combinação de fatores: retomada econômica, inclusão política das populações marginalizadas e consolidação do processo democrático. O futuro da RDC será determinado pela capacidade do governo de implementar políticas públicas eficazes, com respaldo legal, e pelo apoio da comunidade internacional — sem negligenciar o papel essencial da cooperação regional. A soberania e a proteção dos



direitos humanos devem permanecer no centro das prioridades estatais para garantir dignidade e segurança ao povo congolês.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A atuação do Conselho de Segurança da ONU nos conflitos que assolam o continente africano evidencia falhas estruturais profundas da organização. Soma-se a isso o legado colonial, que ainda hoje permite que antigas potências coloniais se arroguem o direito, ou o poder, de intervir nas questões internas de Estados descolonizados. Não menos relevante é o racismo institucional presente nas organizações internacionais, fator que compromete significativamente a capacidade de resposta ao conflito na RDC. Embora as missões de paz tenham oferecido proteção à população e criado espaços de diálogo político, sua eficácia foi limitada tanto por obstáculos estruturais quanto por fragilidades de ordem militar.

A presença das Nações Unidas no país, por meio da ONUC, MONUC e MONUSCO, contribuiu parcialmente para estabilizar algumas regiões, organizar eleições e apoiar a reestruturação das instituições estatais. No entanto, o conflito na RDC envolve uma teia de complexidades que inclui disputas étnicas, interesses geopolíticos do Norte Global e uma extensa rede de exploração de recursos naturais. Esses fatores explicam por que a atuação das missões da ONU teve impacto reduzido na resolução do conflito.

A fragilidade do Estado congolês, o envolvimento de milícias financiadas por países vizinhos, a corrupção e a ineficácia do sistema judiciário dificultam a implementação da paz. Além disso, a atuação de países e empresas estrangeiras que lucram com a instabilidade agrava ainda mais a crise interna.

Diante desse cenário, a construção da paz na RDC torna-se extremamente complexa, dada a confluência de realidades históricas, políticas e sociais profundamente enraizadas. Mesmo com acordos de cessar-fogo, é imprescindível investir em justiça de transição, no fortalecimento das instituições democráticas e na inclusão das comunidades marginalizadas ao longo do conflito. Considerando esses elementos, a ONU precisa reformular suas estratégias de intervenção, abandonando práticas discriminatórias e promovendo um diálogo genuíno com as comunidades locais, em parceria com organizações regionais e com a própria população congoleza. Embora a presença do Conselho de Segurança tenha contribuído para pequenas melhorias, inúmeros equívocos



comprometeram o sucesso do planejamento estratégico. A falta de conhecimento das organizações internacionais sobre a região, seus povos e suas dinâmicas culturais reforça um verdadeiro epistemicídio, expresso em violências profundas, violações de direitos humanos e erosão da soberania congoleza. Conforme estabelece a Carta das Nações Unidas, o Conselho de Segurança tem como missão a manutenção da paz internacional. Sendo a RDC um Estado-membro e enfrentando um conflito que já ultrapassa três décadas, a comunidade internacional tem o dever de atuar de forma efetiva na promoção da paz. Para isso, é indispensável um diálogo sincero e inclusivo com todos os atores envolvidos, de modo a construir uma paz duradoura.

## REFERÊNCIAS

ACNUR. **Situação na República Democrática do Congo**. Agência da ONU para Refugiados, 2020. Disponível em: <https://www.acnur.org/portugues/noticias/situacao-na-rdc>. Acesso em: 10 maio 2025.

ANDRADE, I; HAMANN, E; SOARES, M. **A participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**: evolução, desafios e oportunidades. Texto para Discussão, 2019.

AUTESSE, S. **Peaceland: Conflict Resolution and the Everyday Politics of International Intervention**. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

AUTESSE, S. **The trouble with the Congo: Local Violence and the Failure of International Peacebuilding**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

BAAZ, M; STERN, M. **Sexual violence as a weapon of war?** Perceptions, Prescriptions, Problems in the Congo and Beyond. London: Zed Books, 2013.

BIEKART, K; KONTINEN, T; MILLSTEIN, M. **Civil society responses to the changing civic spaces**. Springer Nature, 2023.

BRANCO, L.C. A África do Sul e a resolução de conflitos em África. **Cadernos de Estudos Africanos**, n. 2, p. 213-222, 2002.

BUZAN, B.; WAEVER, O.; WILDE, J. **Security: A New Framework for Analysis**. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1998.

CLEIDE, E. e DO CANTO, I. **República Democrática do Congo**. 2022. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/oci/2022/02/07/república-democrática-do-congo/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

COMISSÃO MACPHERSON. **The Stephen Lawrence Inquiry**. London: The Stationery Office, 1999.

CRESWELL, J. W.; CRESWELL, J. D. **Research design: qualitative, quantitative, and mixed methods approaches**. 5. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2018.

CUNHA F, C. A MONUSCO e os desafios da construção da paz na República Democrática do Congo. **Boletim Meridiano 47**, v. 17, n. 161, 2016.

ÇAPAN, Z.G. Eurocentrism and the Construction of the 'Non-West'. **E-international Relations**, v. 19, 2018.



DA SILVA, C.R. Conflitos na África: o caso da República Democrática do Congo. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 1, n. 1, 2012.

FACULDADE DAMAS. **Primeira e Segunda Guerra do Congo**. Disponível em: <https://www.faculdedamas.edu.br/wp-content/uploads/2021/09/Primeira-e-Segunda-Guerra-do-Congo-EGAR.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2024.

FOLHA DE S. PAULO. Congo e Ruanda assinam acordo de paz. 31 jul. 2002. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft3107200212.htm#:~:text=Paulo%20%2D%20C3%81frica%3A%20Congo%20e%20Ruanda,paz%20%2D%2031%2F07%2F2002&text=Os%20presidentes%20da%20Rep%C3%ABlica%20Democr%C3%A1tica,de%20mortos%20em%20quatro%20anos>. Acesso em: 03 fev. 2022.

G1. Assassinatos na República Democrática do Congo podem ser genocídio, diz ONU. 27 ago. 2010. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/08/assassinatos-na-republica-democratica-do-congo-podem-ser-genocidio-diz-onu.html>. Acesso em: 02 fev. 2024.

G1. Entenda os conflitos na República Democrática do Congo. 12 dez. 2008. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,MUL868302-5602,00-ENTENDA+OS+CONFLITOS+NA+REPUBLICA+DEMOCRATICA+DO+CONGO.html>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GLOBAL CENTRE FOR THE RESPONSIBILITY TO PROTECT. **Democratic Republic of the Congo**. 01/12/2021. Disponível em: <https://www.globalr2p.org/countries/democratic-republic-of-the-congo/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

GOUVÊA, R.M et al. **África: história, política e relações internacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.

GROVOGUI, S.N. **Beyond Eurocentrism and Anarchy: Memories of International Order and Institutions**. New York: Palgrave Macmillan, 2006.

GUIMARÃES, S.P. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2002.

MAMDANI, M. **Saviors and Survivors: Darfur, Politics, and the War on Terror**. New York: Pantheon Books, 2009.

MARCOLINO, M. **Aplicação: um Estudo de Caso da Atuação da MONUC na República Democrática do Congo**. 2018. Tese (Doutorado) – PUC-Rio.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2017.

MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2011.

MUNANGA, K. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 2007.

ONU. **Conselho de Segurança aprova retirada escalonada da MONUSCO**. Nações Unidas Brasil, 19 dez. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/256714-conselho-de-seguranca-aprova-retirada-da-monusco>. Acesso em: 10 maio 2025.

ONU. **Report of the High-Level Independent Panel on Peace Operations**. United Nations, 2015.

ONU News. **Perspectiva Global Reportagens Humanas**: [www.news.un.org/pt/](http://www.news.un.org/pt/). 23 de Maio, 2024, consultado em junho de 2024.



ONUF, N., Constructivism: A user's manual In V. Kubalkova; N. Onuf & P. Kowert, eds. **International Relations in a Constructed World**. London: Routledge, 1998.

PAIVA, C.M.M. **As respostas da ONU aos casos de abuso e exploração sexual cometidos pelos “capacetes azuis” nas operações de paz**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SARAIVA, J.F.S. **A África no século XXI: um ensaio acadêmico**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2015.

STANTON, G. H. **The ten stages of genocide**. **Genocide Watch, 2016**. Disponível em: <endereço eletrônico>. Acesso em: 08 dez. 2025.

STEARNS, Jason K. **The war that doesn't say its name: the unending conflict in the Congo**. UK, Princeton university press, 2022.

UNESP. O conflito na República Democrática do Congo. 21 nov. 2017. Disponível em: <https://www2.unesp.br/portal#!/noticia/30547/artigo-o-conflito-na-republica-democratica-do-congo/>. Acesso em: 02 fev. 2024.

WERNECK, J et al. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. Geledés – Instituto da mulher negra, v. 2106, 2013.

YIN, R. K. **Case study research: design and methods**. 5. ed. Los Angeles: SAGE Publications, 2015.

ZARTMAN, I.W. **International Multilateral Negotiation: Approaches to the Management of Complexity**. San Francisco: Jossey-Bass, 1994.



ARTIGO



**EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL EM MOÇAMBIQUE COMO  
FACTOR DE CONFLITO ARMADO: UM OLHAR SOBRE A  
PROVÍNCIA DE CABO DELGADO**

*NATURAL GAS IN MOZAMBIQUE AS A FACTOR OF ARMED CONFLICT: A LOOK  
AT CABO DELGADO PROVINCE*

*EXPLORACIÓN DE GAS NATURAL EM MOZAMBIQUE COMO FACTOR DE  
CONFLITO ARMADO: UMA MIRADA A LA PROVÍNCIA DE CABO DELGADO*

*Por Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse & Rodrigues Simão Rafael*

86

*Hilário Cornélio Casimiro da Silva Laisse*

Docente do Departamento de Geociências, do  
Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e  
Biociências da Universidade Rovuma.  
Orcid: 0000-0002-6980-5435.  
E-mail: hilariolaisse@gmail.com

*Rodrigues Simão Rafael*

Docente do Departamento de Geociências, do  
Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e  
Biociências da Universidade Rovuma.  
Orcid: 0009-0004-9598-4248.  
E-mail: rodriguessimao00@gmail.com.

Submetido: 20/10/2025

Aceite: 15/11/2025

Como citar

Como citar: SILVA LAISSE, H. C. C;  
RAFAEL, R. S. Exploração do gás natural em  
Moçambique como factor de conflito armado:  
um olhar sobre a Província de Cabo Delgado.  
**Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 86-103, jul-  
dez. 2025.



## RESUMO

O estudo analisa de que forma a exploração do gás natural liquefeito (GNL) em Cabo Delgado, uma das maiores reservas descobertas no mundo nas últimas décadas, está associada à instabilidade sociopolítica e militar na região. A descoberta de gás natural na Bacia do Rovuma, no norte de Moçambique, atraiu avultados investimentos internacionais. As expectativas iniciais centravam-se no desenvolvimento socioeconómico e na melhoria das condições de vida das comunidades locais, em particular, e do país em geral, nomeadamente através da criação de empregos directos e do aumento das receitas fiscais. Contudo, a realidade evidencia deslocamentos forçados, perda de acesso a recursos, exclusão social e agravamento da violência armada ao nível provincial. O conflito armado já provocou mais de um milhão de deslocados entre 2017 e 2025. A investigação é de natureza qualitativa, exploratória e interpretativa, tendo a sistematização dos resultados sido realizada com base em artigos científicos, relatórios de organizações não-governamentais, documentos oficiais e estudos de caso sobre insurgência e segurança energética.

**Palavras-chave:** Exploração. Recursos. Maldição. Insurgência. Cabo Delgado.

## ABSTRACT

This study analyzes how the exploration of liquefied natural gas (LNG) in Cabo Delgado, one of the largest reserves discovered in the world in recent decades, is linked to sociopolitical and military instability in the region. The discovery of natural gas in the Rovuma Basin, northern Mozambique, attracted significant international investment. Initial expectations revolved around socioeconomic development and improved living conditions for local communities in particular and the country in general, such as the creation of direct jobs and increased tax revenue. However, the reality points to forced displacement, loss of access to resources, social exclusion, and increased armed violence in the province. The armed conflict has already displaced more than one million people between 2017 and 2025. The research is qualitative, exploratory, and interpretative, as the results were systematized based on scientific articles, NGO reports, official documents, and case studies on insurgency and energy security.

**Keywords:** Exploration. Resources. Curse. Insurgency. Cabo Delgado.

## RESUMEN

Este estudio analiza cómo la exploración de gas natural licuado (GNL) en Cabo Delgado, una de las mayores reservas descubiertas en el mundo en las últimas décadas, está vinculada a la inestabilidad sociopolítica y militar de la región. El descubrimiento de gas natural en la cuenca de Rovuma, al norte de Mozambique, atrajo una importante inversión internacional. Las expectativas iniciales giraban en torno al desarrollo socioeconómico y la mejora de las condiciones de vida de las comunidades locales en particular y del país en general, como la creación de empleos directos y el aumento de la recaudación fiscal. Sin embargo, la realidad apunta al desplazamiento forzado, la pérdida de acceso a los recursos, la exclusión social y el aumento de la violencia armada en la provincia. El conflicto armado ya ha desplazado a más de un millón de personas entre 2017 y 2025. La investigación es cualitativa, exploratoria e interpretativa, ya que los resultados se sistematizaron con base en artículos científicos, informes de ONG, documentos oficiales y estudios de caso sobre insurgencia y seguridad energética.

**Palabras clave:** Exploración. Recursos. Maldición. Insurgencia. Cabo Delgado.



## INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, Moçambique tem despertado crescente atenção internacional devido à descoberta e à abundância de vastas reservas de recursos naturais, especialmente energéticos. Esta reflexão concentra-se no gás natural localizado na província de Cabo Delgado. Inicialmente, presumiu-se que tais descobertas abririam uma janela de oportunidades para o desenvolvimento socioeconómico do país, sobretudo para as comunidades locais, contribuindo para a melhoria das condições de vida. No entanto, a exploração desses recursos acabou por desencadear um violento conflito armado em vários distritos da província.

Cabo Delgado atravessa profundas transformações económicas e sociais que têm afetado de forma turbulenta as populações e o meio ambiente, subordinando as necessidades das comunidades locais a interesses externos. Os projetos de exploração foram concessionados a diversas empresas internacionais, o que resultou na restrição do acesso das comunidades costeiras a recursos naturais essenciais à sua sobrevivência e no deslocamento forçado de famílias. Paralelamente, autoridades locais têm expropriado terras comunitárias em benefício de interesses estrangeiros, criando zonas de exclusão. Esse cenário está fortemente associado à ganância que permeia a nova economia de exploração de recursos naturais, gerando um ambiente de crescente insegurança quanto ao futuro da região (Cunha *et al.*, 2020).

Diante desse contexto, o presente estudo propõe-se a analisar a relação entre a exploração do gás natural e a instabilidade sociopolítica e militar em Cabo Delgado. Especificamente, busca-se: descrever de que forma a exploração do gás natural liquefeito protege, ou não, os interesses sociais, económicos e culturais das comunidades locais; investigar os fatores que influenciam a instabilidade sociopolítica e militar na província; e avaliar os impactos socioeconómicos da exploração do gás natural liquefeito sobre essas comunidades.

## MATERIAIS E MÉTODO

A presente análise assenta numa investigação qualitativa, de natureza exploratória e interpretativa, com enfoque descritivo e analítico. O seu objectivo central é compreender a relação entre a exploração de recursos naturais, em particular o Gás Natural Liquefeito (GNL), e a instabilidade sociopolítica e militar na província de Cabo Delgado, em Moçambique. A recolha de dados foi realizada através de uma revisão bibliográfica sistemática, abrangendo



artigos científicos publicados em revistas académicas nacionais e internacionais; relatórios de Organizações Não Governamentais (ONGs) com actividade em Moçambique, como a ACAPS, Médicos Sem Fronteiras, Cruz Vermelha e OCHA; documentos oficiais do governo moçambicano, da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e da União Africana; bem como estudos de caso e análises temáticas sobre insurgência, segurança energética e desenvolvimento local. A análise dos dados foi estruturada a partir de fontes que incidem sobre dois eixos principais: por um lado, a exploração de recursos naturais energéticos, com especial destaque para o gás natural liquefeito na Bacia do Rovuma; por outro, a dinâmica do conflito armado, incluindo as suas causas, os actores envolvidos e os impactos sociais daí decorrentes.

#### **A DEPENDÊNCIA DE RECURSOS NATURAIS NAS ECONOMIAS DE PAÍSES EM VIAS DE DESENVOLVIMENTO**

É inegável a existência de uma relação intrínseca entre a abundância de recursos naturais e o seu impacto na vida social e económica dos países. Os recursos naturais exauríveis, como o petróleo e o gás natural, quando explorados numa determinada região, podem gerar receitas fiscais elevadas, facilmente apropriadas pelo Estado, sobretudo em períodos de forte valorização desses bens. Assim, o impacto dessas receitas substanciais tem permitido identificar diversos efeitos perniciosos associados aos recursos naturais nos países em desenvolvimento (Lima, 2012). Segundo Enríquez (2008), a literatura económica sobre recursos naturais tem evoluído significativamente, revelando visões contrastantes sobre o papel destes activos no desenvolvimento. Nos primórdios da teoria económica, os recursos naturais eram entendidos como fonte material de riqueza, especialmente pelas escolas fisiocrática e clássica, que destacavam o sector agrário como base do excedente económico e alertavam para os limites do crescimento decorrentes da escassez de recursos. Contudo, a partir da década de 1990, ganhou força a chamada “maldição dos recursos naturais”, uma abordagem crítica que sugere que países ricos em recursos tendem a apresentar fraco desempenho económico, instabilidade política e fragilidade institucional (Sachs *et al.*, 2001).

Os países dotados de abundantes recursos naturais tendem frequentemente a adoptar políticas protecionistas, acompanhadas de ineficiências na gestão desses recursos, o que resulta



em taxas de investimento reduzidas e, conseqüentemente, em baixo crescimento económico (Veríssimo & Xavier, 2014).

A literatura contemporânea sobre recursos naturais e os conflitos associados à sua exploração organiza-se em três grandes correntes teóricas. A primeira é a corrente estruturalista/keynesiana, que sustenta a ideia da “maldição dos recursos naturais”. Segundo esta perspectiva, a abundância de recursos gera dependência excessiva das exportações primárias, dificultando a diversificação económica e tornando os países vulneráveis a choques externos. Em contraste, a corrente neoinstitucionalista argumenta que os recursos, por si só, não são a causa dos problemas; o que os explica são as instituições frágeis, sistemas jurídicos deficientes, má governação e ausência de mecanismos de prestação de contas, que impedem uma gestão eficaz e transparente. Por fim, os neoschumpeterianos apresentam uma visão mais optimista, defendendo que o dinamismo tecnológico e a capacidade de inovação podem neutralizar os efeitos negativos da abundância de recursos. Para esta corrente, o investimento em conhecimento, ciência e tecnologia é essencial para transformar os recursos naturais em motores de desenvolvimento sustentável e inclusivo (Pamplona & Cacciamali, 2018).

A predominância de recursos naturais tem também fomentado o surgimento de um mercado paralelo, no qual países ricos, além de explorarem os recursos mediante o pagamento de impostos aos Estados, passaram a adquirir terras em países pobres como estratégia para estagnar o desenvolvimento local em seu próprio benefício (Barros *et al.*, 2012). Na visão optimista de Veríssimo e Xavier (2014), a exploração de recursos naturais pode, contudo, ser positiva para o desempenho económico, uma vez que a posse desses recursos representa uma expectativa de riqueza futura. Assim, vários países ricos em recursos naturais utilizaram as suas receitas para desenvolver actividades industriais, impulsionando elevados níveis de crescimento.

Contudo, a riqueza baseada em recursos naturais não determina, por si só, o crescimento económico. Factores como a queda dos preços das matérias-primas, a elevada volatilidade dos mercados, as dificuldades no desenvolvimento industrial, a doença holandesa e a fragilidade institucional podem associar essa riqueza a um baixo crescimento económico. O crescimento baseado em recursos naturais é incerto: períodos de aumento das receitas levam ao crescimento dos gastos públicos, mas as quedas abruptas nos preços interrompem projectos, geram instabilidade e dificultam o investimento privado, além de comprometerem o equilíbrio da



balança de pagamentos. O baixo crescimento das economias dependentes de recursos naturais decorre, em grande medida, da dificuldade em desenvolver sectores industriais. A especialização em matérias-primas, devido à sua elevada rentabilidade, reduz a diversificação económica, limitando a produtividade e o crescimento (Veríssimo, 2019). A doença holandesa<sup>1</sup>, provocada pelo boom das matérias-primas (Frankel, 2012), origina: i) concorrência industrial; ii) utilização crescente das receitas fiscais para investimentos e remunerações; iii) elevação dos preços de bens e serviços não transaccionáveis em relação aos manufaturados; iv) deslocação de trabalho, capital e terra para os sectores das matérias-primas e serviços não transaccionáveis; v) défice da balança corrente, dificultando o pagamento de dívidas após o fim do boom

## **CONFLITOS POR RECURSOS NATURAIS**

Os recursos naturais desempenharam um papel determinante na história dos conflitos armados. Para além de aumentarem o risco de confrontos ao financiarem e alimentarem disputas, também ampliam a vulnerabilidade dos países, ao reduzirem a capacidade das instituições políticas para resolverem tensões de forma pacífica (Le Billon, 2001). A Economia Política Internacional sublinha, simultaneamente, que as empresas têm responsabilidades éticas: devem respeitar os direitos humanos, gerir os recursos de forma responsável e promover o desenvolvimento sustentável em contextos de conflito. A forma como estas entidades respondem a tais exigências pode ter efeitos significativos na dinâmica dos conflitos globais. Assim, as empresas podem desempenhar um papel dual — contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico ou, inversamente, sendo implicadas ou suspeitas de agravar conflitos (Barbosa, 2024).

A probabilidade de ocorrência de um conflito civil associado à exploração de recursos naturais pode ser motivada por vários factores: (1) falta de transparência na gestão económica; (2) fragilidade política do governo; (3) promoção, por parte das populações residentes em zonas ricas em recursos, da ideia de criação de um Estado separado; e (4) financiamento de grupos insurgentes (Ross, 2004). Estes factores podem actuar de forma isolada ou combinada.

---

<sup>1</sup> Ela é caracterizada pela desindustrialização de um país, ocasionada pela entrada de divisas internacionais resultantes da comercialização de uma riqueza natural abundante (Strack, Azevedo, 2012)



A gestão de recursos naturais, como o petróleo e o gás natural, em zonas de conflito constitui um desafio significativo para as empresas, uma vez que estas áreas são particularmente propensas à eclosão de tumultos. Neste contexto, recai sobre as empresas a responsabilidade de agir em benefício das comunidades locais onde operam, sem descuidar os interesses dos seus accionistas. As empresas confrontam-se, assim, com dois cenários possíveis: (1) decidir se devem continuar a explorar recursos naturais em locais onde os direitos humanos são sistematicamente violados; ou (2) agir de forma que, inevitavelmente, possa contribuir para o financiamento de grupos armados (Barbosa, 2024).

O controlo dos recursos naturais é frequentemente exercido por vias obscuras, o que reacende conflitos entre grupos privados ou entre Estados, financiando grupos armados e/ou criando bases militares com intervenientes locais para assegurar o domínio desses recursos (Ngoenha, Amaral & Nhumaio, 2020). Segundo estes autores, existem três níveis de factores que explicam a origem dos conflitos em Moçambique, particularmente em Cabo Delgado: o nível de carácter religioso, as políticas sociais frágeis e a descoberta de recursos naturais. Os dois primeiros são frequentemente utilizados para encobrir o que constitui o factor decisivo dos conflitos: os recursos naturais. Este terceiro factor é o mais imprevisível e está associado ao conceito de imprecisão dos recursos. Os maiores conflitos em África tendem a ocorrer em regiões com abundância de recursos naturais cobiçados, tornando esses locais focos privilegiados de desestabilização (Ngoenha, Amaral & Nhumaio, 2020)

### **ESTUDO DE CASO DE MOÇAMBIQUE: PROCESSO DE EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL) EM CABO DELGADO**

A exploração de gás natural liquefeito (GNL) em Cabo Delgado, Moçambique, constitui um dos maiores investimentos privados em África, com potencial para transformar profundamente a região. Contudo, observa-se um retorno directo muito reduzido para os habitantes locais, que continuam a ter acesso limitado aos frutos da sua própria terra. A maior parte dos recursos é exportada sem qualquer tipo de processamento, o que diminui significativamente o valor acrescentado e perpetua a dependência económica. Em vez de promover a industrialização local, o modelo vigente privilegia a extracção bruta e o lucro das empresas estrangeiras, restringindo os benefícios para as comunidades que habitam a região. Como referem Cunha *et al.* (2019), a exploração dos recursos naturais em Cabo Delgado tem



sido realizada em detrimento do bem-estar das populações locais, que se encontram desarticuladas, marginalizadas e empobrecidas. Esta lógica extrativista acarreta consequências profundas para a população. As comunidades são frequentemente excluídas dos benefícios gerados pela exploração, enfrentando deslocamentos forçados, perda de acesso à terra e marginalização económica. A Lei de Minas moçambicana, ao permitir a reserva de vastos territórios para fins de exploração, entra em conflito com os direitos consuetudinários das populações locais, agravando a concentração de riqueza nas mãos de elites políticas e investidores estrangeiros (Cunha, 2022).

A terra, os recursos naturais e até os corpos das pessoas tornam-se objecto de apropriação, expropriação e exploração por interesses externos, muitas vezes com a cumplicidade de elites locais que beneficiam da exclusão dos seus próprios povos. Esta realidade evidencia o carácter estrutural da exclusão, que ultrapassa a esfera económica e se estende às dimensões política e cultural. O reassentamento das famílias afectadas pela exploração e pelos conflitos armados tem sido marcado por precariedade e insuficiências. Apesar dos esforços de organizações internacionais, como a FAO, para apoiar a retoma da agricultura de subsistência, muitas famílias continuam dependentes de ajuda humanitária e enfrentam dificuldades em reconstruir autonomamente as suas vidas. A exclusão económica é acompanhada por exclusão política e cultural, uma vez que as comunidades raramente são consultadas ou envolvidas nas decisões que afectam directamente os seus territórios e modos de vida (Cunha, 2022).

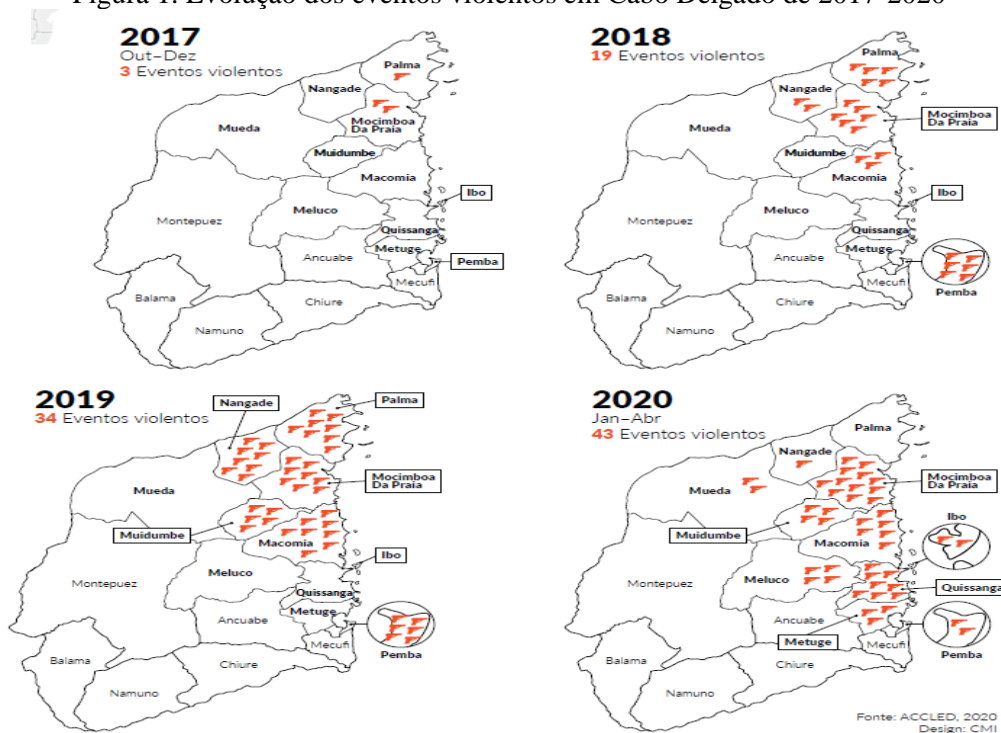
A província de Cabo Delgado exemplifica, assim, um modelo de desenvolvimento que privilegia o lucro externo em detrimento do bem-estar interno. A produção orientada para a exportação e a exclusão das comunidades locais dos benefícios gerados revelam uma estrutura profundamente desigual, que perpetua a pobreza e a instabilidade social. Para que o desenvolvimento seja verdadeiramente inclusivo e sustentável, é necessário repensar este modelo, colocando as comunidades no centro das decisões e garantindo que os recursos da terra sirvam, antes de tudo, para alimentar e dignificar quem nela vive (Cunha *et al.*, 2019). Contudo, como sublinha Cunha (2022), a invisibilidade das comunidades locais nos processos de decisão contribui para a sua exclusão, reforçando a marginalização e perpetuando um modelo de desenvolvimento que não reconhece os sujeitos locais como protagonistas.



## O CONTEXTO HISTÓRICO DOS CONFLITOS EM CABO DELGADO VS DESCOBERTA DE GÁS

A província de Cabo Delgado tem sido devastada pelo aumento do extremismo violento associado ao contexto religioso desde 2017. Como consequência deste fenómeno macabro, mais de 3.300 pessoas terão sido mortas pela Ahlu Sunnah wa Jama'a (ASWJ), cujas motivações reais permanecem desconhecidas, embora estas acções coincidam com as zonas abrangidas pelos projectos de exploração de gás. Mais de dois terços da violência perpetrada pela ASWJ têm como alvo civis, o que distingue a actividade extremista violenta em Moçambique de outros grupos militantes islâmicos em África (Pirio *et al.*, 2021). Os conflitos tendem a expandir-se gradualmente ao nível da província. Entre 2017 e 2020, registaram-se entre 3 e 43 eventos violentos, respectivamente, como ilustrado na figura abaixo.

Figura 1. Evolução dos eventos violentos em Cabo Delgado de 2017-2020



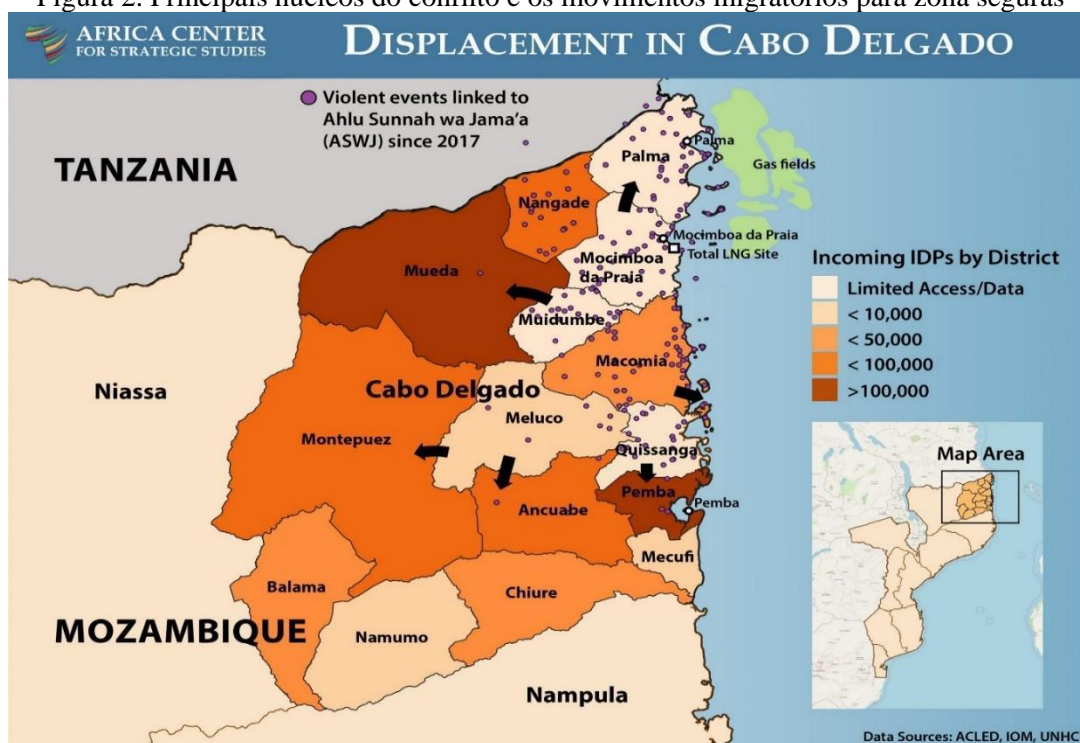
Fonte: ACLED (2020).

Os dados disponíveis na Figura 1 indicam que, já em 2020, mais de metade da província de Cabo Delgado havia sido afectada por conflitos violentos. Neste contexto, o distrito de Mocimboa da Praia destacou-se como o mais severamente afectado, registando o maior número



de ataques em comparação com os restantes distritos igualmente atingidos. Como consequência directa da intensificação da violência, grande parte da população começou a abandonar as suas zonas de origem, procurando refúgio em áreas menos afectadas ou completamente fora da zona de conflito, com o objectivo de serem reassentadas em locais considerados mais seguros. A Figura 2 ilustra o padrão desses movimentos migratórios, evidenciando o fluxo populacional em direcção às regiões com menor incidência de violência armada.

Figura 2. Principais núcleos do conflito e os movimentos migratórios para zona seguras



Fonte: Africa Center for Strategic Studies.

A crise em Cabo Delgado teve início com uma profunda quebra de confiança nas instituições governamentais, amplamente percebidas como exploradoras das comunidades locais ao longo de décadas. Restaurar a confiança da população no governo e nos prestadores de serviços públicos, incluindo a polícia, as forças de segurança, os profissionais de saúde, os educadores e outros, é fundamental para pôr termo à revolta sangrenta. Tal medida seria decisiva para reduzir a influência sociopsicológica que o ASWJ exerce sobre os jovens que aderem ao grupo (Pirio *et al.*, 2021).

Nas suas pesquisas, Ngoenha, Amaral e Nhumaió (2020) apresentam duas hipóteses-chave para interpretar estes conflitos: a geoeconómica e a geopolítica. No plano geoeconómico,



destacam a corrida das grandes potências aos recursos naturais, que coloca Moçambique na rota de disputas armadas. Assim, muitos países do chamado terceiro mundo, e particularmente os africanos, tornam-se palco de confrontos entre potências globais, motivados pela concorrência por recursos estratégicos. No plano geopolítico, observa-se a proliferação do fundamentalismo islâmico, traduzido em actos de terrorismo à escala mundial. Estes fenómenos tiveram origem noutras regiões, como o Médio Oriente, a Europa e os Estados Unidos, antes de se manifestarem em África, em países como a Nigéria, o Quênia, o Sudão e, mais recentemente, Moçambique.

A identificação dos actores envolvidos neste cenário de violência é dificultada pelo facto de muitos não apresentarem rosto. Entre hipóteses e factos, este estudo procurou reunir diferentes abordagens para compreender um fenómeno real que tem deixado marcas profundas e recorrentes nas famílias moçambicanas, especialmente nas de Cabo Delgado. Algumas interpretações sugerem motivações etnopolíticas, associadas a disputas internas na FRELIMO, descritas como um conflito entre uma “efémera elite local de espírito tacanho de capitalistas e chefes tribais macondes” e uma elite “cosmopolita e modernizadora”, de orientação socialista, sediada em Maputo (Derlugian & Earle, 2013 apud dos Santos, 2020). Contudo, esta leitura é insuficiente para explicar a complexidade do contexto. Para Ngoenha, Amaral e Nhumaio (2020), as tensões étnicas, como a disputa entre macondes e muânis — são demasiado limitadas para justificar a génese do conflito. Um dado relevante é o facto de os insurgentes comunicarem nas línguas faladas por estas comunidades (muâni e suaíli), o que sugere que muitos combatentes são recrutados localmente, incluindo em distritos costeiros da província de Nampula.

A religião islâmica é frequentemente apontada como um dos factores que alimentam o conflito. No entanto, como esclarecem Ngoenha, Amaral e Nhumaio (2020), os litígios religiosos, por si só, não explicam a guerra em Cabo Delgado. Apenas cerca de 20% da população moçambicana é muçulmana, distribuindo-se de forma desigual pelo território. Se a religião fosse o factor determinante, seria expectável que conflitos semelhantes ocorressem noutras regiões do país, o que não se verifica. Assim, embora a dimensão religiosa esteja presente, é insuficiente para explicar a magnitude, a organização e o armamento sofisticado observados no conflito.



Para além dos grupos islâmicos frequentemente identificados como promotores da violência, Cunha *et al.* (2020) acrescentam que a usurpação de terras em benefício de empresas extractivistas pode ter gerado uma onda de insatisfação entre as populações locais, desencadeando conflitos entre estas e as empresas envolvidas. Outros actores relevantes incluem redes de narcotráfico: Cabo Delgado é uma rota importante para o tráfico de drogas, e as disputas pelo controlo dessas rotas alimentam confrontos violentos. Finalmente, os abusos de poder cometidos por forças de segurança de empresas transnacionais e por autoridades nacionais têm provocado descontentamento profundo e revoltas populares.

As grandes empresas extractivas, como a ENI, a Anadarko e a Total, parecem actuar como parceiras, comprando e vendendo concessões com elevados lucros, o que enfraquece a tese de que estariam em conflito entre si. Pelo contrário, é plausível que tenham interesse na desestabilização da região, seja para expandir os seus negócios de segurança privada, seja para explorar recursos com menor escrutínio, ou ainda para afastar as populações do controlo governamental. O surgimento de estruturas altamente organizadas e equipadas com armamento sofisticado — incluindo drones — no conflito de Cabo Delgado não pode, de forma alguma, ser atribuído a tensões étnicas, sociais ou religiosas locais, nem à contestação da juventude desempregada ou à prática do Islão. Trata-se, antes, de um factor externo de grande envergadura, capaz de capitalizar conflitos internos e instrumentalizá-los em benefício dos seus próprios interesses (Ngoenha, Amaral & Nhumaio, 2020).

## **IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS DA EXPLORAÇÃO DO GÁS NATURAL LIQUEFEITO NAS COMUNIDADES LOCAIS**

A descoberta de gás natural na Bacia do Rovuma, na costa norte de Moçambique, em Cabo Delgado, constitui uma das maiores reservas mundiais identificadas nos últimos 20 anos (Impacto, 2014). Actualmente, a exploração do gás natural na região é liderada pela multinacional ExxonMobil, que participa num consórcio com cerca de 25% no bloco Área 4 — onde se localizam os maiores reservatórios — e controla indirectamente a Mozambique Rovuma Venture S.p.A. (MRV) (AFP, 2025).

O Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projecto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado indica que o volume global de investimento estimado varia entre 25 e 30 mil milhões de dólares, tornando este o maior projecto alguma vez



implementado no país. As projecções económicas são optimistas: prevê-se um aumento significativo do Produto Interno Bruto (PIB) e das receitas fiscais e patrimoniais provenientes da exploração de gás nas próximas décadas. Este crescimento poderá traduzir-se em melhorias substanciais nos sectores da saúde, da educação e, de forma mais ampla, na qualidade de vida dos moçambicanos. Foram ainda avançadas garantias de que, com a expansão do número de unidades de GNL e o aumento das exportações, os benefícios económicos poderão multiplicar-se de forma expressiva (Impacto, 2014). Assim, as projecções para a economia moçambicana nos próximos anos encontram-se fortemente ancoradas na exploração deste recurso estratégico (CIP, 2020).

Quadro 1. Principais benefícios económicos do GNL proveniente de Cabo Delgado até 2024

Categoria	Descrição / Estimativa até 2024
Receitas fiscais (2022–2024)	A Eni, já pagou ao Estado moçambicano cerca de US \$34 milhões até 2023. O valor total estimado de receitas fiscais em 2024 atingiu €62,5 milhões (US \$68 milhões), representando aproximadamente 0,3 % do PIB
Crescimento das exportações de gás	Em 2023-2024, os volumes exportados aumentaram 80,9 % em valor, gerando cerca de US \$336 milhões em receitas no 2º trimestre de 2023
Empregos criados	Em 2025, estima-se que os projectos de GNL deverão gerar aproximadamente 10 000 empregos directos, sendo cerca de 6 000 já criados em 2023, com foco no distrito de Palma e formação técnica de jovens locais.
Desenvolvimento económico e transferência de competências	Programas como o Catalisa, implementado em parceria com TechnoServe e Total Energies, fomentam empreendedorismo local, agricultura e capacitação de jovens, diversificando a economia de Cabo Delgado
Impacto macroeconómico projectado	Estudos, como o da Standard Bank (2014), previam que, se o GNL começasse a ser produzido por volta de 2022, até 2035 o projecto Área 1 poderia contribuir com até 56 % do PIB nacional e criar até 600 000 empregos cumulativos até essa data, a maioria em postos não qualificados ou semi-qualificados
Projeções de receitas governamentais futuras	O FMI e outras projecções estimam que os projectos de GNL (Área 1 e Área 4) gerariam até US \$500 mil milhões em receitas até 2045, podendo representar até 24 % de crescimento anual do PIB entre 2021 e 2025

Fonte: Lusa (2025)

As projecções económicas são bastante animadoras, lançando o país para um desenvolvimento socioeconómico sem precedentes. O aumento das receitas fiscais e a criação de empregos directos auguram um futuro promissor para Cabo Delgado e para o país inteiro. Se, por um lado, existem expectativas de melhoria das condições de vida, por outro, a realidade



revela o oposto. Relatórios de organizações internacionais e nacionais, como o ACNUR, a IOM, a AP News e o CIP Moçambique, mostram que a província foi afectada por uma crise humanitária sem precedentes. Entre 2017 e 2025, Cabo Delgado e as províncias de Nampula e Niassa testemunharam milhares de mortes e mais de um milhão de deslocamentos forçados (tabela 2). Não obstante a presença militar e os programas de ajuda humanitária, a situação permanece instável, com novos deslocamentos em 2025. A tensão continua a ser um dos maiores desafios humanitários de Moçambique.

Quadro 2. Crise humanitária em Cabo Delgado entre 2017 e 2025

Ano	Deslocados Internos em Cabo Delgado / Norte de Moçambique	Fonte / Observação
2017	Início do conflito, deslocamentos começam, ainda sem estimativa consolidada.	
2018	15.000 deslocados no país (Cabo Delgado + regiões centrais).	(CIP, 2020)
2020	424.000 deslocados (Cabo Delgado + regiões centrais).	(CIP, 2020)
2021 (set)	946.508 deslocados em províncias do Norte (inclui Cabo Delgado, Niassa etc.).	( <a href="https://crisisresponse.iom.int">crisisresponse.iom.int</a> )
2023 (final)	Pelo menos 542.535 deslocados em Cabo Delgado; total IDPs no Norte: 583.047. Retornaram: 601.866 apenas em Cabo Delgado.	( <a href="https://crisisresponse.iom.int">crisisresponse.iom.int</a> )
Início de 2024 (jan)	Mais de 582.000 deslocados ainda no Norte de Moçambique.	( <a href="https://www.unhcr.org">UNHCR</a> , 2024)
2024 (relatório IDMC)	718.000 deslocados no país; cerca de 240.000 devido a conflitos (incluindo Cabo Delgado).	( <a href="https://www.idmc.org">IDMC</a> , 2024)
2025 (até mar.)	Em fevereiro–março, mais de 110.000 deslocados somente desde 22 de dezembro de 2023.	( <a href="https://www.oim.org">OIM</a> , 2025)
Julho–agosto 2025	Entre 20 de jul. e 3 de ago., 57.000 deslocados em apenas duas semanas.	( <a href="https://www.un.org">ONU</a> , 2025)
Julho 2025 (8 dias)	Entre 20 e 28 de jul., 46.000 deslocados em uma semana.	( <a href="https://www.apnews.com">AP News</a> , 2025)



2017–2025 (total acumulado)	Mais de 1 milhão de deslocados desde 2017.
-----------------------------------	--

Fonte: Adaptado pelos autores (2025)

Estima-se que o conflito armado tenha provocado, só na província de Cabo Delgado, cerca de 94% do total de deslocados internos no país, seguindo-se as províncias de Nampula, com menos de 6%, e Niassa, com menos de 1%. Avalia-se ainda que 74% dos deslocados internos vivem em comunidades de acolhimento, enquanto 26% se encontram em locais de deslocação. Quase todos os deslocamentos (99,8%) resultam directamente do conflito em curso; apenas 1%, registado na província de Niassa, foi provocado por cheias e chuvas intensas (IOM, 2024).

## CONCLUSÃO

A exploração de gás natural em Cabo Delgado constitui, simultaneamente, uma oportunidade e um risco. Embora tenha potencial para transformar a economia moçambicana, também intensificou tensões sociais e desigualdades, serviu de pretexto para a insurgência armada e levou à militarização da região, com impactos significativos sobre a população civil. O estudo demonstrou que a exploração de gás natural liquefeito na área em análise não está a salvaguardar os interesses sociais, económicos e culturais das comunidades locais, verificando-se uma insatisfação quase generalizada relativamente ao projecto. Entre os factores que alimentam a instabilidade sociopolítica e militar em Cabo Delgado destacam-se a expropriação de terras, a restrição do acesso a zonas de pesca, a falta de oportunidades de emprego para os jovens e a fraca visibilidade dos benefícios provenientes da extracção do gás.

O processo de exploração de gás natural liquefeito tende, assim, a gerar mais impactos negativos do que positivos. Está associado ao deslocamento forçado de famílias sem compensações adequadas, à perda de meios de subsistência e ao agravamento de tensões sociais. Os benefícios económicos são distribuídos de forma desigual, com receitas substanciais apenas previstas para o período entre 2030 e 2040 e com uma participação nacional ainda limitada na cadeia de valor. O recurso excessivo a financiamento público



contribuiu para o aumento do endividamento do país. No plano social, o projecto tem sido associado ao agravamento da violência e à exclusão das comunidades.

Contudo, se for devidamente gerida, a exploração de GNL pode trazer melhorias significativas ao nível das infraestruturas, do emprego e da inclusão social, desde que acompanhada de políticas públicas eficazes, mecanismos de redistribuição e uma participação activa das comunidades locais nos processos de decisão.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. **Deslocados em Cabo Delgado, Moçambique, apelam à paz.** 2024. Disponível em: <https://www.unhcr.org/africa/news/stories/displaced-people-mozambique-s-cabo-delgado-plead-peace?utm>. Acesso em: 28 out. 2025.

AFP. **ExxonMobil relança projecto de gás natural em Moçambique.** 2025. Disponível em: [https://www.kpvi.com/news/national\\_news/exxonmobil-relaunches-natural-gas-project-in-mozambique/article\\_b0d25866-3216-59b1-839d-4f55752b7130.html](https://www.kpvi.com/news/national_news/exxonmobil-relaunches-natural-gas-project-in-mozambique/article_b0d25866-3216-59b1-839d-4f55752b7130.html). Acesso em 22 de nov. 2025.

ALBERDI, J.; CRUZ, L.; VALLE, L. P.; BARROSO, M.; COELHO, V. **Cabo Delgado (Moçambique): A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come.** Gernika Gogoratuz, 2019.

AP NEWS. **Combatentes ligados ao Estado Islâmico deslocam mais de 46.000 pessoas no norte de Moçambique.** 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/mozambique-displaced-violence-cabo-delgado-militants-180cecc43e76a7a54aa30eb0822beded>. Acesso em: 28 ago. 2025.

BORRAS JR, S. M.; KAY, C.; GÓMEZ, S.; WILKINSON, J. Apropriação de terras e acumulação capitalista global: características-chave na América Latina. **Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement**, v. 33, n. 4, p. 402–416, 2012.

CIP (CENTRO DE INTEGRIDADE PÚBLICA). **Gás Natural da Bacia do Rovuma: O Governo deve tomar medidas para proteger a economia da queda do preço do Petróleo e evitar cenário negativo.** Edição nº 9. Maputo, 2020.

CUNHA, T. *et al.* **Estudo de caso: Cabo delgado (Moçambique). A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come.** Gernika Gogoratuz, 2020. Disponível em: <https://territoriolab.org/wp-content/uploads/2020/04/EC-Cabo-Delgado-digital-PT.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2025.

CUNHA, T. **Moçambique: os lugares e os rostos da exclusão.** Coimbra: Edições Almedina, 2022.

DOS SANTOS, F. A. **Guerra no Norte de Moçambique, uma Região rica em recursos naturais – Seis Cenários.** CMI Insight, 2020.

ENRÍQUEZ, M. A. R. da S. **Mineração: maldição ou dádiva? Os dilemas do desenvolvimento sustentável a partir de uma base mineira.** São Paulo: Signus, 2008.

FRANKEL, J. A. **The natural resource curse: a survey of diagnoses and some prescriptions.** John F. Kennedy School of Government, Harvard University, 2012. Disponível em: [https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/8694932/rwp12014\\_frankel.pdf?sequence=1](https://dash.harvard.edu/bitstream/handle/1/8694932/rwp12014_frankel.pdf?sequence=1). Acesso em: 10 jul. 2025.



GLOBAL PROTECTION CLUSTER. **Actualização da análise de protecção da província de Cabo Delgado.** 2022. Disponível em:

<https://globalprotectioncluster.org/publications/661/reports/protection-analysis-update/cabo-delgado-province-protection-analysis?utm>. Acesso em: 28 jul. 2025.

IDMC. **Relatório do IDMC aponta para mais de 700.000 deslocados internos em 2024.** 2024.

Disponível em: <https://360mozambique.com/development/idmc-report-points-to-over-700000-internally-displaced-people-in-2024/IMPACTO-Projetos> e Estudos Ambientais. Acesso em: 28 jul. 2025.

IMPACTO. **Relatório Final do Estudo de Impacto Ambiental (REIA) para o Projecto de Gás Natural Liquefeito em Cabo Delgado.** 2014.

IOM. **Plano de Resposta Crise à Crise em Moçambique 2022.** 2022. Disponível em:

<https://crisisresponse.iom.int/response/mozambique-crisis-response-plan-2022>. Acesso em: 15 jun. 2025.

LE BILLON, P. The political ecology of war: natural resources and armed conflicts. **Political Geography**, v. 20, n. 5, p. 561–584, 2001.

LIMA, M. A. P. **A teoria da maldição dos recursos naturais e a nova agenda de pesquisa.** Lopes. JG, 2178-1036, 2012.

LUSA. **Notícias de negócios – Moçambique:** receitas do gás sobem 21,8% em 2024, crescimento mais lento deste ano e no próximo. 2025. Disponível em:

<https://www.amanalliance.org/Home/ContentDetail/92111?utm>. Acesso em: 28 ago. 2025.

NGOENHA, S.; AMARAL, G. D.; NHUMAIO, A. Cabo Delgado e o risco sistémico da guerra em Moçambique. *In*: IESE. (Org.). **Desafios para Moçambique.** p. 35–46, 2020.

OLIVEIRA, A. F. de. *at al.* **Recursos naturais e a economia.** 2023.

ONU. **Nearly 60,000 displaced by heavy fighting in northern Mozambique.** 2025. Disponível em:

<https://www.aljazeera.com/news/2025/8/5/un-says-nearly-60000-displaced-by-heavy-fighting-in-northern-mozambique?utm>. Acesso em: 21 set. 2025.

PAMPLONA, J. B.; CACCIAMALI, M. C. A maldição dos recursos naturais: atualizando, organizando e interpretando o debate. **Economia e Sociedade**, v. 27, n. 1, p. 129–159, 2018.

PIRIO, G.; PITTELL, R.; ADAM, Y. **Gritos da comunidade:** ouvindo o povo de Cabo Delgado.

Africa Center for Strategic Studies, 2021. Disponível em: <https://africacenter.org/spotlight/cries-from-the-community-listening-to-the-people-of-cabo-delgado/>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ROSS, M. L. How do natural resources influence civil war? Evidence from thirteen cases.

**International Organization**, v. 58, n. 1, p. 35–67, 2004.

SACHS, J. D. *et al.* A maldição dos recursos naturais. **Revista Económica Europeia**, v. 45, p. 827–838, 2001.

STRACK, D.; AZEVEDO, A. F. Z. A doença holandesa no Brasil: sintomas e efeitos. **Revista Economia e Desenvolvimento**, v. 24, n. 2, p. 68–91, 2012.

VALLE, L. D. P. **Estudo de caso: Cabo Delgado (Moçambique).** A terra onde não se come o que se produz e produz o que não se come. Gernika Gogoratz, 2020.



VERÍSSIMO, M. P. Exportações de petróleo e a hipótese da Maldição dos Recursos Naturais no Brasil. **Revista Brasileira de Inovação**, v. 18, n. 01, p. 63–88, 2019.

VERÍSSIMO, M. P.; XAVIER, C. L. Tipos de commodities, taxa de câmbio e crescimento econômico: evidências da maldição dos recursos naturais para o Brasil. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 18, n. 2, p. 267–295, 2014.

ARTIGO



**DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS E CONFLITOS EM  
MOÇAMBIQUE: ALGUMAS DIFERENÇAS E PROXIMIDADES  
HISTÓRICAS**

***COMPULSORY RELOCATION AND CONFLICTS IN MOZAMBIQUE: SOME  
DIFFERENCES AND HISTORICAL PROXIMITIES***

***DÉPLACEMENT OBLIGATOIRE ET CONFLITS AU MOZAMBIQUE : QUELQUES  
DIFFÉRENCES ET PROXIMITÉS HISTORIQUES***

*Por Albino José Eusébio*

*Albino José Eusébio*

Pós-Doutor em Planejamento Urbano e  
Regional pelo IPPUR/UFRJ. Doutor em  
Sociologia e Antropologia pela UFPA.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5646-6190>.

E-mail: albino.acipol@gmail.com  
albinoeusebio@outlook.com.

Submetido: 14/09/2025

Aceite: 23/11/2025

Como citar

EUSÉBIO, Albino José. Deslocamentos  
compulsórios e conflitos em Moçambique:  
algumas diferenças e proximidades históricas.  
Boletim GeoÁfrica, v. 4, n. 13, p. 104-127, jul.-  
dez. 2025.

## RESUMO

Moçambique, tornou-se na última década palco de grandes projetos de mineração que têm como um dos efeitos sociais imediatos os deslocamentos compulsórios das comunidades locais. Porém esse não é um fenômeno novo na história do país. Tanto no período colonial, quanto no período pós-independência, programas de controle populacional e de desenvolvimento contribuíram para um maciço deslocamento compulsório das populações das áreas rurais. No presente artigo analisam-se alguns desses processos anteriores de deslocamentos compulsórios - os programas de aldeamentos coloniais e de aldeias comunais - explorando diferenças e proximidades com os processos atuais provocados pelos projetos de mineração. Destarte, com base na revisão bibliográfica e na análise de dados de uma pesquisa de campo realizada com as populações deslocadas por um grande projeto de mineração em Moatize-Tete, Província da região centro do País, conclui-se que apesar de algumas diferenças significativas, persistem algumas proximidades entre os atuais e anteriores processos de deslocamentos, com destaque para o uso da persuasão e a prevalência de práticas de violência e intimidação. O autoritarismo, a tutela e o negligenciamento dos projetos de vida das famílias atingidas têm marcado o processo de deslocamento compulsório imposto pelos projetos de mineração, numa autêntica reedição para o tempo presente de práticas típicas de uma governamentalidade colonial.

**Palavras-chaves:** Moçambique. Deslocamentos Compulsórios. Aldeamentos Coloniais. Aldeias Comunais. Grandes Projetos de Mineração.

## ABSTRACT

In the last decade, Mozambique has become the place of large mining projects, cause of that one of the immediate social effects of which is the forced displacement of local communities. However, this is not a new phenomenon in the country's history. Both during the colonial period and in the post-independence period, population control and development programs contributed also to the massive forced displacement of populations from rural areas. Therefore, this article analyses some of these earlier forced displacement processes—the colonial settlement and communal village programs—exploring differences and similarities with current processes caused by mining projects. Based on a literature review and data analysis from field research conducted with populations displaced by a large mining project in Moatize-Tete, Province of the central region of Mozambique, it is concluded that despite some significant differences, some similarities persist between current and previous displacement processes, notably the use of persuasion and the prevalence of violence and intimidation. Authoritarianism, guardianship, and neglect of the life projects of affected families have marked the process of forced displacement imposed by mining projects, in an authentic re-edition for the present day of practices typical of colonial governmentality.

**Keywords:** Mozambique. Compulsory Relocations. Colonial Villages. Communal Villages. Large Mining Projects.

## RÉSUMÉ

Au cours de la dernière décennie, Mozambique a été le théâtre de grands projets miniers, dont l'un des effets sociaux immédiats était le déplacement forcé des communautés locales. Cependant, ce phénomène n'est pas nouveau dans l'histoire du pays. Tant pendant la période coloniale qu'après l'indépendance, les programmes de contrôle démographique et de développement ont contribué au déplacement forcé massif de populations des zones rurales. Donc, cet article analyse certains de ces processus antérieurs de déplacement forcé – la colonisation et les programmes de villages communautaires – en explorant les différences et les similitudes avec les processus actuels causés par les projets miniers. Par ici, à partir d'une revue de la littérature et d'une analyse de données issues de recherches de terrain menées auprès de populations déplacées par un grand projet minier à Moatize-Tete, province de la région nord du pays, il est conclu que, malgré des différences significatives, des similitudes persistent entre les processus de déplacement actuels et antérieurs, notamment le recours à la persuasion et la prévalence de la violence et de l'intimidation. L'autoritarisme, la tutelle et le mépris des projets de vie des familles affectées ont marqué le processus de déplacement forcé imposé par les projets miniers, rééditant ainsi de manière authentique et contemporaine des pratiques typiques de la gouvernamentalité coloniale.

**Mots-clés :** Mozambique. Déplacements forcés. Villages coloniaux. Villages communautaires. Grands projets miniers.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Moçambique, tornou-se desde o início dos anos “pós-2000” palco de expansão de grandes projetos de mineração incentivada pelo *boom* das commodities <sup>1</sup> e por uma política governamental que desde a década 90 vem sendo marcada pela atração de grandes investimentos internacionais através da criação de Zonas Francas Industriais (ZFI), Zonas Econômicas Especiais (ZEE) e da política de incentivos fiscais. As ZFI e as ZEE são áreas destinadas a capital intensivo e tem o objetivo de atrair grandes investimentos estrangeiros e divisas através da produção destinada para a exportação. Nessas áreas as empresas se beneficiam da flexibilização da regulação econômica e ambiental e tratamento especial no que concerne às responsabilidades fiscais e aduaneiras. “Através dessas políticas, diversas extensões de “territórios dos povos” são transformadas em territórios destinados exclusivamente à expansão do capital” (Eusébio, 2019, p. 165), num processo marcado por conflitos e denúncias de violação de direitos territoriais. Rica em recursos minerais, a região do Vale do Zambeze atraiu no período do boom das commodities, através dessa política de flexibilização econômica e fiscal do governo, algumas das maiores mineradoras do mundo: a multinacional anglo-australiana Rio Tinto e a multinacional brasileira Vale. Existe um debate consolidado sobre os impactos sociais, ambientais e territoriais dos grandes projetos de mineração em Moatize, Vale do Zambeze (Matos, 2016; Osório; Silva, 2017; Coutinho, 2019; Chizenga, 2020; Eusébio, 2020a; 2020b; 2022).

O presente artigo retoma esse debate, mas dando ênfase aos deslocamentos compulsórios: os grandes projetos são na sua maioria dos casos implementados em áreas ocupadas por uma heterogeneidade de grupos sociais que geralmente apresentam modos diferenciados de apropriação socioeconômica e cultural do mundo material e acarreta quase sempre o deslocamento dessa heterogeneidade de grupos sociais<sup>2</sup>. Os deslocamentos compulsórios de milhares de famílias acompanhados por denúncias de violação dos direitos territoriais vêm, por exemplo, transformando a região do Vale do Zambeze num espaço onde projetos inerentes à expansão global do capital internacional se interceptam de forma violenta

---

<sup>1</sup>Na fase de boom das commodities as grandes multinacionais que atuam nessa área, se por um lado, intensificam a produção nos seus espaços originais de exploração, por outro expandem-se em busca de novos territórios de exploração. Para mais informações ver: Wanderley (2017).

<sup>2</sup>Para uma abordagem teórico conceitual sobre deslocamentos compulsórios ver: Almeida (1996); Magalhães (2007); Eusébio e Magalhães (2022).

com as histórias de vida das diversas populações da região<sup>3</sup>. Porém, os atuais deslocamentos compulsórios provocados por grandes projetos de mineração não são um fenômeno novo na história de Moçambique. A história do País é desde o tempo colonial marcada, dentre vários pontos, pela prevalência de uma política governamental e empresarial de controle territorial que pressiona constantemente o território das populações das áreas rurais e tem como consequência imediata e direta os deslocamentos compulsórios. Tanto no período colonial, quanto na primeira década do período pós-independência, políticas de desenvolvimento e progresso nacional, os programas de aldeamentos coloniais e aldeias comunais, as guerras e os desastres ambientais contribuíram para um deslocamento maciço das populações de Moçambique, na sua maioria das áreas rurais.

No contexto atual o controle governamental e empresarial do território está mais assentado na política de intensificação da exploração capitalista dos recursos minerais. No presente artigo dedicamo-nos a uma análise comparativa entre os anteriores processos de deslocamentos compulsórios empreendidos na região – com destaque para a política de controle da população assentada nos aldeamentos coloniais, desenvolvida no período colonial e o programa de modernização rural e reestruturação da lógica de produção e organização social rural, desenvolvido na primeira década pós-independência (através do programa das aldeias comunais e cooperativas agrícolas) - destacando não só, os mecanismos de sua configuração, implementação e os seus efeitos sociais, bem como as diferenças e proximidades com o processo atual de deslocamento compulsório provocado pelos projetos de mineração na região do Vale do Zambeze. Os trabalhos de Borges Coelho (1989, 1993, 1998, 2003), Araújo (1983, 1988), Casal (1991, 1996); Manghezi (2003); Isaacman e Isaacman (2013) e Thay (2020) constituem referências seminais para a análise dos deslocamentos compulsórios em Moçambique no período colonial e na primeira década pós-independência. O período atual é analisado a partir de dados colhidos durante uma pesquisa de campo doutoral realizada em Moatize em dois períodos, primeiro semestre de 2016 e segundo semestre de 2017. Durante a pesquisa buscamos, dentre vários pontos, explorar as práticas que caracterizaram o processo de

---

<sup>3</sup>Só para se ter uma dimensão numérica, foram 4 bairros deslocados no processo de instalação da área da exploração pelo projeto operado pela multinacional brasileira Vale em Moatize, nomeadamente, Chipanga, Malábue, Mithethe e Bagamoyo. Dados do Governo Distrital de Moatize indicam que foram 1.365 famílias compulsoriamente deslocadas desses bairros. Deste número, 714 famílias classificadas como rurais foram deslocadas para a Comunidade de Cateme, a aproximadamente 30 km dos seus antigos lugares de moradia e trabalho; 289 classificadas como urbanas para o bairro 25 de setembro, na vila sede de Moatize e as restantes mediante indenização (Moçambique, 2015).

deslocamento compulsório realizado pela multinacional brasileira Vale e a realidade de vida cotidiana nos “novos lugares”. A pesquisa de campo foi inspirada metodologicamente nos estudos do cotidiano (Veena Das, 2008; Martins, 2014) e no caso das populações deslocadas procuramos, tendo como inspiração a proposta da antropóloga Veena Das (2008), buscamos compreender como o processo de deslocamento compulsório foi experienciado e é cotidianamente vivido pelas próprias famílias compulsoriamente deslocadas.

Sob ponto de vista teórico, a discussão é inspirada na tradição dos estudos socioantropológicos sobre os impactos ou efeitos sociais e ambientais do extrativismo mineral, violências das práticas empresariais e resistências locais (Zhourri; Bolados; Castro, 2016; Zhourri, 2018; 2019; Ramos de Castro, 2018; Castro; Do Carmo, 2019; Eusébio, 2020a) e de modo geral na antropologia do desenvolvimento (Gardner; Lewis, 1996; Schroder, 1997): um conjunto de análises socioantropológicas sobre os efeitos sociais de políticas de desenvolvimento que favorecem objetivos estratégicos e político capitalistas das grandes empresas multinacionais (Schroder, 1997). Neste contexto, denunciam as perigosas consequências sociais e ambientais dos empreendimentos, bem como a indiferença quanto à questão humana e a injustiça social, que caracterizam a implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, buscando, desse modo, conter o que Lewis (2005), denomina de privilégio do domínio dos aspectos econômicos em relação aos aspectos inerentes às diferenças socioculturais existentes na sociedade.

Gardner e Lewis (1996) resumem as discussões da antropologia do desenvolvimento em torno de três temas principais: (i) a análise crítica sobre o discurso e trabalhos internos da “indústria de ajuda” comandada pelas ONGs; (ii) os estudos sobre os efeitos sociais e culturais das mudanças econômicas; e (iii) os estudos sobre os efeitos sociais e culturais dos projetos de desenvolvimento (e porque eles falham em termos socioculturais). É nesse último que a nossa análise se enquadra e está estruturada em três pontos essenciais: no primeiro analisamos a política de aldeamentos comunais, sua configuração e efeitos sociais, no segundo a política das aldeias comunais e no terceiro os atuais processos de deslocamentos compulsórios provocados pelos grandes projetos de mineração, explorando proximidades e diferenças com os anteriores processos.

## OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS NO TEMPO COLONIAL: A POLÍTICA DE ALDEAMENTOS COLONIAIS

Os aldeamentos coloniais foram uma política implementada pelo governo colonial português em Moçambique e consistiu na concentração forçada de populações rurais africanas em aldeamentos que permitiam o melhor controle. Existe um debate já consolidado na literatura socioantropológica e sócio-histórica moçambicana sobre os aldeamentos coloniais. A compreensão sobre essa política, sua configuração e efeitos sociais é essencial para análise comparativa que se pretende neste artigo entre as políticas anteriores e atuais de deslocamentos compulsórios, suas rupturas e proximidades.

A política de aldeamentos coloniais, começou como uma política de reestruturação administrativa e se transformou em uma estratégia de controle das populações para inibir possível apoio da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) durante a guerra de libertação nacional (Castelo, 2021; Borges Coelho, 1993, 1998, 2003)<sup>4</sup>. Segundo Cabaço (2007), antevedendo o conflito nas colônias, o exército português definiu que a vitória da guerra contra os nacionalistas quer em Angola e Guiné-Bissau, quer em Moçambique, dependia de três elementos essenciais: “conquistar a simpatia e a adesão das populações; desmoralizar os militantes e os guerrilheiros, diminuindo a sua capacidade combativa e atuar sobre as próprias tropas para incentivar a sua disponibilidade operacional” (Cabaço, 2007, p. 348). Esse foco centrado na conquista da população fundamenta-se, segundo Borges Coelho (2003, p. 178) numa visão dicotômica segundo a qual “todos os africanos eram potenciais ‘terroristas’ e entraves ao projeto imperialista português”. A única forma de evitar que assim se tornassem de fato era conquistá-los e comprometê-los ativamente na defesa da ordem colonial. Foi nesse âmbito que nasceram “as senzalas protegidas em Angola, as tabancas em Guiné-Bissau e os aldeamentos coloniais em Moçambique”, para onde foram deslocadas as populações das áreas de guerra ou áreas que eram vistas como passíveis de ação de mobilização por parte dos combatentes da FRELIMO (Borges Coelho, 2003, p. 179). Através desses “novos aglomerados rurais fortificados e controlados”, as autoridades esperavam, tal como fizeram os franceses na Argélia, “irromper com a penetração de combatentes nacionalistas” (Borges Coelho, 2003, p. 179).

Os primeiros aldeamentos enquanto estratégias de contra insurgência começaram a ser instalados na primeira metade da década 1960. À medida que o conflito ia se acirrando, a sua

---

<sup>4</sup>Política semelhante foi implementada pelos franceses na Argélia (Bourdieu; Sayad, 2006).

real face de despovoamento de área operacional, procurando reduzir o contato entre guerrilheiros e a população, foi suplantando o discurso de desenvolvimento socioeconômico. Tal como na Argélia (Bourdieu; Sayad, 2006) quem não vivia nas povoações controladas pelas autoridades coloniais portuguesas era considerado inimigo. Criavam-se assim, não só, zonas proibidas, como também, as zonas de controle da população. A partir de 1968, a região do Vale do Zambeze e a província de Tete em particular, passaram a ocupar um lugar de destaque na política de aldeamento devido ao lugar estratégico que passou a assumir na contraofensiva da FRELIMO às Forças portuguesas. Foi nesse período que a FRELIMO abriu o que na historiografia moçambicana é denominado de “frente de Tete” com a intenção de cruzar o rio Zambeze, buscando expandir as suas ações que até então se concentravam no Norte do país para as regiões centrais de Manica e Sofala. Segundo Borges Coelho (1993), a resposta das forças armadas portuguesas à entrada da FRELIMO em Tete foi dada em duas vertentes: primeiro o aumento de ações de terror e violência indiscriminadas contra a população; segundo, pela intensificação do aldeamento das populações.

O atual distrito de Moatize que é atualmente palco de deslocamentos compulsórios provocados pelos projetos de mineração, tinha, até o final da guerra em 1974, 44 aldeamentos cobrindo aproximadamente 50 000 pessoas (Borges Coelho, 1993). Importa destacar dentre esses aldeamentos, os aldeamentos de Cateme (atual área onde foram reassentadas a maioria das populações classificadas como rurais pela mineradora Vale); Mithethe e Chipanga (onde famílias foram também compulsoriamente deslocadas pela mineradora Vale); e Benga (uma das áreas onde as famílias foram compulsoriamente deslocadas pelo projeto de Benga de exploração de carvão mineral - operado atualmente pela *joint venture* indiana ICVL).

Um ator que foi determinante no processo de deslocamento compulsório das populações do Vale do Zambeze durante a guerra de libertação colonial na província de Tete foi a Barragem Hidroelétrica de Cahora Bassa. A construção desse empreendimento obrigou ao deslocamento compulsório de milhares de famílias camponesas que viviam nas margens do rio Zambeze. Muitas dessas famílias não só perderam o controle sobre o espaço físico, o acesso a recursos econômicos e culturais importantes para a vivência, o poder de decidir sobre onde e como viver, como também, viram suas antigas áreas de vivência submersas no lago provocado pela barragem. Até a conclusão do empreendimento, milhares de camponeses tinham sido confinados nos aldeamentos (Isaacman; Isaacman, 2013).

O deslocamento para os aldeamentos, não só implicou o abandono das terras ancestrais ignorando-se, tal como os recentes deslocamento compulsórios provocados pelas atividades de mineração, a sua relação afetiva com o território, como também a perda das suas machambas – nome que é dado em Moçambique à “porção de terra que é usada para a prática de agricultura familiar” (Braço, 2017, p. 227), - e de espaços de peculiar significância simbólica e cultural, como o são, por exemplo, os locais onde seus ancestrais foram enterrados e as áreas de mediação com os espíritos dos seus ancestrais.

A vida no aldeamento era, tal como acontece atualmente, caracterizada pela comparação entre aquilo que perderam com a transferência e o que ganharam nos novos locais. A pressão demográfica também era maior. Alguns aldeamentos chegaram a albergar mil pessoas, número que segundo Borges Coelho (1993, p. 286) era quatro vezes maior do que nas antigas aldeias. A fragilidade das condições de reassentamento punha em causa alguns pontos que eram considerados centrais para o processo: especialmente, viabilidade da terra para produção agrícola e existência de fontes de água adequadas. Em 1974, ano da assinatura do acordo de Lusaka que abriu espaço para a independência de Moçambique, alguns aldeamentos de Moatize, como por exemplo, a aldeia N'cungas devidamente descrita por Borges Coelho (1993) era, tal como ele mostra, ocupada por pessoas doentes, mal-nutridas, desprovidas de seus meios básicos de subsistência e muitas vezes dependentes da ajuda externa para a alimentação.

## **A INDEPENDÊNCIA NACIONAL E AS NOVAS DINÂMICAS DE DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS: AS ALDEIAS COMUNAIS**

Com a assinatura do acordo de Lusaka em 1974, não só os moçambicanos que se encontravam refugiados em países vizinhos como Malawi e Zâmbia tiveram a possibilidade de retornar ao país, como também algumas populações tiveram a possibilidade de deixar os antigos aldeamentos onde foram forçosamente assentados pelos colonialistas portugueses de volta às suas terras ancestrais ou em busca de melhores terras para agricultura. No campo político, o governo da FRELIMO que assumiu o poder após a independência definiu a agricultura como a base do desenvolvimento do país e o socialismo como a base de orientação política e socioeconômica nacional. A ideia era romper as antigas relações de opressão colonial e “exploração do homem pelo homem” que eram vistas como inerentes a uma lógica capitalista de produção, organização e reprodução social e econômica. Segundo Casal (1996), na visão do governo socialista o desenvolvimento rural se inseria plenamente nos planos de transformações

que eram imprescindíveis para se alcançar uma forma socialista de organização social, econômica e política. Para tal, criou-se o programa de aldeias comunais como forma de dinamizar a produção agrícola sob a forma de empresas estatais e cooperativas agrícolas. Concentrar essas populações em aldeias comunais, rompendo com a sua lógica dispersa de organização social, tal como fez o colonizador; e criar cooperativas de produção agrícola através da socialização dos meios de produção (principalmente a terra e a força de trabalho) era visto como o único caminho a ser seguido para vencer o subdesenvolvimento e transformar as relações sociais numa perspectiva socialista (Casal, 1996).<sup>5</sup>

Compreender a configuração dessa nova política, bem como os seus efeitos sociais é também essencial para análise comparativa que se pretende com os atuais processos deslocamentos compulsórios provocados pelos grandes projetos de mineração no Vale do Zambeze. O programa de aldeias comunais em Moçambique não era inédito em estados “pós-coloniais” africanos. Experiências semelhantes de deslocamento compulsório desenvolvidas por novos governos de estados “pós-coloniais” – governos esses revolucionários e com uma visão socialista de organização política, social e econômica – foram vividas por populações das áreas rurais argelina e tanzaniana, numa espécie de repetição e persistência de ações análogas perversas dos atores coloniais (Casal, 1996). Essa experiência da Tanzânia, bem como da Argélia, serviu de fonte de inspiração para o programa de aldeias comunais desenvolvido pelo governo da FRELIMO. Tal como destaca Casal (1991, p. 45), a produção familiar dispersa já era objeto de crítica do então Presidente da República Popular de Moçambique Samora Moisés Machel, ainda no período da guerra de libertação nacional. Para ele, “o individualismo e o espírito de propriedade (privada) era um espírito capitalista que divide e enfraquece”. Abandonar essa lógica e combater a “exploração do homem pelo homem” era imprescindível para se assumir uma “consciência coletiva de trabalho”. Foi também no período da guerra que a experiência de socialização dos meios de produção e cooperativização agrícola começou a ser implementada nas zonas libertadas.

A região norte foi inicialmente a mais contemplada pelo programa. Até 1977 tinham sido compulsoriamente deslocados para as aldeias comunais em Cabo Delgado, cerca de, “800

---

<sup>5</sup>É importante destacar que, tal como no tempo colonial, os deslocamentos compulsórios na primeira década pós-independência não se resumiram exclusivamente ao programa de aldeias comunais e cooperativas agrícolas. O antropólogo Omar Thomaz explora outras formas de deslocamento compulsório empreendidas pelo regime socialista, com destaque para os “campos de reeducação” e a “operação produção” (Thomaz, 2008). A experiência desses campos serviu de inspiração para o escritor moçambicano Ungulani Ba Ka Khosa no seu livro “Entre Memórias Silenciadas” (Khosa, 2013).

mil habitantes, concentrados em 600 aldeias - aproximadamente 90% da população total da província” (Casal, 1996, p. 125). O distrito de Moatize tinha 3 aldeias comunais (Capirizange, M’condezi e Samôa) até 1980, concentrando aproximadamente 3 mil habitantes. Esse número subiu para 5 aldeias em 1983 com aproximadamente 21 mil habitantes (Araújo, 1988, p. 314). Este fato evidencia mais um aumento demográfico por aldeia já existente do que necessariamente o aumento de aldeias, o que conseqüentemente, criava uma grande pressão demográfica e sobre o acesso aos recursos naturais.

Em muitos casos a violência e a intimidação foram empregados para frear ações de resistência das populações. “Queimar palhotas das populações para forçar a transferirem-se para as aldeias comunais” não eram ações raras (Casal, 1996, p. 126). Outra estratégia agressiva de mobilização foi, por exemplo, de proporcionar ajuda emergencial somente aos que estavam nas aldeias comunais como forma de cooptação, deixando à própria sorte os que estivessem fora ou se recusaram a aceitar essa política perversa (Casal, 1996). Segundo Araújo (1988), muitos aspectos inerentes ao desenvolvimento socioeconômico das populações compulsoriamente aldeadas foram ignorados. Muitas aldeias se transformaram em apenas concentração das populações das áreas rurais em lugares distantes da sua anterior área de residência e produção. Algumas aldeias nunca chegaram de fato a implementar qualquer forma de produção coletiva.

A localização das residências em muitas aldeias comunais foi definida pelas autoridades distritais e ou provinciais sem participação popular. O acesso às fontes de água era o principal problema nas aldeias comunais. Fato que evidencia certas semelhanças com os problemas descritos nos aldeamentos impostos pelos colonizadores portugueses. Tal como destaca Borges Coelho (1993), embora pudessem ser encontradas escolas em todas as aldeias comunais, eram frequentemente escolas construídas no tempo dos aldeamentos coloniais. Em muitas aldeias comunais as escolas funcionavam a céu aberto, debaixo das árvores. O problema com os postos de saúde era particularmente o mesmo. Em Moatize, por exemplo, das 3 aldeias comunais só uma tinha um posto de saúde.

A política governamental de aldeias comunais pressionou e forçou as populações das áreas rurais a dedicar uma importante parte do seu tempo às cooperativas agrícolas. Segundo Borges Coelho (1993), na província de Tete, por exemplo, foram criados, no âmbito do programa das aldeias comunais, cerca de 14 cooperativas agrícolas até 1978. Esse número passou para 31 com um total de 1.202 membros em 1980. As cooperativas agrícolas eram vistas

como a base da organização econômica das aldeias comunais e a materialização da ideia da socialização dos meios de produção (terra, força de trabalho etc.).

O acirramento da guerra com a RENAMO em 1980<sup>6</sup> fez com que, tal como no tempo colonial, as estratégias militares imperassem sobre todo o discurso social, político e econômico de legitimação das aldeias comunais. Razão pela qual, segundo Casal (1996, p. 127), “em 1980 a imensa maioria das aldeias eram apenas locais de habitação sem uma base socioeconômica segura”. O que fora discursivamente projetado para ser uma forma de organização da vida coletiva, visando ao melhoramento das suas condições de vida, se transformou num campo de concentração da miséria e degradação social e econômica.

A reestruturação econômica imposta pelas instituições de *Bretton Woods* no final da década 80 marca o fim de uma lógica centralizada de organização econômica e do marxismo-leninismo enquanto orientação política e socioeconômica do estado. O fim das aldeias comunais liberou para as diversas populações aldeadas o direito de decidir onde e como viver. O acordo de Roma em 1992 marcou o fim da guerra civil e o retorno de milhares de moçambicanos que se encontravam refugiados nos países vizinhos. A estes também o fim da guerra restaurava-lhes a liberdade de decidir onde e como viver.

A constituição de 1990 ratificou o liberalismo econômico em Moçambique, abrindo espaço para a chegada de novos atores. A agricultura continuou sendo a base do desenvolvimento nacional, mas agora seguindo as orientações dos técnicos dos organismos financeiros internacionais tais como o Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), etc. Nos anos “pós-2000” um novo setor passou também a se destacar na política de desenvolvimento nacional - a indústria extrativa mineral. Rica em recursos minerais e energéticos, a região do Vale do Zambeze volta a estar submersa a um novo processo de deslocamento compulsório provocado pela instalação de grandes projetos de exploração mineral com destaque para as minas de carvão mineral em Moatize. Se nos processos de deslocamento compulsório anteriores a lógica que prevalecia era, usando em analogia as palavras do antropólogo Alfredo Wagner Berno de Almeida, a integração às áreas de controle e à grande propriedade coletiva, hoje a luta dos atores governamentais e das grandes multinacionais é pela expulsão e expropriação para

---

<sup>6</sup>Destacada como “guerra de desestabilização”, “guerra dos dezasseis anos” e ainda “guerra civil moçambicana”, teve seu início em 1977 entre o governo da Frelimo que assumiu o controle do País após a independência e a Resistência Nacional de Moçambique. Terminou em 1992 com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma. Para algumas abordagens sobre este conflito ver: Florêncio (2002).

garantir o controle empresarial do território e a apropriação capitalista dos recursos (Almeida, 2002). A nossa análise vai se centrar nos deslocamentos compulsórios provocados pela instalação da primeira fase do projeto de exploração a céu aberto das minas de carvão mineral no distrito de Moatize, operado pela multinacional brasileira Vale.

## **OS DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS PROVOCADOS PELOS GRANDES PROJETOS DE MINERAÇÃO: O PROJETO VALE EM PERSPECTIVA**

A nova onda de deslocamentos compulsórios acontece num contexto político e econômico peculiar marcado pela afirmação de políticas neoliberais. O Banco Mundial e o FMI passaram a ter desde a década 1980 um papel determinante nas políticas de desenvolvimento nacional. A partir da década 1990 uma revisão legislativa foi efetivada com o objetivo de enquadrar o ordenamento jurídico moçambicano à nova orientação política e econômica tendo em conta o interesse e diretrizes dessas organizações internacionais no sentido de dinamizar a exploração capitalista de recursos naturais. Em 2002 foi aprovada uma nova lei de minas, garantindo dentre vários pontos a prevalência das atividades mineiras sobre todas as formas de uso e apropriação do território (Moçambique, 2002). Dois anos depois foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento Ambiental para as atividades mineiras que destaca, em primeiro lugar, a imperiosidade da observância dos padrões de qualidade ambiental e de desenvolvimento ambiental sustentável nas atividades de exploração de recursos minerais. Em segundo lugar, destaca a obrigatoriedade de consulta às comunidades locais no caso de área concessionada coincidir com o seu território de ocupação, bem como a obrigatoriedade de garantir a participação das comunidades locais na tomada de decisões que possam afetar os seus direitos (Moçambique, 2004). Em 2006 foi aprovado pelo Conselho de Ministros o Regulamento da Lei de Minas que incute, por exemplo, aos detentores de título mineiro a responsabilidade por qualquer dano a culturas, construções, qualquer benfeitoria, bem como, o reassentamento e indenização de qualquer ocupante da área concessionada (Moçambique, 2006). O regulamento sobre o processo de reassentamento só foi aprovado em 2012, três anos depois da execução do reassentamento da Vale e foi de certa forma resultado das irregularidades cometidas e da pressão exercida sobre o governo por essas comunidades compulsoriamente deslocadas em Moatize e pelas diversas ONGs nacionais e internacionais (Moçambique, 2012).

A área concessionada pelo Governo de Moçambique à multinacional brasileira Vale, para a exploração das minas de carvão de Moatize englobava uma área de ocupação ancestral de diversas populações e comunidades locais. A empresa teve que negociar com elas diretamente o processo de transferência de Direito de Uso e Aproveitamento da Terra (DUAT) para o desenvolvimento das suas atividades. O marco regulatório nacional impõe que a transferência do DUAT seja feita mediante consulta das comunidades da área concessionada, porém no caso específico da Vale essa fase foi meramente formal, pois aconteceu depois do governo já ter assinado o acordo de concessão. Neste contexto, as populações consultadas não tinham direito de veto ao empreendimento. Primeiro porque a mineração tem prioridade sobre todas as formas de uso e apropriação da terra e recursos (Moçambique, 2002). Segundo porque o direito já havia sido concedido à multinacional. Isso para dizer que, desde o primeiro momento as comunidades estavam condenadas ao deslocamento compulsório. O passo seguinte era saber em que condições. Mais do que negociar as condições de possibilidade de implementação do empreendimento no seu território, o ritual das consultas comunitárias foi mais para imposição das condições da irreversível saída do lugar.

Para as atividades de contato, diagnóstico e execução da tarefa de expropriação das populações da área concessionada, a Vale contratou em 2005 a Diagonal, uma empresa brasileira especializada em negociação, remoção e reassentamento de famílias – com históricos trabalhos realizados, por exemplo, em Barcarena, no estado do Pará. A sua contratação marcou o início da sua aventura para o continente africano e a entrada dos seus serviços no mercado moçambicano. Além de São Paulo e Recife, no Brasil, a empresa passou a contar com escritórios em Maputo, cidade capital de Moçambique. A empresa foi a responsável pelo contato com as populações da área concessionada, levantamento de infraestruturas e elaboração do estudo de viabilidade e plano de ação de reassentamento.

No processo de expropriação para o controle do território concessionado, a empresa dividiu as famílias em rurais e semi urbanas. Foram classificadas como rurais as famílias que viviam da agricultura e outras atividades consideradas “informais” como olaria, produção de esteiras e pesca. E de semi urbanas as famílias de funcionários e trabalhadores das diversas empresas que atuam na área. Evidências etnográficas demonstram que a divisão foi feita de forma perversa e imposta sem ter em conta as posições das próprias populações. Refletindo sobre essa divisão rural/semi urbana, Tomás Selemene considera que a Vale usou a estratégia de “dividir para reinar”, buscando minimizar as ações de resistência ao deslocamento

compulsório para Cateme, que por estar longe da cidade, a aproximadamente 30 km, com casas precárias e fragilmente construídas, seria facilmente rejeitada pelas famílias consideradas semiurbanas (Selemane, 2010). Ou seja, a divisão e a hierarquização dos atingidos foi uma estratégia corporativa que tinha a função de subdimensionar os custos do deslocamento e frear os riscos de resistência por uma parte do grupo dos atingidos, contra certas condições impostas no processo de deslocamento. Na mesma linha crítica e explorando especificamente a classificação de “populações rurais”, Osório e Silva (2017) consideram que a empresa usou como critério determinante de classificação o trabalho na machamba, ignorando, por um lado, que aquelas populações desenvolviam outras atividades, como por exemplo, a venda de carvão, a produção de tijolos e brita para construção, a pesca, a produção de esteiras e o comércio do mercado local, que eram essenciais na sua reprodução social e econômica, por outro lado, ignorando que viviam não necessariamente em comunidades rurais mas em zonas periféricas da vila, razão pela qual deviam ser pelo menos caracterizadas como semi urbanas. Para as autoras, “a falta de estudos socioantropológicos que pudessem definir com maior rigor os perfis das populações deslocadas” contribuiu para esse equívoco de classificação cometido pela empresa e ratificado pelo governo moçambicano (Osório; Silva, 2017, p. 78).

Estudos dessa natureza que provavelmente tornariam o processo de deslocamento menos violento (ao minimizar a violação dos direitos das populações atingidas) não interessavam à empresa, que buscava a todo custo ocupar as suas terras e executar a exploração capitalista dos seus recursos. Não interessou também analisar as implicações que a instalação do empreendimento teria nas comunidades do entorno. Algumas comunidades embora não tenham sido compulsoriamente deslocadas das suas terras ancestrais enfrentam constrangimentos na sua vida cotidiana que vão desde o bloqueio pela cerca metálica ao acesso a áreas de grande relevância na sua reprodução social, econômica e cultural; a contaminação dos poços de água pelas explosões que são feitas quase diariamente, o fechamento dos “corta matos”, que eram essenciais para o rápido acesso à vila, escoamento da produção e acesso a determinados serviços básicos e essenciais como saúde e educação formal. Pouca importância foi dada, também, à questão da interdependência social, econômica e cultural entre os bairros deslocados e os bairros remanescentes.

Podemos citar como exemplo a relação entre a comunidade de Catete nos arredores da área concessionada e o bairro Chipanga que foi totalmente deslocado. Durante a pesquisa de campo em Moatize, visitamos a comunidade de Catete que se encontra fora da área de



concessão da empresa, mas dentro de todo processo integrado de produção e escoamento, porque a linha férrea de transporte de carvão passa a escassos metros da comunidade. Composta na sua maioria por populações camponesas, a comunidade de Catete tinha uma forte integração com a comunidade de Chipanga que foi na sua totalidade deslocada compulsoriamente com a chegada da Vale à Moatize. Era em Chipanga onde, não só comercializavam a sua produção agrícola entre trocas que envolviam a compra de outros produtos essenciais para a sua reprodução socioeconômica, como também, tinham acesso ao sistema formal de saúde e de educação, além de redes de sociabilidade como bares e campo de futebol. Neste contexto, o deslocamento da comunidade marcou uma nova fase na vida dessa comunidade, embora se encontre fora da área concessionada à Vale para exploração de carvão mineral. Um dos grandes problemas enfrentados pela comunidade nesse momento é o acesso a serviços que o bairro Chipanga disponibilizava. A atual alternativa é o centro da Vila de Moatize bem mais distante da comunidade, a aproximadamente duas horas de caminhada.

Voltando para o processo de deslocamento compulsório, seguindo a estrutura dada pela Sra. A.P.F. Mithethe (2016), uma das nossas entrevistadas durante o trabalho de campo, podemos dividir o processo de expropriação, imposto pela multinacional brasileira Vale, em duas fases distintas, mas complementares: a fase da comunicação e a fase da persuasão. A Sra. A.P.F. era residente no bairro, nos arredores da vila de Moatize, mas nasceu no centro da vila de Moatize. Segundo conta, antes do seu nascimento os seus pais moravam no centro da vila de Moatize, mas mantinham uma casa e machamba em Mithethe onde passavam um determinado tempo do ano produzindo. Depois da colheita voltavam para a casa principal da vila. Porém depois de um tempo acabaram fixando definitivamente residência em Mithethe, tendo a agricultura como a base da sua reprodução social e econômica.

Fiquei sabendo que íamos sair quando uma equipe da empresa Vale foi para lá no bairro Mithethe contatar os líderes e informar das atividades que iam desenvolver. Nesse período era só empresa que vinha, mas no decorrer do tempo no momento que estavam a nos persuadir para sair é que representantes do governo vinham juntos com os representantes da empresa. A informação inicial foram os da Vale que deram, sobre o que era o projeto, depois quando já vinham negociar a nossa saída passaram a estar sempre acompanhados por representantes do governo. Apareceram primeiro para nos falar da existência do projeto e depois para negociar a nossa saída (Sr. A. P. F. Mithethe, 2016).

Além da comunicação, nessa primeira fase se enquadram também as ações de registro de casas, pessoas e bens de cada família. A segunda fase, a de persuasão, é a fase das promessas que consiste, tal como destacamos em outro trabalho (Eusébio, 2021, p. 509) na apresentação

de um conjunto de ações a serem desenvolvidas em benefício dos grupos atingidos, mas com o simples objetivo de garantir a aceitação e frear a resistência ao deslocamento, após conseguir que saiam do local, o grau de cumprimento das ações prometidas é ínfimo. As empresas quando questionadas sobre as promessas sempre apostam constantemente na negação: se recusam aceitar ter feito as referidas promessas, acenam para o delírio dos atingidos e exigem comprovantes escritos.

Segundo as narrativas das pessoas deslocadas para Cateme, as promessas variavam desde casas melhoradas e mobiladas, currais com animais para criação, projetos de produção, escola, hospital, água, à indenização pela transferência, prioridade no emprego; além de auxílio em alimentação e insumos agrícolas durante cinco anos, auxílio esse que só foi disponibilizado uma única vez. Algumas promessas foram específicas em função das atividades, que além da agricultura, eram predominantes em cada bairro. No bairro Chipanga onde predominava, além da agricultura, a atividade oleira (produção de tijolos) foi lhes prometido indenização e a criação de condições para a continuação integral da atividade de produção de tijolos. Promessas análogas foram feitas nos bairros Bagamoyo e Mithethe, neste último não só para a produção de tijolos, mas também para a atividade de produção de carvão. O bairro Malábue tinha a peculiaridade de se localizar próximo ao rio Revúbue e em função disso além da agricultura, praticavam a pesca e a produção de esteiras tendo como principal material de produção o caniço que cresce naturalmente no rio.

Disseram-nos: como vocês vivem à beira do rio onde aproveitam os recursos que ele dispõe, lá faremos questão de vos reassentar à beira do rio. Quando chegamos aqui nem a beira do rio e nem as machambas férteis prometidas, nada, fomos colocados nas pedras sem condições adequadas para a produção. É um sofrimento o que estamos a viver aqui. Lá pelo menos tinham muitos recursos que nos ajudavam a superar situações de crise. Aqui não tem nenhum recurso para sobreviver. Por isso é um contínuo sofrimento (Sra. F.C. Malábue, 2016).

A intensidade de participação dos membros do governo na fase das promessas variou em função do grau de resistência das populações. Bairros como Chipanga e Mithethe, onde a resistência ao deslocamento foi maior, a participação dos membros do governo ao lado dos representantes da empresa no processo de convencimento e persuasão foi mais intensa. Como exemplo, o próprio Governador Provincial de Tete se deslocou pessoalmente ao bairro Chipanga para auxiliar nas ações. A mensagem era clara: “vocês estão vivendo em cima de dinheiro, vão para outro lugar para branco fazer serviço”. A fase da persuasão terminou com a realização do deslocamento. As narrativas sobre o processo reforçam que a escolha de Cateme

para o reassentamento das populações classificadas rurais foi determinada por uma comissão de reassentamento composta na sua maioria por membros do governo provincial e local (distrital e municipal) e imposta às comunidades. A situação análoga se verificou na escolha de 25 de setembro para as populações classificadas como semi urbanas. Este fato reforça a prevalência de uma marginalização ou ignorância da ampla participação das populações afetadas no processo de tomada de decisão sobre aspectos que afetam diretamente as suas vidas. O deslocamento começou em outubro de 2009 e durou até abril de 2010. Foram compulsoriamente deslocados quatro bairros nomeadamente: Mithethe, Chipanga, Malabué e Bagamoyo. Neste último não foram deslocados todos os moradores. Somente os que moravam dentro da área concessionada. Área essa que se encontra atualmente protegida e bloqueada ao acesso por uma cerca metálica.

A pesquisa sobre a vida cotidiana atual foi realizada na comunidade de Cateme, onde foram “reassentadas” as populações que foram classificadas como rurais. Evidências etnográficas mostram que o deslocamento compulsório afetou de forma significativa os seus modos de viver, habitar e produzir, solapando as bases de sua reprodução socioeconômica. A vida cotidiana em Cateme é interpretada e narrada a partir de uma distinção entre o “aqui” e “lá”.<sup>7</sup> O “aqui” remete também ao tempo presente, ao “hoje” e é tal como no caso estudado por Magalhães (2002), sempre narrado e interpretado em oposição ao “lá”, o “antigamente”. É espacial e temporal. Há, nessas narrativas, duas fases: a vida antes da chegada dos grandes projetos, portanto, antes do deslocamento compulsório, e a vida depois da chegada dos megaprojetos, ou seja, depois do deslocamento para a Comunidade de Cateme.

Está patente nesta distinção uma certa ruptura, cujo grau varia em função da dimensão social, econômica e cultural. Disse-nos um dos entrevistados: “como a Vale ainda não começou a explorar lá [Malábue], saindo daqui posso vos indicar onde foi enterrado o meu cordão umbilical” (Sra. F.C. Malábue, 2016). No contexto sociocultural, por exemplo, a relação afetiva com o lugar, cujo significado varia em função da trajetória de vida de cada família, e a ruptura com esses espaços de significância simbólica (tal como esse destacado pela Sra. F.C. Malábue) tem sido a mais evocada. No contexto socioeconômico o hoje é visto como espaço de alternativas limitadas de sobrevivência, emergindo uma “vida dependente” (essa dependência

---

<sup>7</sup>Essa interpretação apresenta similaridades com a distinção entre o “hoje” e o “antigamente” constatado pela antropóloga Sônia Barbosa Magalhães em um estudo sobre os efeitos sociais dos deslocamentos compulsórios provocados pela construção da Barragem Hidrelétrica de Tucuruí no rio Tocantins, no Estado do Pará, Brasil (Magalhães, 2002).

é inerente também à interferência provocada pela chegada da empresa na dinâmica cotidiana de reprodução social e econômica dessas populações e pela expectativa criada pelos discursos de melhoria de vida que eram evocados pela empresa e pelo governo moçambicano) quando comparado ao antigamente, ou “antigo lugar”, visto como espaço de “diversas alternativas” de sobrevivência ou espaço de “vida independente”.

Essas “diversas alternativas” não eram homogêneas. Elas variavam em função da trajetória de cada família e da paisagem ecológica de cada bairro. Em Malábue que se localiza nas margens do rio Revúbue, além da machamba, produziam-se esteiras e praticava-se a pesca. Em Mithethe as populações se dedicavam também à produção de carvão vegetal e corte de lenha. Em Chipanga e Bagamoyo a olaria era uma das atividades mais praticadas além da machamba, por possuir terra considerada adequada para a produção de tijolos. Essas atividades se complementavam a outras como ser vendedor ou trabalhador “formal”. O essencial das “diversas alternativas” é que diferente de “cá” (em Cateme), permitiam superar as situações de crise: as situações de crise são, naquele contexto, situações em que a produção na machamba, principal atividade na reprodução socioeconômica, não alcançava a produção previamente planejada.

A ruptura é também em função das promessas feitas, mas não cumpridas. Tal como destacamos anteriormente, segundo as narrativas das pessoas deslocadas para Cateme, as promessas variavam desde casas melhoradas e mobiladas, currais com animais para criação, projetos de produção, escola, hospital, água, até indenização pela transferência; prioridade no emprego, auxílio em alimentação e insumos agrícolas durante cinco anos, conforme mencionado. O nível de cumprimento das promessas foi extremamente baixo, o que nos induz à conclusão de que não havia uma preocupação com o destino das pessoas, com a continuidade integral das suas lógicas de produção, organização e reprodução social e econômica, mas sim com a sua saída do local para garantir o controle do território, dinamizar a exploração do carvão e multiplicação do capital.

## **DIFERENÇAS E PROXIMIDADES NO CICLO PERSISTENTE DE DESLOCAMENTOS COMPULSÓRIOS EM MOÇAMBIQUE: NOTAS CONCLUSIVAS**

Existem diferenças significativas entre o atual processo de deslocamento compulsório das populações em Moatize e os anteriores processos acima explorados. Uma das principais diferenças está no fato de os atuais deslocamentos compulsórios serem inerentes ao controle

empresarial do território e avanço do capital internacional que pressiona grupos e modos de vida locais. Porém, advogamos que apesar dessas diferenças o atual processo de deslocamento compulsório em Moatize apresenta algumas proximidades com os anteriores processos impostos, o programa de aldeamentos coloniais e as aldeias comunais socialistas inerentes à modernização do campo e cooperativização agrícola: as decisões tomadas centralmente e impostas aos grupos atingidos que tem a única opção de cumpri-las; a consequente marginalização dos posicionamentos dos sujeitos afetados, negando-lhes a possibilidade de serem protagonistas do seu próprio destino; a persistência da lógica paternalista de relação, o uso da persuasão e de modo geral a prevalência práticas de violência e intimidação são algumas dessas proximidades (Eusébio, 2022). O autoritarismo, a tutela e o “negligenciamento” dos projetos de vida das diversas famílias atingidas marcaram o processo de deslocamento compulsório imposto pela Vale em Moatize, numa autêntica reedição para o tempo presente de práticas violentas típicas de uma governamentalidade colonial (Eusébio, 2020a).

As proximidades se verificam também nos discursos de “garantia de bem-estar e desenvolvimento” mobilizados pelos atores empresariais e governamentais, partes interessadas e beneficiadas pela expropriação. Seja na sua roupagem colonial de “civilizar o africano ou o nativo”, seja na sua roupagem atual de “garantia de desenvolvimento nacional, melhoria de vida das comunidades locais e garantia de emprego aos seus filhos”, esse discurso deve ser entendido como parte integrante de um complexo leque de estratégias políticas e empresariais de controle de território ou ainda de um aparato ideológico legitimador (Hébette; Marin, 2004) que busca traduzir como parte de interesse geral algo que só beneficiava os interesses da colonização portuguesa e no contexto atual e concretamente no caso concreto de Moatize e do Vale do Zambeze de modo geral, só beneficia de fato as corporações.

Houve mudanças de regimes e de ideologia política do estado, mas permanece uma lógica violenta, não só de relação entre o poder político e as comunidades locais, como também de expansão capitalista na região. Isso não implica que as populações afetadas tenham ou têm ocupado uma posição passiva no processo. Quer no processo de aldeamentos coloniais, quer no processo de criação das aldeias comunais e nos atuais deslocamentos compulsórios provocados pela atual política de desenvolvimento centrada nos grandes projetos, as populações atingidas desenvolveram sempre diversas ações de resistências. Porém, é preciso reconhecer que elas variam em função do nível autoritário de cada regime e do modo de dominação (Boltanski, 2013) que prevalece. As ações e as condições de possibilidade de

resistência do tempo colonial diferem das ações e das condições de possibilidade de resistência do período socialista e logicamente do período atual.

A migração para outras áreas de menor controle e interferência administrativa foi uma das estratégias de resistência aos aldeamentos coloniais no tempo colonial. No contexto atual outros repertórios são mobilizados. No caso específico das populações de Moatize, as cartas enviadas para as ONGs denunciando a violação dos seus direitos; a solicitação de encontro com órgãos governamentais para expor os problemas da comunidade; o acampamento nas instalações do governo distrital e de outras autoridades administrativas locais, o bloqueio da linha férrea de transporte de carvão mineral que passa, por exemplo, a escassos metros da comunidade de Cateme e ocupação coletiva da área de operações de extração e a consequente paralisação da produção, são algumas das ações coletivas de reivindicação desenvolvidas.

Práticas de violência e intimidação têm sido mobilizadas pela empresa para conter as ações locais de resistência, se apropriando dos aparelhos estatais de repressão. Por exemplo, uma manifestação realizada em 2013 – a comunidade de Cateme, reivindicando o cumprimento das diversas promessas feitas (acesso à água, terra fértil, energia, indenização, bens coletivos de transporte, saúde, educação etc.), bloqueou a linha férrea de transporte de carvão que passa a escassos metros da comunidade – foi violentamente reprimida pela polícia, o que reforça a prevalência de uma lógica intimidatória do governo e a empresa, de um lado, contra as comunidades afetadas, de outro, mobilizando os aparelhos estatais de repressão. Além da estratégia de controle violento das ações coletivas locais, evidências etnográficas demonstram que persistem ações de intimidação de determinados atores locais mais ativos nas ações de resistência o que tem provocado, de modo geral, um sentimento generalizado do medo, quanto a necessidade de luta mais activa em defesa dos seus direitos perversamente violados<sup>8</sup>. O ciclo persistente de deslocamentos compulsórios, a similaridade entre as práticas e os seus efeitos - apesar de significativas diferenças existentes - demonstram que na região do Vale do Zambeze e em Moatize em particular, o autoritarismo, a tutela, a intimidação, coerção e o negligenciamento dos projetos de vida, continuam estruturando as relações de poder entre o Estado e as comunidades locais.

---

<sup>8</sup>Foi comum durante o trabalho de campo ouvir palavras como: “não é para me denunciar...”; “vou te contar, mas não fala que eu é que disse...”; “tem pessoas que são levadas a noite para vila, por isso não fala meu nome...” – o que evidencia a persistência de práticas típicas do que o sociólogo Luc Boltanski (2013) denomina de uma “dominação por terror”.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A.W.B. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, L.C. (Org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-82.

ALMEIDA, A. W. B. Os deslocamentos compulsórios de índios e camponeses e a ideologia de desenvolvimento. In: MAGALHÃES, S. B.; BRITTO, R. C.; CASTRO, E. R. (Org). **Energia na Amazônia**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas, 1996. p. 467-476.

ARAÚJO, M. G. M. **Sistema de aldeias comunais em Moçambique**. Transformações na organização do espaço residencial e produtivo. 1988. 490f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal, 1988.

ARAÚJO, M. G. M. As aldeias comunais e o seu papel na distribuição territorial da população rural na República Popular de Moçambique. **Finistera**, v. 18, n. 36, p. 365-377, 1983.

BOLTANSKI, L. Sociologia da crítica, instituições e o novo modo de dominação gestonária. **Sociologia & Antropologia**, v. 03, n. 06, p. 441-463, 2013.

BORGES COELHO, J. P. Da violência colonial ordenada à ordem pós-colonial violenta: sobre um legado das guerras coloniais nas ex-colónias portuguesas. **Lusotopie**, n. 10, p. 175-193, 2003.

BORGES COELHO, J. P. State Resettlement Policies in Post-Colonial Rural Mozambique: The Impact of the Communal Village Programme on Tete Province, 1977-1982. **Journal of Southern African Studies**, v. 24, n. 01, p. 61-91, 1998.

BORGES COELHO, J. P. **Protected villages and communal villages in the Mozambican province of Tete (1968-1982): A history of state resettlement policies, development and war**. 1993. 462f. Tese (Doutorado em História) - Department of Social and Economic Studies/ University of Bradford. United Kingdom, 1993.

BORGES COELHO, J. P. **O início da luta armada em Tete, 1968-1969: a primeira fase da guerra e a reação colonial**. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 1989.

BOURDIEU, P.; SAYAD, A. A dominação colonial e o sabir cultural. **Revista de Sociologia Política**, n. 26, p. 41-60, 2006.

BRAÇO, A. D. **Pana nsanje, pana mwambo: gênero e narrativas orais do povo Sena em Moçambique**. 2017. 232f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Universidade Federal do Pará, Pará, Brasil, 2017.

CABAÇO, J. L. O. **Moçambique: identidades, colonialismo e libertação**. 2007. 475f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil, 2007.

CASAL, A. Y. **Antropologia e desenvolvimento: as aldeias comunais em Moçambique**. Lisboa: Ministério da Ciência e Tecnologia. Instituto de Investigação Científica Tropical, 1996.

CASAL, A. Y. Discurso socialista e camponeses africanos: legitimação política-ideológica da socialização rural em Moçambique (Frelimo, 1965-1984). **Revista Internacional de Estudos Africanos**, v. 14, n. 15, p. 35- 75, 1991.

CASTELO, C. Colonatos e aldeamentos no Niassa, Moçambique: processos e impactos sociais em tempo de guerra (1964-1974). **Tempo**, v. 27, n. 03, p. 478-500. 2021. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v2701>.

CASTRO, E. M.; DO CARMO, E. **Dossiê Desastres e Crimes da Mineração em Barcarena, Mariana e Brumadinho: análise crítica de políticas e práticas empresariais da mineração**,



desregulação ambiental e violação de direitos nos municípios de Barcarena (Pará), Mariana, Brumadinho (Minas Gerais) e São Luís (Maranhão). Belém: Editora NAEA, 2019.

CHIZENGA, A. P. **Os mundos que o “desenvolvimento” (des)integra**: dinâmicas do lugar induzidas pela mineração da empresa Vale S. A. em Moatize, Moçambique. 2020. 225f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020.

COUTINHO, C. A. Política mineira e a integração sociocultural e sustentável dos reassentamentos em Cateme-Moçambique: 2009-2017. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 04, n. 08, p. 95-114, 2019.

EUSÉBIO, A. J. Empresas, comunidades e conflitos: grandes projetos de mineração e conflitos ambientais em Moçambique. **Novos Cadernos NAEA**, v. 25, n. 03, p. 35-53, 2022.

EUSÉBIO, A. J. As violências das práticas empresariais: mineração, danos socioambientais e conflitos em Moatize, Vale do Zambeze, Moçambique. **Anais do Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Empresas**. v. 04, p. 505-516, 2021.

EUSÉBIO, A. J. As violências das práticas empresariais: mineração, deslocamentos compulsórios e resistências no Vale do Zambeze, Moçambique. **Revista Antropológicas** v. 31, n. 01, p. 220-248, 2020a. Disponível em: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2020.244418>.

EUSÉBIO, A. J. O paradoxo do desenvolvimento: mineração, deslocamentos compulsórios e a vida cotidiana em Cateme, Moatize, Moçambique. **Illuminuras**, v. 21, n. 54, p. 862-870, 2020b. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/1984-1191.97413>.

EUSÉBIO, A. J. Os direitos sobre os territórios: ‘comunidades locais’ e os projetos de desenvolvimento em Moçambique. **AbeÁfrica: Revista da Associação Brasileira de Estudos Africanos**, v. 03, n. 03, p. 154-177, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufjf.br/index.php/abeafrica/article/view/32071>.

EUSÉBIO, A. J.; MAGALHÃES, S. B. Neoextrativismo, violências e conflitos ambientais: o projeto Onça Puma e as estratégias empresariais de ocupação e controle do território. In: ACSELRAD, H. (Org.). **Neoextrativismo e autoritarismo**: afinidades e convergências. Rio de Janeiro: Garamond, 2022, p. 267-310.

FLORÊNCIO, F. Christian Geffray e a antropologia da guerra: ainda a propósito de *la cause des armes au Mozambique*. **Etnográfica**, v. 06, n. 02, p. 347-364, 2002.

GARDNER, K.; LEWIS, D. The anthropology of development. In: EDELMAN, M.; HAUGERUD, A. (Org.). **Anthropology, development and the post-modern challenge**. London: Pluto Press, 1996, p. 50-76.

HÉBETTE, J.; MARIN, R. E. A. Colonização e fronteira. Articulações no nível econômico e no nível ideológico. In: HÉBETTE, J. (Org.). **Cruzando a fronteira**: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia. Belém: EDUFPA, 2004, p. 75-88.

ISAACMAN, A.; ISAACMAN, B. **Dams, Displacement and the Delusion of Development**: Cahora Bassa and Its Legacies in Mozambique, 1965 - 2007 (New African Histories) (Locais do Kindle 7733-7735). Ohio University Press. Edição do Kindle, 2013.

KHOSA, U. B. K. **Entre as Memórias Silenciadas**. Maputo: Editora Alcance, 2013.

LEWIS, D. **Anthropology and development**: an uneasy relationship. London: LSE research online. 2005. Disponível em:



[http://eprints.lse.ac.uk/253/1/Anthropology\\_and\\_development\\_a\\_brief\\_overview.pdf](http://eprints.lse.ac.uk/253/1/Anthropology_and_development_a_brief_overview.pdf). Acesso em: 14 Ago. 2025.

MAGALHÃES, S. B. **Lamento e Dor**. Uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens. 2007. 278f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará em co-tutela com a École Doctorale Vivant et Sociétés da Universidade Paris 13, 2007.

MAGALHÃES, S. B. Tempo e trajetória: reflexões sobre representações camponesas. In: HÉBETTE, J. **No mar, nos rios e na fronteira: faces do campesinato no Pará**. Belém: EDUFPA, 2002, p. 233-274.

MANGHEZI, A. **Guijá, Província de Gaza 1895-1977: trabalho forçado, cultura obrigatória do algodão, o Colonato do Limpopo e reassentamento pós-independência**. Entrevistas e canções recolhidas 1979-1981. Maputo: Arquivo Histórico de Moçambique, 2003.

MARTINS, J. S. **Uma sociologia da vida cotidiana: ensaios na perspectiva de Florestan Fernandes, de Wright Mills e de Henri Lefebvre**. São Paulo, Contexto, 2014.

MATOS, E. A. C. **Desterritorialização e reterritorialização das comunidades atingidas pela exploração do carvão mineral em Moatize, Moçambique**. 2016. 296f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2016.

MOÇAMBIQUE. Governo do Distrito de Moatize. **Dados sobre 1º ponto de agenda da II Sessão Extraordinária do Governo Provincial de Tete**: ponto da situação do processo de reassentamento. Moatize: Governo Distrital de Moatize, 2015.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 31/2012 de 8 de agosto - Regulamento sobre o Processo de Reassentamento Resultante de Atividades Econômicas**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2012.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 62/2006 de 26 de dezembro - Aprova o Regulamento da Lei de Minas**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2006.

MOÇAMBIQUE. **Decreto nº 26/2004 de 20 de agosto - Regulamento Ambiental para a Atividade Mineira**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2004.

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 14/2002 de 24 de junho - Lei de Minas**. Maputo: Boletim da República de Moçambique, 2002.

OSÓRIO, C.; SILVA, T. C. **Corporações econômicas e expropriação: raparigas, mulheres e comunidades reassentadas no Distrito de Moatize**. Maputo: WILSA, 2017.

RAMOS DE CASTRO, E. Neextractivismo en la minería: prácticas coloniales y lugares de resistencia en Amazônia, Brasil. **Perfiles Económicos**, n. 5, p. 35-76, 2018.

SCHRODER, P. Antropologia do desenvolvimento: é possível falar de uma subdisciplina?. **Revista de Antropologia da USP**, v. 40, n. 02, p. 83-100, 1997.

SELEMANE, T. **Questões à volta da mineração em Moçambique**: Relatório de monitoria das atividades mineiras em Moma, Moatize, Manica e Sussundenga. Maputo: Centro de Integridade Pública (CIP), 2010.

SRA. A.P.F. MITHETHE. Moradora do bairro Mithethe: **entrevista realizada no dia 19 de março de 2016**.

SRA. F.C. MALÁBUE. Moradora do bairro Malábue: **entrevista realizada no dia 19 de março de 2016**.



THAY, A. H. Processos de liderança e tomada de decisão em Moçambique: governança de Samora Machel - 1975/1986. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 05, n. 10, p. 151-171, 2020.

THOMAZ, O. R. Escravos sem dono: a experiência social dos campos de trabalho em Moçambique no período socialista. **Revista de Antropologia da USP**, v. 51, n. 01, p. 177-214, 2008.

VEENA DAS. **Sujetos del dolor, agentes de dignidad**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia. Facultad de Ciencias Humanas: Pontificia Universidad Javeriana, Instituto Pensar, 2008.

WANDERLEY, L. J. M. Do Boom ao Pós-Boom das commodities: o comportamento do setor mineral no Brasil. **Versos – Textos para Discussão PoEMAS**, v. 01, n. 01, p. 01-07, 2017.

ZHOURI, A. Violência, memória e novas gramáticas da resistência: o desastre da Samarco no Rio Doce. **Revista Pós-Ciências Sociais**, v. 16, n. 32, p. 51-68, 2019.

ZHOURI, A. **Mineração, violências e resistências**: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil. Marabá: Editorial iGuana/ABA, 2018.

ZHOURI, A. *et al.* **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.



ARTIGO



**A INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS DESLOCADOS INTERNOS DO  
TERRORISMO DO NORTE DE MOÇAMBIQUE NO CENTRO DE  
ACOLHIMENTO DE MALICA**

***THE SOCIOECONOMIC INTEGRATION OF INTERNALLY DISPLACED PERSONS  
FROM TERRORISM IN NORTHERN MOZAMBIQUE IN THE MALICA RECEPTION  
CENTER***

***LA INTEGRACIÓN SOCIOECONÓMICA DE LAS PERSONAS DESPLAZADAS  
INTERNAMENTE POR EL TERRORISMO EN EL NORTE DE MOZAMBIQUE EN EL  
CENTRO DE ACOGIDA DE MALICA***

*Por Edinilson Mário Moises & Joaquim Miranda Maloa*

*Edinilson Mário Moises*

Licenciado em Ensino de Geografia pelo  
Instituto Superior de Desenvolvimento Rural e  
Biotecnologias da Universidade Rovuma -  
Moçambique.

Orcid: 0009-0006-1925-271X.

E-mail: edinilsonmoises03@gmail.com

*Joaquim Miranda Maloa*

Professor Auxiliar do Instituto Superior de  
Desenvolvimento Rural e Biotecnologias da  
Universidade Rovuma - Moçambique.

Orcid: 0000-0002-9277-2133.

E-mail: joaquimmaloa@gmail.com

Submetido: 20/10/2025

Aceite: 30/11/2025

Como citar: MOISÉS, Edinilson Mário;  
MALOA, Joaquim Miranda. A integração  
socioeconómica dos deslocados internos do  
terrorismo do norte de Moçambique no centro  
de acolhimento de Malica. **Boletim GeoÁfrica**,  
v. 4, n. 13, p. 128-145, jul-dez 2025.



## RESUMO

O artigo tem como objetivo compreender a *Integração socioeconómica dos deslocados do terrorismo*, tendo como foco o Centro de Acolhimento de Malica no distrito de Lichinga ao norte de Moçambique. O problema central reside na dificuldade dos deslocados em se reintegrarem numa nova realidade, marcada pela dependência da ajuda humanitária e pela escassez de oportunidades económicas. A justificativa da pesquisa baseia-se na necessidade de compreender os obstáculos e potencialidades da reintegração, visando contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes. A metodologia utilizada foi de abordagem mista (qualitativa e quantitativa), com natureza básica e carácter exploratório. Foram aplicadas entrevistas aos 2 técnicos de Instituto Nacional de Gestão de Risco de Desastres (INGD) e 21 deslocados. Os resultados indicam que os principais desafios enfrentados pelos deslocados incluem o conflito no acesso à terra para a prática de agricultura, a falta de alimentação e a ausência de oportunidades de emprego. Verificou-se ainda a fraca presença de apoio financeiro estruturado. Conclui-se que a integração socioeconómica dos deslocados exige medidas coordenadas, políticas inclusivas e investimentos em formação e emprego, de modo a garantir sua autonomia e contribuir para o desenvolvimento local.

**Palavras-chave:** Deslocados. Integração socioeconómica. Terrorismo. Centro de Acolhimento.

## ABSTRACT

The article aims to understand the socioeconomic integration of people displaced by terrorism, focusing on the Malica Reception Center in the Lichinga district in northern Mozambique. The central problem lies in the difficulty of displaced people in reintegrating into a new reality, marked by dependence on humanitarian aid and a lack of economic opportunities. The justification for the research is based on the need to understand the obstacles and potential for reintegration, aiming to contribute to the formulation of more effective public policies. The methodology used was a mixed approach (qualitative and quantitative), with a basic and exploratory nature. Interviews were conducted with 2 technicians from the National Institute for Disaster Risk Management (INGD) and 21 displaced people. The results indicate that the main challenges faced by displaced people include conflict in access to land for farming, lack of food and lack of employment opportunities. The presence of structured financial support was also weak. It is concluded that the socioeconomic integration of displaced persons requires coordinated measures, inclusive policies and investments in training and employment, in order to guarantee their autonomy and contribute to local development.

**Keywords:** Displaced persons. Socioeconomic integration. Terrorism. Reception center.

## RESUMEN

El artículo tiene como objetivo comprender la integración socioeconómica de las personas desplazadas por el terrorismo, centrándose en el Centro de Recepción de Malica en el distrito de Lichinga en el norte de Mozambique. El problema central radica en la dificultad que tienen las personas desplazadas para reintegrarse a una nueva realidad, marcada por la dependencia de la ayuda humanitaria y la falta de oportunidades económicas. La justificación de la investigación se basa en la necesidad de comprender los obstáculos y potencialidades de la reintegración, con el objetivo de contribuir a la formulación de políticas públicas más efectivas. La metodología utilizada fue una mixta (cualitativa y cuantitativa), de carácter básico y exploratorio. Se realizaron entrevistas a 2 técnicos del Instituto Nacional de Gestión del Riesgo de Desastres (INGD) y 21 personas desplazadas. Los resultados indican que los principales desafíos que enfrentan las personas desplazadas incluyen el conflicto por el acceso a la tierra para la agricultura, la falta de alimentos y la falta de oportunidades de empleo. También hubo una débil presencia de apoyo financiero estructurado. Se concluye que la integración socioeconómica de las personas desplazadas requiere medidas coordinadas, políticas inclusivas e inversiones en formación y empleo, para garantizar su autonomía y contribuir al desarrollo local.

**Palabras clave:** Desplazados. Integración socioeconómica. Terrorismo. Centro de recepción.



## INTRODUÇÃO

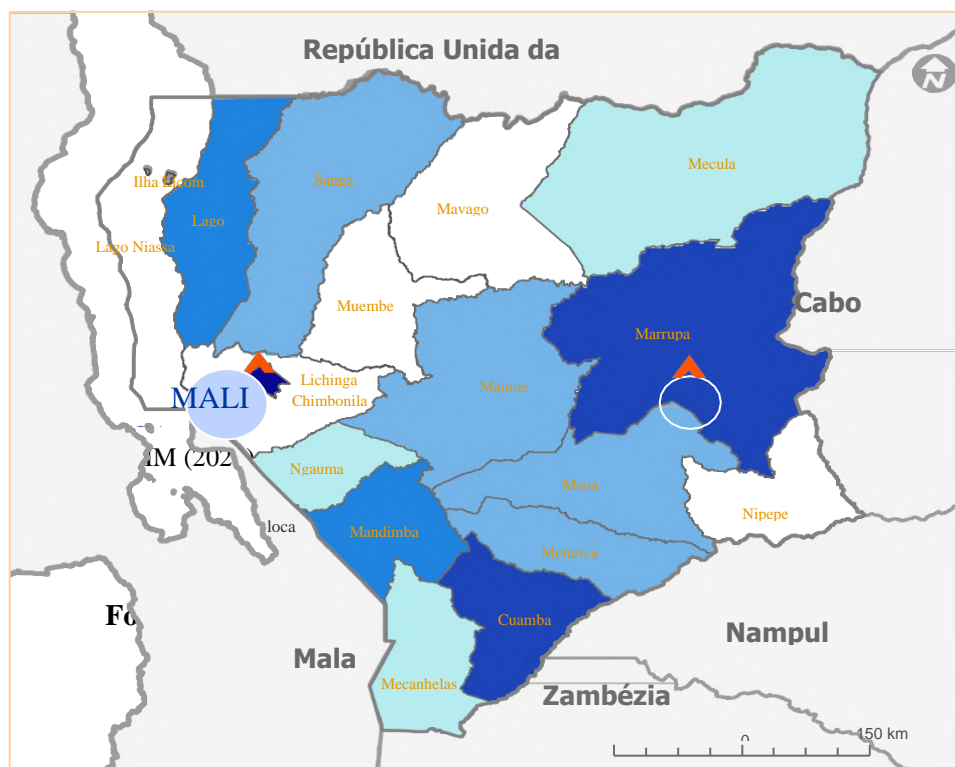
O Centro de Acolhimento de Malica, localizado no distrito de Lichinga, ao norte de Moçambique, foi criado para atender vítimas do terrorismo perpetrado pelo grupo “Al Shabaab” na província de Cabo Delgado, que provocou deslocamentos massivos de populações civis em busca de refúgio e segurança (Chichava, 2020; Feijó *et. al.*, 2022; Chingotuane *et. al.*, 2021). Essas pessoas passaram a ser designadas como deslocados internos, definidos como indivíduos ou grupos forçados a abandonar suas residências em decorrência de conflitos armados, violência generalizada, violações de direitos humanos ou calamidades humanas ou naturais (Ohchr, 2019, *apud* Raquel, 2019). Ao serem realocados em centros como o de Malica, os deslocados internos enfrentam inúmeros desafios para reconstruir suas vidas, incluindo a integração social e econômica em novos contextos. Tal cenário evidencia a importância das políticas públicas, das redes de apoio comunitário e da capacidade local em acolher, incluir e promover o bem-estar sustentável dessas populações vulneráveis.

O problema central deste estudo reside na constatação de que, apesar dos esforços institucionais e comunitários, os deslocados enfrentam dificuldades significativas na reinserção socioeconômica, comprometendo seu desenvolvimento e o das comunidades de acolhimento. Nesse contexto, surge a seguinte questão de pesquisa: até que ponto as estratégias adotadas em centros como o de Malica têm sido eficazes na promoção de uma integração socioeconômica duradoura e digna? Essa problemática relaciona-se diretamente com as limitações financeiras do Governo em financiar ações humanitárias. O estudo busca compreender como o Governo, apesar das restrições orçamentárias, integra as vítimas do terrorismo, considerando que o conhecimento dessas dinâmicas é fundamental para aprimorar políticas de acolhimento e reintegração. Assim, o objetivo geral da pesquisa é analisar os mecanismos de integração socioeconômica dos deslocados acolhidos em Malica. Os objetivos específicos incluem: (i) identificar os principais desafios enfrentados no processo de integração; (ii) descrever as ações institucionais e comunitárias voltadas ao apoio aos deslocados; e (iii) propor estratégias que possam contribuir para uma reintegração mais eficaz e sustentável. Para tanto, adotou-se uma abordagem mista, permitindo a combinação de dados quantitativos e qualitativos. A amostra foi composta por 23 participantes, sendo 21 deslocados e 2 técnicos do Instituto Nacional de



Gestão de Risco de Desastres (INGD). A pesquisa foi realizada na localidade de Malica, situada no distrito de Lichinga, província do Niassa. Trata-se do maior centro de acolhimento da região, localizado ao norte da fronteira com o Posto Administrativo de Maniamba, no distrito de Lago e Sanga; ao sul, limita-se com o Posto Administrativo de Lussanhando; e a oeste, com os distritos de Sanga e a localidade de Meponda.

Mapa 1. Localização do Centro de Acolhimento de Malica



Fonte: OIM (2021).

Este artigo está estruturado em três (3) partes: Na primeira parte, a introdução: apresenta o contexto do estudo, abordando o surgimento do Centro de Acolhimento de Malica e a chegada dos deslocados internos devido ao terrorismo em Cabo Delgado. Explica o problema central da pesquisa, o objetivo- geral e específicos, a relevância do estudo e a metodologia adotada, incluindo a amostra e a delimitação geográfica. Na segunda parte explora os fatores que promovem a integração socioeconômica dos deslocados no Centro de Acolhimento de Malica, dando ênfase a análise dos elementos que favorecem a integração dos deslocados, como apoio financeiro, social, acesso à terra, agricultura e geração de renda. Examina dados



sobre subsistência, autonomia econômica, práticas culturais e tensões comunitárias, evidenciando tanto os recursos disponíveis quanto as limitações estruturais e na Terceira e última parte, explora os principais obstáculos enfrentados pelos deslocados na reintegração social e econômica, como insegurança alimentar, dificuldades de acesso a serviços básicos, escassez de emprego e conflitos com a comunidade local. Apresenta reflexões sobre a insuficiência das políticas públicas atuais e propõe estratégias de atuação conjunta entre governo, sociedade civil e parceiros humanitários para promover a inclusão, autonomia e dignidade dos deslocados.

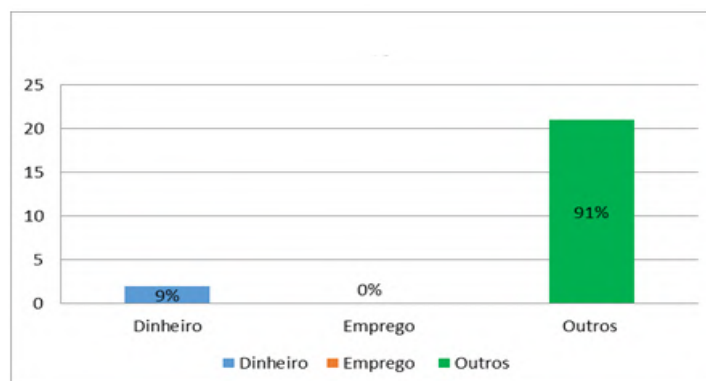
### **OS FACTORES QUE PROMOVEM A INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS DESLOCADOS NO CENTRO DE ACOLHIMENTO DE MALICA**

Integrar significa, em português corrente, “tornar inteiro”. No campo da sociologia, o termo integração é utilizado em sentido semelhante, referindo-se ao conjunto de processos que constituem uma sociedade a partir da articulação de suas componentes, sejam elas indivíduos, organizações ou instituições. Essa articulação é dinâmica e nunca está totalmente concluída, de modo que qualquer sociedade pode colapsar caso haja a separação das partes que a constituem (Pires, 2012).

No contexto da integração socioeconômica, essa concepção envolve diversas dimensões, como o apoio financeiro, a assistência social, o acesso a fontes de renda, a disponibilidade de terra para cultivo e a valorização das potencialidades locais, especialmente considerando que a agricultura constitui a base da economia rural em Moçambique.

Os dados indicam que apenas 9% dos deslocados recebem algum tipo de apoio financeiro, enquanto a maioria (91%) depende de outras formas de assistência. Esses números evidenciam limitações econômicas significativas, que dificultam tanto a subsistência quanto a efetiva integração socioeconômica dessas populações

Gráfico 1. Forma de Apoio financeiro que os deslocados estão sujeitos

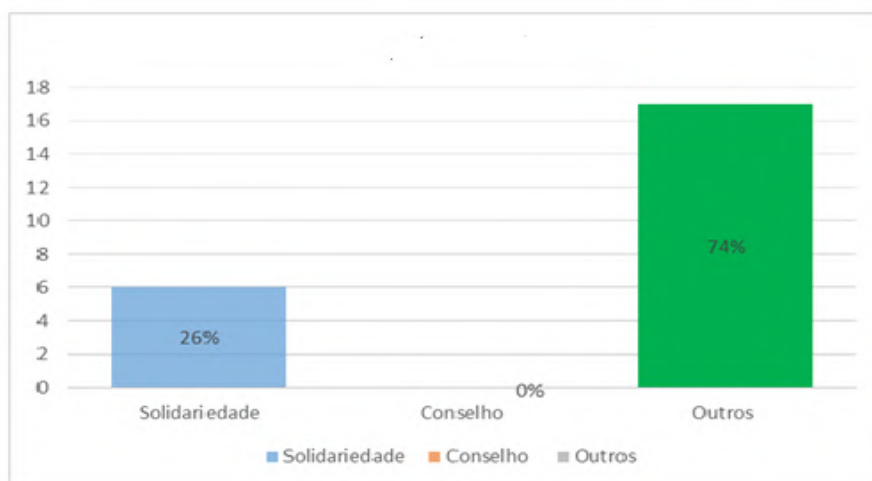


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

De acordo com os dados apresentados, o fraco apoio financeiro reforça a precariedade e a dependência crônica da ajuda humanitária, contribuindo para a exclusão social, conforme apontam Zetter (2022) e Kibreab (2004). Nesse sentido, Kelley (2021) destaca que o acesso ao trabalho e à geração de renda é essencial para restaurar a dignidade e reduzir a vulnerabilidade; contudo, em Malica, tal acesso torna-se inviável diante da escassez de recursos financeiros. A ausência de apoio compromete o acesso a emprego, serviços básicos e oportunidades de geração de renda, elementos centrais para uma integração eficaz, segundo Ager e Strang (2008). Estudos recentes, como os de Caetano et al. (2022a), demonstram que essa carência limita iniciativas produtivas e agrava a insegurança alimentar. Assim, os dados reforçam a crítica à ausência de políticas públicas eficazes voltadas à autonomia dos deslocados. Para assegurar sua reintegração social e econômica, torna-se urgente a implementação de programas locais de transferência de renda, microcrédito e incentivo a pequenos negócios, uma vez que a falta de apoio financeiro ameaça diretamente a dignidade humana.



Gráfico 2. Forma de apoio social que os deslocados estão sujeitos

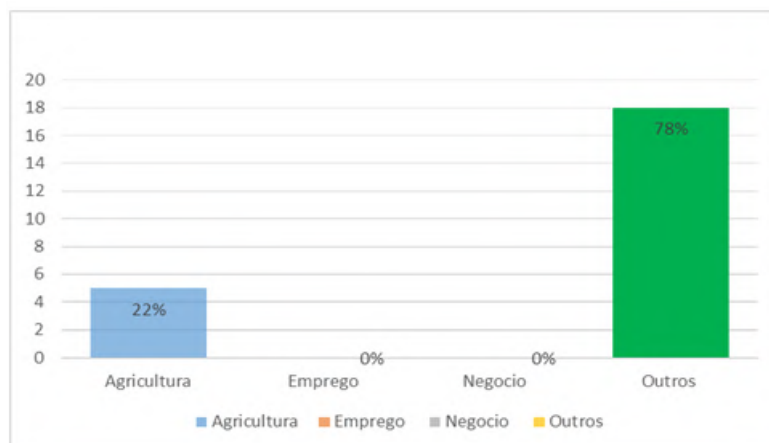


Fonte: Fonte: Moisés; Maloa (2025).

No âmbito da análise dos fatores que influenciam a integração socioeconômica dos deslocados, a pesquisa investigou a percepção dos beneficiários em relação ao apoio social recebido. Os dados indicam que 26% dos entrevistados relataram receber assistência de organizações humanitárias, enquanto 74% acessam outras formas de apoio social, evidenciando a diversidade de mecanismos de auxílio nos centros de reassentamento. Esses resultados corroboram Assane Uaniheque e Roaneque (2023), que destacam que a ajuda humanitária tem como objetivos aliviar o sofrimento, preservar a dignidade, salvar vidas e garantir serviços básicos essenciais.

No entanto, observações de campo revelaram uma carência significativa de assistência médica e problemas relacionados à segurança alimentar, sugerindo que o apoio disponível ainda é insuficiente para assegurar condições mínimas de sobrevivência e dignidade. A pesquisa também investigou as fontes de sustento dos deslocados, constatando que 26% dependem da agricultura, enquanto 74% recorrem a outras formas de renda, evidenciando a heterogeneidade das estratégias de sobrevivência adotadas pelos beneficiários.

Gráfico 3. Actividade rentável dos deslocados no Centro de Acolhimento de Malica

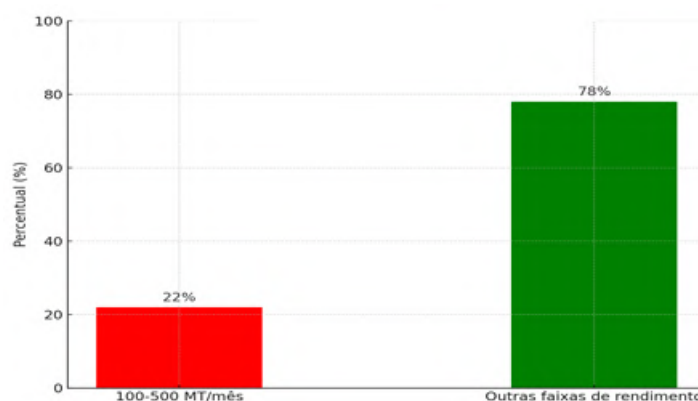


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

A investigação sobre as fontes de renda dos deslocados revelou que apenas 26% obtêm sustento por meio da agricultura, enquanto 74% dependem de outras atividades. Apesar de limitada, a prática agrícola desempenha um papel significativo não apenas como meio de sobrevivência, mas também como elemento de reconstrução identitária, cultural e simbólica. Muitos deslocados provêm de zonas rurais, onde a agricultura já constituía um eixo central de seus modos de vida, tornando seu engajamento atual uma expressão de resiliência e continuidade cultural (Caetano et al., 2022b; Gonçalves, 2009).

Entretanto, o reduzido número de deslocados envolvidos na atividade agrícola evidencia a falta de acesso à terra, insumos e assistência técnica, agravada pela ausência de políticas públicas eficazes (Chihanhe; Mananze; Machava, 2022). Essa limitação compromete a segurança alimentar e a geração de renda sustentável. A dependência de fontes alternativas e informais de renda, observada em 74% dos casos, reforça a precariedade do sistema de acolhimento, levando muitos deslocados a recorrer a estratégias de sobrevivência instáveis (Kelley, 2021).

Gráfico 4. Renda mensal dos deslocados no Centro de Acolhimento de Malica

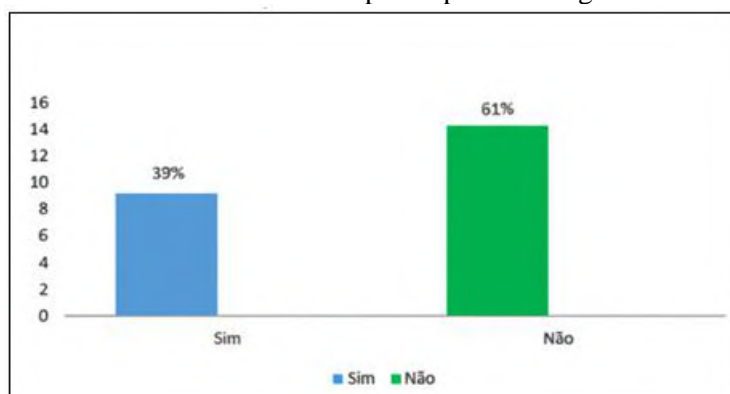


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

A análise da renda mensal dos deslocados no Centro de Malica evidencia um cenário de extrema precariedade: 22% vivem com valores entre 100 MT e 500 MT, enquanto os demais apresentam rendimentos variados, refletindo a diversidade e a gravidade das condições econômicas enfrentadas. Tal situação evidencia a ausência de apoio financeiro consistente, dificultando o acesso a necessidades básicas, transporte e ao mercado formal, o que aumenta a dependência de ajuda humanitária instável (Caetano et al., 2022a). A baixa renda configura-se, portanto, como um obstáculo direto à subsistência digna e à autonomia dos deslocados.

Segundo Kelley (2021), a renda constitui um fator essencial para a integração social, ao possibilitar o acesso à habitação, saúde, educação e emprego. Contudo, em Malica, essa integração é comprometida pela escassez de oportunidades laborais, pela ausência de documentação e pela insuficiência de apoio institucional. Gonçalves (2009) destaca a formação profissional como um caminho para a inserção socioeconômica, mas tal medida ainda não se mostra efetiva neste contexto. Hatton (2017) acrescenta que os estigmas sociais e a origem socioeconômica desfavorável dos deslocados dificultam sua inclusão. Assim, sem intervenções estruturais — como acesso à terra, capacitação técnica e políticas públicas direcionadas, a exclusão e a vulnerabilidade social tendem a se perpetuar.

Gráfico 5. Acesso à terra para a prática de agricultura

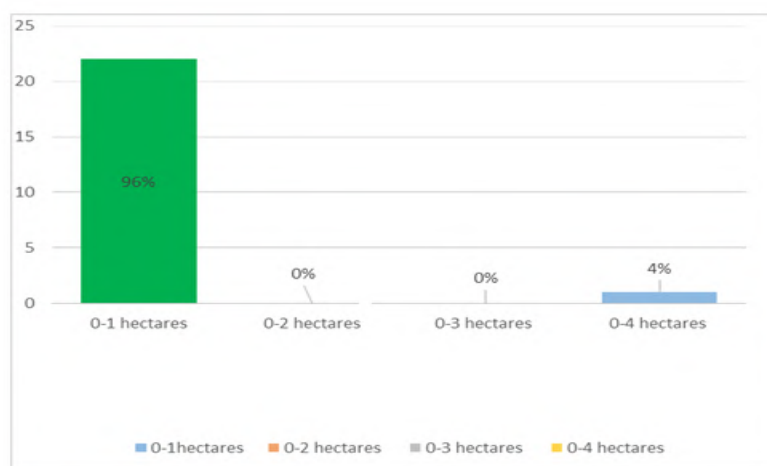


Fonte: Moisés; Maloa (2025).

A investigação sobre o acesso à terra para a prática agrícola entre os deslocados revelou um quadro preocupante: apenas 39% dos inquiridos possuem acesso a terras agrícolas, enquanto 61% não dispõem desse recurso essencial. Essa limitação constitui um dos principais entraves à autonomia alimentar dessas populações, dificultando a reconstrução de suas vidas e a reintegração social (Caetano et al., 2022b; Chihanhe; Mananze; Machava, 2022). O acesso à terra é fundamental para que os deslocados possam produzir seus próprios alimentos e gerar renda, reduzindo a dependência das organizações humanitárias e garantindo sua dignidade (Kelley, 2021). Além disso, o estudo demonstra que a maioria dos deslocados (96%) dispõe de pequenas áreas cultiváveis entre 0 e 1 hectare, enquanto apenas 4% têm acesso a terrenos maiores. Em um país onde a agricultura familiar constitui a principal fonte de subsistência para 95% da população, a ausência de políticas eficazes que garantam o acesso à terra compromete de forma significativa a segurança alimentar e o futuro dessas famílias (Gonçalves, 2009; Caetano et al., 2022b).

Negar o acesso à terra equivale a condenar os deslocados à miséria e à fome, evidenciando a urgência de medidas que assegurem esse direito básico, garantindo a sobrevivência e a dignidade dessas comunidades.

Gráfico 6. Dimensão das áreas de cultivo (Machamba)



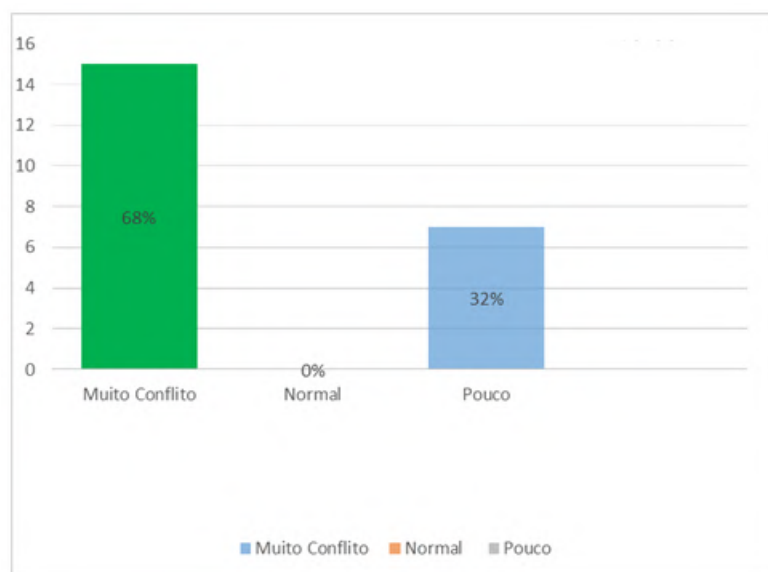
Fonte: Moisés; Maloa (2025).

Os dados indicam uma limitação significativa nos espaços de produção agrícola disponibilizados aos deslocados, comprometendo sua capacidade de gerar renda e garantir a própria subsistência. A maior parte das famílias deslocadas possui áreas muito reduzidas para cultivo, sendo que apenas 4% dispõem de terrenos entre 0 e 4 hectares, valor considerado mínimo para assegurar uma produção agrícola economicamente viável. A concessão de até 1 hectare poderia viabilizar o cultivo de alimentos para consumo próprio e a comercialização de excedentes, contribuindo para a recomposição da economia familiar, o acesso a produtos básicos e a transição gradual da dependência de ajuda humanitária para a autonomia financeira e alimentar.

Segundo Ager e Strang (2008), o acesso à terra, à moradia, à educação e ao emprego é essencial para a integração social dos deslocados, e a escassez desses recursos compromete severamente sua inclusão. Gonçalves (2009) enfatiza que a prática agrícola desempenha papel central na autoestima e independência dos deslocados, enquanto Chihanhe, Mananze e Machava (2022) apontam que a agricultura familiar sustenta aproximadamente 95% da população rural moçambicana. Nesse contexto, a ausência de políticas públicas eficazes de reassentamento e distribuição de terra compromete diretamente a segurança alimentar, a dignidade e o processo de reconstrução das famílias deslocadas no Centro de Malica.



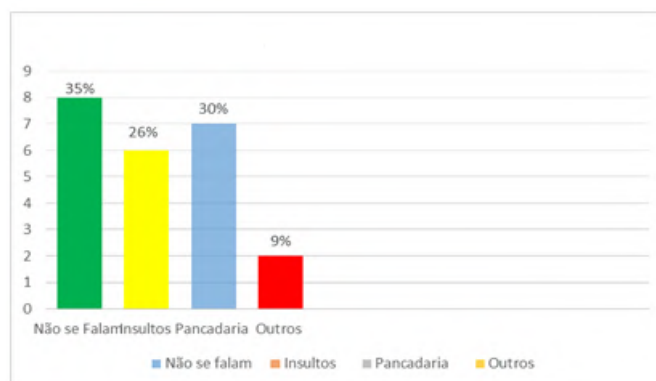
Gráfico 7. Conflito com a comunidade local no acesso a terras para a prática de agricultura.



Fonte: Moisés; Maloa (2025).

Os dados indicam que 68% dos deslocados enfrentam conflitos com a comunidade local no acesso à terra destinada à agricultura, evidenciando uma disputa por recursos fundiários. Esse cenário é intensificado pela pressão crescente sobre a terra em distritos que acolhem grandes contingentes de vítimas do terrorismo, onde a população local frequentemente se opõe à cedência de terrenos. Conforme Artur (2024), o acesso à terra constitui um fator gerador de conflitos, especialmente em áreas em que os recursos já eram escassos para as famílias anfitriãs

Gráfico 8. Tipos de conflitos existentes no Centro de Acolhimento de Malica.



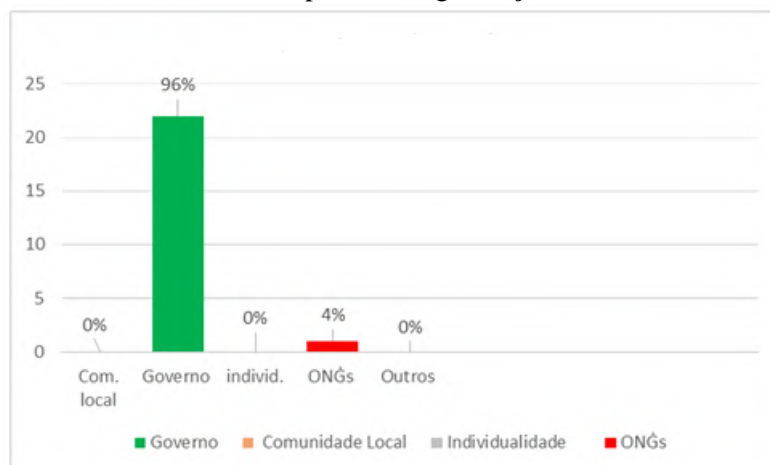
Fonte: Moisés; Maloa (2025).

A investigação realizada no Centro de Acolhimento de Malica identificou diferentes tipos de conflitos entre os residentes, sendo os mais frequentes o silêncio relacional (35%), seguido de agressões físicas (30%) e insultos (26%), enquanto uma minoria (9%) foi classificada como "outros". Esses conflitos, embora nem sempre explícitos, refletem tensões latentes entre deslocados e moradores locais, agravando o ambiente social do centro. A diversidade das formas de conflito indica problemas que transcendem o nível interpessoal, evidenciando condições estruturais desfavoráveis que contribuem para a instabilidade e dificultam a coesão social.

Conforme Mosca et al. (2024), fatores como pobreza persistente, exclusão socioeconômica, desigualdade e disputas por terra, especialmente em zonas rurais, alimentam essas tensões. A convivência forçada por mais de quatro anos em um mesmo espaço demonstra que os conflitos não são pontuais, mas resultado de uma conjuntura histórica e estrutural. Diante disso, a gestão dos centros de acolhimento deve ir além da prestação de assistência material, incorporando ações de mediação comunitária, fortalecimento de vínculos sociais e promoção do diálogo intercultural, como estratégias para prevenir a violência e fomentar a integração pacífica entre os grupos residentes.



Gráfico 9. Dimensão de apoio das organizações estatais e não estatais.



Fonte: Moisés; Maloa (2025).

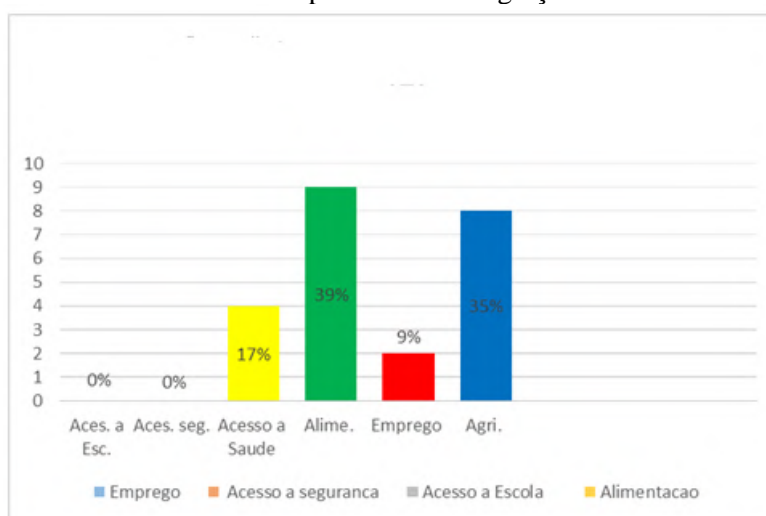
Os dados indicam que o apoio aos deslocados internos em Moçambique é majoritariamente providenciado pelo governo, que responde por 96% da assistência, enquanto as organizações não governamentais (ONGs) contribuem com apenas 4%, sendo nula a participação direta da comunidade e de indivíduos. Essa concentração evidencia a forte presença estatal na resposta à crise, em conformidade com a Resolução n.º 42/2021, a qual estabelece diretrizes nacionais para a gestão dos deslocamentos internos, reconhecendo a complexidade do problema e propondo estratégias como reassentamento, provisão de habitação, acesso à terra e implementação de infraestruturas sociais essenciais (GOVERNO DE MOÇAMBIQUE, 2021).

Apesar dessas iniciativas, persistem desafios significativos, incluindo a sobrecarga dos serviços públicos nas comunidades de acolhimento, problemas ambientais e deficiências nos sistemas de saneamento. Em complemento aos esforços governamentais, o Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres (INGD), em parceria com instituições locais e internacionais, tem desenvolvido projetos voltados para soluções sustentáveis para os deslocados, com especial atenção às vítimas do terrorismo em Cabo Delgado. Tais ações reforçam a necessidade de uma resposta coordenada e multissetorial, capaz de assegurar a reintegração digna, sustentável e estável dessas populações (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022; Chingotuane et al., 2021).

## DESAFIOS DE INTEGRAÇÃO SOCIOECONÓMICA DOS DESLOCADOS

Com o objetivo de compreender os principais desafios enfrentados pelos deslocados no processo de integração socioeconômica, foi formulada uma questão específica dirigida aos inquiridos do Centro de Acolhimento de Malica. A análise das respostas revelou uma diversidade de percepções, refletindo a visão dos próprios deslocados sobre os obstáculos mais significativos à sua reintegração social e econômica. As informações coletadas foram sistematizadas e apresentadas graficamente, permitindo uma análise detalhada das percepções quanto ao acesso ao emprego, à terra para agricultura, aos serviços de saúde e à segurança alimentar (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022; Chingotuane et al., 2021).

Gráfico 10. Desafios no processo de integração socioeconômica



Fonte: Moisés; Maloa (2025).

Os dados analisados indicam que a alimentação constitui o principal desafio enfrentado pelos deslocados, afetando 39% deles, resultado da escassez de alimentos e da forte dependência da ajuda humanitária (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022). Este problema está intimamente relacionado à dificuldade de acesso à terra para a prática agrícola, impactando 35% dos deslocados, evidenciando uma barreira estrutural à autonomia alimentar. O acesso aos serviços de saúde também se apresenta como desafio, atingindo 17% dos deslocados, em função da limitada disponibilidade e qualidade desses serviços. Já o emprego, com 9%, é marcado por restrições legais, discriminação e falta de qualificação, contribuindo para a exclusão dessa população do mercado de trabalho formal (Kelley, 2021; Caetano et al., 2022b).



A insegurança alimentar é agravada pela escassez de terras cultiváveis e pelos conflitos relacionados à sua ocupação, refletindo desafios históricos enfrentados desde a independência (Manjate, 2020). A saúde é essencial para o bem-estar e produtividade, porém o acesso limitado compromete a qualidade de vida dos deslocados. O emprego, por sua vez, é fundamental para restaurar a dignidade, desenvolver habilidades e garantir autonomia, sendo a escassez de oportunidades responsável por aprofundar a pobreza e a exclusão social (Kelley, 2021). Como destacam Caetano et al. (2022b), a falta de terra e de apoio técnico e financeiro constitui um obstáculo significativo ao exercício de atividades geradoras de renda para subsistência.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada no Centro de Acolhimento de Malica evidencia que os deslocados enfrentam desafios socioeconômicos significativos, com destaque para a insuficiência de apoio financeiro, acesso limitado à terra e insegurança alimentar. A prática agrícola, embora considerada a principal fonte de subsistência, é limitada pelas pequenas dimensões das machambas e pela escassez de recursos produtivos. Apenas 9% dos deslocados recebem algum tipo de apoio financeiro, enquanto a maioria depende do governo ou de formas incertas de assistência (Chichava, 2020; Feijó et al., 2022). Essas condições refletem a fragilidade estrutural da integração socioeconômica, demandando atenção urgente das autoridades e parceiros sociais.

Além das questões econômicas, os deslocados enfrentam dificuldades no acesso a serviços essenciais, como saúde, educação e habitação adequada. Conflitos com as comunidades locais pelo uso da terra intensificam a vulnerabilidade e dificultam a convivência pacífica. Tais tensões, manifestadas por meio de insultos, isolamento social e agressões, indicam que o acolhimento, embora necessário, ainda não promove inclusão social efetiva. A ausência de políticas públicas consistentes contribui para a perpetuação da exclusão, limitando as possibilidades de reconstrução de vidas com dignidade (Mosca et al., 2024).

Diante desse cenário, torna-se necessária uma atuação articulada entre o governo, a sociedade civil e os parceiros humanitários, visando soluções sustentáveis para os deslocados. Entre as estratégias propostas destacam-se: garantia de acesso seguro à terra, apoio à agricultura sustentável, capacitação profissional e promoção de políticas públicas inclusivas.



A mediação comunitária e o fortalecimento da coesão social também são medidas fundamentais para reduzir conflitos e fomentar a convivência harmoniosa (Ager; Strang, 2008).

Portanto, os principais desafios enfrentados pelos deslocados em Malica incluem insegurança alimentar, desemprego, acesso precário à saúde e limitações na prática agrícola. As intervenções existentes ainda se mostram insuficientes, tornando imprescindível o reforço de estratégias de apoio que garantam condições de vida dignas e sustentáveis. A participação ativa da população deslocada, por meio de cooperativas, grupos de apoio e capacitações, aliada ao fortalecimento das ações da sociedade civil, representa um caminho promissor para promover a integração socioeconômica e a recuperação da dignidade das comunidades afetadas pelo terrorismo em Cabo Delgado.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGER, A.; STRANG, A. Understanding integration: a conceptual framework. **Journal of Refugee Studies**, v. 21, n. 2, p. 166–191, 2008.

ARTUR, L. **Deslocados climáticos e conflitualidades em Moçambique**. Maputo: Observatório do Meio Rural, 2024.

ASSANE, A.; ROANEQUE, N.; UANIHEQUE, W. **O contributo da ajuda humanitária aos deslocados do conflito armado em um centro de reassentamento na região norte de Moçambique**. 2023. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/699990189/O-contributo-da-ajuda-humanitaria-aos-deslocados-do-conflito-armado-em-um-centro-de-reassentamento-na-regiao-norte-de-Mocambique>. Acesso em: 25 dez. 2025.

BOLETIM DA REPÚBLICA. Resolução n.º 42/2021, de 8 de setembro. **Política e Estratégia de Gestão de Deslocados Internos (PEGDI)**. Moçambique, 2021.

CAETANO, J.; ATUMANE, A.; ULAIA, R.; MASSENA, P. F.; GERENTE, B.; RHONGO, D.; MIGUEL, D. Integração socioeconómica dos deslocados, vítimas do terrorismo em Cabo Delgado: um olhar sobre os projectos de geração de renda para auto-sustentabilidade das famílias deslocadas. **Revista Eletrónica de Investigação e Desenvolvimento (REID)**, 2022a, p. 1–17. DOI: <https://doi.org/10.70634/reid.v2i13.172>.

CAETANO, J.; ATUMANE, A.; ULAIA, R.; MASSENA, F.; GERENTE, B.; RHONGO, D.; CHIHANHE, A.; MANANZE, Á.; MACHAVA, P. Agricultura familiar e sustento rural em Moçambique. **Revista de Desenvolvimento Rural**, v. 8, n. 1, p. 45–62, 2022b.

CHICHAVA, S. **Os primeiros sinais do ‘Al Shabaab’ em Cabo Delgado**: algumas histórias de Macomia e Ancuabe. Maputo: IESE, 2020.

CHINGOTUANE, E.; SIDUMO, E.; HENDRICKS, C.; NIEUWKERK, A. **Strategic options for managing violent extremism in Southern Africa**: the case of Mozambique. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung, 2021.



FEIJÓ, J.; MAQUENZI, J.; SALITE, D.; KIRSHNER, J. Caracterização das condições socioeconómicas dos deslocados internos no norte de Moçambique ao longo do ano de 2021. **Observador Rural**, n. 127, ago. 2022.

GONÇALVES, O. **Migrações e desenvolvimento**. Porto: CEPESSE; Fronteira do Caos Editores, 2008.

KELLEY, N. **Pessoas forçadas a se deslocar: história, mudanças e desafios**. Canadá: ACNUR, 2021.

KIBREAB, G. Pulling the wool over the eyes of the strangers: refugee deceit and trickery in institutionalized settings. **Journal of Refugee Studies**, v. 17, n. 1, p. 1–26, mar. 2004. DOI: <https://doi.org/10.1093/jrs/17.1.1>.

MOSCA, L.; ABBAS, M.; FEIJÓ, M. **Fatores de conflitualidade em Moçambique**. Maputo: Instituto de Estudos de Segurança/OMR, 2024.

PIRES, Rui Pena - O problema da integração. **Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**, Vol. XXIV, 2012, p. 55-87.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL PARA AS MIGRAÇÕES (OIM). **Estratégia Nacional da OIM para Moçambique: avaliação multi-setor de locais**, Roda 5, Niassa. Maputo: OIM, 2021.

RAQUEL, A. O deslocado interno como conceito: da formação de uma categoria às implicações do termo. **Revista Neiba, Cadernos Argentina-Brasil**, v. 8, p. 1–14, 2019. DOI: <10.12957/neiba.2019.41867>.

ZETTER, R. **Protection in crisis: forced migration and protection in a global era**. Washington, DC: Migration Policy Institute, 2022. Disponível em: <https://www.migrationpolicy.org/research/protection-crisis-forced-migration>. Acesso em: 25 dez. 2025.



## ÁFRICAS NA PÓS-GRADUAÇÃO



A sessão *Áfricas na Pós-Graduação* apresenta resultados de pesquisas de Mestrado e Doutorado recém-concluídos cujas temáticas, linhas de abordagem, procedimentos metodológicos e/ou contribuição teórico-conceitual são considerados relevantes. Hagira Naide Gelo Machute, pesquisadora convidada neste número, desenvolveu uma pesquisa de doutorado intitulada “*Governança da Água e o Equilíbrio de Poder na Gestão de Águas Transfronteiriças: o caso da Bacia do Rio Incomáti na África Austral*”.

*Hagira Naide Gelo Machute*

Doutora em Geografia na Universidade Pedagógica, Maputo, Moçambique.

<https://orcid.org/0000-0002-1488-8894>

<http://lattes.cnpq.br/6281365751273611>,

[hagiranaidegelo@gmail.com](mailto:hagiranaidegelo@gmail.com)

146



Como citar

GELO MACHUTE, Hagira N. Áfricas na pós-graduação. Entrevista de Hagira Naide Gelo Machute, **Boletim GeoÁfrica**, v.4. n. 13. p. 146-151, 2025.

**Sobre a pesquisadora:** Hagira Naide Gelo Machute é licenciada em Relações Internacionais e Diplomacia (2009) pelo Instituto Superior de Relações Internacionais, Mestre em Gestão Ambiental (2016) pela Universidade Pedagógica e Doutora em Geografia pela Universidade Pedagógica (2024). Atualmente docente na Escola Superior de Ciências Náuticas (Maputo), onde leciona disciplinas ligadas à Sociologia das Organizações, Impacto Ambiental e Segurança. No âmbito académico, desenvolveu estudos e pesquisas sobre hidropolítica, integração regional, justiça ambiental, desigualdades estruturais e mudanças climáticas. Tem participado em conferências nacionais e internacionais, com publicações em revistas e capítulos de livros sobre governança de recursos naturais e políticas públicas no contexto africano.

**Tese de Doutorado:** GELO MACHUTE, Hagira Naide. 2025. *Governança da Água e o Equilíbrio de Poder na Gestão de Águas Transfronteiriças: o caso da Bacia do Rio Incomáti na África Austral*. Tese (Doutorado) Universidade Pedagógica de Maputo, Faculdade de Ciências da Terra e Ambiente, Maputo, Moçambique, 2024.



## Resumo da Tese

A tese investigou a relação entre governança da água e dinâmicas de poder na gestão da bacia hidrográfica do rio Incomáti, partilhada por Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatíni. A pesquisa parte da premissa de que os interesses geopolíticos estratégicos dos Estados ribeirinhos, os legados coloniais e os projetos de desenvolvimento regional na África Austral moldam os conflitos e os arranjos institucionais para a cooperação transfronteiriça em torno dos recursos hídricos. A análise centrou-se nas mudanças nos arranjos de poder desde o Acordo de Nkomati de 1984 até à criação do Comité Técnico Permanente Tripartido em 2002, identificando três fases da hidropolítica na bacia: a fase da desconfiança e hegemonia sul-africana (1980s), a fase da integração e desenvolvimento conjunto (décadas de 1990-2000), e a fase da gestão partilhada sob o paradigma do desenvolvimento sustentável (pós-2000). Metodologicamente, a investigação recorreu à análise qualitativa baseada em entrevistas semiestruturadas com 17 especialistas dos três países, análise documental de tratados e legislação nacional, e aplicação do referencial teórico da hidro-hegemonia. A pesquisa demonstra que a África do Sul exerce uma hegemonia histórica e estrutural na gestão da bacia, mas há momentos de contra-hegemonia protagonizados por Moçambique e pela sociedade civil, especialmente durante negociações no âmbito da SADC. A tese concluiu que a gestão da bacia do rio Incomáti reflete um paradoxo entre hegemonia e cooperação, em que a retórica da integração regional e do desenvolvimento sustentável coexiste com assimetrias de poder e influência de interesses externos, como financiadores internacionais. A institucionalização de um modelo de governança mais equitativo e transparente requer reforço das capacidades nacionais, maior inclusão das comunidades locais e revisão crítica dos marcos legais e políticos existentes.

### *Qual a relevância da pesquisa?*

A presente pesquisa é relevante por oferecer uma análise crítica e inovadora sobre as dinâmicas de poder e cooperação na gestão dos recursos hídricos transfronteiriços na África Austral, com foco na bacia do rio Incomáti, partilhada por Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatíni. Num contexto marcado pela escassez hídrica, desigualdade no acesso à água e pressões do desenvolvimento regional, a tese contribui para:



- Compreender os legados coloniais e geopolíticos que moldam as atuais relações entre os Estados ribeirinhos, revelando como a posição estratégica da África do Sul influenciou a distribuição do poder hidropolítico na bacia.
- Analisar o papel das instituições regionais e nacionais na promoção (ou limitação) da governança partilhada da água, destacando avanços como a criação do Tripartite Permanent Technical Committee e fragilidades como a fraca implementação do Protocolo Revisado da SADC.
- Dar visibilidade à sociedade civil e atores locais, frequentemente marginalizados nos estudos sobre governança hídrica, mas fundamentais para a legitimação de práticas sustentáveis e justas de gestão da água.
- Propor caminhos para uma gestão integrada e equitativa, que alie interesses nacionais, ambientais e de segurança hídrica, promovendo maior cooperação regional, especialmente num contexto de mudanças climáticas e expansão de infraestruturas como barragens e irrigação.

A originalidade da tese reside no cruzamento entre abordagens da hidropolítica, governança multinível e teoria da hidro-hegemonia, oferecendo uma leitura crítica sobre os desafios e oportunidades da cooperação transfronteiriça num dos sistemas hídricos mais emblemáticos da África Austral.

### *Qual o objetivo que norteou a pesquisa?*

O principal objetivo que norteou a pesquisa foi analisar como as heranças coloniais influenciam a governança da água na Bacia do Rio Incomáti, especialmente no que diz respeito às relações de poder entre Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatini. A pesquisa procurou compreender os mecanismos de cooperação e conflito ao longo do tempo, destacando os arranjos institucionais formais e informais, os interesses estratégicos e as dinâmicas hidropolíticas que condicionam a gestão partilhada dos recursos hídricos nesta bacia transfronteiriça.

De forma mais específica, o estudo procurou mostrar como a trajetória histórica da cooperação na Bacia do Incomáti reflete processos de hidro-hegemonia, contestação e contra-hegemonia, moldados tanto por contextos geopolíticos quanto por estruturas legais e técnicas herdadas do colonialismo. A pesquisa também teve como objetivo identificar os desafios contemporâneos para uma governança integrada, inclusiva e sustentável da água, valorizando



elementos como o papel das instituições regionais, o envolvimento da sociedade civil e a necessidade de equilíbrio entre interesses nacionais e os compromissos multilaterais. Assim, contribui criticamente para os debates sobre integração regional, justiça hídrica e soberania no uso dos recursos naturais na África Austral.

### *Quais foram os principais resultados da pesquisa?*

Os principais resultados da pesquisa podem ser resumidos da seguinte forma:

#### *1. Caracterização da Hidropolítica em Fases Históricas*

A pesquisa identificou três fases distintas da hidropolítica na Bacia do Rio Incomáti: (i) a fase de hegemonia sul-africana sob o regime do apartheid, caracterizada por conflitos territoriais e controle unilateral dos recursos hídricos; (ii) a fase da cooperação regional no contexto da criação da SADC e da construção de infraestruturas estratégicas como as barragens de Maguga e Corumana; e (iii) a fase contemporânea de integração regional, onde se busca uma gestão partilhada mais equitativa dos cursos de água, refletida na criação do Comitê Técnico Permanente Tripartido e na proposta da Comissão INMACOM ( Comissão dos Cursos de Água do Incomáti e Maputo -INMACOM - é uma organização transfronteiriça de bacias hidrográficas que opera nas bacias do Incomáti e Maputo). A INMACOM foi oficialmente criada no dia 18 de Novembro de 2021.

#### *2. Desequilíbrio de Poder e Persistência da Hidro-Hegemonia*

Um dos principais achados foi a confirmação de uma hidro-hegemonia persistente da África do Sul, sustentada por sua localização geográfica a montante, maior capacidade técnica e financeira, e poder de influência nas negociações bilaterais e multilaterais. Moçambique e Eswatini, por sua vez, operam em desvantagem relativa, dependendo muitas vezes de parcerias ou concessões para aceder a benefícios partilhados. A pesquisa também revelou esforços contra-hegemônicos por parte de Moçambique e da sociedade civil, especialmente durante a assinatura do Protocolo Revisado sobre Cursos de Água Partilhados.

#### *3. Limitações Institucionais e Potencial Transformador*

Outro resultado importante foi a identificação de limitações institucionais e financeiras de Moçambique para implementar efetivamente uma gestão integrada e sustentável da bacia. No entanto, a pesquisa demonstrou que há um potencial transformador significativo, caso se reforcem os mecanismos multilaterais de cooperação, a capacidade institucional dos órgãos gestores de



água, e o envolvimento da sociedade civil nos processos decisórios. A institucionalização da INMACOM surge como uma oportunidade concreta para mitigar os desequilíbrios e consolidar a gestão transfronteiriça cooperativa.

### ***Quais foram os principais obstáculos enfrentados ao longo da pesquisa?***

Durante a realização da pesquisa sobre a governança da água e o equilíbrio de poder na Bacia do Rio Incomáti, enfrentaram-se diversos desafios, sendo os mais significativos o acesso limitado às fontes primárias e os impactos da pandemia da COVID-19. A coleta de dados em campo, essencial para a obtenção de informações institucionais e empíricas nos três países ribeirinhos (Moçambique, África do Sul e Reino de Eswatini), foi severamente afetada pelas restrições de mobilidade e fechamento de fronteiras. Como resultado, algumas entrevistas presenciais planejadas com gestores e técnicos das instituições hídricas nacionais e regionais não puderam ser realizadas.

Apesar dessas limitações, a pesquisa avançou por meio de adaptações metodológicas, incluindo a realização de entrevistas por meios virtuais e a intensificação da análise documental. No entanto, o acesso parcial a certas bases de dados e documentos institucionais, sobretudo nos países vizinhos, restringiu a abrangência comparativa esperada. Esse cenário evidenciou uma limitação estrutural comum nas pesquisas transfronteiriças no contexto africano: a falta de transparência e a dificuldade de acesso público à informação em temas considerados sensíveis ou estratégicos, como a gestão de recursos hídricos partilhados.

### **Algumas publicações recentes da pesquisadora...**

MACHUTE, Hagira Naide Gelo. A Simbologia do Traje Tradicional em África: análise comparativa baseada em fotografias. **Boletim GeoÁfrica**. v.1, p.69 – 80, 2023

OMAR, A. A., MACHUTE, H. N. G.; MANJATE, C. R.; MACHILI, T. B. Cidades e/ou zonas urbanas: uma análise no contexto da urbanização e qualidade de vida urbana em Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 2, n. 5, p. 37-52, jan. - mar. 2023

OLIVEIRA, Franciane Araújo de; MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Garimpo ilegal e Degradação de rios: um panorama geográfico do Brasil e de Moçambique. **Revista Mirante** (online). v.16, p.49 – 75, 2023

MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Reflexão sobre as Simbioses Hidropolíticas na partilha de benefícios como formas de gestão partilhada de rios internacionais na África Austral. **Revista Científica Kavenye**. v.9, p.31 – 43, 2023



CARQUETE, José Bione; MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Um encontro com José Bione Carquete (aliás Dragão Bee Yoni). **Boletim GeoÁfrica**. v.1, n.1, p.155 – 158, 2023

GELO MACHUTE, H.N; MANJATE, C.R; FUMO, R.I (2022). Entre riscos e oportunidades, uma análise da transnacionalização dos recursos energéticos em Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 1, n. 2, p. 51-72, abr.- jun. 2022

MACHUTE, H. G.; REMANE, Mussa Abdul. Panorama cultural moçambicano: danças tradicionais e suas representações. **Boletim GeoÁfrica**. v.1, n. 4, p 5 - 22, out.-dez. 2022

LAPUCHEQUE, Julieta; MACHUTE, Hagira Naide Gelo. Prevenção e Mitigação dos Desastres Naturais: porque falham as acções de educação ambiental em Moçambique? **Udziwi**, Revista de Educação da Universidade Pedagógica de Maputo - Moçambique. v.38, p.256 – 276,2022



ARTIGO



**URBANIZAÇÃO, ECONOMIA GLOBAL E INOVAÇÃO NA ÁFRICA  
SUBSAARIANA: QUE DINÂMICAS?**

*URBANIZATION, GLOBAL ECONOMY AND INNOVATION IN SUB-SAHARA  
AFRICA: WHAT DYNAMICS?*

*URBANIZACIÓN, ECONOMÍA GLOBAL E INNOVACIÓN EN ÁFRICA  
SUBSAHARIANA: ¿QUÉ DINÁMICAS?*

*Por Luiz Adriano Guevane*

152

*Luiz Adriano Guevane*

Docente na Faculdade de Ciências da Terra e  
Ambiente da Universidade Pedagógica de  
Maputo, Moçambique

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0974-7816>

E-mail: [luisguevane@gmail.com](mailto:luisguevane@gmail.com)

Submetido: 06/12/2025

Aceite: 24/12/2025

Como citar

GUEVANE, Luiz Adriano. Urbanização,  
economia global e inovação na África  
Subsaariana: que dinâmicas? **Boletim  
GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 152-170, jul.-dez.  
2025.



**Resumo:**

O presente estudo, baseado no levantamento e análise bibliográfica, aborda as relações entre a urbanização, a economia global e a inovação, tendo como pressuposto que o crescimento da população urbana na África Subsaariana (ASS) tende a superar a população rural. A assumpção assumida é a de que o “jogo” da globalização, no quadro da intensificação da urbanização, pelos benefícios que esta apresenta, tende a aumentar progressivamente a consistência da atratividade do “urbano”, retroalimentando a “intensificação” e a inovação. As economias da ASS, e particularmente de seus respectivos espaços urbanos, encontram-se em posição periférica relativamente à “nova economia” global, desenvolvendo uma inovação ajustada a essa condição. Nessa perspectiva, a intensificação da urbanização encerra em si a oportunidade de impulsionar a melhoria das condições de vida, incluindo as condições socio-espaciais urbanas, o que ainda não é uma realidade generalizada na ASS, por conta da frágil capacidade de internacionalização da produção. Na inter-relação entre a dinâmica da urbanização, economia global e inovação, a atratividade dos polos urbanos, ou das cidades, na ASS, tende a intensificar a urbanização no quadro do “jogo” da globalização, influenciando na manutenção das diferenciações socio-espaciais, ou seja, de existência de espaços de polaridade e de fragmentação urbanas.

**Palavras-chave:** Urbano. Globalização. Cidades inteligentes. Sistema.

**Abstract:**

Based on a bibliographical survey and analysis, this study seeks to address the relationships between urbanization, global economy, and innovation, assuming that the growth of the urban population in Sub-Saharan Africa (SSA) tends to outpace that of the rural population. The assumption made is that the game of globalization, within the framework of the intensification of urbanization, due to the benefits it presents, tends to gradually increase the consistency of the attractiveness of the “urban”, thus having outcomes such as “intensification”, innovation, and other aspects. The economies of SSA countries are in a peripheral position in relation to the global “new economy”, developing a sense of innovation that is adjusted to this condition. From this perspective, the intensification of urbanization brings the opportunity to boost and improve living conditions, including urban socio-spatial conditions, which is not yet a widespread reality in SSA. In the relationship between the dynamics of urbanization, global economy and innovation, the attractiveness of urban centers or cities in SSA tends to intensify urbanization within the framework of the globalization game, influencing the maintenance of socio-spatial differentiations, which in other words, can be described as the existence of spaces of urban polarity and fragmentation.

**Keywords:** Urban. Globalization. Smart cities. System.

**Resumen:**

Esta investigación, basada en un estudio y análisis bibliográfico, aborda las relaciones entre la urbanización, la economía global y la innovación, asumiendo que el crecimiento de la población urbana en África Subsahariana (ASS) tiende a superar al crecimiento de la población rural. Se parte del supuesto de que el juego de la globalización, en el marco de la intensificación de la urbanización, por los beneficios que presenta, tiende a aumentar progresivamente la consistencia del atractivo de lo “urbano”, retroalimentando la “intensificación” y la innovación. Las economías del ASS se encuentran en una posición periférica en relación a la “nueva economía” global, desarrollando innovación ajustada a esta condición. La intensificación de la urbanización trae la oportunidad de impulsar la mejora de las condiciones de vida, incluyendo las condiciones socioespaciales urbanas, lo que aún no es una realidad generalizada en África subsahariana. En la interrelación entre la dinámica de la urbanización, la economía global y la innovación, el atractivo de los centros urbanos, o ciudades, en África subsahariana tiende a intensificar la urbanización en el marco del juego de la globalización, influyendo en el mantenimiento de las diferenciaciones socioespaciales, es decir, la existencia de espacios de polaridad y fragmentación urbana.

**Palabras clave:** Urbano. Globalización. Ciudades inteligentes. Sistema.



## INTRODUÇÃO

A urbanização constitui o processo pelo qual o crescimento da população urbana se dá a um ritmo maior que o da população rural, implicando mudanças socio-económicas, ambientais e culturais. É dinâmica, ocorrendo como consequência de um conjunto de factores, desde os políticos aos culturais, passando pelos económicos, em diversas escalas, incluindo a local e/ou global. Nesse processo surgem espaços urbanos caracterizados pela polaridade e fragmentação como reflexo de dinâmicas próprias, onde interagem a economia global, a inovação, entre outros, perfazendo um “sistema” com sua respetiva complexidade. Na análise em causa, com algum olhar prospetivo, é destacada a intensificação da urbanização. Esta inclui, sem dúvida, a relação entre a população urbana e a disponibilização de recursos (naturais e humanos) que proporcionem uma crescente melhoria da qualidade de vida urbana sem perder de vista aspectos como a produção de riqueza e de capacidade social. Isto em um continente, particularmente a ASS, onde o neoliberalismo, a democracia, o poder político, a acção dos mercados, os fluxos migratórios, entre outros, articulam as suas combinações em função da intensidade do “jogo” da globalização. “Jogo” este cujas conexões entre os vários planos e momentos do desenvolvimento urbano afloram um conjunto de complexas relações que envolvem um “todo” sistémico, ou seja, forças políticas, sociais, económicas e culturais, interagindo em diferentes escalas geográficas, mas sobretudo económicas, visando tirar proveitos de sua própria condição escalar. Por exemplo, as economias europeias e americanas são dominantes face à economia africana e tiram proveitos dessa condição. Nessa interacção, dentro de sua escala de possibilidades, a África “joga” em prol da melhoria da qualidade de benefícios daí decorrentes no quadro dos planos e momentos das dinâmicas que se (re)produzem no espaço urbano. Nesta perspectiva será usado o termo “nova economia” global, abordado por Castells (2003), por ter inspirado o presente trabalho. A atratividade dos polos urbanos, ou das cidades, tende a intensificar a urbanização na esteira do “jogo” da globalização, influenciando na manutenção das diferenciações socio-espaciais, ou seja, na existência continuada de espaços contrastantes que apresentam diferentes momentos de desenvolvimento urbano. Assim, fazendo recurso à pesquisa bibliográfica, tendo implícito o desenvolvimento urbano como um sistema, considerou-se a generalidade do continente africano, focalizando a análise na ASS onde alguns países e algumas cidades serviram de base exemplificativa das dinâmicas em questão. Na inter-relação entre a dinâmica da urbanização, a economia global e



a inovação, tendo em conta os polos urbanos ou cidades da ASS, a interface entre a intensificação da urbanização e o “jogo” da globalização influencia na manutenção do sentido do desenvolvimento urbano que aponta para quadros de polaridade e de fragmentação urbanas. Ao explorar as combinações entre a urbanização, a economia global e a inovação, no quadro do “jogo” da globalização, o presente estudo procura uma aproximação às dinâmicas daí resultantes com vista a entender o sentido de desenvolvimento das cidades na ASS.

### **OS PLANOS E MOMENTOS DAS DINÂMICAS DO DESENVOLVIMENTO URBANO**

Como Saghir e Santoro (2018) referem, os centros urbanos têm um papel fundamental no processo de combate à pobreza e na sustentação do crescimento económico, sendo assim considerados o futuro da prosperidade no mundo em desenvolvimento. No bojo desse papel, como Naciff, Kneib e Amaral (2019, p. 10) escrevem, um pensamento sistémico permite “assumir as cidades enquanto sistemas complexos”, oferecendo a possibilidade de uma “abordagem integral do espaço urbano”. Nesse sentido, olhando para a “cidade produzida” – o plano espacial (Carlos, 2007), três planos se articulam: o económico, o político e o social.

No plano económico, a “cidade produzida” pode ser considerada “condição de realização da produção do capital” sem perder de vista que “a reprodução das frações de capital” ocorre “através da produção do espaço” (Carlos, 2007, p. 21), no tempo. Num primeiro momento, como Vale e Vasconcelos (1984) referem, a área urbana é pequena sendo que a sua base económica assenta fundamentalmente em estrutura produtiva dominada por pequenas empresas fabris e comerciais, gerando parcela significativa do rendimento urbano. Entra-se, assim, no processo de desenvolvimento económico. As assimetrias na distribuição do rendimento nacional são díspares. O momento seguinte é o da expansão das indústrias transformadoras e do tamanho das áreas urbanas. O sector secundário tende a expandir-se rapidamente, seguido do terciário, enquanto o primário se torna menos importante na composição do produto nacional. Aumentam as oportunidades, mas também se assiste a uma grande atração das maiores cidades sobre as populações e áreas urbanas de menor dimensão. O terceiro momento corresponde a uma maior expansão do sector terciário tanto ao nível das urbes como ao nível nacional. É o momento da grande concentração de actividades económicas e de população nas áreas metropolitanas (Vale, Vasconcelos, 1984).

Nas cidades e/ou nos polos urbanos da ASS, cujo nível geral de desenvolvimento é considerado baixo, não só as referidas assimetrias prevalecem como também se pode assistir a



uma indefinição sobre o seu enquadramento com relação a sequência dos momentos acima apresentados. No entanto, tanto a polarização como a fragmentação urbana estão presentes, confundindo, de certo modo, os referidos momentos. O poder de atração das zonas metropolitanas abre um campo crescente para a inovação, a ciência, o entretenimento, entre outros. No plano político, a “cidade produzida” pode ser encarada como espaço de dominação por parte do Estado sobre a sociedade por meio da produção de um “espaço normatizado”, como refere Carlos (2007). E, por fim, no plano social, a cidade produzida pode ser considerada “elemento central da reprodução da vida humana” (ibidem).

Os três momentos referidos no plano económico se entrecruzam com estes dois últimos planos (o social e o político) combinando-se como um todo sem descurar a importância das partes e permitindo olhar a “cidade produzida” como um sistema com sua própria dinâmica. Nesse quadro se desenvolve a respectiva cadência da urbanização onde se pode assistir à interface entre o “urbano” e a economia global, ao ritmo, por exemplo, da internacionalização da produção e sua distribuição, da inovação tecnológica, da tendência decrescente do protecionismo; do significativo peso das multinacionais, entre outros. Estes aspectos fazem parte de um conjunto de características da “nova economia” que domina o Mundo, elencadas por Castells (2003), e que constituem vetores de análise da relação entre o “urbano” e a economia global.

### **A CADÊNCIA DA URBANIZAÇÃO**

Parece haver unanimidade estatística quanto à intensificação da urbanização na ASS. Em termos comparativos, a ASS regista uma taxa anual de crescimento da população urbana na casa dos 4,1%, mais alta que a global que se situa em torno de 2,0% ao ano (Saghir, Santoro, 2018). A tendência geral é a de que num futuro próximo a população urbana ultrapasse, em tamanho, a rural. Lwasa (2014) escreve que a suposição de que os centros urbanos abririam novas oportunidades para a população subsaariana em termos de novos mercados para áreas rurais, indústrias de emprego como veículos de difusão de ideias e técnicas no meio rural, tem sido de difícil aplicação em muitas cidades. Ainda assim, a referida intensificação parece válida como oportunidade para a população da ASS dada a integração e complementaridade entre a produção urbana e as dinâmicas do espaço rural que, ao longo do tempo, tem sido uma prática comum ao ritmo da globalização.



Deste modo, na cadência da urbanização dos países da ASS, é cada vez mais forte a tendência de aumento da proporção de pessoas a viver em áreas urbanas devido a razões como a migração (rural-urbana), o significativo crescimento natural da população urbana e a reclassificação de assentamentos rurais em urbanos. A expansão das cidades, considerando a África no geral, leva à incorporação das antigas áreas periurbanas à cidade ou jurisdição urbana, congregando assim vários ritmos de desenvolvimento urbano que, no plano económico, podem aglutinar o primeiro e o segundo momento e, em outros casos, o segundo e o terceiro momento. Estas razões, no seu conjunto, contribuem para que a taxa de urbanização em África, ao ano, seja alta, rondando os 3,3%. Em 1950 o nível de urbanização em África se situava em torno de 27% a 35%, tendo escalado para 40% em 2015, esperando-se que suba para 48% em 2030 e 60% em 2050 (Parnell, Walawege, 2014; Amegah, 2021).

Com um horizonte temporal situado em 2030, cujo grau de urbanização rondaria os 50%, Rolim (2010) olha para as referidas projeções com preocupação. No conjunto dos continentes, como ele observa, África é o menos urbanizado, tendo, no entanto, as taxas de urbanização mais altas do mundo. Entre 1950 e 2005 a mesma foi de 4,29%. Entre 2005 e 2030 prevê-se que seja de 3,04% ao ano. Ainda segundo Rolim (2010) significaria crescer cerca de 395 milhões de novos habitantes urbanos aos 347 milhões de 2005, com uma tendência de duplicação da população urbana da África até 2030, o que seria um cenário altamente preocupante no quadro urbano africano, uma vez que é frágil a dinamização das economias urbanas bem como o investimento em infraestrutura. Para ele, as tendências atuais de urbanização, face ao desejado sucesso das estratégias de desenvolvimento rural para a África, ganharão maior ímpeto “uma vez que não existe na história da humanidade um caso em que o aumento da produtividade agrícola não tenha implicado em pressão migratória sobre as cidades” (Rolim, 2010, p. 16). Olhando especificamente para a ASS, considerada a de urbanização mais rápida do mundo, com 143 cidades geradoras de um Produto Interno Bruto (PIB) de 0.5 triliões de dólares, estima-se que as áreas urbanas, contendo cerca de 472 milhões de pessoas, dupliquem este tamanho nos próximos 25 anos (Saghir, Santoro, 2018).

Considerando a relação entre o esperado aumento do tamanho da população urbana e a economia urbana, as referidas taxas de crescimento da população urbana chamam a atenção para que a produção urbana se adegue a um planeamento urbano que tenha em conta a questão da infraestruturização (habitacional, educacional, de saúde, de lazer, transportes e vias de



comunicação, etc.), ou, de um modo geral, considere o equilíbrio entre o provimento de condições de vida básicas e a pressão demográfica. Essa relação terá sido observada na sociedade Ocidental onde, como refere Donne (1980), a diminuição da mortalidade teria impactado na passagem da sociedade rural para a sociedade urbana. A partir do século XIX, ainda segundo Donne (1980), em decorrência da melhoria geral do nível de vida e de higiene, dos progressos da medicina e da química, houve sucessivos aumentos na esperança de vida, melhorias disseminadas a seu ritmo nos países menos avançados.

Nos países mais avançados, cerca de 75% da população vive em áreas urbanas (Mutunga *et al.*, 2012). Na actualidade, África e Ásia têm sido consideradas as regiões geográficas menos urbanizadas do mundo. Espera-se que em 2050 as duas atinjam o maior número de habitantes urbanos do mundo, ou seja, um contingente de 1,5 bilhão para África e 3,5 bilhões para Ásia (UN, 2019). Tendo África uma população predominantemente jovem, comparativamente aos demais, com tendências de redução da mortalidade, espera-se que um forte aumento populacional ocorra, sobretudo, na ASS. África tem na agricultura o grosso da força de trabalho. Irá esse contingente populacional engrossar a força de trabalho na agricultura ou incidirá sobre a indústria e serviços?

África é um continente que conta com as maiores taxas de crescimento urbano do mundo, ainda que uma parcela relativamente baixa da população viva em áreas urbanas. As cidades consideradas por Baeumler *et al.* (2021) como pequenas e intermédias poderão vir a comportar considerável parcela de crescimento da população urbana (Idem, 2021), prevendo-se assim que 50% dos africanos residam, em 2035, em áreas urbanas, com destaque para as referidas cidades pequenas e intermédias (AUC/OECD, 2018). Tomando por base as tendências descritas, os espaços urbanos que atraem a referida população poderão retroalimentar a intensificação da urbanização e, com esta, dinamizar a movimentação de capitais, o desenvolvimento e/ou adoção de novas tecnologias, gerar vários tipos de inovação, se considerarmos os avanços e a massificação do “jogo” da globalização.

Tendo como horizonte temporal a segunda metade do século XXI (ou seja, após 2050), Li *et al.* (2021) referem que África poderá constituir-se num novo motor de crescimento urbano, ainda que em proporção relativamente baixa comparativamente a outros continentes. A maior parte do crescimento populacional esperado, particularmente na ASS, será em áreas urbanas, que é onde se concentra o PIB de muitos países (Mutunga *et al.*, 2012; Saghir e Santoro, 2018).

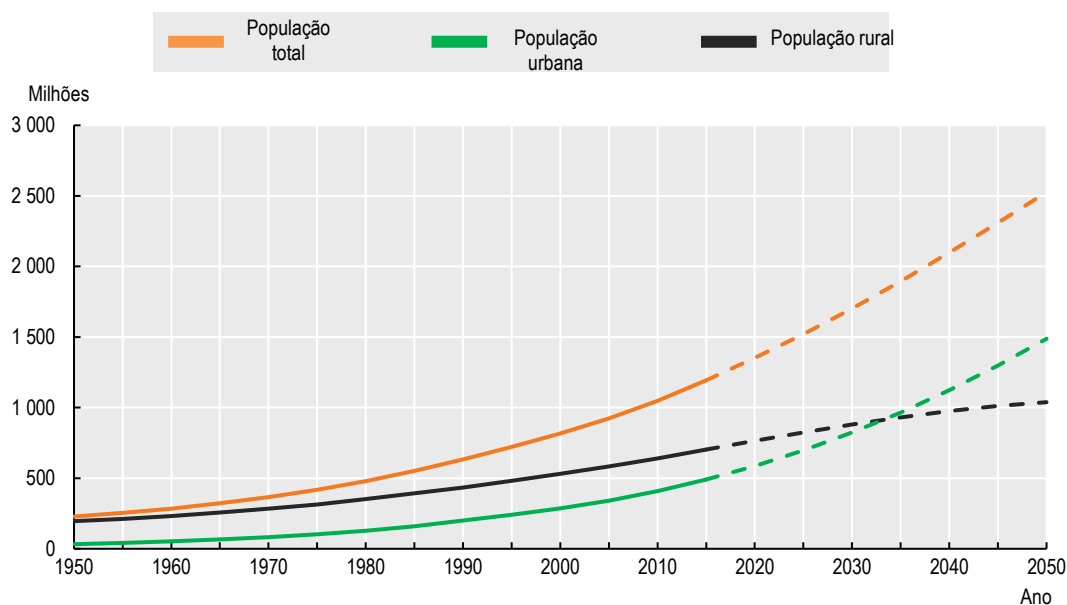


Ainda assim, é de se considerar a grande diversidade em termos de tendências demográficas entre países e regiões africanas como avançam Baumler *et al.* (2021), incluindo as tendências de crescimento económico e como estas se constituem em ganhos sociais.

Nesta perspectiva, as tendências de aumento da população urbana constituam desafio acrescido para os países africanos, particularmente os da ASS. Essa tendência pode ser perceptível a partir da figura 1. Nesta, as previsões começam a partir de 2015, com base no cenário de fertilidade média da UNDESA. São países cujo rendimento per capita tem sido tendencialmente baixo, resultando daqui, entre outros aspectos, as dificuldades inerentes ao provimento de bens e serviços, o que se reflete no reforço de quadros de polarização e fragmentação urbanas.

Assiste-se, nesta sequência, segundo Viana (2011), a uma produção urbana não infraestruturada, não prevista e espontânea, ultrapassando o planeamento físico e o ordenamento do território, ou seja, uma produção que se debate com os efeitos do processo de urbanização acelerada, afetando tipologias, formas urbanas e respectivos limites, mas mantendo as interconexões entre os seus sistemas e subsistemas estruturais. Produção urbana que ocorre em países pobres que, como Araújo (2003) refere, enfrentam grandes dificuldades para suportar e enquadrar os fluxos migratórios rurais-urbanos o que é agravado por factores conjunturais.

Figura 1 - Tendências de crescimento nas populações urbana, rural e total de África, 1950-2050.



Fonte: UNDESA (2018 In: AUC/OECD 2018, p. 87).

A produção urbana na ASS apresenta, em menor escala, um quadro de polarização e, de forma expressiva, de fragmentação. A polarização trás à tona a ideia de dominância, ocorrendo por acção de unidades motrizes (uma ou mais), que se caracterizam por actividades produtivas, ampliando a atratividade da aglomeração urbana em termos de mercado de trabalho, oferta de bens e serviços especializados, incluindo condições de vida diferenciadas (Stamm *et al.*, 2017). Por seu turno, a fragmentação traduz a ideia de mosaico; no caso do espaço urbano, segundo Legroux (2021), remete aos cortes, aos muros, aos confinamentos, às discontinuidades físicas e morfológicas, entre outros aspectos, “mal articulados entre si e com altos níveis de desigualdades em termos de acesso às infraestruturas e aos serviços urbanos” (Legroux, 2021, p. 239).

Diante do paradoxo da globalização, segundo Smouts (2004), os fenómenos de polarização e de fragmentação tenderão a ser acentuados, aumentando a distância entre os que jogam o “jogo” da globalização e os que dele são excluídos. No entanto, ainda que se aumentem as desigualdades sociais e económicas, mas também sócio-espaciais, estando a intensificação da urbanização em andamento, as dinâmicas do espaço urbano não deixarão de se abrir à



crescente massificação dos ganhos derivados da “nova economia” global, criando assim espaços de oportunidades de várias ordens para a população urbana da ASS.

## **A INTERNACIONALIZAÇÃO DA PRODUÇÃO E A URBANIZAÇÃO**

A internacionalização da produção e do comércio tendo por base o continente africano é ainda incipiente. Ocorre num quadro a necessitar de muitas melhorias. A maior parte da população, conforme Penna Filho (2023) refere, vive em zonas rurais e depende da agricultura de subsistência cuja produtividade é baixa. O habitante das grandes cidades africanas, em sua grande maioria, vive do trabalho informal, desamparados do ponto de vista social e estatal, situação só alterável por meio de avultados investimentos em “educação e maior responsabilidade social e política por parte dos líderes africanos. É uma tarefa difícil, um grande desafio, do qual depende o futuro do continente” (Penna Filho, 2023, p. 71).

Satterthwaite (2007) considera a internacionalização da produção e do comércio mundial (incluindo a rápida expansão do valor de comércio internacional) como sendo uma importante base para o rápido crescimento das cidades. Nesta perspectiva, os espaços urbanos desenvolvem interações que se imbricam tanto interna como externamente, visando a prosperidade económica, social, cultural, à escala local e/ou regional.

A internacionalização da produção é observada quando é feita por um agente económico, geralmente empresas transnacionais, sendo que os centros de decisão se situam em países avançados, com economias de mercado, ou mesmo economias centralizadas, que operam internacionalmente (Lahera, 1984). Traduz uma relação entre a globalização e o conhecimento que a sustenta. As firmas multinacionais operam à escala planetária, modificando as condições de produção e respectiva distribuição, com os fenómenos de deslocalização, incluindo fusões e aquisições (Smouts, 2004).

Assim, face à “nova economia” global, segundo Castells (2003), há um duplo papel a ser desempenhado pelas cidades. Estas são essenciais tanto na produção dos processos de geração de riqueza como na produção de capacidade social tendente a corrigir os “efeitos desintegradores e destruidores de uma economia de redes sem nenhuma referência a valores sociais mais amplos, mais coletivos ou não mensuráveis pelo mercado”, sendo um dos exemplos a preservação da natureza ou da identidade cultural (Castells, 2003, p. 21). Sobre o



conhecimento e globalização, incluindo a respectiva repercussão na economia global, Vale (2009, p. 11) escreve o seguinte:

É impossível dissociar a emergência da economia do conhecimento do processo de globalização. Assiste-se ao aumento da intensidade dos fluxos de bens, informação, capital e pessoas, em resultado da evolução tecnológica das redes de transporte e de comunicação (internet), bem como da acção política exercida por um conjunto de instituições supra-nacionais na remoção das barreiras ao comércio externo e à livre circulação de capitais. Esta aceleração dos fluxos tem repercussões em virtualmente todas as regiões e Estados-nação, expondo as empresas e os territórios a um novo modelo de competitividade global (Vale, 2009, p. 11).

Nesta perspetiva, em África, com países e cidades apresentando desenvolvimento diversificado, particularmente a ASS cuja força de trabalho se concentra na agricultura, a internacionalização da produção e do comércio tende a não trazer grandes ganhos para o avanço de suas economias, mas para a global. Ora, o território explorado tende a não evoluir espacialmente para um estágio impactante de desenvolvimento social e cultural (com a presença, por exemplo, de um ou outro empreendimento que se destaca pela visibilidade e atratividade muita das vezes incomum). A passagem para um novo estágio de desenvolvimento territorial, por exemplo, em termos infraestruturais, após a implantação das multinacionais, pode-se confrontar com o processo de materialização das políticas públicas e do momento ou plano de desenvolvimento urbano, mas não depende dos mesmos. Essa implantação é muita das vezes tomada como uma oportunidade de elevação do Produto Interno Bruto (PIB), como é o caso, por exemplo, da Mozal, em Moçambique, na Província de Maputo que, com o tempo, impactou na urbanização do seu entorno.

A distribuição da força de trabalho na ASS elucidada, em parte, os níveis de desenvolvimento diversificado e, assim, uma fraca tendência de internacionalização da produção e do comércio, o que impacta, a seu ritmo, no crescimento das cidades. Este quadro pode ser reforçado pela relação entre o desenvolvimento urbano e a distribuição da força de trabalho, o dinamismo das áreas urbanas e periurbanas, a relação entre a taxa de urbanização e o crescimento económico, e os efeitos da urbanização acelerada.



Figura 2 – Força de trabalho por ocupação (%).

País	Agricultura	Indústria	Serviços
Nigéria	70	10	20
África do Sul	4,6	23,5	71,9
Sudão	80	7	13
Angola	85	15	
Etiópia	72	7,4	19,9
Quênia	61,1	6,7	32,2

Fonte: Adaptado (Calvete, Lopes, 2020).

A partir do estudo feito por Calvete e Lopes (2020) a um conjunto de países (figura 2), é notório o lugar de destaque da agricultura, consumindo uma larga maioria de força de trabalho. Na análise do perfil económico, baseado no Produto Interno Bruto (PIB) de seis países da África subsaariana (ASS), nomeadamente Nigéria, África do Sul, Sudão, Angola, Etiópia e Quênia, os autores em causa apontam a economia sul-africana como aquela com características bastante distintas das outras cinco. “Registra baixíssima contribuição da agricultura no PIB e na alocação da força de trabalho nesse setor, além de economia mais diversificada” (Calvete, Lopes, 2020, p. 91).

Como se pode notar na figura 2, é considerável, em cinco países, o peso da força de trabalho na agricultura. Diferentemente, no caso da África do Sul, o mais industrializado, tal ocorre, primeiro nos “serviços”, em segundo lugar, na “indústria” e, em terceiro, na “agricultura”. Em geral, os “serviços” ocupam lugar mais importante comparativamente a “indústria”. Estes elementos conduzem a uma assumpção de maior participação na internacionalização da produção e do comércio por parte da África do Sul cujo desenvolvimento urbano, já no terceiro momento, é significativo; ou seja, Joanesburgo e Cidade do Cabo constituem os principais polos urbanos e concentram os principais polos industriais do país. Seguem-se Durban, Pretória e outras.

No entanto, a conexão com os mercados internacionais pode resultar da pujança da agricultura e sua relação com o desenvolvimento urbano. No Quênia, conforme referem Willkomm *et al.* (2021), baseados em Traoré (2012), mais de 3,5 milhões de pessoas estão directamente ligadas a agricultura urbana e periurbana. Em Nakuru, cidade de proeminente crescimento na ASS, no país acima referido, cuja rápida urbanização ganha considerável destaque, o forte crescimento natural da população e a migração rural-urbana impactaram no rápido crescimento urbano, condicionando a forte pressão no uso do solo. Nakuru apresenta



condições ambientais favoráveis para o desenvolvimento da agricultura o que permite, por exemplo, múltiplas colheitas ao ano. Graças a boas conexões de infraestrutura com Nairobi, capital do Quênia, Nakuru liga a região aos mercados internacionais (Idem, 2021).

É de referir que nos países de industrialização tardia, como os listados na figura 2, à exceção da África do Sul, ocorreu a atração da mão-de-obra, proveniente do campo, pelos polos industriais, como refere Ferreira (2000), em especial os países que receberam empresas multinacionais, criando forte impacto sobre as economias agroexportadoras que passaram para economias "semi-industrializadas". Em contrapartida, a explosão de grandes polos urbanos, em países menos avançados, não foi acompanhada pela provisão de habitações, infraestrutura e equipamentos urbanos em prol da melhoria da qualidade de vida da crescente população urbana (Ferreira, 2000).

Deste modo, tendo em consideração o recente cenário demográfico de África, com uma projeção para um horizonte de 30 anos, a tendência aponta para uma evolução populacional com implicações, por exemplo, no tamanho da população urbana e na idade média. Como Penna Filho (2023, p. 70) refere, para África, baseado no *Worldometers* (2023), o tamanho populacional de aproximadamente “1.350.238 pessoas (um bilhão, trezentos e cinquenta milhões e duzentas e trinta e oito mil pessoas), o que corresponde a 16,7% do total da população mundial”, poderá passar para “2.489.275 (dois bilhões, quatrocentos e oitenta e nove milhões e duzentas e setenta e cinco mil pessoas), o que corresponde a aproximadamente 26,3% da população mundial”. Do primeiro bilhão acima referido, com cerca de 43,8% de habitantes, em zonas urbanas, espera-se que, no segundo bilhão, a população urbana passe para cerca de 59,8%. Na mesma senda, a idade média passará de 19,7 anos para 24,8 anos, respetivamente.

É notável a tendência de aumento da população urbana. A migração rural-urbana poderá transportar, entre os hábitos e práticas, a dependência com relação a subsistência para um ambiente onde os desafios dos setores secundário e terciário são mais prementes. Isso tenderá a reforçar o tamanho da população urbana vivendo do trabalho informal, caso se descurem os fortes e necessários investimentos na educação e se mantenha o défice no amparo social e estatal. A atração de mão-de-obra pelos polos industriais poderá fazer alguma diferença, dependendo do grau de especialização e mecanização. As dinâmicas entre a internacionalização da produção e do comércio, por um lado, e o crescente aumento do efetivo da população urbana na ASS, por outro, impactam no crescimento das cidades podendo transformá-las em



importantes polos urbanos cuja movimentação de capitais, massificação de tecnologias, avanço cultural, etc., propiciam as correspondentes inovações tecnológicas.

## A CAPACIDADE DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

Na ASS assiste-se a um conjunto de problemas como os de gestão e administração pública, os conflitos político-militares, as fragilidades na educação e na saúde, a produção urbana informal/espontânea, a organização formal do território ultrapassada pela intensidade da urbanização, o desafio dos fluxos migratórios rurais-urbanos para a gestão urbana, entre outros, que fragilizam o crescimento económico e sujeitam a inovação tecnológica ao “jogo” da globalização cujo peso exógeno é significativo, seguido de tendência endógena na contínua conquista de seu espaço. A intensificação da urbanização em países da ASS, sobretudo em espaços urbanos periféricos ou fora das áreas centrais, produz uma qualidade infraestrutural e ambiental que deixa muito a desejar. Obriga, por isso, a intervenções articuladas no plano político e económico de modo a promover melhor qualidade de vida à respectiva população urbana. Tais intervenções, dada a fragilidade geral da economia urbana, desafiam a capacidade de produção de inovação tanto na gestão urbana, no material usado nas construções, nas vias de transporte, na mobilidade geográfica da população, como na própria melhoria da qualidade ambiental e física do espaço urbano. Ainda assim, no “jogo” da globalização, um dos grandes ganhos tem sido o surgimento e desenvolvimento de cidades inteligentes, espaços onde a inovação ganha maior visibilidade.

A inovação pode ser definida como a implantação de um dado produto (podendo ser bem ou serviço) “novo ou significativamente melhorado, ou um processo, ou um novo método de marketing, ou um novo método organizacional nas práticas de negócios, na organização do local de trabalho” ou mesmo nas relações externas (Manual de Oslo, 2005 citado por Santos *et al.*, 2013, p. 7). Na esteira da intensificação da urbanização e do “jogo” da globalização, a inovação tecnológica joga um importante papel nessa relação por ter o condão de poder ser impulsionada por cidades potentes, geradoras de riqueza. Estas atraem continuamente a capacidade de inovação (talento) e capital (sobretudo o de risco que é o que permite inovação) (Castells, 2003), o que implica investidores à altura e mão-de-obra especializada. Pelo forte dinamismo económico e social existente percebe-se, como Castells (2003) refere, que a capacidade de inovação tem como suporte, i) a educação, ii) os serviços públicos funcionais e



de qualidade; e, iii) a qualidade de vida (urbana) como importante meio de inovação dado o efeito retroativo sobre a produtividade e esta sobre a primeira (Castells, 2003).

Em grandes áreas metropolitanas, coincidentes com a maioria dos investimentos internacionais, assiste-se a crescentes fluxos transfronteiriços de matérias-primas, bens, informações, renda e capital, muitos dos quais administrados por corporações transnacionais; constituindo-se locais-chave de gestão e manutenção da economia global (Satterthwaite, 2007). Os referidos fluxos podem-se constituir em meios de transferência de inovações das designadas “cidades potentes” para outras. Servem de exemplos as referidas transferências para as economias menos avançadas da ASS, ainda que prevaleça nestas uma força de trabalho pouco especializada dominando os sectores da agricultura e indústria. A capacidade de inovação, como Vale (2009) observa, corresponde aos sistemas económicos mais avançados, onde o conhecimento é mobilizado no sentido de monitorar e avaliar os resultados das acções desenvolvidas e planear futuras acções tendo em conta as pressões de um mercado cada vez mais exigente em termos competitivos à escala internacional. Esse conhecimento tem como fonte instituições de ensino superior, unidades de investigação, centros tecnológicos, centros de formação profissional, entre outros. “Relaciona-se com os processos de inovação por estar no centro das dinâmicas inovadoras (...) da inovação do produto (ou serviço) à inovação de processos, passando pela inovação organizacional” (Vale, 2009, p. 10).

Olhando de um modo geral para África, onde também é possível encontrar as fontes de conhecimento acima referidas, ficam algumas questões. Qual o quadro de oportunidades das cidades dos países africanos, na actual transição urbana e na Era da Informação, para desempenharem o papel proposto por Castells (2003), que é o de serem meios produtores de inovação e de riqueza? Por que processos terão de passar essas cidades para se constituírem meios integradores da tecnologia, da Sociedade e da qualidade de vida, produzindo um ciclo virtuoso de crescente melhoramento geral urbano?

O sector da educação, os serviços de promoção do comércio e a baixa qualidade de vida geral, remetem a enormes desafios o conjunto dos países africanos na vertente inovação. Por seu turno, a qualidade dos serviços de promoção do comércio na ASS apresenta-se ainda incipiente, dado que os meios logísticos e as infraestruturas de transporte, processos fronteiriços e práticas alfandegárias (FMI, 2019) necessitam de estar à altura da “nova economia” no sentido de beneficiar-se dos ganhos derivados da flexibilização dos processos de trabalho, minimizando



assim a distância entre os que jogam o “jogo” da globalização e os que dele não se beneficiam directamente. Estimativas apontadas por Commins (2018) referem um crescimento anual das cidades africanas em cerca de 22 milhões de pessoas, com uma possibilidade de duplicação nos próximos 25 anos. Ainda segundo as mesmas, espera-se que o efetivo de jovens, dos 15 aos 24 anos de idade, aumente em 174 milhões, entre os anos 2000 a 2030. Esta importante força de trabalho, maioritariamente desempregada (60%), pode ser considerada um importante factor de risco na estabilidade política e social. Ainda assim, não deixa de ser um factor de pressão para a melhoria da qualidade de gestão e inclusão económica e social bem como um potencial para a inovação ao nível dos sistemas económicos em que se inserem.

O dinamismo dos centros urbanos, por exemplo na ASS, onde 62% reside em favelas ou “cidades informais”, segundo Amegah (2021), é acompanhado por um quadro de urbanização fragmentada. Isto pode ser observado em Lagos (na Nigéria), Adis Abeba (Etiópia), Maputo (Moçambique), Joanesburgo, Cidade do Cabo e Durban (África do Sul), cuja presença de “slums” ou “cidades informais” refletem não só um crescente dinamismo urbano, mas também a segregação espacial, social e económica, ou mesmo, de um modo geral, duas faces da mesma moeda que culminam num “todo”: a “cidade pensada” ou planeada e a cidade espontânea/informal. Contam-se entre as cidades mais inteligentes da ASS a Cidade do Cabo (África do Sul), Nairobi (Quénia), Lagos e Abuja (Nigéria), Acra (Gana).

Vários programas africanos, elencados por Livingston (2011), foram concebidos para dar resposta às necessidades do continente africano como, por exemplo, O CITI, SmartXchange, Johannesburg Centre for Software Engineering, (Centro de Joanesburgo para a Engenharia de Software), Geekcorps-Mali, Kiwanja.net, Hive Colab e iHub. Os efeitos globais destes, ainda segundo Livingston (2011), são subtis, correndo-se o risco de perdê-los de vista. Recebem visitas de analistas internacionais e de académicos. No passado “vinham dar conselhos e ensinar, não vinham descobrir formas de as últimas inovações tecnológicas poderem contribuir para uma mudança social positiva” (Livingston, 2011, p. 42). Para além da África do Sul, na dianteira da inovação tecnológica, com as cidades de Joanesburgo e Cabo como centros de inovação, com *startups* focadas, entre outros aspectos, nas cidades inteligentes e no melhoramento de serviços urbanos, um dos países da ASS que também se destaca na inovação tecnológica é a Nigéria. Aposta em tornar Lagos uma economia próspera no século XXI. Segundo Jaeger e Basto (2021) o governo nigeriano tem investido em tecnologias de



informação e comunicações (TICs), criando, sobretudo, os parques tecnológicos em zonas especiais económicas, onde se destacam a vila científica e parque tecnológico de Abuja, e o vale do Yabacon. É notória a formação de jovens empreendedores. Por exemplo, a Garagem de Lagos fundada pela General Electric (GE), formou uma geração de empreendedores, com o ensino centrado na inovação em manufatura avançada, desenvolvimento estratégico, cursos de impressão 3D, finanças, Branding, Marketing e inovação (Jaeger, Basto, 2021). Outro destaque, também na Nigéria, é a Eco Atlantic City, considerada exemplo de megacidade tendente a enfrentar os desafios ambientais e urbanos. Desenvolve um planeamento ambicioso e estratégico, prometendo assim ser referência no desenvolvimento urbano sustentável em África (Teles, 2024). No Gana, na região de Grande Acra, o parque tecnológico denominado Hope City, em Prampram, está projectado para ganhar uma imponência urbana considerável por meio de suas torres, transformando o país numa sociedade de conhecimento e activo participante na economia global. A tendência endógena, em crescendo, na inovação tecnológica na ASS é uma realidade. Tendo em conta que os centros de inovação tecnológica exigem mão-de-obra especializada e que a maior parte da força de trabalho ocupa-se da agricultura, conforme foi acima referido, a inovação tenderá a concentra-se e a ser mais expressiva em polos urbanos ou mesmo em cidades de referência regional, podendo manter a intensificação da urbanização não propriamente nestes espaços, mas na periferia dos mesmos.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No tripé urbanização, economia global e inovação assiste-se a uma inter-relação dinâmica que perfaz um “todo” urbano. Se, por um lado, a cadência geral de urbanização na ASS tende a ser consistente com as estimativas que indicam que a população urbana ultrapassará a população rural nas próximas décadas, por outro, o baixo nível geral de participação no comércio internacional, ou mesmo na economia internacional, dado que o mercado financeiro tem sido consistente com o seu carácter global, faz com que as referidas combinações tripartidas gerem dinâmicas tendentes à manutenção de um desenvolvimento urbano marcado pela polaridade e fragmentação. A internacionalização da produção tem nas multinacionais o seu principal dinamizador, dado que as mesmas impactam na movimentação de capitais, tecnologias e dinamização dos mercados nacionais.



Ainda que ao nível da inovação tecnológica as cidades da ASS estejam a emergir por meio das chamadas cidades inteligentes, olhando para a intensificação da urbanização, os bairros de lata (“slums”) mantêm-se como a expressão de distanciamento entre os que jogam o “jogo” da globalização e os que dele se beneficiam, contribuindo na dinâmica complexidade do desenvolvimento urbano.

É de se formular, com base no presente estudo, que quanto maior for a atratividade do polo urbano, ou da cidade, maior será a tendência de inovação tecnológica e de intensificação da urbanização. No “jogo” da globalização esta formulação pode ser válida em função das possibilidades que o desenvolvimento económico oferece, podendo ou não manter a polaridade e a fragmentação urbanas, uma vez que a atratividade dos referidos espaços se interconecta com o nível de internacionalização da produção, no quadro de um “todo” sistémico.

## REFERÊNCIAS

- AMEGAH, A. K. Slum decay in Sub-Saharan Africa: context, environmental pollution challenges, and impact on dweller’s health. **Environmental Epidemiology**, Cape Coast, Ghana, vol. 5, 3 e 158. 20. May. 2021.
- ARAÚJO, M. G. M. Os espaços urbanos em Moçambique. **GEOUSP, Espaço e Tempo**, São Paulo n. 14, p. 165- 182, 2003.
- AUC/OECD. **Dinâmicas do desenvolvimento em África 2018**: Crescimento, emprego e desigualdades, AUC, Addis Ababa/OECD Publishing, Paris, 2018.
- BAEUMLER, A.; D’Aoust, O.; DAS, M. B.; GAPIHAN, A.; GOGA, S.; LAKOVITS, C.; RESTREPO CAVADID, P.; SINGH, G.; TERRAZA, H. **Demographic Trends and Urbanization**. Washington, DC: World Bank. 2021. doi:10.1596/978-1-4648-1112-9.
- CALVETE, C. S.; LOPES, J. S. C. A inserção das maiores economias da África subsaariana no sistema capitalista contemporâneo: uma leitura à luz da teoria de Rosa Luxemburgo. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 38, n. 76, p. 75-94, 2020.
- CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CASTELLS, M. A cidade na nova economia. In MACHADO, J. A. S. (org.). **Trabalho, economia e tecnologia**: novas perspectivas para a sociedade global. 2a. Ed. São Paulo: Tendenz; Bauru: Praxis, 2003. p. 15-29.
- COMMINS, S. Da fragilidade urbana à estabilidade urbana. Centro de estudos estratégicos de África. **Resumo de segurança em África**, n. 35, 2018, pp 1-10.
- DONNE, M. D. **Teorias sobre a cidade**. Lisboa: Edições 70, 1983.
- Fundo Monetário Internacional). **Perspetivas económicas regionais: África Subsaariana**. Washington, DC: International Monetary Fund, 2019.



FERREIRA, J. S. W. Globalização e urbanização subdesenvolvida. **São Paulo em Perspectiva** [online]. 2000, v. 14, n. 4, pp. 10-20 [Acessado 5 Setembro 2022], Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392000000400003>

JAEGER, B. C.; BASTO, I. M. O Nation Branding nas Relações Internacionais: o caso da Nigéria. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**, v. 6, n. 12, 2021, p. 25-54.

LAHERA, E. La internacionalización del proceso productivo. **Estudios internacionales**. v. 17, n. 65, pp. 160-166, 1984.

LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. **Revista Caminhos de Geografia**, Uberlândia-MG, v. 22, n. 81, 2021, p. 235–248.

LI, X.; ZHOU, Y.; HEJAZI, M.; WISE, M. *et al.* Global urban growth between 1870 and 2100 from integrated high resolution mapped data and urban dynamic modeling. **Communications Earth & Environment**. 2, 201 (2021). <https://doi.org/10.1038/s43247-021-00273-w> (Acesso: 04/07/22).

LIVINGSTON, S. A evolução dos sistemas de informação em África: um caminho para a segurança e a estabilidade. **Centro de Estudos Estratégicos de África**. Trabalho de Pesquisa, nº. 2, Washington, D.C, 2011.

LWASA, S. El manejo de la urbanización africana en el contexto de los cambios ambientales. **INTER DISCIPLINA**, [S. l.], v. 2, n. 2, 2014. DOI: 10.22201/ceiich.24485705e.2014.2.46527. Disponível em: <https://www.revistas.unam.mx/index.php/inter/article/view/46527>. Acesso em: 16 Jun. 2025.

MUTUNGA, C.; ZULU, E. M.; SOUZA, R.-M. **Population Dynamics, Climate Change and Sustainable Development in Africa**. Washington, DC and Nairobi: Population Action International (PAI) and African Institute for Development Policy (AFIDEP), 2012.

NACIFF, Y. D. N.; KNEIB, E. C.; AMARAL, C. V. L. O pensamento sistêmico em análises urbanas: uma perspectiva para o problema da segregação socioespacial nas cidades. *usjt • arq.urb • número 24* | janeiro – abril. São Paulo. 2019.

PARNELL, S. e WALAWEGE, R. Sub-Saharan African urbanisation and global environmental change. In: PARNELL, S., PIETERSE, E. (Edrs). **Africa's Urban Revolution**. London, New York: Zed Books, 2014.

PENNA FILHO, P. A África no século XXI. **CEBRI-Revista**. Rio de Janeiro – RJ. Ano 2 / Nº 6 / Abr-Jun. 2023.

ROLIM, C. **Desenvolvimento agrícola e urbanização**: implicações da proposta da Comissão Econômica para a África (ECA) para as estratégias de redução da pobreza. 7.º Congresso Ibérico de Estudos Africanos. Lisboa, 2010.

SAGHIR, J.; SANTORO, J. Urbanization in Sub-Saharan Africa. **Meeting Challenges by Bridging Stakeholders**. Washington, Center for Strategic International Studies. 2018.

SANTOS, L. A. A.; SIMÕES, L. S.; BUCK, T. A. Inovação como estratégia para o desenvolvimento sustentável praticado pelas empresas. In: GUEVARA, A. J. (edr.) **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 3-28, set/dez. 2013.

SANTOS, L. A. A.; SIMÕES, L.S.; BUCK, T. A. Inovação como estratégia para o desenvolvimento sustentável praticado pelas empresas. **RISUS – Journal on Innovation and Sustainability**, São Paulo, v. 4, n.3, p. 3-28, set/dez. 2013 - ISSN 2179-3565.



SATTERTHWAITE, D. The Transition to a Predominantly Urban World and its Underpinnings. **Human Settlements Working Paper Series**, Theme: Urban Change, No. 4, London: IIED, 2007.

SMOUTS, M.-C. É possível democratizar a governança da economia política global? In: GÓMEZ, J. M. (Coord). **América Latina y el (des)orden global neoliberal**. Hegemonía, contrahegemonía, perspectivas. Buenos Aires: CLACSO, 2004, p 29- 43.

STAMM, C.; LIMA, J. F.; SANTOS, M. S. Polarização e população: apontamentos teóricos. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringá, Brasil. vol. 39, núm. 1, p. 33-41, 2017.

TELES, B. **África**: Nigéria constrói a maior megacidade marítima do mundo, a Eco Atlantic City com valor de investimento aproximado em 6 bilhões de dólares. 2024.

<https://clickpetroleoegas.com.br/africa-nigeria-constroi-a-maior-megacidade-maritima-do-mundo-a-eco-atlantic-city-com-valor-de-investimento-aproximado-em-6-bilhoes-de-dolares/> (Acesso: 13/01/25).

UNITED NATIONS (UN), Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World Urbanization Prospects: The 2018 Revision (ST/ESA/SER.A/420)**. New York: United Nations, 2019.

VALE e VASCONCELOS, A. **Economia urbana**. Porto/Portugal: Rés-editora, 1984.

VALE, M. Conhecimento, Inovação e Território. **Finisterra** – Revista Portuguesa de Geografia, n.88. Lisboa, 2009. Disponível em: [http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2009-88/88\\_01.pdf](http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/2009-88/88_01.pdf). (Acesso 06/02/20).

VIANA, D. L. Cidade Africana – urbanismo (in)formal: uma abordagem integrada e sistémica. **Atas do 7.º Congresso Ibérico em Estudos Africanos**. 50 Anos de Independências Africanas: Desafios para a Modernidade. Lisboa: ISCTE Instituto Universitário de Lisboa, 2011.

WILLKOMM, M.; FOLLMANN, A.; DANNENBERG, P. Between Replacement and Intensification: Spatiotemporal Dynamics of Different Land Use Types of Urban and Peri-Urban Agriculture under Rapid Urban Growth in Nakuru, Kenya. **The Professional Geographer**. 73 (2), p. 186-199, 2021. DOI: 10.1080/00330124.2020.1835500.

ARTIGO



**A RELAÇÃO ENTRE A APRENDIZAGEM CENTRADA NO ALUNO E  
O DESEMPENHO ACADÊMICO EM MOÇAMBIQUE**

***THE RELATIONSHIP BETWEEN STUDENT-CENTERED LEARNING AND  
ACADEMIC PERFORMANCE IN MOZAMBIQUE***

***LA RELACIÓN ENTRE EL APRENDIZAJE CENTRADO EN EL ALUMNO Y EL  
RENDIMIENTO ACADÉMICO EN MOZAMBIQUE***

*Por António Florindo Daniel Almoço, Arrumaina Rui Militão & Adelina Ricardo Alson*

*António Florindo Daniel Almoço*

Assistente Universitário (Faculdade de Gestão dos Recursos Naturais e Mineralogia-UCM).  
Mestrando em Gestão e Administração Educacional na Faculdade de Gestão dos Recursos Naturais e Mineralogia-UCM.  
E-mail: antonio.florindo.dani@gmail.com

Submetido: 14/09/2025

Aceite: 12/12/2025

*Arrumaina Rui Militão*

Assistente universitária no Instituto Superior Cristão, HEFSIBA. Mestranda em Gestão e Administração Educacional na Faculdade de Gestão dos Recursos Naturais e Mineralogia-UCM.

E-mail: arrumainarui@yahoo.com.br

Como citar

ALMOÇO, António Florindo Daniel; MILITÃO, Arrumaina Rui; ALSON, Adelina Ricardo. A relação entre a aprendizagem centrada no aluno e o desempenho académico em Moçambique. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 171-182, jul.-dez. 2025.

*Adelina Ricardo Alson*

Assistente Universitário (Instituto Educação A Distância). Mestranda em Gestão e Administração Educacional na Faculdade de Gestão dos Recursos Naturais e Mineralogia-UCM.

E-mail: 710240397@ucm.ac.mz

## RESUMO

Este artigo analisa a implementação da aprendizagem centrada no aluno no contexto do sistema educativo moçambicano, com enfoque na gestão curricular, diferenciação e avaliação. A partir de uma abordagem qualitativa de natureza explicativa, o estudo assenta em pesquisa bibliográfica, examinando reformas curriculares, políticas educativas e práticas pedagógicas contemporâneas. Destaca-se a relevância da descentralização curricular e da autonomia das escolas, conforme previsto na reforma de 2003, bem como os desafios decorrentes da escassez de recursos e da necessidade de formação contínua dos docentes. A diferenciação curricular é apresentada como estratégia fundamental para responder às diversas necessidades dos alunos, embora a sua aplicação enfrente obstáculos em contextos com turmas numerosas e limitada infraestrutura. No que diz respeito à avaliação, sublinha-se a importância de adoptar práticas mais inclusivas e autênticas, que promovam o desenvolvimento integral dos estudantes. Conclui-se que, apesar dos avanços normativos e teóricos, a eficácia da aprendizagem centrada no aluno em Moçambique depende de investimentos estruturais, da capacitação docente e de mudanças culturais nas práticas escolares.

**Palavras-chave:** Aprendizagem centrada no aluno. Gestão curricular. Diferenciação. Avaliação.

## ABSTRACT

This article analyzes the implementation of student-centred learning within the Mozambican education system, with a focus on curriculum management, differentiation, and assessment. Employing a qualitative and explanatory approach, the study is grounded in a bibliographic review of curriculum reforms, educational policies, and contemporary pedagogical practices. The decentralisation of the curriculum and the autonomy of schools, introduced by the 2003 reform, are emphasised, alongside the challenges posed by limited resources and the ongoing need for teacher training. Curriculum differentiation is identified as a key strategy for addressing the diverse needs of students, although its practical application is hindered by large class sizes and inadequate infrastructure. Regarding assessment, the article advocates for more inclusive and authentic practices that foster students' holistic development. The study concludes that, despite normative and theoretical progress, the effectiveness of student-centred learning in Mozambique relies on structural investments, teacher capacity-building, and cultural changes in school practices.

**Keywords:** Student-Centred Learning. Curriculum Management. Differentiation. Assessment.

## RESUMEN

Este artículo analiza la implementación del aprendizaje centrado en el alumno en el contexto del sistema educativo mozambiqueño, con enfoque en la gestión curricular, la diferenciación y la evaluación. Utilizando un enfoque cualitativo y explicativo, el estudio se basa en una revisión bibliográfica de las reformas curriculares, las políticas educativas y las prácticas pedagógicas contemporáneas. Se destaca la descentralización del currículo y la autonomía escolar introducidas por la reforma de 2003, junto con los desafíos derivados de los recursos limitados y la necesidad de formación continua del profesorado. La diferenciación curricular se presenta como una estrategia clave para atender a las diversas necesidades de los estudiantes, aunque su implementación práctica se ve obstaculizada por el gran tamaño de las clases y la deficiente infraestructura. En cuanto a la evaluación, el artículo aboga por prácticas más inclusivas y auténticas que favorezcan el desarrollo integral de los estudiantes. El estudio concluye que, si bien ha habido avances normativos y teóricos, la efectividad del aprendizaje centrado en el alumno en Mozambique depende de inversiones estructurales, el fortalecimiento de las capacidades docentes y cambios culturales en las prácticas escolares.

**Palabras clave:** Aprendizaje centrado en el alumno. Gestión curricular. Diferenciación. Evaluación.

## **INTRODUÇÃO**

O Plano Curricular do Ensino Básico de 2003, em Moçambique, introduz a aprendizagem centrada no aluno, promovendo uma mudança no enfoque educativo, antes mais tradicional. Essa abordagem desloca o foco da transmissão de conhecimento do professor para o aluno, reconhecendo-o como o protagonista do processo educativo. A principal meta é incentivar a autonomia, o desenvolvimento integral e o envolvimento activo dos alunos, aproveitando as suas experiências, interesses e necessidades individuais. Diferencia-se do modelo convencional, que prioriza a memorização e a transmissão de conteúdos de forma passiva.

A aprendizagem centrada no aluno surge em resposta às necessidades de uma educação inclusiva e equitativa, especialmente num contexto de reformas curriculares. Ela foca-se em preparar os alunos para os desafios do mundo moderno, promovendo práticas pedagógicas mais flexíveis, que incentivem a participação activa e a personalização do ensino. Baseada em teorias como o construtivismo de Piaget, o sociointeracionismo de Vygotsky e a abordagem humanista de Carl Rogers, a aprendizagem centrada no aluno valoriza a interacção social, a afectividade e o desenvolvimento emocional. A relação entre professor e aluno é vista como essencial para a construção de uma aprendizagem significativa, através de empatia, congruência e consideração positiva.

No entanto, a implementação desta abordagem enfrenta desafios práticos. A falta de recursos nas escolas, a formação inadequada de muitos professores e a resistência à mudança são factores que podem comprometer a eficácia desta estratégia educativa. Além disso, o número elevado de alunos nas turmas e a limitada capacidade de personalizar o ensino exigem uma diferenciação curricular mais eficaz para responder às necessidades diversificadas dos estudantes. Nesse sentido, a questão principal deste estudo é: qual é a relação entre a aprendizagem centrada no aluno e o desempenho académico?

## **DISCUSSÃO TEÓRICA**

### **Teorias Curriculares e Aprendizagem Centrada no Aluno**

A implementação da aprendizagem centrada no aluno, promovida pela reforma curricular de 2003 em Moçambique, assenta em pressupostos pedagógicos que valorizam o papel ativo do estudante no processo educativo. Esta abordagem apoia-se nos contributos

teóricos de Jean Piaget, Lev Vygotsky e Carl Rogers, que destacam a importância do desenvolvimento cognitivo, das interações sociais e do crescimento emocional para a construção do conhecimento (Piaget, 1976; Vygotsky, 1978; Rogers, 1985). Embora sejam fundamentais para a prática pedagógica, estas contribuições não constituem teorias curriculares no sentido estrito. As teorias curriculares oferecem quadros conceptuais que orientam a organização do ensino, a seleção de conteúdos e os objetivos da educação (Schiro, 2013).

Entre as teorias curriculares que sustentam a aprendizagem centrada no aluno, destaca-se a teoria progressista, que propõe que o currículo seja desenhado a partir das experiências, interesses e necessidades dos estudantes, promovendo a autonomia, a criatividade e o pensamento crítico (Schiro, 2013). Esta perspectiva contrapõe-se à abordagem tradicional, que enfatiza a transmissão de conhecimentos por parte do professor e a memorização por parte do aluno (Kelly, 2009). A reforma curricular de 2003 reflete esta orientação ao incorporar metodologias ativas de ensino e aprendizagem, incentivando a participação dos alunos, a resolução de problemas e a contextualização dos conteúdos escolares (Ministério da Educação, 2003).

Estudos mais recentes confirmam que, embora a política curricular promova uma abordagem centrada no aluno, a implementação prática enfrenta desafios. Por exemplo, um estudo realizado por Guro e Weber (2010) no Marrere Teachers' Training College revelou que, apesar do conhecimento teórico sobre o currículo centrado no aluno, a aplicação prática foi limitada devido à formação insuficiente e à persistência de métodos tradicionais de ensino. Igualmente, Mucavele (2008) identificou fatores críticos que influenciam a eficácia da reforma curricular em Moçambique, destacando a importância da liderança escolar, do envolvimento comunitário e da capacitação docente contínua.

Outra teoria curricular de grande relevância é a teoria reconstrucionista, que defende que o currículo deve servir como instrumento para promover a mudança e a justiça social. De acordo com Pacheco (2005), esta teoria propõe que a educação prepare os alunos para compreender e intervir criticamente nas realidades sociais, económicas e culturais em que estão inseridos. Neste sentido, o currículo deve incentivar a reflexão, o diálogo e o compromisso com a transformação da sociedade (Apple, 2004). No contexto moçambicano, esta abordagem revela-se pertinente, especialmente perante os desafios de desigualdade, exclusão educativa e pluralidade cultural, que exigem uma educação sensível e inclusiva (Ministério da Educação, 2003). Complementarmente, Kusaka et al. (2024) defendem uma revisão do currículo baseada

em evidências locais, criticando a importação de modelos estrangeiros que não dialogam com a realidade sociocultural moçambicana.

A teoria humanista, associada ao pensamento de Carl Rogers, sublinha que o currículo deve favorecer o desenvolvimento pessoal e emocional do aluno num ambiente empático, respeitoso e acolhedor (Rogers, 1985). Nessa perspectiva, o papel do professor deixa de ser o de simples transmissor de conteúdos, passando a ser um facilitador do processo educativo, capaz de criar condições para que o aluno aprenda de forma significativa e integrada (Knowles, 1990). A reforma curricular de 2003 adopta essa visão ao reconhecer a importância da afectividade, da individualização do ensino e da promoção da auto-realização no processo de ensino-aprendizagem (Ministério da Educação, 2003). Essa orientação também é reflectida em estudos como o de Fringe (2018), que destaca a necessidade de currículos holísticos capazes de integrar conhecimento, habilidades e atitudes na formação dos estudantes. Em contextos de ensino superior, Ahmed et al. (2025) demonstraram a eficácia da aprendizagem centrada no estudante ao aplicarem metodologias como a aula invertida e a aprendizagem baseada em problemas em cursos de engenharia em Moçambique. Os resultados indicaram um aumento no desempenho e na satisfação dos estudantes, embora ainda existam lacunas em comparação com países como Cuba e Peru, o que revela a necessidade de maior investimento em inovação pedagógica e formação docente. Em contraste com essas abordagens modernas, a teoria tradicional do currículo considera o professor como figura central do processo educativo e o aluno como receptor passivo do conhecimento (Kelly, 2009). Essa visão reducionista tem sido progressivamente substituída por modelos mais participativos, como os que orientaram a reforma em Moçambique. A influência de autores como Freire (1996) também é visível neste processo, ao defender uma educação libertadora, baseada no diálogo, na problematização e na valorização dos saberes dos educandos. Dessa forma, embora Piaget, Vygotsky e Rogers forneçam fundamentos indispensáveis à prática pedagógica, são as teorias curriculares progressista, reconstrucionista e humanista que oferecem o suporte teórico para a organização curricular centrada no aluno. A reforma de 2003, ao integrar tais princípios, constitui um marco na tentativa de construir uma educação mais participativa, equitativa e adaptada à realidade sociocultural de Moçambique.

A teoria humanista, associada ao pensamento de Carl Rogers, sublinha que o currículo deve favorecer o desenvolvimento pessoal e emocional do aluno num ambiente empático, respeitador e acolhedor. Nesta perspectiva, o papel do professor deixa de ser o de mero

transmissor de conteúdos, passando a assumir-se como facilitador do processo educativo, capaz de criar condições para que o aluno aprenda de forma significativa e integrada. A reforma curricular de 2003 adota esta visão ao reconhecer a importância da afetividade, da individualização do ensino e da promoção da autorrealização no processo de ensino-aprendizagem. Esta orientação é também refletida em estudos como o de Fringe (2018), que destaca a necessidade de currículos holísticos, capazes de integrar conhecimento, competências e atitudes na formação dos estudantes. Em contextos de ensino superior, Ahmed et al. (2025) demonstraram a eficácia da aprendizagem centrada no estudante ao aplicarem metodologias como a aula invertida e a aprendizagem baseada em problemas em cursos de engenharia em Moçambique. Os resultados indicaram um aumento no desempenho e na satisfação dos estudantes, embora persistam lacunas em comparação com países como Cuba e Peru, o que evidencia a necessidade de maior investimento em inovação pedagógica e formação docente.

### **Gestão Curricular e Implementação da Aprendizagem Centrada no Aluno**

A gestão curricular é um fator crítico na implementação da aprendizagem centrada no aluno, pois envolve a planificação, organização e avaliação de conteúdos e metodologias que assegurem o desenvolvimento integral dos estudantes. Em Moçambique, a reforma curricular de 2003 propôs a descentralização como estratégia para flexibilizar o currículo, permitindo que as escolas adaptassem os conteúdos às suas realidades locais e culturais. Esta orientação está alinhada com a visão de Fullan (2007), que defende que uma gestão curricular eficaz deve ser flexível e responsiva, possibilitando ajustes pedagógicos para responder às necessidades específicas dos alunos sem perder a coerência com os objetivos educacionais nacionais. Contudo, a descentralização curricular apresenta desafios significativos, sobretudo em contextos em que existe escassez de recursos humanos e materiais. Darling-Hammond (2006) sustenta que a eficácia da gestão curricular depende, em grande medida, da existência de um sistema de apoio contínuo aos professores, incluindo formação profissional de qualidade, supervisão pedagógica e acesso a recursos didáticos adequados. Em Moçambique, apesar dos avanços propostos pela reforma, estudos indicam que a carência de recursos e a limitada capacitação contínua dos docentes dificultam a adoção de práticas centradas no aluno (Morais, 2012; PNUD, 2022).

A falta de preparação dos docentes para lidar com metodologias ativas compromete diretamente a qualidade da aprendizagem, uma vez que os professores tendem a recorrer a

métodos tradicionais e transmissivos. Schleicher (2012) argumenta que a formação docente precisa ser reformulada para desenvolver competências que permitam o uso efetivo de estratégias centradas no aluno, como a aprendizagem cooperativa, a resolução de problemas e a avaliação formativa. Este argumento é reforçado por pesquisas recentes, como o relatório da UNESCO (2023), que destaca a importância da formação contínua dos professores como eixo estruturante para a inovação curricular e o sucesso escolar, especialmente em países em desenvolvimento.

Além disso, a gestão curricular deve promover uma cultura escolar colaborativa, onde gestores, professores e comunidade participem ativamente na construção e avaliação do currículo. De acordo com Lopes e Macedo (2011), a participação dos diferentes atores escolares na gestão curricular fortalece a relevância social do currículo e contribui para a inclusão e equidade educativa. Em Moçambique, práticas de gestão participativa ainda são incipientes, o que limita a efetividade das reformas propostas. Segundo Nhachungue (2020), muitas escolas enfrentam dificuldades em articular as suas ações pedagógicas com as necessidades reais dos alunos e da comunidade, o que evidencia a necessidade de capacitação em liderança educacional e planeamento estratégico.

Portanto, a implementação da aprendizagem centrada no aluno depende diretamente de uma gestão curricular robusta, contextualizada e participativa. É fundamental garantir investimento contínuo na formação dos docentes, melhoria das infraestruturas escolares e fortalecimento dos mecanismos de acompanhamento pedagógico. Só assim será possível consolidar práticas curriculares que efetivamente coloquem o aluno no centro do processo educativo e contribuam para uma educação inclusiva e transformadora, tal como proposto na reforma curricular de 2003 e reiterado nas metas do Plano Estratégico da Educação 2020–2029 (MINEDH, 2019).

### **Diferenciação Curricular e Aprendizagem Centrada no Aluno**

A diferenciação curricular constitui um dos pilares fundamentais para a concretização da aprendizagem centrada no aluno, pois permite atender às múltiplas necessidades, interesses e ritmos de aprendizagem presentes nas salas de aula heterogêneas. Segundo Tomlinson (2001), a diferenciação curricular consiste em adaptar o conteúdo, os processos, os produtos e o ambiente de aprendizagem de acordo com as características individuais dos alunos, promovendo o engajamento e o sucesso escolar. Essa abordagem alinha-se à proposta da

reforma curricular de 2003 em Moçambique, que reconhece a diversidade como um valor e defende práticas pedagógicas inclusivas e centradas no aluno (Ministério da Educação, 2003). Além disso, estudos mais recentes reforçam a importância da diferenciação como estratégia eficaz na promoção da equidade educacional. De acordo com Subban e Round (2021), a diferenciação curricular melhora significativamente os resultados académicos quando implementada de forma consistente, pois permite que cada aluno progrida a partir do seu nível de desempenho, respeitando os seus estilos e ritmos de aprendizagem. A aprendizagem centrada no aluno, nesse sentido, beneficia-se directamente dessa prática ao proporcionar um ambiente personalizado e motivador.

Todavia, a implementação efectiva da diferenciação curricular enfrenta desafios relevantes em contextos de poucos recursos, como ocorre em muitas escolas moçambicanas. Em turmas superlotadas e com escassez de materiais didácticos, torna-se difícil aplicar estratégias diferenciadas de forma contínua. Darling-Hammond (2006) sublinha que a capacitação docente é um factor determinante, pois os professores precisam de formação contínua para diagnosticar as necessidades dos alunos e adaptar suas estratégias pedagógicas de forma intencional e eficaz. Em Moçambique, a limitada formação inicial e contínua dos professores, aliada à escassez de materiais pedagógicos e infra-estruturas inadequadas, dificulta a operacionalização da diferenciação (Chisholm, 2005; Morais, 2012).

A integração de tecnologias digitais pode ser uma resposta parcial a esses desafios. Segundo Alismail e McGuire (2015), o uso de ferramentas tecnológicas possibilita a criação de ambientes de aprendizagem personalizados, tornando a diferenciação mais viável mesmo em contextos com recursos humanos limitados. No entanto, a desigualdade no acesso à tecnologia ainda é um entrave importante em muitas regiões moçambicanas.

Em suma, a diferenciação curricular é uma componente indispensável para a eficácia da aprendizagem centrada no aluno, mas requer políticas de apoio, formação docente contínua e investimentos estruturais que garantam equidade e qualidade. A falta desses elementos compromete o ideal proposto pela reforma de 2003, tornando a sua aplicação parcial e desigual.

### **Avaliação Curricular e Aprendizagem Centrada no Aluno**

A avaliação curricular, no contexto de uma aprendizagem centrada no aluno, deve ir além dos métodos tradicionais baseados na memorização e na reprodução mecânica de conteúdos, valorizando, em vez disso, o desenvolvimento integral do educando. Wiggins e

McTighe (2005) defendem o uso de avaliações autênticas que permitam aos alunos demonstrarem competências como pensamento crítico, criatividade, colaboração e resolução de problemas em contextos significativos. Esta abordagem está alinhada com os princípios da reforma curricular moçambicana de 2003, que propõe uma avaliação contínua e formativa como instrumento de apoio à aprendizagem e de diagnóstico do progresso dos alunos (Ministério da Educação, 2003).

Contudo, a transição para práticas avaliativas centradas no aluno enfrenta sérias limitações em contextos educativos marcados por modelos tradicionalistas e pela escassez de recursos. Schleicher (2012) salienta que, em muitos sistemas educativos, os métodos de avaliação permanecem enraizados em exames padronizados e práticas instrucionais rígidas, o que limita a capacidade de captar as reais competências dos estudantes. Em Moçambique, Sayed (2011) destaca que, apesar dos avanços normativos, a implementação de avaliações inclusivas e formativas continua a ser um desafio, devido à falta de capacitação dos professores, à ausência de materiais apropriados e à pressão por resultados quantitativos.

Autores contemporâneos reforçam a importância de desenvolver sistemas de avaliação coerentes com as pedagogias centradas no aluno. Andrade (2019) argumenta que uma avaliação significativa deve ser formativa, contínua e articulada ao currículo, promovendo a autorregulação da aprendizagem e fornecendo feedback construtivo. Neste sentido, as práticas avaliativas devem envolver os alunos na definição de critérios de sucesso e na autoavaliação, o que favorece o desenvolvimento da autonomia e da metacognição (Panadero, 2017).

Por outro lado, a crescente utilização das tecnologias digitais no ambiente escolar oferece novas possibilidades para a avaliação centrada no aluno. De acordo com Redecker e Punie (2017), ferramentas digitais podem facilitar a recolha e análise de evidências variadas de aprendizagem, permitindo avaliações mais dinâmicas, personalizadas e inclusivas. Contudo, esta inovação requer investimentos em infraestruturas e formação docente, que ainda são limitados no contexto moçambicano, acentuando as desigualdades entre escolas urbanas e rurais. Assim, para que a avaliação curricular contribua efetivamente para a aprendizagem centrada no aluno, é imprescindível repensar os seus fundamentos e práticas, promovendo modelos avaliativos que reconheçam a diversidade dos alunos e que estejam integrados de forma coerente à gestão curricular e à diferenciação pedagógica.

### **Impacto no Desempenho Académico**

A relação entre a aprendizagem centrada no aluno e o desempenho académico é complexa. Hattie (2009) observa que, quando implementada corretamente, esta abordagem pode melhorar significativamente o desempenho académico, promovendo uma maior retenção do conhecimento, o desenvolvimento de competências críticas e uma maior satisfação dos alunos. No entanto, a sua eficácia depende de vários fatores, como a qualidade da formação dos professores, a adequação dos recursos disponíveis e a gestão curricular.

Mizukami (2003, cit. por Sousa, 2021) argumenta que, na aprendizagem centrada no aluno, o professor atua como mediador e facilitador, ajudando os alunos a construir o seu próprio conhecimento de forma significativa. Rogers acrescenta que o papel do professor é criar condições para que os alunos aprendam com base nas suas próprias experiências, enfatizando a importância da relação professor-aluno. Por seu lado, Moreira (s.a., cit. por Sousa, 2021) salienta que, para que esta abordagem seja bem-sucedida, os alunos devem ser ativos, interpretar e negociar significados, aceitar críticas e manter-se motivados. O conhecimento é construído a partir das experiências e das relações sociais dos alunos.

A tríade rogeriana — consideração positiva, compreensão empática e congruência — é fundamental para criar um ambiente de aprendizagem que favoreça o desenvolvimento pleno das capacidades dos alunos (Araújo & Vieira, 2013, cit. por Sousa, 2021). Freeman et al. (2014) destacam que a aprendizagem ativa, um dos pilares da aprendizagem centrada no aluno, está associada a melhores resultados académicos, especialmente no ensino superior. Contudo, desafios na implementação em contextos de ensino básico, como em Moçambique, indicam que, para maximizar os benefícios, é necessário um apoio adequado do sistema educativo, incluindo formação contínua de professores e alocação de recursos (Schleicher, 2012; Fullan, 2007).

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

Este estudo caracteriza-se por uma abordagem qualitativa, que procura compreender em profundidade os efeitos da aprendizagem centrada no aluno no contexto da avaliação e da diferenciação curricular. A metodologia qualitativa é especialmente adequada para explorar fenómenos complexos, que envolvem interpretações subjetivas, relações dinâmicas e múltiplas perspetivas, permitindo uma análise mais abrangente e contextualizada da realidade educativa (Creswell, 2010).

Quanto aos objetivos, a investigação é de natureza explicativa, pois pretende analisar as causas, implicações e relações entre práticas curriculares diferenciadas e a aprendizagem centrada no aluno. De acordo com Gil (2002), a pesquisa explicativa visa aprofundar o conhecimento sobre determinado fenómeno, identificando os fatores que contribuem para a sua ocorrência. Assim, este estudo procura esclarecer como os princípios da diferenciação curricular e da avaliação podem ser operacionalizados para promover uma aprendizagem mais inclusiva, equitativa e eficaz.

Em termos de procedimentos metodológicos, recorre-se à pesquisa bibliográfica, que consiste na análise sistemática de obras publicadas, tais como livros, artigos científicos, documentos oficiais e relatórios institucionais. Segundo Lakatos e Marconi (2003), a pesquisa bibliográfica permite a recolha, organização e interpretação de dados teóricos já disponíveis, servindo de base para a construção de argumentos fundamentados e críticos sobre o tema estudado. Esta abordagem possibilita identificar contributos de autores clássicos e contemporâneos, bem como contextualizar as políticas e práticas educativas à luz de estudos recentes, promovendo uma visão abrangente e fundamentada da problemática em análise.

## **CONCLUSÕES**

A implementação da Aprendizagem Centrada no Aluno em Moçambique, impulsionada pela reforma curricular de 2003, representa uma mudança significativa na forma como o ensino é conduzido. Esta abordagem, ao deslocar o foco da transmissão de conhecimentos do professor para o aluno, visa promover uma aprendizagem mais ativa, crítica e colaborativa. O aluno, ao assumir o protagonismo no processo educativo, é incentivado a desenvolver autonomia, competências de resolução de problemas e capacidades essenciais para enfrentar os desafios de um mundo em constante transformação. Contudo, a eficácia desta metodologia depende de uma série de fatores que vão além da simples adoção do modelo.

Desafios estruturais, como a falta de recursos nas escolas, turmas superlotadas e a resistência de alguns professores e gestores à mudança, podem comprometer os resultados esperados. Além disso, a formação contínua dos docentes e a disponibilidade de materiais didáticos adaptados à realidade local são imprescindíveis para que a Aprendizagem Centrada no Aluno se torne verdadeiramente eficaz. Para ultrapassar estes obstáculos, é necessário um compromisso sistémico e sustentável, que envolva desde políticas educativas inclusivas até investimentos em infraestruturas e recursos tecnológicos. É igualmente fundamental que a



avaliação do desempenho académico reflita esta nova abordagem, valorizando o desenvolvimento integral dos alunos, em vez de se centrar apenas na memorização e repetição de conteúdos. Se implementada com o apoio adequado, a Aprendizagem Centrada no Aluno pode revolucionar o sistema educativo moçambicano, tornando-o mais inclusivo, equitativo e preparado para formar cidadãos críticos e participativos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACK, P.; WILIAM, D. Avaliação e aprendizagem em sala de aula. **Avaliação na Educação: Princípios, Política & Prática**, v. 5, n. 1, p. 7-74, 1998.

CHISHOLM, L. A política de revisão do currículo na África do Sul. In: **Conferência Internacional sobre Educação e Desenvolvimento de Oxford**, 2005.

DARLING-HAMMOND, L. **Formação de professores eficaz: Lições de programas exemplares**. San Francisco: Jossey-Bass, 2006.

FREEMAN, S.; EDDY, S. L.; MCDONOUGH, M.; SMITH, M. K.; OKOROAFOR, N.; JORDT, H.; WENDEROTH, M. P. O aprendizado activo aumenta o desempenho dos alunos em ciência, engenharia e matemática. **Atas da Academia Nacional de Ciências**, v. 111, n. 23, p. 8410-8415, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1073/pnas.1319030111>. Acesso em: 14 fev. 2025.

FULLAN, M. **O novo significado da mudança educacional**. Londres: Routledge, 2007.

HATTIE, J. **Aprendizagem visível: Uma síntese de mais de 800 meta-análises relacionadas ao desempenho**. Londres: Routledge, 2009.

KELLY, A. V. **O currículo: Teoria e prática**. Londres: SAGE Publications, 2009.

PACHECO, J. A. **Teorias curriculares**. Porto: Porto Editora, 2005.

ROGERS, C. R. **Liberdade para aprender**. Columbus: Merrill Publishing Company, 1985.

SCHIRO, M. S. **Teoria do currículo: Visões conflitantes e preocupações duradouras**. Londres: SAGE Publications, 2013.

ARTIGO



**CARACTERIZAÇÃO GEOTÉCNICA DAS FRACTURAS DOS  
MACIÇOS ROCHOSOS NA MINERADORA PROMAC LDA,  
DISTRITO DE NHAMATANDA/SOFALA**

***GEOTECHNICAL CHARACTERIZATION OF ROCK MASSIF FRACTURES AT  
PROMAC LDA MINING COMPANY, NHAMATANDA DISTRICT/SOFALA***

***CARACTÉRISATION GÉOTECHNIQUE DES FRACTURES DE LA MASSE  
ROCHEUSE DE LA SOCIÉTÉ MINIÈRE PROMAC LDA, DISTRICT DE  
NHAMATANDA/SOFALA***

*Por Gerson Constantino Alexandre Mavulule & Ernesto Domingos Victorino*

*Gerson Constantino Alexandre Mavulule*

Licenciado em Geologia com Habilitação na  
Mineração na Universidade Licungo Campus  
do Dondo (LGHM/ULCD).

E-mail: mavululegerson@gmail.com

*Ernesto Domingos Victorino*

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em  
Geologia pela Universidade Federal da Bahia  
(PPGEO/UFBA).

E-mail: ernestodomingos13@gmail.com

Como citar

MAVULULE, Gerson Constantino Alexandre;  
VICTORINO Ernesto Domingos.

Caracterização geotécnica das fracturas dos  
maciços rochosos na mineradora PROMAC  
LDA, Distrito de Nhamatanda/Sofala  
(Moçambique). **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13,  
p. 183-197, jul.-dez. 2025.



## RESUMO

A presente pesquisa, intitulada “Caracterização Geotécnica das Fracturas dos Maciços Rochosos na Mineradora Promac Lda.”, tem como principal objectivo caracterizar geotecnicamente os carbonatitos da empresa, com vista a definir as principais famílias de fracturas que possam facilitar o processo de desmonte dos carbonatitos aplicados na construção civil. Para alcançar os objectivos propostos, foram utilizados os seguintes parâmetros geotécnicos: abertura das fracturas, preenchimento, espaçamento e orientação espacial. Com recurso ao software Stereonet 11, foi determinado o número de famílias de fracturas existentes. As fracturas têm interferido nas actividades da mineradora, nomeadamente devido ao engate da haste durante a perfuração e à dispersão dos explosivos ao longo das descontinuidades. As fracturas pré-existentes têm servido como pontos de partida para novas fracturas induzidas pela detonação dos explosivos. Os carbonatitos apresentam ainda uma intrusão de basalto. Com base nos parâmetros geotécnicos analisados, concluiu-se que apenas uma fractura em cada *stop* se encontra preenchida por areia avermelhada ligeiramente compacta. O *stop* 1 apresenta uma única família de fracturas, com espaçamento moderado; o *stop* 2 apresenta duas famílias, igualmente com fracturas moderadamente espaçadas. No que respeita à abertura, as fracturas do primeiro *stop* são moderadamente abertas, enquanto as do segundo *stop* variam entre moderadamente abertas e largas, podendo assim permitir a percolação de fluidos.

**Palavras-chave:** Carbonatitos; Fracturas; Geotecnia; Stereonet.

## ABSTRACT

The present research entitled “Geotechnical Characterization of the Fractures of the Rock Massifs at Mineradora Promac Lda”, with the main objective of geotechnically characterizing the carbonatites of the company, with a view to defining the main families of fractures that can facilitate the process of dismantling the carbonatites. To achieve the objectives, the following geotechnical parameters were used: opening of the fractures, filling, spacing and spatial orientation of the fractures. With Stereonet 11 Software, the number of families of fractures was determined. They have interfered in the company's activities, due to the engagement of the rod in the drilling and dispersion of the explosives in the fractures. The pre-existing fractures have served as a starting point for the fractures caused by the detonation of explosives, the carbonatites present basalt intrusion. Considering the geotechnical parameters, it was concluded that only one fracture in each stop is filled with reddish sand a little compact, the stop 1 has one and only family with moderately distant fractures, the stop 2 has two families, with moderately distant fractures. And in terms of opening, the first stop is moderately open and the second stop is moderately open to wide and allowing fluid percolation.

**Keywords:** Carbonatites. Fractures. Geotechnics. Stereonet.

## RÉSUMÉ

La présente recherche, intitulée « Caractérisation géotechnique des fractures des massifs rocheux de la société minière Promac Lda », a pour objectif principal caractériser géotechniquement les carbonatites de la société minière afin de définir les principales familles de fractures susceptibles de faciliter le démantèlement des carbonatites utilisées en génie civil. Pour atteindre ces objectifs, les paramètres géotechniques suivants ont été utilisés : ouverture des fractures, remplissage, espacement orientation spatiale des fractures. Le logiciel Stereonet 11 a permis de déterminer le nombre de familles de fractures. Ces dernières ont perturbé les activités de la société minière, en raison de l'engagement de la tige lors du forage et de la dispersion des explosifs dans les fractures. Les fractures préexistantes ont servi de point de départ aux fractures causées par la détonation des explosifs. Les carbonatites présentent une intrusion basaltique. Compte tenu des paramètres géotechniques, il a été conclu qu'une seule fracture par barrage est remplie de sable rougeâtre légèrement compact ; barrage 1 présente une seule famille de fractures modérément espacées. La figure 2 présente deux familles, avec des fractures modérément distantes. La première butée est modérément ouverte et la seconde butée est modérément ouverte à large, permettant percolation des fluides.

**Mots clés :** Carbonatites. Fractures. Géotechnique. Stéréonet.

## INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa, intitulada “Caracterização Geotécnica das Fracturas dos Maciços Rochosos na Mineradora Promac Lda., no distrito de Nhamatanda, província de Sofala”, o estudo incide especificamente sobre os carbonatitos extraídos para comercialização pela mineradora em epígrafe. Segundo Guerra & Guerra (2011), rocha é um agregado sólido, de ocorrência natural, formado por um ou mais minerais. Os carbonatitos, de acordo com a Convenção da União Internacional de Ciências Geológicas, são rochas ígneas que apresentam, em volume, mais de 50% de minerais carbonatados. Morfologicamente, segundo GTK2 (2006), os carbonatitos de Xiluvo possuem uma estrutura anelar composta pela seguinte sequência:

- um núcleo central constituído por carbonatito à base de calcite;
- um anel envolvente formado por brechas vulcânicas, que podem conter fragmentos de rochas carbonatíticas com calcite, cimento ferruginoso e componentes de quartzo, feldspato, xisto, quartzito e rocha básica;
- uma zona externa complexa, onde rochas traquíticas e porfíricas cortam densamente a rocha encaixante quartzo-feldspática, conforme ilustrado no Mapa 1.

Geologicamente, segundo Fossen (2017), fracturas são deformações por ruptura, constituindo planos que dividem um bloco de rocha ou uma camada em duas partes, ao longo dos quais não ocorre deslocamento. Estas fracturas podem ter origem no arrefecimento das rochas ou nos movimentos tectónicos das placas. Considerando estes conhecimentos geológicos, escolheu-se o presente tema porque as fracturas podem induzir a queda de blocos dos maciços rochosos, dependendo do grau de fracturamento e do nível de alteração, colocando em risco a segurança dos trabalhadores. Além disso, as fracturas encontram-se precisamente na área onde o maciço está a ser extraído para fins comerciais. Assim, a caracterização das fracturas é fundamental para trabalhos de prevenção e controlo, tendo em conta que o desenvolvimento da humanidade sempre esteve associado à exploração de recursos naturais desde a pré-história, quando o ser humano extraía minerais e os transformava em bens essenciais à sua sobrevivência. Neste contexto, procura-se responder à seguinte questão: “Até que ponto as fracturas podem interferir na extracção dos carbonatitos na Mineradora Promac Lda.?”. Para a realização deste trabalho, foram adoptados os seguintes procedimentos metodológicos:

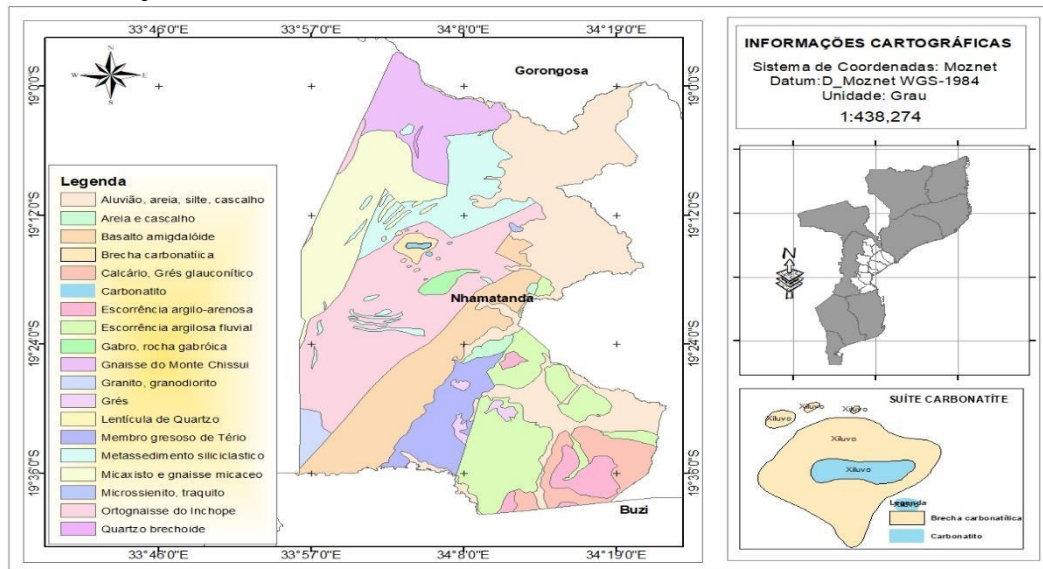


- Pesquisa bibliográfica, consistindo na consulta de obras, relatórios, mapas, artigos e livros sobre fracturas e parâmetros geotécnicos, com o objectivo de reunir informações essenciais. Segundo Gil (2002), a pesquisa bibliográfica baseia-se em material já elaborado, permitindo ao investigador abranger uma gama de fenómenos muito mais ampla do que aquela que poderia estudar directamente.
- Trabalho de campo, que consistiu na recolha de dados de acordo com os objectivos definidos e com base nos parâmetros seleccionados.
- Trabalho de gabinete, destinado à compilação e discussão dos resultados, conforme também sustentado por Gil (2002).

A determinação dos parâmetros geotécnicos baseou-se nas obras de Wolpp (2018), Nummer (2003) e Gomes (2008), que utilizaram os mesmos parâmetros nos seus estudos e explicam os critérios para a sua definição e aplicação. Estes parâmetros foram avaliados da seguinte forma:

- A orientação espacial dos planos de descontinuidade foi determinada com recurso à bússola geológica, para medir o mergulho e a direcção do mergulho, segundo as orientações de Nummer (2003).
- O espaçamento e a abertura das descontinuidades foram medidos com fita métrica, seguindo as indicações de Priest e Hudson (1976).
- O preenchimento das descontinuidades foi avaliado por observação directa a olho nu e com auxílio de lupa.
- Com o software Stereonet 11, foi determinado o número de famílias de fracturas.

Mapa 1: Estrutura anelar dos Carbonatitos do Monte Xiluvo/Nhamatanda



Fonte: Mavulule; Victorino (2024).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os carbonatitos do monte Xiluvo, concretamente na pedra da Promac Lda., apresentam intrusões de rochas basálticas nas seguintes coordenadas geográficas: 19° 14' 50,2" S e 34° 3' 29,5" E, com orientação 290°/73° NE e espessura variável entre 16 e 20 cm, conforme ilustrado na figura seguinte. Se quiser, posso também harmonizar este trecho com o restante texto para garantir uniformidade terminológica.

Imagem 1: Ilustração da Intrusão do basalto nos carbonatitos na Mineradora



Fonte: Mavulule; Victorino (2024)

A colecta de dados das fracturas nos carbonatitos de Xiluvo foi dividida em dois stops, onde, em cada um deles, se procedeu ao levantamento das coordenadas, das orientações das fracturas e de outros dados, de acordo com os parâmetros geotécnicos utilizados no estudo.

### Levantamento de dados no Stop 1

O stop 1 encontra-se localizado nas seguintes coordenadas geográficas: 19° 14' 50,5" S e 34° 3' 30" E. A ilustração seguinte apresenta as fracturas observadas neste primeiro stop, e a Tabela 4 contém os dados colectados relativos às mesmas.

Imagem 2: Ilustração das fracturas do primeiro stop na Mineradora



Fonte: Mavulule; Victorino (2024)

Tabela 1: Dados colhidos no stop 1 na Mineradora Promac Lda, com base nos parâmetros geotécnicos.

Nº	Orientação	Espaçamento	Abertura	Preenchimento
1	043°/39°NW	60cm de 1-2	8mm	Não
2	052°/12°NW	22,5 cm de 2-3	6mm	Não
3	046°/12°NW	39,2cm de 3-4	10mm	Areia vermelha
4	064°/3°NW		7mm	Não

Fonte: Mavulule; Victorino (2024)

### Levantamento de Dados no Stop 2

O stop 2 localiza-se nas seguintes coordenadas geográficas: 19° 14' 49,8" S e 34° 3' 28,8" E. Nestas coordenadas foram observadas diversas fracturas, como se pode verificar na

figura seguinte. De acordo com os parâmetros geotécnicos utilizados no estudo, a tabela seguinte apresenta os dados recolhidos neste stop.

Imagem 3: Fracturas observadas no segundo stop na Mineradora



Fonte: Mavulule; Victorino (2024)

Tabela 2: Dados colhidos no stop 2 na Mineradora Promac Ltda referentes aos parâmetros geotécnicos.

Nº	Orientação	Espaçamento	Abertura	Preenchimento
1	N316°/36°NE	27 cm de 1 a 2	32mm	Não
2	N282°/27°NE		20mm	Não
3	N280°/24°NE	19 cm de 2 a 3	11mm	Não
4	N276°/15°NE	83 cm de 3 a 4	15mm	Não
5	N66°/62°NW	97 cm de 5 a 6	10mm	Areia cinzenta a preta
6	N74°/82°NW		9mm	Não

Fonte: Mavulule; Victorino (2024)

### Caracterização das fracturas do stop 1

No primeiro *stop* foram observadas quatro fracturas, numeradas de 1 a 4 na Tabela 4, juntamente com os restantes dados obtidos de acordo com os parâmetros geotécnicos definidos. Assim, apresenta-se a seguinte caracterização geotécnica.

### Quanto ao espaçamento

Relativamente ao espaçamento das fracturas, Hudson (1976) refere que as medições deste parâmetro devem ser realizadas utilizando uma fita graduada (fita métrica). O espaçamento médio é determinado pela razão entre o somatório das distâncias medidas entre as fracturas e o número total dessas descontinuidades.

Para avaliar o grau de proximidade entre fracturas, a Sociedade Internacional de Mecânica das Rochas (1981) estabelece os seguintes critérios:

- Muito afastadas: distância superior a 200 cm
- Afastadas: entre 60 e 200 cm
- Mediamente afastadas: entre 20 e 60 cm
- Próximas: entre 6 e 20 cm
- Muito próximas: inferior a 6 cm

Com base nas medições efectuadas no *stop* 1, verificou-se que:

- As fracturas 1 e 2 são mediamente afastadas, separadas por 60 cm.
- As fracturas 2 e 3 distam 22,5 cm, sendo também mediamente afastadas.
- As fracturas 3 e 4 apresentam uma distância de 39,2 cm, classificando-se igualmente como mediamente afastadas.

O espaçamento médio das fracturas observadas é de 30,425 cm, conforme demonstrado no cálculo apresentado a seguir.

$$e = \frac{l}{n}$$
$$e = \frac{121.7cm}{4}$$
$$e = 30.425cm$$

### Quanto à abertura

Relativamente ao parâmetro abertura das fracturas, Pereira (2013) refere que as medições devem ser realizadas com instrumentos adequados para determinar a distância entre as duas paredes da fractura. O autor salienta ainda que uma fractura pode apresentar maior abertura à superfície e, com o aumento da profundidade, reduzir alguns milímetros ou até mesmo encontrar-se fechada. Para determinar se uma fractura está aberta ou fechada, a ISRM (1978, 1981) estabelece critérios baseados no afastamento entre as paredes, classificando-as da seguinte forma:



- Muito apertadas: abertura inferior a 0,1 mm
- Apertadas: entre 0,1 e 0,25 mm
- Parcialmente abertas: entre 0,25 e 0,5 mm
- Abertas: entre 0,5 e 2,5 mm
- Moderadamente largas: entre 2,5 e 10 mm
- Muito largas: entre 10 e 100 mm
- Extremamente largas: entre 100 e 1000 mm
- Cavernosas: abertura superior a 1000 mm

Com base nas medições efectuadas no *stop* 1, verificou-se que todas as fracturas são moderadamente largas, com aberturas compreendidas entre 2,5 e 10 mm: a primeira fractura apresenta 8 mm, a segunda 6 mm, a terceira 10 mm e a quarta 7 mm.

### Quanto ao preenchimento

No que respeita ao preenchimento das fracturas, Pereira (2013) e Gomes (2008) definem este parâmetro como a porção de material existente entre as paredes de uma descontinuidade, desde que exista abertura. As fracturas podem apresentar preenchimento total ou parcial constituído por diversos materiais, tais como minerais (calcite, quartzo), materiais detríticos (clastos, conglomerados) ou solos (argilas, areias, siltes), com diferentes graus de consolidação ou cimentação. O preenchimento pode ainda resultar de materiais externos ou da própria rocha-mãe, devido a processos de intemperismo. Os autores destacam que o material de preenchimento pode ser observado a olho nu, com lupa ou ao microscópio, devendo a sua descrição considerar tipo, granulometria e cor. De acordo com estas recomendações e com as observações realizadas durante o levantamento de campo no *stop* 1, constatou-se que nenhuma das fracturas apresenta indícios de preenchimento, excepto a quarta fractura, que se encontra totalmente preenchida por areia vermelha, de granulação fina e ligeiramente compacta.

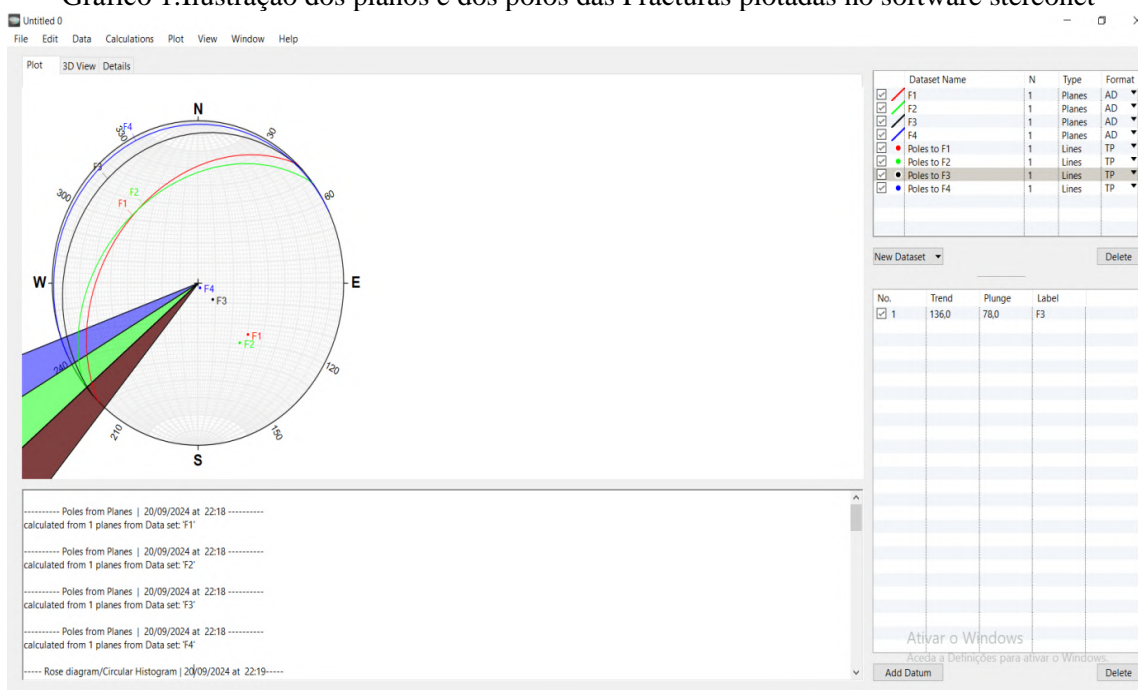
### Quanto ao número de famílias

No que diz respeito ao número de famílias das descontinuidades, Wolpp (2018) refere que este é definido com base no paralelismo entre as descontinuidades, podendo, em alguns casos, existir famílias isoladas. Allmendinger (2020) acrescenta que, com o auxílio do software

Stereonet, é possível determinar o número de famílias através da observação do paralelismo dos dados relativos às suas orientações geológicas. Assim, os dados recolhidos no campo — em particular as orientações das fracturas —, quando plotados na rede de Schmidt e no diagrama de rosetas do software Stereonet, permitiram observar que todos os planos das fracturas são paralelos, o que indica que todas pertencem a uma única família, conforme ilustrado na figura seguinte.

Se quiser, posso também rever o parágrafo anterior ou o seguinte para garantir uniformidade em todo o capítulo.

Gráfico 1: Ilustração dos planos e dos pólos das Fracturas plotadas no software stereonet



Fonte: Mavulule; Victorino (2024)

## Caracterização das fracturas do stop 2

No segundo stop, foram observadas 6 fracturas que na tabela 5 estão ordenadas de 1 a 6 junto com outros dados referentes aos parâmetros geotécnicos, por isso, tem-se a seguinte caracterização geotécnica:

### Quanto ao espaçamento

No que diz respeito ao espaçamento das fracturas, Hudson (1976) refere que as medições deste parâmetro devem ser realizadas com o auxílio de uma fita graduada (fita métrica). O espaçamento médio é determinado pela razão entre o somatório das distâncias

medidas entre as fracturas e o número total das mesmas. Para avaliar o grau de proximidade entre fracturas, a Sociedade Internacional de Mecânica das Rochas (1981) estabelece os seguintes critérios:

- Muito afastadas: distância superior a 200 cm
- Afastadas: entre 60 e 200 cm
- Mediamente afastadas: entre 20 e 60 cm
- Próximas: entre 6 e 20 cm
- Muito próximas: inferior a 6 cm

Com base nas medições efectuadas no *stop* 2, foi possível constatar que:

- As fracturas 1 e 2 são próximas, separadas por 27 cm.
- As fracturas 2 e 3 também são próximas, com uma distância de 19 cm.
- As fracturas 3 e 4 são afastadas, distando 83 cm.
- As fracturas 5 e 6 são igualmente afastadas, com 97 cm de separação.

O espaçamento médio da primeira família (fracturas 1, 2, 3 e 4) é de 32,25 cm, enquanto o espaçamento médio das fracturas 5 e 6 é de 48,5 cm, conforme demonstrado nos cálculos apresentados a seguir.

#### **Cálculo do espaço médio da família 1**

$$e = \frac{l}{n}$$
$$e = \frac{129cm}{4}$$
$$e = 32,25cm$$

#### **Cálculo do espaço médio da família 2**

$$e = \frac{l}{n}$$
$$e = \frac{97cm}{2}$$
$$e = 48,5cm$$

### Quanto à abertura

Relativamente ao parâmetro abertura das fracturas, Pereira (2013) refere que as medições devem ser realizadas com instrumentos adequados para determinar a distância entre as duas paredes da fractura. O autor salienta ainda que uma fractura pode apresentar maior abertura à superfície e, com o aumento da profundidade, reduzir alguns milímetros ou até mesmo encontrar-se fechada. Para determinar se uma fractura está aberta ou fechada, a ISRM (1978, 1981) estabelece a seguinte classificação, baseada no afastamento entre as paredes:

- Muito apertadas: abertura inferior a 0,1 mm
- Apertadas: entre 0,1 e 0,25 mm
- Parcialmente abertas: entre 0,25 e 0,5 mm
- Abertas: entre 0,5 e 2,5 mm
- Moderadamente largas: entre 2,5 e 10 mm
- Muito largas: entre 10 e 100 mm
- Extremamente largas: entre 100 e 1000 mm
- Cavernosas: abertura superior a 1000 mm

Com base nas medições efectuadas no *stop 2*, verificou-se que:

- A primeira fractura (32 mm), a segunda (20 mm), a terceira (11 mm) e a quarta (15 mm) são muito largas, situando-se no intervalo de 10 a 100 mm.
- A quinta fractura (10 mm) e a sexta (9 mm) são moderadamente largas, com aberturas entre 2,5 e 10 mm.

### Quanto ao preenchimento

No que respeita ao preenchimento das fracturas, Pereira (2013) e Gomes (2008) definem este parâmetro como a porção de material existente entre as paredes de uma descontinuidade, desde que exista abertura. O preenchimento pode ser total ou parcial e constituído por diversos materiais, tais como minerais (calcite, quartzo), materiais detríticos (clastos, conglomerados) ou solos (argilas, areias, siltes), com diferentes graus de consolidação ou cimentação. Pode ainda resultar de materiais externos ou da própria rocha-mãe, devido a processos de intemperismo. Os autores destacam que o material de preenchimento pode ser observado a olho nu, com lupa ou ao microscópio, devendo a sua descrição considerar tipo, granulometria e cor. De acordo com as observações realizadas no *stop 2*, constatou-se que a



## CONCLUSÃO

Os carbonatitos do Monte Xiluvo, no distrito de Nhamatanda (Sofala), concretamente na área de exploração da mineradora Promac Lda., apresentam, por observação directa, fracturamento significativo e intrusões de rochas basálticas. A determinação dos parâmetros geotécnicos permitiu efectuar o levantamento de dados em campo, recorrendo a instrumentos e critérios específicos: a bússola geológica do tipo Burton para registar as orientações das fracturas; a fita métrica graduada para medir parâmetros como o espaçamento e a abertura; e a observação directa, a olho nu e com auxílio de lupa, para identificar eventuais materiais de preenchimento. A partir da avaliação dos parâmetros geotécnicos nos dois *stops* das frentes de exploração, foi possível concluir o seguinte:

### Espaçamento:

- No *stop* 1, as fracturas apresentam um espaçamento médio de 30,425 cm, sendo classificadas como mediamente afastadas. No *stop* 2, as fracturas 1, 2, 3 e 4 apresentam um espaçamento médio de 32,25 cm, enquanto as fracturas 5 e 6 apresentam 48,5 cm. Todas se enquadram igualmente na categoria de mediamente afastadas.

### Abertura:

- No *stop* 1, as fracturas apresentam aberturas entre 2,5 e 10 mm, classificando-se como moderadamente largas, segundo a Sociedade Internacional de Mecânica das Rochas. No *stop* 2, as fracturas 1, 2, 3 e 4 são muito largas, com aberturas entre 10 e 100 mm, enquanto as fracturas 5 e 6 são moderadamente largas, com aberturas entre 2,5 e 10 mm.

### Preenchimento:

- A maioria das fracturas dos dois *stops* não apresenta qualquer indício de preenchimento. As excepções são a quarta fractura do *stop* 1 e a quinta fractura do *stop* 2, ambas totalmente preenchidas por areia de cor vermelha, de granulação fina e ligeiramente compacta.

### Número de famílias:



- Com base nas orientações recolhidas em campo e tratadas no software Stereonet 11, verificou-se que o *stop* 1 apresenta uma única família de fracturas. No *stop* 2 foram identificadas duas famílias, formando um sistema de fracturamento distinto.

## RECOMENDAÇÕES

Com base no trabalho realizado e nas conclusões obtidas, apresentam-se as seguintes recomendações para a mineradora e para estudos futuros: Realização de estudos geotécnicos adicionais na matriz, com enfoque na resistividade do maciço, de modo a determinar o tipo de explosivo mais adequado e, assim, minimizar a geração de fracturas induzidas

## REFERÊNCIAS

- DUARTE, R. S. **Análise cinemática e aplicação do método Q-slope em maciço rochoso marginal à rodovia ES-482 / Rafael Spilaris Duarte**. Biblioteca do Campus Cachoeiro de Itapemirim: Renata Lorencini Rizzi CRB6-ES nº 085, 2022.
- GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 4 Edição, 2002.
- GOMES, I. P. **A importancia das fracturas no desenvolvimento de feicoes cársticas em calcários da formacao Jandaíra (Cretácio da Bacia Potiguar)**, Filipe Guerra-RN (Mestrado em Geologia) Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geologia, Universidade Federal do Ceará, 2008.
- GTK2. **Noticia explicativa 2**. Geology of Degree Sheets, Espungabera/Chibabava, Nova/Mambone, Massangena, Chidoco, Save/Bazaruto, Chicualacuala, Machaila, Chigubo, Mabote/Vilanculos, Rio Singuédzi/Massingir, Rio Changana, Funhalouro/Inhambane, Chilembene, Chókwe, Zavala/Inharrime, Maputo, Xai-Xai/Zavala and Bela-Vista, República de Mocambique: Ministerio dos recursos minerais, 2006.
- MINISTÉRIO DE ADMINISTRAÇÃO ESTATAL. **Perfil do distrito do Nhamatanda provincia de Sofala**. Nhamatanda: Ministerio da Administracao Estatal, 2005, disponivel em: <http://www.govnet.gov.mz..>
- NUMMER, A. V. **Parâmetros Geológicos-Geotécnicos Controladores dos Movimentos de Massa na Rota do sul/RS 486-ITATI, RS** (Doutoramento em Engenharia) Programa Pós-Graduação em Engenharia Civil, Universidade Federal Rio de Janeiro. Porto Alegre, 2003.
- PEREIRA, M.. **Utilizacao de parametros de furacao para previsoes geologico e geotecnicas na fase de execucao de obras subterraneas** (Mestrado em Geologia). Faculdade de Ciências, Universidade Porto, 2013.
- WOLPP, L. F.. **Caracterização e Classificação Geomecanica de um Talude da Santa Helena Mineração LTDA**. Araxa (Bacharel em Engenharia de Minas), Curso de Engenharia de Minas, Centro Federal de educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET/MG 2018.

## EXPRESSÕES CULTURAIS



### O PAPEL DO CINEMA EM ÁFRICA EM CONTEXTOS DE PÓS-INDEPENDÊNCIAS

*Por Wagner F. Guimarães*

*Wagner Ferreira Guimarães*

Mestrando em História, PPGH, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, Brasil

Contato: guimaraeswagner97@gmail.com



*Quem é Wagner Ferreira Guimarães?*

Wagner Ferreira Guimarães é professor licenciado e bacharel em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Atualmente é mestrando do Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPGH-UERJ) na linha de História Política & Cultura e pós-graduando em Política & Sociedade pelo Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Como citar

GUIMARÃES, W.F. O papel do cinema em África em contextos de pós-independências. **Boletim GeoÁfrica**, v. 4, n. 13, p. 198-203, jul.-dez. 2025.



## *O papel do cinema em África em contextos de pós-independências*

Por Wagner F. Guimarães

Recentemente estive numa palestra do historiador Michel Cahen, na qual foi lançado um livro<sup>1</sup> a respeito da colonialidade, onde o papel das heranças do período colonial dentro de um contexto cronológico pós-colonial, ganharam papel de destaque em sua fala, por se apresentarem como um mecanismo de manutenção. A fala de Cahen, me fez recordar da resposta inicial da obra *Para Quando África?* (2009), na qual René Holenstein<sup>2</sup> responde a Joseph Ki-Zerbo<sup>3</sup> a respeito do contexto conflituoso em que estava inserido o continente africano, exaltando o impacto das influências externas como um obstáculo para a estruturação dos Estados Africanos.

Nessa resposta em específico, Holenstein menciona dinâmicas de influência econômica em escala macro como o banco mundial e empresas multinacionais. Mas a colonialidade se faz presente na manutenção dos hábitos coloniais, na construção de narrativas e na recepção de tais discursos – para além das dinâmicas macroeconômicas –, ganhando papel de destaque para compreendermos tal manutenção colonial ou influências neocoloniais. E é justamente nesse aspecto que o cinema se apresenta como importante ferramenta política.

Se a relação cinema-história é recente, tendo nos anos da década de 1970 uma maior valorização do cinema como fonte histórica através de Marc Ferro, muito por ser caráter acessível em comparação a outros modelos artísticos – como quadros e livros –, o cinema também ganhou importante relevância política em diferentes contextos no século XX (Furhammar; Isaksson, 1976), muito por algo que Theodor Adorno e Max Horkheimer vão expor como um “Condicionamento psicológico da indústria cultural” (2002). E é aqui que o

<sup>1</sup> Ler Michel Cahen na obra “Colonialidade: Argumento para a precisão de um conceito”. 1. ed. – São Paulo: Alameda; 2025;

<sup>2</sup> René Holenstein historiador nascido na atual Burquina-Faso e integrante da primeira geração de historiadores africanos a “redescobrir a história africana ao reinterpretar a história mundial a partir da perspectiva africana”, como descreve Joseph Ki-Zerbo na obra *Para Quando África?* (KI-ZERBO, 2009, p. 12 – 13)

<sup>3</sup> Joseph Ki-Zerbo é historiador, escritor e ativista político de Burquina-Faso.



cinema africano e os processos de descolonização no pós-independência dialogam sob as lentes da cultura.

O cinema africano obteve papel de destaque nas lutas por independência nos anos 1960 e no pós-colonial africano, principalmente em países que foram colônias britânicas ou francesas – sendo produzidos em maior quantidade em ex-colônias francesas, como o Senegal. O cinema pode ser visto como uma ferramenta de descolonização das mentes africanas, algo que se faz presente na abordagem característica das obras de língua inglesa que atribuem maior ênfase aos aspectos Econômicos. Enquanto as obras francófonas dão especial destaque ao cultural, tal distinção se atribui a especificidades dos moldes coloniais aplicados pela administração colonial britânica e francesa em suas respectivas colônias, o que condicionou também os principais setores de influência colonial, a serem combatidos na estruturação dessas novas nações que se formaram em África.

Cinema africano é um cinema feito por africanos, sendo assim, obras como *O cinema africano e a ideologia: tendências e evolução* (2000) do cineasta tunisiano Ferid Boughedir podem auxiliar na compreensão de eixos chaves das características do cinema africano, por exemplo, seu caráter coletivo, que se apresenta como uma singularidade em relação a gêneros de filmes clássicos estadunidenses como *Western*, típico filme de “faroeste” que teve sua era de ouro durante a Guerra Fria (Boughedir, 2007, p. 49) onde a valorização ação individualista do protagonista apresenta a coletividade como algo negativo, enquanto no cinema africano, em filmes com caráter mais artesanal e sem uma ênfase estritamente comercial e focada em gêneros, no chamado cinema de autor como relata o cineasta tunisiano, apresenta o protagonista como um representante da coletividade e numa perspectiva histórica, se apresenta como um potencial fonte analítica.

Atribuindo maior ênfase no que tange à pauta do colonialismo e dos seus processos de descolonização da mente, o cinema apresenta vantagem em relação à literatura – importante elemento cultural de embate anticolonial –, primeiro por sua valorização da oralidade, que possibilita uma ênfase no uso de idiomas pré-coloniais e também por contorna as barreiras da acessibilidade presentes no analfabetismo, através de uma exposição narrativa mais lúdica e capaz de mediar um diálogo entre o discurso fílmico apresentado e experiências cotidianas que podem fazer com que discurso seja inteligível em variados setores da sociedade. Contudo, como



qualquer produto, sua produção se ancora na busca pelo consumo de algum público, levando assim, a necessidade de descolonizar também os investimentos nas produções cinematográficas africanas.

Dentre as tendências de temas recorrentemente abordados por filmes africanos, alguns são especialmente válidos para que compreendamos a importância do cinema no impacto travado pelas novas nações africanas e as heranças coloniais, pois, as lutas pela independência e contra o colonialismo obtém papel de destaque, independente do gênero da obra. Aspectos como o conflito entre o novo e o antigo, refletem o impasse dos novos Estados africanos, frente a um mundo que caminhava para uma relação internacional cada vez mais complexa, neste ponto, o contexto angolano me chama especial atenção.

Quando se pensa em cinema africano, uma ênfase maior é dada a países que foram ex-colônias britânicas e principalmente francesas, contudo, o caso angolano por ser meu atual foco de estudo, me possibilitou perceber a importância atribuída ao cinema, em meio a busca por ser fazer inteligível frente à população no pós-independência. Ao observar alguns livretos do Arquivo Lúcio Lara<sup>4</sup>, localizei um panfleto que descreve bem tanto o embate das novas nações africanas contra influências externas e heranças coloniais, quanto a busca por se fazer inteligível frente a população angolana.

O panfleto de teor estatal intitulado “Combater a corrupção para melhor resistir: Nas hostes dos assassinos do povo UPA/FNLA/UNITA a corrupção é constante. Não permitiremos que ela entre o seio” produzido pelo Movimento Popular de Libertação de Angola – MPLA no ano de 1975 e que tem apenas 12 páginas, mobilizava uma narrativa que busca ser acessível e apresentar uma Angola que se encontra enferma, por um mal herdado do período colonial: a corrupção. E enquanto construía sua narrativa que retratava a corrupção como ferramenta do neocolonialismo e os inimigos políticos do partido como agentes fomentadores da corrupção dos hábitos, o cinema aparece, de forma indireta, através de ilustrações nas bordas da página.

A imagem que poderia facilmente ser interpretada como mera ilustração, leva em conta algo que Robert Rosenstone traz em sua obra intitulada *Interagindo com o discurso* (2010), onde é colocada em questão a importância do conhecimento prévio para a mobilização

---

<sup>4</sup> Arquivo Lúcio Lara disponível em: [www.marxist.org](http://www.marxist.org);



de um filme com teor histórico. Tal percepção se faz presente nesse recorte, não pelas menções a indústria cultural estadunidense através de símbolos como Pato Donald e Mickey, mas principalmente pelas menções a filmes de kung-fu e faroeste, temas fortemente mobilizados no cinema angolano, durante a movimentação portuguesa de utilizar o cinema para fins pedagógicos frente à população angolana, como pode ser

observado no artigo de Marilda Flores e Washington Nascimento (Flores; Nascimento, 2017) e na atenção atribuída pelo governo MPLA a narrativa fílmica nos anos posteriores à independência, tanto no que tange à quantidade de produções, quanto à sua regulação com a criação do Instituto Angolano de Cinema (IAC) em 1977.

Se temos em autores como Achille Mbembe (2014) posicionamentos que descrevem que “A descolonização de África não foi meramente uma questão africana. Tanto antes, quanto durante a Guerra Fria, foi uma questão internacional” (Mbembe, 2014, p. 24), podemos observar que no contexto pós-independência em África, o cinema africano, sua mobilização de temas e até mesmo seu financiamento, passam por importante batalha contra as influências externas e na busca pela descolonização das mentes, onde o tornar-se inteligível frente à população é fundamental para qualquer que seja o projeto de Estado das nações africanas.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, T. W.; HORKHEIMER, M. A indústria Cultural – Iluminismo como mistificação das massas. In: **Indústria Cultural e sociedade**. São Paulo: Terra e Paz. 2002, pp. 8 – 50
- BOUGHEDIR, F. “O cinema africano e a ideologia: tendências e evolução”. In: MEEIRO, A. (Org.). **Cinema no Mundo: indústria, política e mercado**, África vol I. São Paulo: Escrituras editora. 2007, pp.35-56
- CAHEN, M. **Colonialidade**: Argumentos para a precisão de um conceito. 1. ed. – São Paulo: Alameda; 2025
- FLORES, M.; NASCIMENTO, W. “Luanda e suas segregações: Uma análise a partir das salas de cinema (1940 – 1960)”. **Mulemba**. Rio de Janeiro: UFRJ, v.9, n.17. p. 80-89, jul/dez 2017



ISAKSSON, F.; FURHAMMAR, L. **Cinema e Política**. Rio de Janeiro: Ed. Terra e Paz, 1976

KI-ZERBO, J. **Para quando África?**: entrevista com René Holenstein. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2009

MBEMBE, A. **Sair da grande noite**: ensaio sobre a África descolonizada. Luanda: Mulemba; Pedago, 2014

ROSENSTONE, R. A. **A história nos filmes, os filmes na história**. São Paulo: Terra e Paz, 2010